

B R E N O   H A X   J U N I O R

**CONCEITO E REFERÊNCIA:**

Objetos, Espécies e Identificação

P O R T O   A L E G R E

2 0 0 6

B R E N O   H A X   J U N I O R

## **CONCEITO E REFERÊNCIA:**

### **Objetos, Espécies e Identificação**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Filosofia, área de concentração Filosofia Contemporânea, do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor.

Orientador: Paulo Francisco Estrella Faria

P O R T O   A L E G R E

2 0 0 6

# SUMÁRIO

---

Introdução	1
<i>I. Entendimento Realista e Essencialista do Mundo</i>	2
<i>II. Objetos</i>	6
<i>II.i. Independência e Reidentificação</i>	8
<i>III. Espécies</i>	9
<i>III.i. Estatuto Ontológico das Espécies</i>	9
<i>III.ii. Espécies como Condições de Qualidades</i>	11
<i>III.iii. Espécie e Explicação</i>	13
<i>III.iv. Espécie, Qualidade e Métodos de Reconhecimento</i>	15
<i>IV. Características do Entendimento Básico e Características da Metafísica Descritiva</i>	17
<i>IV.i. O Realismo com Respeito ao Mundo</i>	18
<i>IV.ii. O Realismo dos Universais</i>	19
<i>IV.ii.i. Entendimento Básico e Realismo dos Universais</i>	19
<i>IV.ii.ii. Metafísica Descritiva e Realismo dos Universais</i>	20
<i>IV.iii. O Essencialismo</i>	23
<i>V. Objetos e Espécies são Unidades Ontológicas Fundamentais</i>	24
<i>VI. Espécies de Objeto e Espécies de Matéria</i>	25
<i>VI.i. Acerca da Distinção entre Objeto e Matéria</i>	25
<i>VI.ii. Termos que designam Espécies de Objeto e Termos que designam Espécies de Matéria</i>	28
<i>VI.ii.i. Taxonomia e Matéria</i>	32
<i>VII. Conceito e Pensamento</i>	33
<i>VIII. A Estrutura dos Conceitos</i>	34
<i>IX. Identificação e Reidentificação</i>	36
<i>IX.i. Identificação e Reidentificação Indexical</i>	38
<i>X. Conceitos Abertos e Fechados</i>	39
<i>XI. Teoria da Referência</i>	41
<i>XII. A Complexidade do Uso Identificador dos Conceitos de Universais</i>	42
<i>XIII. Termos de espécies e Referência</i>	46
<i>XIV. Complexos Conceituais Identificadores</i>	46

<i>XV. Conceitos de Objetos</i>	47
<i>XVI. Sentido e Referência</i>	48
Capítulo I — Identificação	51
Parte I — Entendimento Básico do Mundo	53
1.1. <i>Entendimento Básico do Mundo e Metafísica Descritiva</i>	53
1.1.1. <i>Distinção entre Entendimento Básico do Mundo e Saber Comum</i>	54
1.1.2. <i>Uma Região do Entendimento Básico do Mundo</i>	55
1.2. <i>Essencialismo, Realismo e Objetos</i>	57
1.2.1. <i>A Atitude Cognitiva Essencialista</i>	58
1.2.2. <i>A Atitude Cognitiva Realista</i>	64
1.2.3. <i>A Combinação da Atitude Essencialista com a Atitude Realista</i>	66
1.3. <i>Espécies e Explicação</i>	67
1.3.1. <i>O que algo é</i>	67
1.3.2. <i>Por que algo é como é</i>	69
1.4. <i>Algumas Palavras acerca de Explicação</i>	75
1.5. <i>Objetos e Espécies são Unidades Ontológicas Fundamentais do Entendimento Básico</i>	80
1.6. <i>Como uma Teoria Filosófica pode ser Anti-Essencialista e Anti-Realista?</i>	83
Parte II — Modos de Pensar: Conceitos de Espécies Naturais e Conceitos de Objeto	87
1.7. <i>O Que São Conceitos?</i>	87
1.8. <i>A Relação entre Conceito e Propriedade</i>	91
1.9. <i>Identificação como Condição para Pensar em Algo</i>	94
1.10. <i>Uma Observação sobre o Presente Uso da Noção de Identificação</i>	99
1.11. <i>Identificação de Objetos e Espécies</i>	100
1.11.1. <i>O Componente Generalizador da Identificação</i>	100
1.11.2. <i>O Componente Singularizador da Identificação</i>	101
1.12. <i>A Identificação Indexical de Objetos e Espécies</i>	103
1.13. <i>Conceitos de Objetos e de Espécies operam regidos por pressupostos Realistas e Essencialistas</i>	108
1.14. <i>Uso Realista e Essencialista dos Conceitos Identificadores</i>	110
1.15. <i>A Habilidade de Reidentificar e Uso Realista do Conceito</i>	110
1.16. <i>Como é Possível Corrigir um Conceito?</i>	112
1.17. <i>Uma reflexão sobre a filosofia</i>	114
1.18. <i>A Complexidade do Uso Identificador</i>	115
1.19. <i>Referência</i>	116
1.20. <i>Termos Singulares</i>	118
1.21. <i>Algumas Palavras sobre Predicação</i>	120
Capítulo II — Conceitos de Espécie	123

Parte I — Referir e Predicar com Termos de Espécie	127
2.1. <i>A Referência a Espécies como um Fenômeno Irredutível</i>	128
2.1.1. <i>Frege e Nomes de Espécie</i>	133
2.1.2. <i>A Relação entre Espécie e Qualidade</i>	134
2.2. <i>Uma Proposta Sobre a Duplicidade Referencial de Termos de Espécie de Objeto</i>	136
2.3. <i>A Duplicidade Referencial de Termos de Espécie de Matéria</i>	138
2.4. <i>Os Dois Modos como Termos de Espécie de Matéria ocorrem na Predicação</i>	140
 Parte II — Conceitos Abertos e Conceitos Fechados	142
2.5. <i>Conceitos Fechados</i>	145
2.6. <i>Conceitos Abertos</i>	147
 Parte III — Conceitos de Espécie Natural	148
2.7. <i>Conceitos de Espécies Naturais são Conceitos Abertos</i>	148
2.8. <i>A Relação entre Qualidades de Reconhecimento e Espécies</i>	151
2.9. <i>A Formação de Conceitos de Espécie</i>	157
2.10. <i>Identificações que Pressupõem Identificações</i>	159
2.10.1. <i>Utilização de Termos de Espécie que Preservam sua Referência</i>	160
2.10.2. <i>Compartilhamento de Habilidades de Identificação</i>	163
2.10.3. <i>Conceitos de Espécie Natural em Outros Cenários</i>	165
 Capítulo III — Pensamento e Referência a Objetos	168
3.1. <i>Conceitos de Objetos</i>	168
3.2. <i>Intensão e Extensão dos Conceitos de Objetos</i>	169
3.3. <i>Complexos Conceituais, Referência e Conceitos de Objetos</i>	171
3.4. <i>Indexicais e Demonstrativos</i>	174
3.5. <i>Descrições definidas</i>	182
3.5.1. <i>Na Utilização Literal da Descrição Definida referimos à sua Denotação</i>	
3.5.1.1. <i>A Conexão entre Referência e Verdade</i>	
3.5.1.2. <i>Entendimento Básico</i>	
3.5.2. <i>Quando o Referente da Descrição Definida não é seu Referente Semântico</i>	
3.5.2.1. <i>Descrições Definidas Incompletas</i>	
3.5.2.2. <i>Utilizações Donnellanianas de Descrições Definidas</i>	
3.6. <i>Teoria da Referência para Nomes e Conceitos de Objetos</i>	
3.6.1. <i>Nomes e Conceitos de Objetos como Conceitos Abertos</i>	
3.6.2. <i>Conceitos de Objetos Podem Tornar-se Equívocos: um Experimento Conceitual</i>	
3.6.3. <i>Equivocidade e Alteração de Referente do Nome</i>	
3.6.4. <i>A Explicitação do Conceito de um Objeto</i>	
3.6.5. <i>O Caso dos Homônimos</i>	
3.6.6. <i>O Conteúdo Bidimensional dos Nomes</i>	

<i>3.6.7. Homônimos, Diferença Cognitiva e Sentenças de Atribuição de Crença</i>	213
<i>3.6.8. O Problema com Teorias Descritivistas da Referência e do Sentido dos Nomes</i>	219
Conclusão	223
Anexo I	225
Anexo II	229
Bibliografia	240

---

PARA MEU FILHO, ANTHON PEDROLLO HAX

---

Agradeço aos colegas do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Paraná por possibilitarem-me o afastamento que permitiu minha dedicação a este texto. Expresso minha gratidão a todos os funcionários que me ajudaram de alguma maneira nesse procedimento — particularmente, à dedicação de Jussara Elias da Universidade Federal do Paraná e de Wagner Deamici da Universidade Federal do Rio Grande do Sul —, ao Curso de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelo seu ambiente de rigor e compromisso com o pensamento e ao sistema público de educação do Brasil em todos os seus níveis.

Este trabalho beneficiou-se do estímulo das idéias de várias pessoas: Paulo Faria, Plínio Junqueira Smith, Giovani Felice, Marco Ruffino, André Leclerc, João Carlos Brum Torres, Balthazar Barbosa Filho, Jayme Rebello, José Alexandre Guerzoni, Luiz Alves Eva, Luiz Damon, o grupo de Filosofias da Experiência da Universidade Federal do Paraná e os participantes do Colóquio “Pensamento, Objeto e Linguagem” de 2005.

Sou grato a todos os meus familiares pelo seu apoio sólido e caloroso enquanto eu escrevia e revisava este trabalho — em especial a meus pais, Breno Hax e Aida Sallaberry Hax, e a Graziela Hax Marques e Mauro Pinto Marques.



# INTRODUÇÃO

---

*Only [species and genera] reveal the primary substances.  
For if one is to say of the individual man what he is,  
it will be in place to give the species or the genus  
(though more informative to give man than animal);  
but to give any other thing would be out of place —  
for example to say 'white' or 'runs' or anything like that.*

ARISTÓTELES, *CATEGORIAS*, 3 b 17-21

(VERSÃO INGLESA DE J. L. ACKRILL; INCLUSÃO ENTRE COLCHETES E GRIFOS MEUS).

Este trabalho versa sobre conceitos de espécies naturais e conceitos de objetos. Usamos esses conceitos para identificar e reidentificar espécies naturais e objetos. Mediante o uso do conceito de um certo objeto  $\alpha$ , identificamos  $\alpha$  e, em circunstâncias posteriores, o reidentificamos como o mesmo; no uso de um conceito de determinada espécie  $\Phi$ , identificamos  $\Phi$  como a espécie instanciada por um certo objeto ou coleção de objetos e, ulteriormente, podemos reidentificá-la como a mesma espécie então instanciada por outros objetos. Meu objetivo é mostrar como operamos com esses conceitos dado o entendimento que possuímos de objetos e de espécies naturais. Temos um entendimento realista e essencialista tanto de objetos quanto de espécies naturais e a natureza dos conceitos de objetos e de espécies naturais deve refletir aquele entendimento. Minha empresa consiste em formular uma resposta à pergunta: como são os conceitos de objetos e de espécies

naturais dado que nosso entendimento de objetos e de espécies naturais é realista e essencialista?

Não estou partindo de premissas acerca de nosso pensamento e experiência para obter conclusões metafísicas sobre as coisas independentemente de nosso pensamento e experiência. Evidentemente, do fato de que seja inevitável que creiamos que algo é de um certo modo não se segue que ele seja desse modo.

Para explicitar minha proposta, é necessário que eu ofereça alguns esclarecimentos preliminares acerca das noções nela envolvidas e das suas relações entre si.

Como um expediente de simplificação, utilizarei neste trabalho a expressão “espécie” ao invés de “espécie natural”. Todas as ocorrências da expressão “espécie” sem expressões modificadoras afixadas devem ser lidas como ocorrências para designar espécies naturais<sup>1</sup>.

### *1. Entendimento Realista e Essencialista do Mundo*

Possuímos um entendimento básico do mundo de acordo com o qual vivemos em um mundo ocupado por *objetos* que preservam sua identidade em meio às mudanças e têm naturezas determinadas por *espécies*. O entendimento básico do mundo é o modo como compreendemos o mundo em nosso trato ordinário com ele.

O entendimento básico do mundo não pode ser classificado como uma teoria no sentido estrito desta palavra. A razão pela qual o entendimento básico não deve ser tratado como uma teoria sobre o mundo é que ele não está sujeito a revisões ou alterações. Para utilizar uma imagem de Strawson, o entendimento básico do mundo é destituído de história. Tomar o entendimento básico como um corpo teórico que vem resistindo no confronto com outras teorias na explicação da experiência humana do mundo é maltratar o seu estatuto. Há uma outra esfera erroneamente confundida com o entendimento básico que pode ser assim tratada — trata-se do “senso comum” ou “sabedoria popular”. A sabedoria popular pode ser tratada como uma teoria (ou complexo de teorias) mesmo que assistemática. Não há mesmo uma cisão absoluta entre saber popular e teorias científicas uma vez que em certa extensão as informações produzidas no seio de teorias científicas acedem ao saber popular. O saber

---

<sup>1</sup> Algo será dito acerca de espécies artificiais no capítulo 2.

popular tem uma história e é capaz de ser alterado. Dessa forma, o saber popular e a linguagem natural em que ele se expressa não são o que designo com a expressão “entendimento básico do mundo”, ainda que seja de se esperar, se minha proposta é correta, que tal entendimento esteja incorporado profundamente naqueles.

Strawson cunhou a expressão “metafísica descritiva” para designar a investigação da estrutura geral de nosso pensamento sobre o mundo<sup>2</sup>. Nessa investigação, são identificados os conceitos fundamentais no exercício dos quais pensamos no mundo, suas relações entre si são examinadas e a estrutura que formam é investigada. Parece correto dizer que o objeto próprio da metafísica descritiva é o que classifico como entendimento básico do mundo.

Minha atenção neste trabalho está voltada para uma determinada região do entendimento básico, aquela que diz respeito ao modo como concebemos objetos e espécies. Como justifico a atribuição de uma atitude cognitiva realista e uma atitude cognitiva essencialista ao nosso entendimento de objetos? Apresentarei, no capítulo 1, dois argumentos com a finalidade de estabelecer a verdade da tese de que nosso entendimento básico dos objetos é essencialista em (1.2.1) e um outro argumento com a finalidade de caracterizar esse entendimento como realista em (1.2.2). Ei-los em seus traços gerais.

O *primeiro argumento* em favor do essencialismo consiste na extração do Princípio Essencialista a partir do Princípio de Identificação. O princípio de identificação que será discutido e defendido na seção (1.9) afirma:

(I) Para alguém pensar em algo determinado, deve ser capaz de identificar aquilo em que está pensando.

Uma condição necessária do ato de identificar uma entidade  $x$  é identificar *o que é*  $x$ . Ora, identificar o que é  $x$  é identificá-lo como *um*  $F$  (“ $F$ ” é um termo de espécie que pode designar um tipo geral de natureza). Este é o momento generalizador da identificação e é dele que é extraído o princípio essencialista. Como veremos adiante, há também um momento singularizador do procedimento identificador.

---

<sup>2</sup> Cf. P. F. STRAWSON, *Individuals*, 1959, especialmente a introdução.

O argumento essencialista adota como uma premissa a tese de que o princípio de identificação é correto. Se o princípio de identificação é correto, para que alguém pense em algo determinado, deve possuir uma identificação do tema de seu pensamento. Isso significa que para pensar em algo determinado, deve-se identificar a natureza daquilo em que se está pensando, ou seja, reconhecê-lo como tendo uma certa essência.

Ao passo que o primeiro argumento em favor do essencialismo é extraído da noção de identificação, o *segundo argumento* é extraído da noção de reidentificação. A idéia basicamente é que consideramos que reidentificamos entidades e essa consideração é suficiente para atribuir-nos a compreensão destas entidades como entidades dotadas de naturezas ou essências. Ora, está implícita na noção de reidentificação a noção de entidades que se preservam no tempo. Assim, se consideramos que reidentificamos entidades, implicitamente reconhecemos que as entidades reidentificadas são entidades que se preservaram entre o ato da identificação e o ato da reidentificação. Só podemos ter a noção de entidades que se preservam se temos a noção de uma natureza ou essência que se preservou. Eis o argumento:

- (1) Consideramos que reidentificamos entidades.
- (2) A noção de reidentificação pressupõe a noção de entidades que se preservam no tempo.
- (3) A noção de entidades que se preservam no tempo pressupõe a noção de essência ou natureza.
- (4) Consideramos que reidentificamos entidades dotadas de naturezas.

O *terceiro argumento* propõe que temos uma atitude cognitiva *realista*. Esse argumento ampara-se na reflexão sobre as condições que pressupomos como satisfeitas para a efetividade de nossas práticas de reidentificação. A noção de algo real é fundamentalmente a noção de algo que é *independente* de nossos pensamentos e experiências<sup>3</sup>. Por conseguinte, a adoção de um realismo com respeito a certa entidade é

---

<sup>3</sup> A noção de independência como núcleo essencial da noção de realidade é mencionada já em G. E. MOORE, “A Defence of Common Sense” in: *G. E. Moore: Selected Readings*, seção II. Eliot Sober nota que afirmações de realismo são também afirmações de independência. Cf. E. SOBER, “Realism and Independence” *Noûs* (16): 1982. C. MCGINN, “An A Priori Argument for Realism” (1979) in: *Knowledge*

caracterizável pelo uso da noção de independência: tomar uma entidade como real é tomá-la como independente de nosso pensamento e experiência. Pois bem, uma condição de independência é implicitamente pressuposta como satisfeita para uma atividade ser classificada como uma atividade de reidentificação. O argumento é este:

- 1) Consideramos que não apenas identificamos como também reidentificamos entidades particulares.
- 2) Se consideramos que reidentificamos uma entidade particular, consideramos que ela existiu no tempo entre o ato de sua identificação e o ato de sua reidentificação.
- 3) Está implícita na noção de reidentificação a noção de um período de tempo entre a identificação e a reidentificação durante o qual a entidade reidentificada existiu sem ser alvo de nossa atenção (pensamento, experiência).
- 4) Assim, considerar uma entidade como alvo de uma reidentificação é considerá-la como algo que existe independentemente da experiência que temos dela.
- 5) Considerar uma entidade como alvo de uma reidentificação é, por conseguinte, considerá-la como real.

Temos práticas de identificação e reidentificação de entidades particulares. Consideramos que efetivamente reidentificamos entidades particulares. Isto é, consideramos que há *entidades particulares reidentificáveis*<sup>4</sup>. Fazemos uso da noção de entidade particular reidentificável, ou seja, da noção de uma entidade particular independente que se preserva entre sua identificação e sua reidentificação. Entidades particulares reidentificáveis são o que designarei como “objetos” no presente trabalho<sup>5</sup>. Consideramos que a classe das entidades particulares reidentificáveis ou objetos não é vazia.

Como resultado da combinação entre a atitude essencialista, segundo a qual cada entidade particular reidentificável tem uma certa natureza, e a atitude realista, segundo a

---

*and Reality*, 2002. Cf. minha discussão da noção de realismo em (1.2.2). Meu trabalho deve muito às idéias do Professor Paulo Faria concernentes à noção de realismo e independência.

<sup>4</sup> A noção de particular reidentificável foi introduzida por Strawson em *Individuals*, cap. 1.

<sup>5</sup> Com a noção de entidade particular reidentificável ou objeto, somos capazes de apanhar um fenômeno de que a tradição filosófica desde Aristóteles tratou mediante a noção de *substância primeira*.

qual entidades reidentificáveis são em princípio independentes dos nossos pensamentos e experiências, temos um entendimento das entidades particulares reidentificáveis como entidades que possuem uma natureza independente de nossos pensamentos e de nossas experiências.

O terceiro argumento mencionado acima propõe que o entendimento básico adota um realismo com respeito a entidades particulares reidentificáveis ou o que pode ser designado de “realismo dos objetos”. O tratamento de entidades particulares reidentificáveis como entidades independentes (realismo dos objetos) em conjunção com o tratamento destas entidades como entidades que têm uma certa natureza (essencialismo) nos conduz a supor que as entidades particulares reidentificáveis têm uma natureza independente de nossos pensamentos e experiências, isto é, que as entidades reidentificáveis têm *naturezas reais*. As distintas naturezas das entidades particulares podem ser chamadas “espécies”.

## *II. Objetos*

O que está contido na noção de uma entidade particular reidentificável? Considerar que uma entidade é em princípio reidentificável é avaliá-la como uma entidade dotada de certas características. Se o entendimento básico reconhece entidades reidentificáveis, reconhece entidades com essas características.

Quando consideramos que reidentificamos uma entidade particular, consideramos que ela é uma entidade independente de nosso pensamento e experiência que preservou sua identidade (e, assim, sua natureza) entre a ocasião de sua identificação e a ocasião de sua reidentificação. O primeiro ingrediente da noção de particular reidentificável ou objeto é que objetos são particulares e, por conseguinte, são irrepetíveis. Eles instanciam ou exemplificam universais, mas não são instanciáveis<sup>6</sup>. A terceira característica dos objetos é que são indivíduos. Não estou tomando a noção de objeto como equivalente à noção de indivíduo. A noção de indivíduo, como nota Laycock, é a noção de qualquer coisa que pode ser contada. Ora, contamos espécies, qualidades, fatos, classes, proposições, teoremas, teorias. Como a noção de indivíduo é a noção de algo contável, é muito mais ampla do que

---

<sup>6</sup> Cf. a distinção entre universal e particular na seção (iii.i).

a noção de objeto tal como a estou tomando aqui<sup>7</sup>. A terceira característica dos objetos é que são entidades que preservam sua identidade no tempo. A quarta característica é que objetos são independentes de nós. Por serem independentes, não podemos reduzir em princípio objetos aos pensamentos e experiências que temos deles. Nessa independência, radica-se a possibilidade de possuírem propriedades por nós desconhecidas bem como a possibilidade de nosso engano a respeito delas. A característica de ser um indivíduo particular independente que preserva sua identidade no tempo parece ser o núcleo da noção de uma entidade particular reidentificável.

Dentre as entidades que reconhecemos como objetos, distinguem-se os *objetos materiais* ou, como também são chamados, *corpos*. Uma das características dos objetos materiais é que são ocupantes de posições no espaço e tempo.

O termo “objeto” não é um sortal<sup>8</sup>. Alguns podem supor que “objeto” não é um termo sortal porque ele nada selecionaria, uma vez que, segundo uma certa concepção, *todas* as coisas seriam objetos. Como a *qualquer coisa* aplicar-se-ia a classificação de objeto, ele nada classificaria<sup>9</sup>. Nessa concepção *diáfana* de “objeto”, objetos são simplesmente qualquer coisa em que podemos pensar ou de que podemos falar. Utilizo o termo “objeto” em uma acepção *substancial* e, nessa acepção, ele seleciona entidades. Com o termo “objeto”, designo entidades particulares reidentificáveis<sup>10</sup>. Além disso, em (vi),

---

<sup>7</sup> Mesmo sendo mais ampla do que a noção de objeto que estou usando, a noção de indivíduo não é aplicável irrestritamente porque nem tudo é contável. A matéria não se comporta como indivíduo. Cf. H. LAYCOCK, “Some Questions of Ontology”, *The Philosophical Review* (81): 1972. Strawson tem uma outra noção de indivíduo. Para Strawson, a noção de indivíduo é a noção de um *sujeito lógico* ou tema de um pensamento ou frase (*Individuals*, capítulo 8, p. 226-7). A noção de indivíduo como sujeito lógico é ainda mais ampla do que a noção de indivíduo como entidade contável porque podemos pensar acerca do que não é contável como a matéria. Defendo que a noção de indivíduo ou entidade é mais fundamental do que a noção de matéria. Cf. (vi).

<sup>8</sup> D. Wiggins chama “objeto” de um “sortal falso” (*dummy sortal*). Cf. *Sameness and Substance*, p. 63.

<sup>9</sup> A acepção diáfana de objeto é meramente a acepção de objeto como sujeito lógico ou tema de um pensamento ou frase. Almog chama-a de concepção “transcendental” de objeto. Cf. J. ALMOG, “The Structure-in-Things: Existence, Essence and Logic”, *Proceedings of Aristotelian Society* (103): 2003. Conforme Almog, objetos nessa acepção são entidades que possuem somente duas características: são auto-identicas e distintas entre si.

<sup>10</sup> Dados sensoriais, por exemplo, não são particulares reidentificáveis porque não são independentes. Eles existem transitoriamente apenas como objetos de atenção. Assim, eles podem ser identificados, mas não

apresentarei argumentos em favor da distinção entre *objeto* e *matéria*. Assim, nem tudo pode ser classificado como um objeto no sentido substancial.

Considero que “objeto” não é sortal devido a outras razões. Termos sortais são expressões a que associamos critérios de identidade para as entidades a que se aplicam. Como defenderei em (vi), termos sortais são termos para designar *espécies de objetos* (e conceitos sortais são conceitos para identificar espécies de objetos). Assim, sortais selecionam *dentro* da categoria Objeto<sup>11</sup>. Em outras palavras, termos sortais designam (e os conceitos que expressam identificam) espécies de objetos<sup>12</sup>.

Minha proposta atribui uma atitude realista ao nosso entendimento básico do mundo. Ao mesmo tempo, minha proposta também adota a tese realista de que existem objetos. A relação entre os dois realismos — o realismo do entendimento básico e o realismo da metafísica descritiva que o investiga — será discutida na seção (iv.i).

### II.i. Independência e Reidentificação

Tratamos as entidades particulares que tomamos como reidentificáveis como entidades independentes. Tomar algo como reidentificável em princípio é tomá-lo como algo independente de nossa atividade cognitiva. A noção de independência, contudo, não se reduz à noção de reidentificabilidade. Podemos supor que há entidades independentes das quais não temos nem podemos ter nenhuma identificação e, por conseguinte, nenhuma reidentificação.

No domínio das entidades particulares que identificamos, atribuímos independência unicamente àquelas que *em princípio* julgamos serem capazes de ser reidentificadas. A

---

reidentificados. Assim, um dado sensorial é um objeto na acepção diáfana de objeto, mas não é um objeto na acepção substancial.

<sup>11</sup> Assim, considero correto afirmar que “objeto” é um termo “trans-sortal” como faz Lowe em *The Possibility of Metaphysics*, 2001, p.

<sup>12</sup> Em (vi), serão apresentados argumentos para a distinção entre objeto e matéria e para a distinção entre *espécies de objeto* e *espécies de matéria*. Com isso, a distinção gramatical entre termos sortais e termos de massa será reinterpretada como a distinção entre termos para designar espécies de objeto e termos para designar espécies de matéria.



reidentificação de entidades particulares tem um caráter indexical como mostrarei em (1.12)<sup>13</sup>.

### *III. Espécies*

Nossas práticas de identificar e reidentificar — e seu teor essencialista e realista destilado pelos três argumentos exibidos na seção (i) — incorporam uma avaliação em conformidade com a qual as entidades são dotadas de naturezas. Espécies são os *tipos de naturezas* que as coisas podem possuir. Identificar a espécie de algo é identificar o seu tipo de natureza. Espécies são os universais que determinam a natureza de suas instâncias.

#### *III.i. Estatuto Ontológico das Espécies*

Como ocorre com qualquer tema filosófico, a questão acerca da existência de espécies não está isenta de disputas. Muitas teorias admitem universais sem guardar lugar para espécies como uma categoria genuína. Assim procedendo, tais teorias maltratam nosso entendimento do mundo. Como argumentarei logo abaixo, a noção de espécie é fundamental em nosso entendimento e explicações do mundo. Além de argumentar amparado em premissas sobre nosso entendimento do mundo, apresentarei também argumentos semânticos em favor do reconhecimento de espécies como universais genuínos. Os enunciados que envolvem expressões que fazem referência a espécies não são parafraseáveis de modo sistemático em enunciados em que encontramos referência unicamente a objetos.

O que é um universal? Podemos caracterizar um universal como algo que tem instâncias ou que é em princípio instanciável e um particular como o que não é instanciável, mas é ele próprio uma instância<sup>14</sup>. Universais são repetíveis e particulares são coisas irrepetíveis<sup>15</sup>.

---

<sup>13</sup> Cf. também (ix.i).

<sup>14</sup> Essa caracterização do contraste entre universais e particulares é amplamente adotada. Cf., entre outros autores, M. J. LOUX, *Metaphysics*, 1998, p. 23.

<sup>15</sup> Também aceito a caracterização de universal como aquilo que pode ser predicado de outras coisas. Aristóteles diz que um universal é “aquilo que por natureza é predicado de muitos.” (*De Interpretatione*, (7):

Utilizarei a seguinte classificação: universais podem ser propriedades ou relações. Propriedades são *modos de ser*. Em nosso entendimento básico do mundo, consideramos que encontramos entidades e estas entidades são de certos modos. Tais modos são as propriedades. A noção de propriedade é básica. Ao dizer que propriedades são modos de ser, não pretendo estar definindo a noção de propriedade em noções mais básicas.

Propriedades podem ser subdivididas em espécies e qualidades. Qual a distinção entre espécies e qualidades? Espécies são universais que determinam a natureza de suas instâncias. Espécies determinam *o que* uma instância sua é. Qualidades não determinam a natureza das coisas que as instanciam, mas especificam *como* tais coisas são<sup>16</sup>. Além disso, qualidades dispõem-se em pares de contrários ao passo que espécies não se dispõem assim.

Espécies foram identificadas corretamente por Aristóteles como substâncias segundas: elas são tanto sujeitos dos quais se podem predicar qualidades quanto podem ser predicadas das entidades que as instanciam. Sua capacidade de poderem ser predicadas de suas instâncias para especificar seu modo de ser revela sua natureza de propriedades. Em conformidade com isso, trato como equivalentes a circunstância de algo possuir a propriedade de *ser cavalo* e a circunstância de ser da espécie Cavalo. O discurso sobre espécies é equivalente ao discurso sobre propriedades uma vez que reconheçamos que espécies são um tipo distinto de propriedades.

### *III.ii. Espécies como Condições de Qualidades*

Reconhecidamente, espécies são dotadas na tradição filosófica de dois papéis:

A) Espécies determinam a natureza de suas instâncias. Este item foi tratado logo acima.

---

*“lego de katholon mèn hò epi pleionou pèphyke katigoreisthai” [quod aptum natum est predicari de pluribus].* Considero que a relação entre as duas caracterizações de universal mencionadas — como o que pode ser instanciado e como o que pode ser predicável — é que um universal é algo predicável porque é em princípio instanciável. Podemos predicar algo somente se é de sua natureza ser instanciável. Quando predicamos um certo universal de uma entidade *x* afirmamos que esse universal é instanciado por *x*. E a predicação é verdadeira quando o universal é realmente instanciado pela entidade da qual ele foi predicado. Quando negamos um predicado, negamos que o universal por ele especificado seja instanciado.

<sup>16</sup> Para ver um exemplo de utilização dos mesmos critérios de distinção entre espécie e qualidade, cf. M. J. LOUX, “The Concept of a Kind”. *Philosophical Studies* (29): p. 54 e *Metaphysics*, p. 119-120.

B) Espécies condicionam as qualidades das entidades que as instanciam. Espécies explicam *por que* uma entidade possui determinadas qualidades.

Não nos contentamos em classificar as entidades por suas qualidades e comportamentos. Buscamos também explicar por que as entidades possuem as qualidades e comportamentos que acontecem de possuir. Nessa tentativa de explicação, postulamos espécies como a condição daquelas qualidades e comportamentos.

De acordo com nossa avaliação das relações entre espécie e qualidade, uma entidade possui certas qualidades porque é de uma dada espécie e não o inverso. Não há equivalência ou simetria entre a circunstância de algo ser de uma dada espécie e a circunstância de possuir uma ou mais qualidades determinadas. Consideramos, por exemplo, que um objeto tem crina, é quadrúpede e é herbívoro *porque é da espécie Cavalos*. Não consideramos que é porque possui crina, é quadrúpede e é herbívoro que o objeto é da espécie Cavalos. Reconhecemos, assim, uma diferença absoluta entre o nível da espécie de uma entidade e o nível das suas qualidades e uma dependência do segundo nível com respeito ao primeiro.

Podemos explicar os comportamentos e qualidades dos objetos e seus modos de interação com outros objetos atribuindo-lhes espécies. Ao atribuir-lhes espécies, atribuímos-lhes princípios que condicionam as qualidades que são capazes de manifestar. Uma espécie envolve a manifestação de algumas qualidades e exclui absolutamente outras. No decurso de nossas interações com entidades que classificamos como sendo da espécie  $\Phi$ , associamos a  $\Phi$  certo número de qualidades e comportamentos<sup>17</sup>. Com isso, podemos explicar seus comportamentos e qualidades passados e presentes, além de formar expectativas confiáveis acerca de seu comportamento e qualidades futuros. Se

<sup>17</sup> Alguns pesquisadores têm considerado a noção de espécie como uma noção de “potencial indutivo rico” (S. A. GELMAN; J. D. COLEY, “Language and Categorization: the acquisition of Natural Kind Terms” in: S. A. GELMAN; J. P. BYRNES, *Perspectives on Language and Thought*, 1991.) A idéia básica é que quando obtemos uma informação a respeito de uma entidade que classificamos como sendo de uma determinada espécie, passamos a tratar essa informação como potencialmente correta para todas as demais entidades da mesma espécie. Desse modo, se vejo um indivíduo da espécie Lagarto alimentar-se de mel, sinto-me justificado em supor que os demais indivíduos dessa espécie alimentam-se de mel. Espécies são bases confiáveis para a projeção de qualidades e comportamentos.

classificamos x como um cavalo, então podemos explicar seus comportamentos e qualidades passados (“amamentava-se”) e presentes (“pasta”, “corre”) assim como expectativas futuras (“se o pusermos naquele campo, comerá o trigo porque é um cavalo”) como comportamentos e qualidades típicos dos indivíduos da espécie.

A atribuição de espécie permite assim segmentar qualidades e comportamentos entre qualidades e comportamentos típicos (“trocou de pêlo na primavera”) e qualidades e comportamentos atípicos (“permaneceu deitado o dia inteiro”). Explicamos uma situação em que um objeto não manifesta as qualidades características da espécie que lhe atribuímos, mencionando as circunstâncias relevantes que influenciam na manifestação daquelas qualidades. Após atribuímos espécies aos indivíduos, podemos investigar as formas regulares de ação das circunstâncias sobre a manifestação das qualidades de um indivíduo da espécie. Sob certas circunstâncias, qualidades pouco características podem vir à tona e qualidades de manifestação freqüente nos exemplares da espécie podem não se manifestar.

Em vista das considerações acima, a distinção entre espécie e qualidade não diz respeito apenas ao modo como tais universais são instanciados por algo como diz respeito também às relações que guardam entre si: as qualidades de uma entidade devem-se à sua espécie. Em um entendimento amplo da noção de propriedade, espécies podem ser tomadas como *propriedades fundamentais* que determinam o que uma entidade é e condicionam as suas demais propriedades — suas qualidades. Uma vez que as qualidades de uma entidade x são dependentes da espécie de x, podemos classificar qualidades como *propriedades dependentes*. Espécies condicionam as propriedades dependentes que uma entidade é capaz de manifestar<sup>18</sup>.

Uma vez que a atribuição de uma espécie é usada para explicar as qualidades de um objeto, o fato de um objeto ser de uma dada espécie não pode ser explicado em termos da

---

<sup>18</sup> Ao atribuir a espécies o papel de *condições* das qualidades de uma entidade pode parecer que a noção de espécie que estou empregando oscila entre duas leituras: de um lado, uma leitura metafísica e abstrata e, de outro, causal e concreta. É importante lembrar que essa dualidade de caráter está presente tanto na noção de forma (*eidos*) em Aristóteles quanto na noção de forma substancial na Escolástica. Cf. R. PASNAU, “Form, Substance, and Mechanism”, *Philosophical Review* (113, n. 1): 2004. Penso que essa complexidade é uma característica fundamental do modo como usamos a noção de espécie em nosso entendimento do mundo.

posse daquelas mesmas qualidades sob pena de circularidade. Então, não existem explicações do fato de algo ser de uma dada espécie?

Espécies são postuladas para explicar as qualidades das entidades. Do ponto de vista de nosso entendimento básico, a circunstância de algo ser de uma certa espécie é fundamental. Evidentemente, um novo passo pode ser dado: podemos perguntar pelas condições dessa circunstância fundamental. Como o capítulo 2 deve deixar claro, penso que isso é feito, por exemplo, no esforço científico de desvendar o que é uma espécie. O investigador empírico pode buscar oferecer no seio de uma teoria condições necessárias e suficientes para algo pertencer à espécie. Defenderei a posição de que esse procedimento implica na elaboração de uma definição operacional de espécie.

No plano do entendimento básico do mundo, atribuir uma espécie a algo é atribuir-lhe uma propriedade fundamental irreduzível a critérios. A circunstância de algo ser de uma espécie não é, na perspectiva do entendimento básico, explicável em termos da posse de qualidades.

Devido aos dois papéis da noção de espécie, espécies são estruturas explanatórias. Com elas, podemos explicar *o que* uma dada entidade é e explicar *por que* tal entidade possui as qualidades e comportamentos que acontece de possuir.

### III.iii. *Espécie e Explicação*

Explicar o porquê de uma circunstância é apresentar a condição ou condições para que ela ocorra. Explicar por que  $x$  tem determinada qualidade ou comportamento é apresentar a condição ou condições responsáveis por  $x$  possuir aquela qualidade ou comportamento. Quando explicamos o porquê de algo, pressupomos a existência de uma relação de dependência entre o fenômeno que explicamos e o que apresentamos para sua explicação. Assim, se tivermos êxito, possibilitaremos a compreensão do fenômeno como algo que se deve à condição que mencionamos. Meu ponto é: dadas as relações que reconhecemos entre espécies e qualidades, atribuir uma espécie a um objeto é explicar porque ele possui as qualidades que acontece de possuir, uma vez que é a apresentação da condição de ocorrência das qualidades.

Em nossa reflexão sobre o mundo, reconhecemos *relações de dependência* entre certos universais. Tais relações de dependência podem ser encontradas entre várias categorias de universais, por exemplo, entre qualidades e entre relações. Meu interesse volta-se somente para as relações de dependência que se estabelecem entre espécies e qualidades.

Relações de dependência entre universais são relações tais que quando um universal ocorre *e porque ele ocorre*, também o outro ocorre (circunstâncias especiais podem impedir a ocorrência do segundo universal). Entre os universais envolvidos não há apenas uma relação de conjunção constante, mas um é reconhecido como a condição do outro<sup>19</sup>. Explicar o porquê de uma circunstância é mencionar relações de dependência.

Nas relações de dependência que reconhecemos entre espécies e qualidades repousa uma parte fundamental de nosso entendimento do mundo. Reconhecemos situações em que uma entidade  $\alpha$  possui uma propriedade dependente  $G$  porque é da espécie  $\Phi$ . Consideramos que um objeto possui crina, é quadrúpede e herbívoro porque é da espécie Cavalos.

As relações de dependência são expressas na forma de enunciados que operam como princípios gerais. Nós os utilizamos para entender e explicar os comportamentos e

---

<sup>19</sup> Em (1.4), argumentarei contra a concepção dedutivo-nomológica da explicação, segundo a qual as leis que utilizamos para explicar fenômenos estabelecem apenas uma relação de conjunção constante entre universais.

qualidades das coisas. Em uma explicação, a circunstância de um objeto  $\alpha$  possuir a qualidade  $G$  é apresentada como um caso particular de realização da relação de dependência entre a espécie  $\Phi$  e a qualidade  $G$ . Podemos explicar o fato de  $\alpha$  ser  $G$  atribuindo a  $\alpha$  uma espécie  $\Phi$  da qual  $G$  é dependente:

(1) Todo  $\Phi$  é  $G$ .

(2)  $\alpha$  é  $\Phi$ .

(3) Portanto,  $\alpha$  é  $G$ .

A frase (1) expressa o princípio geral que enuncia a relação de dependência entre a espécie  $\Phi$  e a qualidade  $G$ . Desse modo, explicamos por que uma entidade  $\alpha$  tem a qualidade  $G$  atribuindo-lhe uma espécie que é condição de  $G$ :  $\alpha$  é  $G$  porque  $\alpha$  é  $\Phi$  e porque todo  $\Phi$  é  $G$ .

#### *III.iv. Espécie, Qualidade e Métodos de Reconhecimento*

Estimamos que a relação entre uma espécie  $\Phi$  e as qualidades  $G_1$ ,  $G_2$  e  $G_3$  (por abreviação, “ $G_n$ ” designa o feixe dessas qualidades) que lhe associamos como dependentes é tal que julgamos possível em princípio que algo seja da espécie  $\Phi$  sem de fato instanciar as qualidades  $G_n$ . Uma vez que avaliamos que os objetos instanciam espécies reais que são a condição de suas qualidades, e que tais espécies não são equivalentes a estas qualidades, a manifestação das qualidades é recebida como um indicador (confiável sob algumas circunstâncias) de instanciação da espécie, mas não como uma condição necessária ou suficiente daquela instanciação. Com respeito a uma espécie  $\Phi$  e um conjunto de qualidades  $G_n$  a ela associadas, julgamos possível que algo seja de uma dada espécie sem possuir as qualidades que lhe associamos comumente (*a posse das qualidades não é tomada como uma condição necessária para que a entidade seja da espécie*) assim como julgamos possível que algo possua as qualidades  $G_n$  associadas à espécie  $\Phi$  sem ser da espécie  $\Phi$ , sendo de outra espécie e tendo manifestado as qualidades em questão por influência de determinadas circunstâncias (*a posse das qualidades não é tomada como uma condição suficiente para que a entidade seja da espécie*).

Métodos de reconhecimento da espécie de um objeto valem-se de qualidades que são empiricamente detectáveis. Nossa atitude cognitiva realista, entretanto, nos conduz a tratar métodos de reconhecimento como falíveis. A avaliação é basicamente a seguinte: a circunstância de, por exemplo, um objeto instanciar uma dada espécie é algo que diz respeito ao que ele *é* — o que é independente do que *pensamos* que ele é. Que um objeto manifeste as qualidades associadas à sua espécie é uma expectativa apropriada, mas sujeita em princípio a não se cumprir (dada a influência de circunstâncias conhecidas ou não que inibam ou alterem a manifestação daquelas propriedades). Uma atitude diversa, evidentemente, poderia ser adotada: julgar que uma entidade  $\alpha$  é da espécie  $\Phi$  se e somente se  $\alpha$  satisfaz a lista de qualidades que associamos à espécie  $\Phi$ . Neste caso, espécies não seriam tratadas como estruturas reais. Procurar pelas circunstâncias que possam haver interferido na manifestação das qualidades detectadas por nossos métodos de reconhecimento ao invés de julgar os testes como definitivos está em conformidade com a atitude realista. Reconhecemos cavalos por serem providos de quatro patas e providos de crina, mas algo pode ser um cavalo e não ter de fato nenhuma pata (por alguma razão genética ou outro acontecimento no curso de sua existência) e ser desprovido de pêlos (por alguma enfermidade), etc<sup>20</sup>.

*Se tratarmos espécies como feixes de qualidades, desaparece virtualmente toda a lacuna entre a circunstância de  $x$  ser da espécie realmente e a circunstância de  $x$  satisfazer nossos métodos de reconhecimento da espécie.* Segundo a avaliação essencialista e realista dos objetos, algo pode ser de uma certa espécie independentemente de que sejamos capazes de reconhecê-lo. Consideramos que a questão acerca da espécie a que pertence um objeto não é decidida no âmbito de nossos métodos de reconhecimento. A distinção que concebemos entre o fato de algo *ser* de uma certa espécie e o fato de *reconhecermos* que ele é daquela espécie é absoluta porque se funda na distinção igualmente absoluta que traçamos entre o que as coisas são e o que pensamos que as coisas são. Tratar a questão acerca de se uma entidade pertence à espécie como equivalente à questão de se ela satisfaz

---

<sup>20</sup> Kripke notou esse descompasso em princípio entre a circunstância de algo ser de uma espécie  $\Phi$  e a circunstância de nós o reconhecermos como tal. Sua teoria tem como ponto de partida uma atitude realista: não são os nossos métodos de reconhecimento que determinam se certa entidade é da espécie que rastreamos, mas sim se essa entidade de fato instancia a espécie rastreada no emprego do termo de espécie (mesmo que isso não seja aferível por nossos métodos de reconhecimento).



ossos critérios de reconhecimento é afrontar essa distinção. Por essa razão, qualquer posição filosófica que trata a posse de certas qualidades como condições necessárias e suficientes para pertencer a uma espécie natural, maltrata o modo como entendemos a relação entre espécies naturais e qualidades. Não tratamos a posse das qualidades de reconhecimento como condição necessária e suficiente para algo pertencer a uma espécie porque não tratamos espécies como feixes de qualidades.

#### *IV. Características do Entendimento Básico e Características da Metafísica Descritiva*

*One central task of philosophy is to uncover and delineate the fundamental general evidential and justificatory principles (perhaps also explanatory ones) that underlie (and explain) The more limited ones... Perhaps it cannot be shown that specific principles are fundamental, but a sign that they are... is that they fall under themselves, as instances, and they subsume other things standing in the relevant relation (evidential or justificatory), including to themselves. Note that this self-subsumption is a mark not of truth... but of fundamentality.*

ROBERT NOZICK, *PHILOSOPHICAL EXPLANATIONS*

Ao descrever uma região de nosso entendimento básico do mundo, qual é o estatuto das afirmações que faço? Minhas afirmações pertencem à metafísica descritiva e não ao entendimento básico. O entendimento básico do mundo é o objeto da metafísica descritiva. A metafísica descritiva busca descrever os componentes essenciais do entendimento básico, reconhecer as conexões que possuem entre si e delinear a estrutura que formam. Quando afirmo que o entendimento básico do mundo não está sujeito a alterações ou correções, não estou dizendo que uma metafísica descritiva não está sujeita a alterações. Propostas de metafísicas descritivas são teorias e estão sujeitas a serem aperfeiçoadas ou abandonadas em vista da investigação do próprio entendimento básico.

Ao fazer metafísica descritiva, mostramos que, se certos conceitos são usados, então certos outros conceitos também são usados. Minha proposta parte da constatação de que possuímos as noções de identificação e reidentificação. É inegável que as possuímos. Se

temos, usamos e precisamos das noções de identificação e reidentificação, então também temos, usamos e precisamos de certos outros conceitos.

Meu objetivo nesta seção é traçar uma distinção entre *a ordem de compromissos do entendimento básico* e *a ordem de compromissos da metafísica descritiva*. A metafísica descritiva que estou apresentando atribui ao entendimento básico uma atitude realista e uma atitude essencialista nas práticas de identificação e reidentificação. Devemos classificar minha proposta de metafísica descritiva como também realista e essencialista?

#### *IV.i. O Realismo com Respeito ao Mundo*

Mesmo que minha proposta restrinja o alcance de sua investigação ao nosso entendimento básico do mundo e limite-se a defender o realismo como característica desse entendimento, há um aspecto a ser agora esclarecido em que *ela* é em seu todo *realista*. Quando minha proposta pressupõe que as pessoas têm certas atitudes cognitivas, evidentemente, está presumindo a existência de pessoas com crenças. Além disso, ao descrever suas atitudes cognitivas, mesmo sem comprometer-se com a afirmação de que estas atitudes cognitivas levam à obtenção de verdades metafísicas, a proposta que apresento pressupõe a existência de algum domínio a que dizem respeito aquelas crenças e que é relevante para os seus valores de verdade — ou seja, o mundo<sup>21</sup>.

A proposta por mim apresentada atribui ao entendimento básico a adoção da tese de que existem objetos reais. Ora, uma condição necessária para atribuir uma atitude cognitiva realista a pessoas é adotar a tese de que existem pessoas. Ao adotar a tese de que existem pessoas reais, a metafísica descritiva adota também, uma vez que pessoas satisfazem as condições para serem reconhecidas como entidades reidentificáveis ou objetos, a tese de que há objetos reais. A conexão entre o realismo do entendimento básico e o realismo da

<sup>21</sup> Como nota Barry Stroud, mesmo uma teoria cética que atribui crenças falsas a certas pessoas (ou suspende seu juízo acerca do valor de verdade dessas crenças) está admitindo que existem coisas reais (pessoas) dotadas de crenças. Ao mesmo tempo, se a teoria cética supõe que não podemos saber se as crenças das pessoas são verdadeiras, tal teoria está supondo que há alguma instância (o mundo) à qual dizem respeito aquelas crenças e à qual não temos nenhum tipo de acesso cognitivo que permita a avaliação daquelas. Então, são presumidas como reais por esse cético as três instâncias: pessoas, crenças e mundo. Cf. B. STROUD, “The Goal of Transcendental Arguments” in: *Understanding Human Knowledge: Philosophical Essays*, 2000, p. 203-23.

metafísica descritiva é: não se pode sequer atribuir uma atitude realista (ou qualquer atitude) ao entendimento básico sem se adotar uma posição realista. Não há outra alternativa além do realismo para uma metafísica descritiva que atribui atitudes cognitivas a pessoas. De resto, mesmo que essa premissa realista não seja opcional, acolho-a de bom grado.

As questões metafísicas sobre o que são aquelas entidades particulares que tomamos como reidentificáveis (ou seja, que reconhecemos como indivíduos particulares independentes que preservam suas identidades) e em virtude de que se individualizam são questões legítimas que estão fora de meu horizonte neste trabalho. Ainda assim, considero que nossas práticas de identificação não criam entidades e que critérios de identificação não são responsáveis pela individuação de entidades, mas somente pelo reconhecimento de entidades já individuadas. Considero que a concepção mais correta acerca da relação entre nossas práticas conceituais e o mundo que nos cerca seja alguma versão de realismo conceitual tal como aquele defendido por David Wiggins. Em sua concepção, existem entidades que são capazes de preservar sua identidade e que são independentes de nossos pensamentos e experiências, mas somente podemos reconhecê-las mediante o uso de conceitos<sup>22</sup>. O uso de conceitos não as inventa. Ainda assim, não as identificaríamos e reconheceríamos sem o uso de conceitos. Esse é um pressuposto de minha proposta que pode ou não ser aceito pelo leitor. Esse pressuposto é independente de minha proposta no sentido seguinte: (i) o realismo conceitual não é usado como premissa para argumentar em favor das características do entendimento básico do mundo e (ii) a aceitação de minha reconstrução do entendimento básico como realista e essencialista não nos conduz à adoção do realismo conceitual como uma consequência necessária.

---

<sup>22</sup> Cf. D. WIGGINS, *Sameness and Substance*, 1981.

#### IV.ii. O Realismo dos Universais

Em minha proposta, o realismo dos universais — a tese de que existem universais — aparece em dois níveis: como um componente do entendimento básico e como um componente da metafísica descritiva. Quais são as razões para acolhê-lo nesses dois níveis?

##### IV.ii.i. Entendimento Básico e Realismo dos Universais

Quando afirmo que nosso entendimento básico reconhece a existência de universais — por exemplo, espécies — estou atribuindo-lhe a adoção do realismo dos universais. Por que estou atribuindo um realismo dos universais ao entendimento básico? Por que não lhe atribuo um nominalismo — a tese de que existem apenas particulares? O procedimento de identificação envolve universais. Assim, alguma versão de realismo dos universais está envolvida na atitude essencialista que compõe a identificação.

A noção de natureza de uma entidade nada mais é do que a noção do que uma entidade é. Essa afirmação não explica a noção de natureza em termos de uma noção mais básica: mencionar a natureza de uma entidade é mencionar o que ela é. Essas são duas maneiras de mencionar uma mesma noção básica. Não podemos explicar essa noção em termos de noções mais fundamentais. Podemos apenas oferecer exemplos do que são respostas satisfatórias a uma pergunta sobre o que é uma certa entidade e encontrar a forma comum dessas respostas: todas as respostas satisfatórias são apresentações de universais que determinam a natureza da entidade em questão. Ou seja, são apresentações de universais que determinam a natureza da entidade — e não de suas qualidades<sup>23</sup>.

Por que responder à pergunta sobre o que  $x$  é consiste em apresentar universais e não particulares? Minha resposta é que *dizer* o que algo é é *dizer o que outras coisas podem ser*. A noção *daquilo que algo é* é a noção de um modo de ser em princípio repetível — mesmo que não seja repetido de fato — por outras entidades particulares<sup>24</sup>. Essa é a razão pela qual atribuo um realismo dos universais ao entendimento básico do mundo. Na

---

<sup>23</sup> Apresentar os universais instanciados por suas qualidades é dizer como a entidade é, mas não o que ela é. Cf. ARISTÓTELES, *Categorias*, 3 B 17-21.

<sup>24</sup> Uma outra resposta é que unicamente a apresentação de universais pode ser iluminadora para entender o que algo é: apresentar um particular não iluminaria o nosso entendimento de outro particular.

estrutura da identificação, há um recurso a universais. Quando identificamos uma entidade particular, apelamos a um universal que supomos determinar sua natureza — um universal de espécie.

A segunda razão para atribuir ao entendimento básico o realismo dos universais refere-se a nossas práticas lingüísticas: falamos acerca de universais. Não apenas fazemos afirmações acerca de universais como também predicamos universais. Possuímos e usamos a noção de universal. Nas seções (2.1)-(2.3), defenderei essa posição. Em (1.4), discutirei o papel essencial de universais de espécie em nossas explicações ordinárias.

#### *IV.ii.ii. Metafísica Descritiva e Realismo dos Universais*

Uma questão diversa é por que privilegiei em minha proposta o realismo dos universais na descrição dos elementos que constituem o entendimento básico do mundo, ou seja, por que a metafísica descritiva por mim apresentada adota o realismo dos universais. As afirmações de minha proposta que fazem uso da noção de universal são realistas. Elas poderiam ser reinterpretadas em uma perspectiva nominalista?

Não penso que se possa fazer qualquer teoria sem apelar para universais. No caso presente, muitas das afirmações de minha descrição não são afirmações acerca de conceitos individuais, mas acerca do universal Conceito. Nesse sentido, é uma questão importante, mas que está fora do horizonte de minha discussão, qual é o limite em que uma teoria nominalista faz sentido. As seções (2.1)-(2.3) apresentam razões para considerar que muitos casos de afirmações acerca de universais não são equivalentes a afirmações acerca de particulares.

Uma vez que minha proposta não parece reinterpretável em uma perspectiva nominalista, seria ela reinterpretável em termos de um nominalismo moderado? O conceitualismo é considerado uma forma abrandada de nominalismo<sup>25</sup>. O conceitualismo afirma que universais são dependentes de atos de pensamento. O conceitualista deve, por conseguinte, apresentar uma reconstrução dos universais reconhecidos pelo realista mostrando que são dependentes da mente ou de atos de pensamento em última instância.

---

<sup>25</sup> Muitos autores entendem o conceitualismo como um nominalismo moderado. Cf. A. DENKEL, *Object and Property*, 1996, p. 155. Loux também vê o conceitualismo como uma versão de nominalismo em M. J. LOUX, *Substance and Attribute: a Study in Ontology*, 1978, p. 10, nota 1.

Porém, há dois problemas na redução de universais a atos de pensamento. O primeiro, diz respeito ao estatuto ontológico dos universais. Ele foi assim apresentado por Russell:

“Suponhamos, por exemplo, que estejamos pensando em brancura. Então *em certo sentido* pode ser dito que a brancura está ‘em nossa mente’... No sentido estrito, não é a brancura que está em nossa mente, mas o ato de pensar na brancura... [P]odemos vir a pensar que a brancura é uma ‘idéia’, *i. e.*, um ato de pensamento; e, assim, chegamos a pensar que a brancura é mental. Mas, ao pensar assim, dela retiramos sua qualidade essencial de universalidade. O ato de pensamento de um homem é algo necessariamente diferente do ato de pensamento de um outro homem; o ato de pensamento de um homem em um tempo é necessariamente diferente do ato de pensamento do mesmo homem em um outro tempo. Portanto, se a brancura fosse o pensamento por oposição ao seu objeto, não haveriam dois homens que pudessem pensar nela e nenhum homem poderia pensar duas vezes nela. Aquilo que os muitos pensamentos diferentes acerca de brancura têm em comum é o seu objeto e este objeto é diferente de todos eles. Assim, universais não são pensamentos, embora, quando conhecidos, sejam objetos de pensamentos.”<sup>26</sup>

Ou seja, supor que os universais estão no pensamento — a menos que o próprio pensamento seja concebido como uma estrutura universal como um *Gedanke* fregeano — não é mais supor que são universais. O seu caráter de universais é perdido. É por essa razão que todo conceitualismo é uma forma de nominalismo.

O segundo problema é supor que não há universais no mundo. A tese de que não há universais *in re*, como espécies por exemplo, pode tomar duas formas principais. Na primeira, propõe-se que é o nosso pensamento que secciona o mundo em espécies e impõe-lhe toda sorte de propriedades e relações. A segunda forma reconhece que há uma estrutura *in re*, mas afirma que ela é particular.

A tese de que é o pensamento que impõe princípios de distinção a um mundo indiferenciado é auto-refutante se é interpretada como a proposta de que *todas* as distinções são resultado da invenção humana. Há uma dificuldade na própria noção de que todo princípio de distinção pode ser inventado. Quem faz essa proposta tem de responder à pergunta sobre se a própria distinção entre classificações descobertas e classificações inventadas também é resultado de invenção. Assim, deve reconhecer que ao menos essa

---

<sup>26</sup> B. RUSSELL, *The Problems of Philosophy* (1911), 2001, cap. 9, p. 56-7.

distinção — se tem sentido usá-la (e quem a usa está comprometido com a tese de que ela tem sentido) — não é inventada<sup>27</sup>.

Em uma posição conceitualista consistente, os princípios de classificação estão no espírito humano, mas não são em sua totalidade arbitrários. Esse conceitualismo propõe que nosso pensamento e experiência impõem-se a uma realidade que em si mesma não possui nenhuma estrutura. Nessa concepção, há uma realidade independente, mas é ao nosso pensamento e experiência que cabe organizá-la. É importante que reconheçamos a distinção entre esse conceitualismo e uma posição filosófica que propõe que não temos como saber se nossas distinções correspondem ao mundo como ele é independentemente de nosso pensamento e experiência porque não temos como comparar pensamento e experiência com a estrutura organizada na qual pensamos e da qual temos experiência. Essa última posição filosófica *não* faz afirmações positivas acerca do mundo que admite ser independente de nosso pensamento e experiência e, desta forma, não afirma que ele é indiferenciado.

A conseqüência contra-intuitiva da tese de que são o pensamento e a experiência que impõem organização a um mundo indiferenciado é a admissão de que antes de haverem seres que pensam e utilizam a linguagem não haveriam distinções entre as coisas do mundo. Esse não é um argumento para refutar a posição conceitualista. Ainda assim, parece sensato supor que há alguma estrutura no mundo mesmo que ela não possa ser conhecida sem os conceitos que temos.

A segunda concepção conceitualista é aquela segundo a qual há propriedades no mundo e estas são particulares<sup>28</sup>. Essa ordem de conceitualistas tenta explicar nosso uso de princípios de classificação como uma atividade de classificar particulares por sua semelhança. A noção chave aqui é a noção de semelhança entre particulares e o problema consiste em saber se podemos explicar a relação de semelhança sem apelar para universais. O realista diz que não podemos. A réplica realista é que, ao introduzir a noção de semelhança, o conceitualista reintroduz universais em sua explicação. Segundo o realista, a noção de semelhança envolve a noção de identidade entre propriedades<sup>29</sup>. Se falar de

---

<sup>27</sup> Cf. J. GRACIA, “Are Categories Invented or Discovered? A Response to Foucault”, *The Review of Metaphysics* (55): 2001, p. 18.

<sup>28</sup> Um defensor dessa posição é, por exemplo, A. DENKEL, *Op. Cit.*, p. 155.

<sup>29</sup> Cf., por exemplo, D. ARMSTRONG, *Universals and Scientific Realism*, 1978, V. II, p. 38 e p. 126 e *Universals: an Opiniated Introduction*, 1989, p. 105-7.

entidades semelhantes é falar em identidade de propriedades, temos o reconhecimento de universais porque a noção de uma propriedade partilhada por duas entidades é a própria noção de um universal. Uma propriedade partilhável é um universal. Para o realista, duas entidades semelhantes são entidades que partilham da mesma propriedade. O desafio a ser enfrentado por esse gênero de conceitualista é evitar a noção de partilha de propriedades.

Pelas observações precedentes, considero pouco atraente a reinterpretação das afirmações de minha proposta de metafísica descritiva que são formuladas envolvendo referência a universais em termos de uma teoria que abdica de universais.

#### *IV.iii. O Essencialismo*

Em minha concepção, o pensamento acerca de quaisquer entidades faz uso da noção de natureza para identificá-las. Ou seja, para pensarmos em algo determinado, temos de reconhecer sua natureza. Se ao *descrever* o essencialismo do entendimento básico eu *pressuponho* também o essencialismo, esse não é um procedimento circular, uma vez que adoto a posição de que todo pensamento acerca de algo tem um componente essencialista.

#### *V. Objetos e Espécies são Unidades Ontológicas Fundamentais*

Se meus argumentos são corretos, temos um entendimento essencialista das entidades que identificamos e reidentificamos. Consideremos o caso das entidades particulares reidentificáveis. O que significa compreender entidades particulares reidentificáveis ou objetos de modo essencialista? Significa, entre outras coisas, reconhecer que nem todos os modos de ser ou propriedades de um objeto encontram-se em pé de igualdade na determinação do que ele é. Alguns modos de ser determinam a natureza do objeto, o que ele é, enquanto outros apenas o qualificam. A consequência disso é que objetos não podem ser compreendidos como conjuntos de qualidades. Em um conjunto de qualidades, estas ocorrem justapostas em grau idêntico de prioridade ou necessidade. Uma crítica comum feita ao essencialismo é de que ele “elege” arbitrariamente algumas qualidades da entidade como necessárias. Se minha concepção é correta, entidades particulares reidentificáveis são unidades fundamentais do ponto de vista de nosso



entendimento básico porque não podem ser reduzidas a estruturas de outras categorias ontológicas: são entidades cuja natureza é determinada por uma espécie e que preservam sua identidade enquanto existem. Espécies, de acordo com a descrição que será apresentada em (1.4) do uso de espécies em explicações, são também unidades ontológicas fundamentais. Em uma explicação, espécies não são tratadas como equivalentes a feixes de qualidades, mas como condições das qualidades de suas instâncias.

Espécies e objetos são temas de identificação e reidentificação e nessas atividades não tratamos objetos como complexos de qualidades e não tratamos a circunstância de ser de uma determinada espécie como a circunstância de possuir certo complexo de qualidades. Do ponto de vista de nossas práticas de identificação e de nossas explicações dos fenômenos do mundo, espécies e objetos são fundamentais.

Formamos conceitos para identificar e reidentificar objetos e espécies. Como são esses conceitos? Se objetos e espécies são tratados como unidades irreduzíveis a entidades de outro estatuto ontológico tais como a qualidades, então conceitos de objetos e conceitos de espécies devem ser claramente *conceitos de unidades fundamentais*. Qualquer teoria que tome tais conceitos como conceitos de coleções ou de complexos maltrata drasticamente suas naturezas. Como veremos, conceitos de objetos e de espécies possuem além da característica de serem conceitos de unidades fundamentais também a característica de serem *conceitos abertos*.

## *VI. Espécies de Objeto e Espécies de Matéria*

*Matéria é um termo relativo:  
A cada forma corresponde uma matéria especial.*

ARISTÓTELES, *FÍSICA*, II, 2.

Uma *espécie de objeto* é um universal que possui *objetos* (no sentido substancial) como instâncias. Além disso, também possuímos usos da noção de espécie que são usos

para *espécies de matéria*. Espécies de matéria são universais que têm *materiais* que compõem objetos como instâncias<sup>30</sup>.

Nesta seção, vou argumentar em favor da distinção entre objeto e matéria (*vi.i*) e, logo a seguir, tratar da distinção entre espécies de objeto e espécies de matéria (*vi.ii*).

### *VI.i. Acerca da Distinção entre Objeto e Matéria*

Reidentificamos um objeto material  $\alpha$  como o mesmo objeto identificado previamente mesmo que  $\alpha$  tenha sofrido alterações na porção de matéria que o compõe. Isso mostra que em nossas práticas de reidentificação — práticas que presumem a preservação da identidade daquilo que é reidentificado — as estimativas acerca das condições para a preservação da identidade de um objeto material e as estimativas acerca das condições para a preservação da identidade de uma porção material não são as mesmas. As considerações a seguir revelam essa diferença.

Devemos reconhecer a distinção entre um objeto e a matéria de que é composto. Não podemos tomar como idênticos um objeto material e a porção de matéria que o compõe porque a preservação de sua identidade não depende da preservação da identidade daquela porção de matéria. Consideremos o caso dos seres vivos. Seres vivos são seres que preservam sua organização funcional em meio a trocas materiais com o ambiente. Em virtude dessas trocas, os seres vivos alteram os materiais que os compõem no curso de sua existência. Um leão, ao longo do curso de sua existência, preserva-se como um mesmo objeto ao passo que a matéria que o compõe altera-se. Consideremos também o caso de objetos artificiais. Imaginemos a estátua de um ser humano feita de bronze. Suponhamos que, devido a um acidente, o nariz da estátua quebra-se e é, a seguir, substituído por uma peça de bronze moldada em formato idêntico. A estátua é agora composta por uma porção

---

<sup>30</sup> Alguns autores, como por exemplo E. J. LOWE, definem espécie como um universal que possui *objetos* como instâncias. M. J. LOUX adota uma visão semelhante. Ele afirma que espécies “são universais que os objetos exemplificam por lhes pertencer” (*Metaphysics*, 1998, p. 119). Esses dois autores têm uma compreensão de objeto como *indivíduo*. Ainda assim, tal procedimento deixa de fora usos da noção de espécie para designar o que não é indivíduo. Meu objetivo nesta seção é mostrar que no tocante ao tratamento de nosso entendimento básico de objetos na acepção substancial apresentada em (*ii*), necessitamos das noções de espécie de objeto e de espécie de matéria.

diferente de bronze e, ainda assim, é a mesma estátua. Dessa forma, a preservação de um objeto não depende da preservação da matéria que o compõe<sup>31</sup>. Em todos esses casos, consideramos que um objeto pode preservar-se mesmo que a porção material que o compõe em um certo momento do tempo seja substituída por uma porção material diversa. Se consideramos que a alteração de matéria ocorre sem alteração da identidade do objeto, segue-se que consideramos que o objeto não é idêntico a nenhuma das porções totais de matéria que o compõem ao longo de sua existência. Assim, é apropriado reconhecermos que a relação que a porção de matéria tem com o objeto é de composição, mas não de identidade.

As condições que devem estar satisfeitas para a preservação de um objeto e para a preservação da matéria que o compõe são diferentes e independentes. Para que a porção total de matéria que compõe a estátua continue a ser a mesma é necessário que nenhuma porção sua seja extraída. A mesma porção total de matéria pode ser utilizada para compor um objeto diferente — como um escudo ou um sino. Por outro lado, para a preservação da identidade da estátua não é necessário que ela preserve a mesma porção de matéria. Se é assim, a estátua e a porção total de matéria que a compõe têm propriedades modais diferentes<sup>32</sup>. Segue-se do princípio de indiscernibilidade dos idênticos que a estátua e a porção total de matéria que a compõe não são a mesma entidade.

A distinção que estou propondo não é equivalente a outra distinção discutida na literatura recente, nomeadamente, a distinção entre um objeto material e o objeto por ele

---

<sup>31</sup> Ainda assim, a preservação da identidade de um objeto depende em muitos casos, entre outras coisas, da preservação da *espécie* de matéria de que é composto.

<sup>32</sup> Um outro caso no qual uma mesma porção total de matéria compõe objetos diferentes foi-me sugerido pelo tratamento que Kit Fine faz de alguns problemas de interpretação das noções de matéria e de forma em Aristóteles (K. FINE, “A Puzzle concerning Matter and Form”). O caso pode ser formulado usando a idéia de F. Nietzsche de um Eterno Retorno. Segundo Nietzsche, presumindo-se que o mundo seja infinito no tempo, é possível que uma situação envolvendo uma certa configuração material torne a se repetir. Suponhamos que aconteça de todas as moléculas que constituíram o corpo de um certo ser humano A em um tempo *t* do passado constituírem meu corpo neste instante. Diremos, então, que A e eu temos a mesma composição material total. Mas diremos também que A e eu somos o mesmo objeto neste instante? Suponhamos ainda que todas as moléculas que no presente constituem meu corpo se reagrupem em um tempo no futuro distante em uma organização funcional humana. Diremos que esse homem do futuro sou eu?

constituído. Essa distinção é uma distinção entre *objetos*<sup>33</sup>. A distinção que estou traçando, ao invés, é uma distinção entre objeto e matéria.

Entendemos a matéria como o que compõe objetos materiais, não como uma realidade destacada. Desse modo, a matéria não é concebida como um objeto em sentido próprio. Ela é entendida como o que compõe um objeto. Uma ocorrência de matéria é sempre ocorrência *em* um objeto que ela compõe. O objeto por ela composto pode ser natural (um homem, um lobo) ou institucional (uma estátua, um navio). Assim, quando consideramos o material ouro não estamos considerando um objeto, mas o que compõe um objeto. Uma pepita de ouro, uma rocha de ouro, um anel de ouro são exemplos de objetos.

Do que eu disse acima não se segue que consideremos materiais como ontologicamente mais básicos do que os objetos que compõem. Em um certo sentido, o objeto é primeiro: temos de ter o objeto para considerar qual é sua matéria. Inicialmente, deparamos com pedras de ouro, rochas de ouro, poças de água, mares, lagos, chuvas. Somente depois pensamos sobre ouro e sobre água. Por essa razão, temos de determinar um objeto para então inquirirmos a respeito de sua matéria. A matéria é sempre matéria de um objeto.

A matéria de um objeto é uma característica sua, mas não é uma *parte* sua no sentido a ser especificado a seguir. Partes de objetos também são objetos. Se eu dividir o objeto em partes, obterei outros objetos cada qual com sua matéria (se eu dividir um objeto composto de matéria da espécie Ouro em partes muito diminutas, terei objetos com uma matéria que não é ouro). As partes que consideramos que compõem a matéria ouro ou a matéria água são, na verdade, partes de um objeto que possui como matéria ouro ou água. E também são objetos. Na qualidade de objetos, podemos tornar a perguntar pela matéria de que são feitos. Esses objetos constituintes, se forem suficientemente diminutos, não serão compostos de ouro.

---

<sup>33</sup> Os defensores dessa posição fazem corretamente a distinção entre a relação de identidade e a relação de constituição (D. WIGGINS, *Sameness and Substance*, 1980; L. R. BAKER, “Why Constitution is not Identity” (94, n. 12): 1997.). Em sua concepção, um objeto (uma estátua, um ser vivo) não é idêntico ao objeto material que o constitui. Eles defendem a tese de que a relação de identidade é necessária e, em consequência, a tese de que não faz sentido supor que há identidade contingente. Nessa concepção, a assim chamada identidade contingente nada mais seria do que constituição.

O anel de ouro e o ouro de que ele é feito não são um mesmo objeto, nem muito menos objetos diferentes. Eles não são duas entidades no *mesmo* sentido de “entidade”.

*VI.ii. Termos que designam Espécies de Objeto e Termos que designam Espécies de Matéria*

Os termos que designam universais são de três tipos: termos que designam espécies, termos que designam qualidades e termos que designam relações. Termos que designam universais são utilizados literalmente tanto para designar o universal que é o *telos* do conceito que expressam quanto para designar uma instância deste universal<sup>34</sup>. Os termos que designam espécies (“cavalo”, de exemplo) são utilizados tanto para designar uma espécie (o Cavalo) como para designar um exemplar da espécie (um cavalo particular); os termos que designam qualidades (“vermelho”) são utilizados tanto para designar uma qualidade (vermelho) quanto para designar uma instância particular da qualidade (um vermelho particular).

Os termos que designam espécies podem ser distinguidos entre *termos que designam espécies cujas instâncias são indivíduos* e *termos que designam espécies cujas instâncias não são indivíduos*. Este trabalho discute fundamentalmente os termos que designam as espécies cujas instâncias constituem um subgrupo da classe dos indivíduos: os termos que designam espécies de objeto (em sentido substancial). Este trabalho também trata de questões que envolvem os termos que designam espécies do que não é um indivíduo: termos que designam espécies de matéria.

A distinção entre termos que designam espécies de objeto (em sentido substancial) e termos que designam espécies de matéria recapitula a distinção entre *termos sortais* e *termos de massa*. Meu objetivo é apanhar o mesmo fenômeno a que a última distinção se reporta, mas de modo mais direto. Afirma-se na literatura que termos sortais têm princípios de individuação (e princípios de preservação) a eles associados ao passo que termos de massa carecem de tais princípios associados. A seguinte passagem apresenta uma formulação característica dessa tese:

---

<sup>34</sup> Cf., por exemplo, (2.1)-(2.4).

“Frases da forma ‘... é um K’ [em que ‘K’ é um termo sortal, BHJ] expressam afirmações que nos comprometem com a existência de um objeto e implicam critérios para afirmar a identidade de um objeto consigo próprio e sua identidade ao longo do tempo. Predicados ordinários não poderiam fazê-lo; apenas por tomar ‘... é vermelho’ como indicando um comprometimento a uma ‘coisa-vermelha’ poderiam fazê-lo, mas ‘coisa’ em si mesmo é um conceito tão genérico em sua aplicabilidade que não classifica [*sort*] e, assim, não oferece nenhum critério. Falando genericamente, predicados genuínos permitem-nos atribuir propriedades a objetos, ao passo que termos sortais desempenham o papel de dizer que algo é um objeto ao mesmo tempo em que atribuem propriedades... [Seu emprego] nos confere uma categoria adicional de compromissos.”<sup>35</sup>

Ou seja, na visão acima, ao utilizarmos um termo sortal em uma predicação não só atribuímos uma propriedade como também dizemos que aquilo a que se atribui a propriedade é um objeto. Ainda que essa visão seja correta, ela apresenta como primitiva uma característica que é derivada. A predicação de um termo sortal realmente não apenas atribui uma propriedade a algo como também lhe atribui o caráter de objeto. Mas isso deve-se unicamente ao fato de que o termo sortal é um termo de espécie de objeto. O potencial descritivo do termo sortal não está radicado meramente no âmbito gramatical e em práticas linguísticas. Um termo sortal é um termo de espécie de objetos. Termos sortais são, simplesmente, os termos para designar espécies de objetos, ou seja, termos que designam universais que têm objetos como instâncias. “Leão” designa a espécie Leão que tem como instâncias leões individuais, os quais são objetos. Desse modo, podemos explicar o fato de que há uma atribuição implícita de que *x* é um objeto quando utilizamos um termo sortal na predicação acerca de *x* como um fenômeno que se deve ao nosso conhecimento de que estamos falando de uma espécie *de objetos*. Não temos uma compreensão básica e primitiva do que é um termo sortal e do que é um termo de massa. Ao invés, temos uma compreensão básica do que é uma espécie de objeto e do que é uma espécie de matéria de objeto. É a partir dessa compreensão que faz sentido a distinção entre termos sortais e termos de massa. A distinção gramatical apenas recapitula a compreensão de uma distinção ontológica.

Termos de massa são os termos que designam as espécies dos fatores composicionais de objetos. Essa é a razão pela qual os termos de massa não têm princípios de individuação associados: as instâncias das espécies por eles designadas não são

---

<sup>35</sup> M. P. WOLF, “The Curious Role of Natural Kind Terms”, *Pacific Philosophical Quarterly* (83), 2002, p. 86.

indivíduos. Um termo tem princípios de individuação associados se designa uma espécie cujos exemplares são indivíduos e, por conseguinte, pode ser utilizado para identificar indivíduos.

Termos de espécies de objeto combinam-se com numerais tanto em sua utilização para designar espécies de objeto quanto para designar os objetos que são exemplares daquelas; termos de espécies de matéria podem combinar-se a numerais apenas quando designam *espécies* de matéria (afinal, espécies são indivíduos), mas *não* quando são utilizados para designar *porções particulares* de matéria. Podemos utilizar “dois elefantes” tanto para designar duas espécies de elefantes quanto para designar duas entidades particulares da espécie Elefante. Com um termo de matéria — como “água”, “ouro”, “sangue”, “cerveja”, “vinho” —, isso não ocorre. A utilização de “duas cervejas” é adequada enquanto tal tão-somente para designar *espécies* de cerveja. Quando se trata de amostras particulares de cerveja, não é apropriada a expressão “duas cervejas”. Nos casos em que essa expressão é utilizada, ela faz menção implicitamente a unidades que individualizam as porções de matéria: “duas (garrafas de) cerveja” ou outra expressão individuativa<sup>36</sup>. Quando termos de espécie de matéria são empregados para designar

---

<sup>36</sup> Strawson chama a atenção para o fato de que é apenas ao combinarmos termos como, por exemplo, “poça de”, “gota de” e “anel de” aos termos de espécies de matéria, obtendo “poça de água”, “gota de água” e “anel de ouro”, que especificamos formas de ocupação do espaço. Strawson declara: “a idéia da característica-gato [um universal sortai], diferentemente daquela de neve, deve incluir a idéia de uma figura [*shape*] característica, um padrão [*pattern*] característico de ocupação do espaço”. (*Individuals*, p. 207. Adendos meus entre colchetes). Strawson afirma que a idéia de um universal sortai contém a idéia de uma certa figura ou *forma característica de ocupação do espaço* ao contrário de universais de matéria.

Strawson vê termos de espécie de matéria como termos que pertencem a um “nível de pensamento pré-particular”. Ele afirma: “Embora frases de localização de características não introduzam particulares em nosso discurso, provêm uma base para essa introdução... Em geral, a transição de fatos da espécie pressuposta à introdução dos particulares para os quais oferece a base envolve uma complicação conceitual: envolve a adoção de critérios de distinção e, quando aplicáveis, critérios de reidentificação para particulares da espécie em questão” (*Individuals*, p. 203). Esta passagem ilustra o que Strawson entende por pensamento pré-particular: é como se termos de matéria estivessem, em certo sentido, em uma relação unívoca com termos de espécie de objeto (termos sortais), diferindo somente no nível de complexidade conceitual. É como se termos de espécie de matéria não fossem ainda termos sortais devido à sua simplificação conceitual, ou seja, devido somente à ausência de critérios de identificação e reidentificação. Minha objeção a esse modo de fazer a distinção entre termos de espécie de matéria e termos de espécie de objeto é que a distinção é categorial:

porções particulares de matéria, fazem-se acompanhar de expressões como “pouco” ou “muito” que não especificam unidades. Além disso, termos de espécies de matéria fazem-se acompanhar de termos que especificam mensuração: “litro de”, “quilo de” e a expressão *complexa assim formada* combina-se a numerais. Termos de espécies de objeto *também* se fazem acompanhar de termos de mensuração (por exemplo, “um quilo de laranjas”).

#### *VI.ii.i. Taxonomia e Matéria*

Podemos perguntar o que é um certo objeto. Podemos também perguntar de que é composto esse objeto. Essa última pergunta é a pergunta sobre a natureza da porção material que compõe o objeto.

Quando identificamos um certo tipo de natureza e reconhecemos que ele é partilhado por uma coleção de objetos, obtemos em consequência uma classificação daqueles objetos. A partir dessa identificação da espécie de uma coleção de objetos, podemos posteriormente introduzir novas identificações que se aplicam apenas a uma variedade dos objetos componentes daquela coleção. As novas identificações situam-se como casos particulares da identificação preliminar. Um sistema taxonômico é o resultado desse procedimento de refinamento paulatino das identificações das naturezas das entidades. Assim como construímos taxonomias das espécies de objeto, ao elaborarmos identificações mais e mais refinadas das espécies de composição dos objetos, também obtemos taxonomias das espécies de matéria. Dessa forma, consideramos que não apenas os objetos têm suas naturezas determinadas por espécies, como os materiais que compõem

---

universais sortais (ou universais de espécie de objeto) têm como instâncias objetos e universais de espécie de matéria têm como instâncias materiais que compõem objetos. É como se na visão de Strawson a utilização de termos de espécie de matéria (ou de conceitos de espécie de matéria) antecedesse o discurso sobre objetos. Mas trata-se do oposto. Todo o discurso sobre matéria pressupõe o discurso sobre objetos — porque a matéria é matéria de um objeto. O discurso sobre a matéria de um objeto é sinal de um nível conceitual complexo em que já se reconhecem objetos e se distinguem os materiais que os compõem. (Van Heijenoort pensa que o discurso sobre matéria é “paralelo” ao discurso sobre objetos e pergunta-se se tal discurso não corresponde a um nível de pensamento mais complexo porque instaura considerações de mensuração e magnitude. Cf. J. VAN HEIJENOORT, “Subject and Predicate in Western Logic” in: *Selected Essays*, 1985, p. 32). Minha observação *concorda* com o espírito do pensamento de Strawson. Afinal, é sua proposta em *Individuals* que particulares reidentificáveis são ontologicamente básicos.



objetos materiais também têm naturezas determinadas por espécies. Em outras palavras, consideramos que a matéria tem uma natureza. Há uma diversidade de espécies de matéria, cada uma das quais com suas qualidades específicas. A espécie Ouro é uma espécie de matéria; a espécie Água, outro. Da mesma forma como podemos reconhecer uma hierarquia de espécies de objeto, podemos reconhecer uma hierarquia de espécies de matéria que é independente e transversal à hierarquia anterior, com espécies como Metal, Líquido, Ouro, Água, etc.

Concebemos que materiais são dotados de naturezas como é o caso com objetos. A espécie de um material não determina a espécie do objeto que ele compõe. Para algo ser um rio, deve ser composto de água. Mas ser composto de água não é uma condição suficiente para algo ser um rio. Tomates e bebês possuem proporções maiores de matéria da espécie Água em sua composição do que o Salt Lake nos Estados Unidos da América. Além disso, seres humanos não são água, mesmo que sejam compostos em sessenta por cento *de* água<sup>37</sup>.

A Parte I do capítulo 2 apresenta um tratamento do emprego de termos de espécie para fazer referência a espécies de objetos e a objetos [(2.1)-(2.2)] e para fazer referência a espécies de matéria e às suas instâncias, porções concretas de matéria [(2.3)-(2.4)].

## *VII. Conceito e Pensamento*

A palavra “pensamento” é utilizada tanto para designar o ato de pensar quanto para designar o conteúdo deste ato. Esse duplo emprego é motivado, certamente, pelo fato de que não podemos identificar os episódios do processo de pensar sem especificar os conteúdos destes episódios. Fazemos a especificação desses conteúdos mediante a utilização de frases. O conteúdo (semântico) de uma frase serve para a especificação do conteúdo cognitivo de um ato de pensamento. Identificamos um pensamento, por exemplo, dizendo: “pensei que P” ou “pensei que R” (tomando “P” e “R” como sinais de frases declarativas completas). Dessa forma, a linguagem presta-se para registrar e comunicar nossos pensamentos e dar a conhecer os pensamentos de outros indivíduos. Essa capacidade de especificar os conteúdos de pensamento faz da linguagem um instrumento

---

<sup>37</sup> Cf. a seção (2.4) acerca dos dois modos como podemos predicar termos de matéria.

fundamental na investigação do pensamento: investigar a linguagem permite um acesso ao pensamento por intermédio da especificação de seu conteúdo.

Uma vez que o conteúdo de um pensamento é especificável unicamente por intermédio de frases completas, podemos tratar pensamentos como conteúdos cognitivos completos.

Um conteúdo cognitivo completo não é uma entidade simples, mas uma estrutura complexa. Podemos decompor o complexo estruturado que é um pensamento em partes heterogêneas. Uma vez feita essa decomposição, teremos conceitos — os constituintes do conteúdo cognitivo. Pensamentos são constituídos a partir do exercício de conceitos. Conteúdos cognitivos completos são complexos estruturados de habilidades conceituais<sup>38</sup>. Um conteúdo cognitivo complexo é o resultado do concurso de, pelo menos, dois tipos de exercícios de conceitos. O primeiro, é o ato de usar um conceito para *pensar em* algo. Nesse exercício, o conceito é usado para identificar o *tema* do pensamento. Emprego a expressão “tema” para indicar a entidade acerca da qual um pensamento versa<sup>39</sup>. O segundo tipo de exercício que constitui um pensamento é o ato de usar o conceito para *predicar* uma propriedade do tema do pensamento.

Esses exercícios das habilidades conceituais correspondem aos dois momentos lógicos cujo concurso é necessário para a constituição de um pensamento: o identificar e o predicar. Em uso identificador, o conceito é usado para estabelecer uma entidade como a entidade relevante para o valor de verdade do pensamento; em uso predicativo, o conceito é usado para predicar da entidade sobre a qual se pensa a propriedade relevante para o valor de verdade do pensamento. *Termo singular* e *predicado* são as unidades gramaticais que sinalizam esses dois tipos de usos dos conceitos<sup>40</sup>.

Conceitos são *modos de pensar*. Gareth Evans valeu-se da expressão “modo de pensar” para melhor entender o que Frege designou com a expressão “modo de

---

<sup>38</sup> A idéia de que conceitos são fundamentalmente habilidades deve-se a Peter Geach. Cf. minha discussão em (1.7).

<sup>39</sup> Sobre a utilização da palavra “*thema*” no século XVII para indicar aquilo que é objeto lógico de um pensamento, cf. G. NUCHELMANS, “Logic in the Seventeenth Century”, in: M. AYERS; D. GARBER (Ed.), *The Cambridge History of Seventeenth-Century Philosophy*, 1998, V. I, p. 108-109.

<sup>40</sup> Cf. (1.20) acerca de meu critério de termo singular como a expressão que sinaliza o uso identificador de um conceito.

apresentação”. Um modo de pensar é como um *Sinn* fregeano<sup>41</sup>. Nós exercitamos modos de pensar para pensar em objetos, propriedades e mesmo em outros conceitos.

### VIII. A Estrutura dos Conceitos

Conceitos possuem uma estrutura tripartida. Tal como é reconhecido na tradição filosófica, a estrutura de um conceito é formada por uma *intensão*, as condições de aplicação ou notas do conceito, e uma *extensão*, o conjunto de entidades que satisfazem suas notas. Além disso, proponho o reconhecimento de um *telos* ou *objetivo* do conceito — o elemento (seja universal ou particular) que ele visa identificar<sup>42</sup>. Todo conceito é conceito *de algo*: é um conceito de justiça, um conceito de ação, um conceito de verdade, etc. Parte da identidade de um conceito é dada pelo elemento que ele identifica. Quando temos o conceito  $\phi$  de um universal  $\Phi$ ,  $\Phi$  é o *telos* ou objetivo do conceito  $\phi$ . Nesse caso, a intensão de  $\phi$  são as condições que devem ser satisfeitas para algo instanciar o universal  $\Phi$  e a extensão de  $\phi$  é o conjunto de entidades que instanciam  $\Phi$ .

Adoto a distinção entre conceito e propriedade. Ainda que possamos dizer que se é o caso que um objeto  $x$  tem a propriedade de *ser verde* também é o caso que  $x$  cai sob o conceito *verde*, é incorreto afirmar uma equivalência entre essas duas circunstâncias, uma vez que elas guardam entre si uma relação assimétrica: é porque  $x$  tem a propriedade de *ser verde* que ele cai sob o conceito *verde* e não o oposto. A posse da propriedade de *ser verde* é a condição para que  $x$  caia na extensão do conceito *verde*. Assim, temos de reconhecer a distinção entre conceito e propriedade<sup>43 44</sup>. Pois bem, essa distinção é capturada integralmente pela proposta acerca da estrutura dos conceitos apresentada no parágrafo

<sup>41</sup> Ao afirmar que conceitos são como sentidos fregeanos, evidentemente, estou distinguindo-os daquilo que Frege designou com “*Begriff*”. Cf. o Anexo I acerca da noção de um *Begriff* fregeano e de sua relação com meu emprego das noções de conceito e de propriedade.

<sup>42</sup> A finalidade de um conceito é identificar, rastrear e entender algo. Esse “algo” é o *telos* ou *objetivo* do conceito. Outras expressões poderiam ser utilizadas perfeitamente bem no lugar de “*telos*” e de “*objetivo*”: “*correlato*” ou “*tópico*” são boas candidatas. Escolhi as expressões “*telos*” e “*objetivo*” porque ambas têm entre seus significados a noção de *finalidade*. O *telos* de um conceito não somente é um correlato seu como também é aquilo que temos a finalidade de entender no uso do conceito. Usamos um conceito para identificar e entender seu *telos*. As notas de um conceito são usadas para articular, em termos de condições de aplicação, a natureza do *telos*. Assim, o *telos* de um conceito atua como o elemento norteador de seu uso.

anterior. A distinção entre conceito e propriedade é um caso da distinção entre um conceito e seu *telos*. No caso examinado, a propriedade de *ser verde* é o *telos* do conceito *verde*. A intensão do conceito *verde* são as condições para algo possuir a propriedade de *ser verde* e sua extensão é o conjunto das coisas que possuem essa propriedade.

O exemplo apresentado acima é o exemplo da distinção entre o conceito de um universal e o universal — nesse caso, a propriedade — do qual ele é conceito. Com essas considerações acerca da estrutura dos conceitos, posso explicitar minhas propostas acerca de conceitos de espécies e conceitos de objetos. Estou propondo que há genuinamente conceitos de objetos (conceitos que têm objetos como *tele*) e não apenas conceitos de universais (conceitos que têm universais como *tele*). Conceitos de objetos são formados a partir de usos de conceitos de universais para identificar objetos. Além de conceitos de objetos, também investigarei uma variedade dos conceitos de universais — os conceitos de espécies. Como mencionei em (II.i), defendo a admissão de espécies como universais genuínos, ou seja, irreduzíveis a outras categorias de universais, tais como qualidades.

---

<sup>43</sup> Sou grato ao prof. Balthazar Barbosa Filho por chamar-me a atenção para a inadequação de assimilar a circunstância de uma entidade  $\alpha$  possuir uma determinada propriedade à circunstância de  $\alpha$  cair sob um determinado conceito. Na seção (1.8), discorro acerca da distinção entre conceito e propriedade.

<sup>44</sup> Strawson emprega outros argumentos intuitivos em favor da plausibilidade de tal distinção. Cf. P. F. STRAWSON, “Concepts and Properties” (1984) in: *Entity and Identity*, 1997, p. 88-90, e em “Reply to Arindam Chakrabarti” in: L. E. HAHN (Ed.) *The Philosophy of P. F. Strawson*, 1998, p. 325-7. Strawson afirma: “possuir ou exibir a *propriedade* da coragem é ser corajoso ou comportar-se corajosamente. Possuir ou apreender o *conceito* de coragem é saber ou vir a saber o que é coragem ou o que é ser corajoso ou comportar-se corajosamente... A diferença entre conceitos e suas propriedades correspondentes consiste nisto: que falar do conceito é falar da *idéia* ou *pensamento* da coisa, a propriedade, ao passo que falar da propriedade é falar da coisa mesma” (“Concepts and Properties”, p. 88-9).

## IX. Identificação e Reidentificação

Não apenas identificamos como também reidentificamos objetos e espécies. Reidentificamos objetos (“Ali está João novamente”). Reidentificamos espécies, isto é, somos capazes de reconhecer a espécie de um ou mais indivíduos como a mesma espécie identificada outrora (“Olha, outro graxaim próximo do que parece ser uma pitangueira”).

Conceitos de espécies e de objetos são conceitos formados para identificar e reidentificar, respectivamente, espécies e objetos. Quanto ao uso, conceitos de espécies divergem de conceitos de objetos. Conceitos de espécies são usados tanto para a identificação (e reidentificação) quanto para a predicação. Isso se deve ao fato de que seus *tele* são espécies, e espécies são universais. Universais são predicáveis. Conceitos de universais podem ser usados tanto para identificar o universal que rastreiam (ou uma instância do universal) quanto para predicar este universal de outra entidade. Conceitos de objetos podem ser usados unicamente para identificar (reidentificar) objetos. Objetos são particulares e, dessa forma, podem ser alvo tão-somente de identificação, não de predicação.

Vou tratar inicialmente dos casos em que identificamos objetos e espécies dos quais não possuímos um conceito específico. Esse é o espectro de casos em que a identificação é realizada por intermédio de conceitos que atuam em complexos conceituais formados em certa ocasião com o propósito de identificar certa entidade (objeto ou espécie). Logo a seguir, tratarei dos conceitos que formamos a partir desses complexos conceituais.

O capítulo 1 expõe e defende a compreensão da noção de identificação como uma atividade que envolve um momento de *generalização* e um momento de *singularização*. Identificar  $x$  é identificar  $x$  como um  $F$ . Aqui é essencial o uso de um conceito de espécie que especifica *o que*  $x$  é. Ao reconhecermos sua natureza geral estabelecemos implicitamente quais tipos de mudanças ele poderia sofrer sem deixar de ser a mesma entidade. A identificação seria incompleta se não fosse capaz de isolar  $x$  de outras coisas com o mesmo caráter geral. Assim, identificar  $x$  é identificar  $x$  como *o*  $F$  que é  $G$  (singularização puramente conceitual mediante a combinação do conceito matriz  $F$  com o conceito de unicidade expresso pelo artigo definido e o conceito expresso por um termo conceitual qualificador) ou identificar  $x$  como *este*  $F$  (singularização mediante a

combinação do conceito matriz com um conceito demonstrativo em cooperação com o mundo). Os momentos da generalização e da singularização valem tanto para a identificação de objetos quanto — *mutatis mutandis* — para a identificação de espécies<sup>45</sup>.

Formamos complexos conceituais para identificar um certo objeto ou espécie. A seguir, se é o caso que tenhamos interesse em *rastrear* tal entidade em ocasiões futuras de reidentificação, via de regra, formamos um conceito daquela entidade, isto é, um conceito que a tem como seu *telos*. Isso é feito por intermédio de um juízo que estabelece a espécie ou o objeto identificados mediante o uso do complexo conceitual original como o *telos* do conceito então formado. O novo conceito terá como sua intensão notas herdadas dos conceitos que formavam o complexo conceitual original (principalmente, notas herdadas do conceito de espécie que operava como matriz). Tais notas operarão como métodos de reconhecimento da entidade rastreada. E o conceito então formado terá como extensão o conjunto das entidades que instanciam a entidade caso esta seja um universal (como, por exemplo, uma espécie). No caso de havermos formado um conceito de objeto, teremos um conceito sem extensão. Os capítulos 2 e 3 mostram, respectivamente, como isso ocorre no caso de conceitos de espécies e de objetos.

#### *IX.i. Identificação e Reidentificação Indexical*

Vou utilizar a seguinte classificação: uma *identificação descritiva* é uma identificação em que o momento singularizador é realizado descritivamente; uma *identificação indexical* é aquela em que a singularização é realizada com a indicação do contexto do agente da identificação.

Em uma identificação indexical, o agente da identificação identifica a entidade no seu contexto espaço-temporal. Há duas características a serem notadas aqui: (i) a entidade é identificada no mesmo contexto espaço-temporal que o agente da identificação ocupa e (ii) como o agente da identificação reconhece o contexto espaço-temporal como uma estrutura independente, *ipso facto* reconhece o que nela identifica como também independente. Dessa forma, identificar algo como um cavalo e como *este* cavalo é identificá-lo em uma determinada posição do espaço e do tempo e, assim, também é identificá-lo no mesmo

<sup>45</sup> Quando se trata da identificação de uma espécie, temos, na generalização, de identificá-la como uma espécie *de objeto* ou uma espécie *de matéria*.

sistema objetivo do qual o agente se reconhece como ocupante. O objetivo da seção (1.12) será defender essa posição.

Minha atenção está centrada na identificação e reidentificação indexical. A razão é que as reidentificações de objetos são reidentificações indexicais. Da mesma forma, as espécies que supomos reidentificar são as espécies das entidades das quais temos uma identificação indexical.

Sigo o procedimento de classificar entidades — particulares e universais — como *concretas* se ocorrem no espaço e tempo (ou, ao menos, no tempo); *abstratas* são aquelas entidades que tomamos como existentes fora do espaço e tempo<sup>46</sup>. Assim, toda entidade que é tema de reidentificação indexical é concreta por definição.

Minhas considerações sobre identificação e referência são válidas para a identificação de (e referência a) qualquer entidade, seja abstrata ou concreta. Ainda assim, minha investigação central recai sobre a natureza dos conceitos que usamos para reidentificar indexicalmente entidades, e, desse modo, sobre conceitos de entidades particulares e universais concretas.

Uma vez que a noção de reidentificação de que me ocuparei é essencialmente indexical, não empregarei a qualificação “indexical” para suplementar a expressão “reidentificação” porque tal qualificação estará subentendida<sup>47</sup>.

Agora posso esclarecer o modo *sui generis* como conceitos de espécies e de objetos operam para identificar e reidentificar seus objetivos: operam como conceitos abertos.

## X. Conceitos Abertos e Fechados

Nosso entendimento realista e essencialista de objetos tem como conseqüência um certo modo de operar com conceitos de objetos e de espécies naturais. Tais conceitos são conceitos de unidades fundamentais e, ao mesmo tempo, são conceitos abertos. Tais

---

<sup>46</sup> Essa distinção é assim traçada, por exemplo, em E. J. LOWE, *A Survey of Metaphysics*, 2002, capítulo 20, p. 366 e 368.

<sup>47</sup> Não excluo a possibilidade em princípio de uma reidentificação não-indexical de algo. Uma “intuição intelectual” na terminologia kantiana não parece *prima facie* uma noção contraditória. Podemos falar de duas intuições intelectuais de uma entidade abstrata que reconhecemos ser a mesma entidade e dizer que a segunda intuição opera como uma reidentificação não-indexical da entidade?

conceitos são conceitos de unidades fundamentais porque são formados para identificar e reidentificar entidades que não se deixam reduzir a coleções de qualidades. Seus *tele* são unidades fundamentais. Quando postulamos a existência de certo objeto ou espécie, podemos formar um conceito para rastreá-lo. Inicialmente, identificamos o objeto ou espécie mediante um complexo conceitual. A entidade assim identificada pode então vir a ser fixada como o objetivo de um conceito a ser formado por intermédio de um juízo apropriado. A partir de então, passaremos, no uso do conceito formado, a utilizar as qualidades associadas ao objeto ou à espécie que é seu objetivo como métodos para seu reconhecimento — ou seja, como critérios para sua reidentificação. Os conceitos que especificam as qualidades do objetivo do conceito serão, a partir de então, notas que comporão a intensão do conceito. Uma vez que tais notas serão tratadas como métodos de reconhecimento falíveis do objetivo e não como critérios de aplicação necessários e suficientes, esses serão conceitos abertos.

A distinção entre conceito aberto e conceito fechado reside no uso que fazemos de suas notas. Quando empregamos as notas de um conceito como condições necessárias e suficientes de sua aplicação, tratamo-lo como um conceito fechado. O conceito é tratado como aberto se suas notas são usadas somente como métodos de reconhecimento.

O fator responsável pelo tratamento de um conceito como um conceito aberto é a compreensão realista e essencialista da entidade que rastreamos no seu uso. Quando temos uma compreensão realista do *telos* de um conceito, consideramos inapropriada qualquer tentativa de defini-lo como o que satisfaz nossos métodos de reconhecimento — ou seja, abandonamos qualquer tentativa de dizer que o *telos* do conceito é simplesmente aquilo que possui determinadas qualidades. Nossos conceitos de objetos e de espécies são abertos porque consideramos tanto objetos como suas espécies como reais. Usamos esses conceitos para investigar e descobrir o que seus *tele* ou objetivos realmente são e quais são suas qualidades reais.

Conceitos de espécie rastreiam espécies, ou seja, rastreiam os modos de ser que julgamos que determinam as naturezas das coisas. Um conceito de espécie rastreia uma espécie e não as qualidades de que nos valem para identificá-la e reidentificá-la. As qualidades são parte do fenômeno a ser explicado pela atribuição de espécie. O conceito de espécie rastreia a condição desse fenômeno.



A consequência dos usos realista e essencialista dos conceitos de espécie natural, segundo os quais a espécie é uma entidade universal real independente de nossos métodos de reconhecimento, é que tais conceitos operam como conceitos abertos. Nenhum critério de aplicação desses conceitos é tomado como a definição ou parte da definição do conceito porque consideramos que sua satisfação seria meramente a ocorrência de uma qualidade que não é ela própria um signo inequívoco da presença da espécie. As explicações que usamos no âmbito do entendimento básico do mundo detêm-se via de regra na classificação das entidades em espécies sem a elaboração de definições dos conceitos de espécies. Se assumirmos a atitude de fixar um critério de aplicação como a articulação cognitiva correta da espécie — e assim a atitude de fixar uma dada qualidade ou feixe de qualidades como a propriedade(s) definidora(s) da espécie, teremos uma definição para o conceito e, assim, poderemos usá-lo como um conceito fechado. O uso *operacionalista* de um conceito de espécie é aquele no qual se elegem um ou mais critérios de aplicação como condições cuja satisfação é necessária e suficiente para algo ser da espécie, realizando um “fechamento” do conceito. A realidade da espécie é, nessa visão, considerada como algo que se decide pela satisfação dos critérios de aplicação. Esse uso operacionalista fere nossa distinção entre a circunstância de algo ser de uma certa espécie  $\Phi$  e a circunstância de o reconhecermos como sendo dessa espécie e, por isso, fere também nossa compreensão dos conceitos de espécie natural.

As articulações cognitivas iniciais acerca do que é a espécie — necessárias para a introdução do conceito de espécie (e do termo de espécie que o expressa) operam como métodos de reconhecimento da espécie rastreada e não como definições. A espécie que é o *telos* do conceito é pressuposta como real, mas não explicada definitivamente (explicações *provisórias* podem ser oferecidas em diversos estágios de conhecimento do mundo).

Se tivermos uma compreensão não-realista de algo, faremos um uso operacional do conceito que o possui como *telos*. O *telos* do conceito poderá, nesse caso, ser definido preliminarmente por estipulação como o fenômeno que é equivalente à manifestação de certas qualidades. Conseqüentemente, as notas do conceito são usadas como critérios necessários e suficientes de sua aplicação.

## *XI. Teoria da Referência*

Minha abordagem sobre o uso de conceitos para *identificar* espécies e objetos serve de base para uma proposta de como utilizamos expressões lingüísticas para *referirmo-nos* a essas entidades. Defendo que uma teoria da identificação é o núcleo essencial de uma teoria da referência correta. A idéia básica pode ser formulada nestes três passos:

- (a) Para que um indivíduo refira-se a uma entidade  $x$ , ele tem de pensar em  $x$ .
- (b) Para que um indivíduo seja capaz de pensar em  $x$ , ele deve identificar  $x$ .
- (c) Assim, para que um indivíduo refira-se a  $x$ , ele deve identificar  $x$ .

Como o ato de identificar algo envolve essencialmente conceitos e a identificação é básica para a referência, não há referência sem conceitos.

Em virtude dos dois tipos de usos identificadores de um conceito de espécie, somos capazes de identificar tanto seu *telos* quanto uma entidade de sua extensão. Igualmente, somos capazes de tornar sujeitos de predicação tanto o último quanto o primeiro. A capacidade do *conceito* de espécie de ser usado para identificar tanto seu *telos* como uma entidade de sua extensão é o que permite que utilizemos *literalmente* o *termo* de espécie para referirmo-nos à espécie ou a um indivíduo da espécie<sup>48</sup>. Nesse caso, não há ambigüidade do termo de espécie: ele está sendo utilizado nos dois casos para fazer referência a níveis diversos do mesmo conceito (ora para referirmo-nos ao *telos* do conceito, ora para referirmo-nos à sua extensão) O uso identificador dos conceitos se expressa na utilização referencial dos termos que os expressam.

## *XII. A Complexidade do Uso Identificador dos Conceitos de Universais*

Conceitos de universais são habilidades de identificar (reidentificar) e predicar universais. Um conceito de universal pode ser alvo de usos identificadores e usos predicativos<sup>49</sup>. Voltemos nossa atenção para aqueles conceitos de universais que são conceitos de espécies. Um conceito de espécie, como o conceito *cavalo* pode ser usado para identificar um dos objetos que caem sob sua extensão:

<sup>48</sup> Podemos utilizar o termo de espécie também para identificar a *intensão* do conceito que ele expressa.

<sup>49</sup> Conceitos de objetos não são habilidades de predicar, mas unicamente de identificar.

(1) Este cavalo tem boa dentição.

Tal conceito também pode ser usado para predicar o universal que rastreia — a propriedade de *ser cavalo*:

(2) Este animal é um cavalo.

No uso predicativo, o conceito é usado para predicar a propriedade que é o seu *telos*.

Deixemos de lado o uso predicativo e fixemos nossa atenção na seguinte complexidade: há dois tipos de usos identificadores dos conceitos de universais. Há *um uso para identificar o universal* e *outro uso para identificar algo que instancia o universal*. Consideremos o conceito de espécie *cavalo*:

(3) O cavalo derrubou a porta.

(4) O cavalo é um mamífero.

O conceito *cavalo* é usado em cada caso para identificar coisas diferentes. Ao proferir (3), estamos falando de um objeto da extensão do conceito *cavalo* ao passo que, ao proferir (4), estamos falando do universal que é o *telos* desse conceito, a espécie Cavalo.

Falamos sobre universais. Em especial, falamos sobre espécies. Teorias filosóficas nominalistas não podem negar esse fato. A sua única opção diante dele é classificar nosso discurso ordinário como sistematicamente enganador. O raciocínio encarregado de lançar suspeição sobre a correção desse discurso é fundamentalmente este: “não existem universais e, por essa razão, nossas frases são enganadoras quando falam deles”. Diante do fato de que no discurso ordinário utilizamos expressões para referirmo-nos a universais, o nominalista exige que substituamos todas as ocorrências referenciais dessas expressões por ocorrências predicativas suas. Essa manobra estratégica só poderia servir-lhe de consolo se a predicação pudesse ser entendida como um ato que não nos compromete com universais.

Contra essa manobra, defendo em (1.20) que predicar é predicar universais — ou seja, predicar propriedades ou predicar relações<sup>50 51</sup>.

Deixando de lado a controvérsia sobre como tratar a predicação, o nominalista tem como ambição mostrar que não falamos de universais, mas apenas de particulares<sup>52</sup>. Minha proposta é que em frases como (4) estamos falando genuinamente de universais e não de instâncias desses universais. A réplica apresentada contra a afirmação de que a frase (4) fala sobre uma espécie é que ela pode ser parafraseada em uma frase que realiza uma quantificação universal *sobre objetos* e que é verdadeira nas mesmas condições: “Para todo  $x$ , se  $x$  é um cavalo, então  $x$  é um mamífero”. Essa réplica não funciona por duas razões pelo menos. Uma das razões é que a noção de paráfrase não oferece por si só nenhum consolo ao nominalista. Muito esforço foi feito para encontrarem-se esquemas gerais de tradução ou paráfrase de frases que falam acerca de universais para frases que falam de instâncias desses universais. Contudo, paráfrases são simétricas. Se Q é uma paráfrase da frase P, o mesmo vale em sentido oposto e deste fato não é possível concluirmos que a frase Q revela verdadeiramente os assim chamados compromissos ontológicos da frase original P. Enquanto tais, uma frase apenas parafraseia a outra. Além disso, foi a frase P e não Q a forma lingüística escolhida pelo falante para expressar seus pensamentos, o que nos dá em princípio uma presunção favorável à sua legitimidade<sup>53</sup>.

A segunda razão pela qual a réplica nominalista é inadequada é que o procedimento de paráfrase das frases da linguagem natural que têm termos de espécie como sujeitos não é uniforme. Frases que possuem um termo de espécie em utilização referencial para designar

---

<sup>50</sup> Cf. também os argumentos de C. McGINN, *Logical Properties*, 2000, capítulo 3, em favor da tese de que a predicação é predicação de propriedades.

<sup>51</sup> Predicamos universais. Claro que a predicação de uma espécie é algo diverso da predicação de uma qualidade. No primeiro caso, predicamos de algo *o que* ele é; no segundo, predicamos de algo *como* ele é.

<sup>52</sup> Universais (espécies, propriedades, relações) são identificados pelo nominalista com extensões. De exemplo, a propriedade de *ser cavalo* ou a espécie Cavalo é identificada pelo nominalista como o conjunto de todas coisas que são cavalo. Para ver por que espécies não podem ser tratadas como se fossem conjuntos, cf. M. J. LOUX, “The Concept of a Kind”, *Philosophical Studies* (29): 1976, p. 53-4 e *Metaphysics*, 1998, p. 119.

<sup>53</sup> As razões que movem o nominalista a buscar erradicar a referência a universais são independentes da constatação da possibilidade de paráfrase. É sua adoção da tese de que não existem universais que o impele na procura de mostrar que nossa referência a estas entidades é uma mera aparência.

uma espécie nem sempre podem ser traduzidas para quantificações universais sobre os objetos que instanciam a espécie. Em casos como:

(5) O cavalo chegou à América no século XVI.

só podemos parafrasear a frase em uma quantificação sobre objetos se o fizermos apelando para a quantificação *existencial* “Existe um  $x$  tal que  $x$  é cavalo e  $x$  chegou à América no século XVI”. Essa necessidade de mudança de uma quantificação universal para uma quantificação existencial com a finalidade de capturar o que foi dito revela que a referência a espécies é um fenômeno que abarca certa complexidade. Que tal complexidade é maior do que se supunha inicialmente pode ser constatado quando deparamos com casos em que *não* podemos parafrasear a frase original em uma frase cuja quantificação — seja universal ou existencial — tome *objetos* como valores das variáveis. Consideremos a frase:

(6) O elefante está em extinção.

A frase (6) fala sobre uma espécie, a espécie Elefante, e desta espécie afirma que está em extinção. Se ela for parafraseada quantificacionalmente, será em uma frase com uma quantificação sobre *espécies*. A frase (6) pode ser parafraseada por “Todos elefantes estão em extinção”, uma frase empregada para falar de espécies — da espécie Elefante Africano e da espécie Elefante Indiano<sup>54</sup>.

Minha proposta, defendida nas seções (2.1) e (2.2), é reconhecer que termos de espécie são termos singulares e que, mesmo que qualquer frase em que ocorram possa ser parafraseada quantificacionalmente, nós os utilizamos para falar de espécies. Meu objetivo é defender a tese de que frases sobre espécies são formas legítimas de falar do mundo. Falamos acerca de espécies não instanciadas no mundo, mas esse uso dos conceitos de espécie não é o mais freqüente nem o principal. Nós utilizamos frases sobre espécies fundamentalmente para falar de espécies que são instanciadas no mundo, para rastrear suas ocorrências no mundo e para entender a natureza de suas instâncias e, assim, entender como estas interagem entre si e com entidades de outras espécies. Ao procurar erradicá-las, o

<sup>54</sup> Cf. J. D. McCawley, *Everything that Linguists have Always Wanted to Know about Logic*, 2. Ed., 1993, p. 265.

nominalista priva sua teoria da capacidade de representar uma dimensão essencial de nosso pensamento sobre o mundo. Muitas vezes, apresentou-se a posição nominalista como sendo meramente uma atitude movida por considerações eminentemente estéticas (como na imagem da preferência por ambientes desérticos de Quine) ou de economia ontológica. Essa forma de pôr o problema levou à suposição errônea de que não há nada de substancial em jogo acerca de nosso entendimento do mundo nessa disputa. De fato, suponho que a incorreção da atitude nominalista tenha prejuízos muito mais graves. Se o trabalho como um todo que estou apresentando é correto, o nominalista é incapaz de reconhecer um elemento central de nosso entendimento e explicação do mundo.

### *XIII. Termos de espécies e Referência*

A dupla possibilidade de uso do conceito de espécie é responsável pela duplicidade de utilização referencial do termo que o expressa. Podemos empregá-lo literalmente tanto para referir à espécie quanto para referir a um exemplar da espécie. Quando formamos um conceito  $\phi$  para rastrear uma espécie  $\Phi$  (seu *telos*), e o associamos a um termo de espécie E, este termo passa a ter  $\Phi$  como seu *referente primário*. Poderemos, então, empregar o termo E tanto para referir à espécie  $\Phi$  como a uma entidade que instancia  $\Phi$ . Uma tal entidade é parte da extensão de  $\phi$  e pode ser tomada como um *referente secundário* do termo E.

Temos um teste para determinar se o termo de espécie E está sendo utilizado para referir ao universal ou a uma entidade que exemplifica o universal: dado um proferimento em que um falante tenha utilizado referencialmente E, quando é pertinente que um ouvinte pergunte “qual E?”, a entidade supostamente referida na primeira utilização de E é uma instância da espécie e não uma espécie.

#### XIV. Complexos Conceituais Identificadores

Termos demonstrativos (simples e complexos), termos indexicais e descrições (definidas e incompletas) são a manifestação lingüística do uso de complexos conceituais para identificar. Os referentes dessas palavras são as entidades que aqueles complexos identificam. Em todos esses complexos, conceitos de espécie operam como matrizes. Nessa operação, determinam *o que* se identifica. Termos demonstrativos, indexicais e descrições incompletas expressam conceitos que identificam em cooperação com o contexto de seu uso. Descrições definidas expressam complexos conceituais autônomos em que o conceito matriz atua combinado a conceitos singularizadores que identificam sem apelo ao contexto. Podemos formar um complexo conceitual combinando o conceito de espécie *homem* com um conceito demonstrativo, como *este* (obtendo o complexo conceitual *este homem*), ou com outros conceitos formando um complexo conceitual autônomo (como *o homem que é G*).

Mediante o uso de complexos conceituais podemos introduzir conceitos *especializados* formados para identificar e reidentificar uma entidade determinada — seja ela uma espécie ou um objeto. A partir do conceito *este homem* posso introduzir um conceito para aquele objeto individual<sup>55</sup>. Também por intermédio de um complexo conceitual que identifica uma espécie como *a espécie de objeto instanciada por estas amostras* ou como *a espécie de objeto que é condição das qualidades  $G_1$ ,  $G_2$  e  $G_3$* , posso introduzir um conceito daquela espécie<sup>56</sup>.

De acordo com minha proposta, o uso de conceitos de espécie é fundamental na referência porque determina a natureza do que está sendo identificado. Conceitos de espécie formam o núcleo do sentido das expressões que utilizamos para referirmo-nos a objetos: descrições (definidas e indefinidas), demonstrativos (complexos e simples) e indexicais. Essas expressões constituem a base da cadeia referencial. Nomes são introduzidos somente em um segundo momento para referirmo-nos às entidades que elas referem.

Termos de espécie como “cavalo”, “árvore”, etc., também são introduzidos a partir de complexos conceituais anteriores. Termos de espécie e nomes são, assim, sinais de uma

<sup>55</sup> Cf. seção (3.6).

<sup>56</sup> Cf. seção (2.10).

atividade conceitual especializada, quando temos conceitos abertos formados com a função de identificar e reidentificar dadas estruturas no mundo.

#### *XV. Conceitos de Objetos*

Podemos supor que temos, além de conceitos de universais, também conceitos de particulares? Em especial, temos conceitos de particulares reidentificáveis, ou seja, objetos? Nesse caso, qual é a estrutura desses conceitos? Minha proposta é que um conceito de objeto é o conceito formado para rastrear um certo objeto. Assim, o conceito do objeto  $\alpha$  tem  $\alpha$  como *telos*. Tais conceitos não possuem extensão (não há algo que instancie um objeto) e sua intensão é formada por um conjunto de notas que operam como métodos de reconhecimento do objeto. Não há definições de objetos. Em outras palavras, conceitos de objetos são abertos.

Para que formemos o conceito de um certo objeto  $x$ , devemos ter identificado  $x$  previamente por intermédio de outros conceitos. Devemos presumir que estamos identificando um objeto — ou seja, uma entidade particular independente que preserva sua natureza em meio às alterações de qualidades e de localização espaço-temporal. Assim, para a formação de um conceito de objeto individual, é necessário que tenhamos realizado a identificação do objeto por intermédio de um conceito que especifica sua natureza e, desse modo, especifica implicitamente os tipos de alterações que julgamos que ele pode sofrer e ainda ser considerado como o mesmo objeto.

Conceitos de objetos são formados a partir de usos de conceitos de universais para identificar objetos. Formamos complexos a partir de conceitos de universais para identificar objetos. Nessa identificação, o momento generalizador é realizado por um conceito de espécie que opera como um conceito matriz. Dado que identifiquemos um objeto por intermédio de um complexo conceitual, se houverem razões para a sua reidentificação, podemos introduzir um conceito para rastrear aquele objeto: esse é o conceito de um objeto individual. Via de regra, nós o associamos a um nome próprio.

#### *XVI. Sentido e Referência*



Minha abordagem do conteúdo da linguagem inscreve-se em uma tradição que tem início com Frege de conceber esse conteúdo como *bidimensional*. Para Frege, o conteúdo da linguagem é bidimensional uma vez que se distingue entre um nível do *sentido* e um nível da *referência*. Minha abordagem do conteúdo é fregeana, não em seus detalhes, mas em sua concepção geral. A ontologia exigida por minha proposta é uma ontologia de conceitos, objetos, propriedades e relações. Como esclareci acima, a categoria *propriedade* abarca *espécies e qualidades*.

O nível do sentido diz respeito às habilidades conceituais de identificar e de predicar os conteúdos componentes do nível da referência. Por conseguinte, o nível do sentido é composto somente por conceitos. Os conceitos postos em exercício na utilização de uma frase formam o seu sentido. O sentido de uma frase é o pensamento que ela expressa.

O nível da referência é o nível dos conteúdos relevantes à determinação do valor de verdade da frase. No caso de uma frase afirmativa, o nível da referência é constituído (1) pelo *tema* do pensamento expresso<sup>57</sup> e (2) pela *propriedade predicada do tema*<sup>58</sup>. O tema de um pensamento pode ser um objeto, propriedade ou conceito, uma vez que não há restrição ao estatuto ontológico daquilo em que pensamos. O valor de verdade da frase depende do tema do pensamento que ela expressa e da propriedade predicada. A frase é verdadeira quando o tema do pensamento possui a propriedade predicada. Chamarei ao conteúdo relevante à verdade de uma frase seu *conteúdo referencial*.

Cada parte lógica da frase — termo singular e predicado — tem tanto um sentido quanto uma referência. Termos singulares — nomes, descrições definidas, indexicais, demonstrativos (simples e complexos) e termos de espécie — expressam conceitos em uso identificador como seus sentidos e esse uso dos conceitos determina (de modo autônomo ou em combinação com o contexto) um referente. Em uma frase afirmativa, o predicado é a construção lingüística deixada após a eliminação das expressões que sinalizam o uso identificador dos conceitos. O uso predicativo de um conceito é sinalizado por um verbo

---

<sup>57</sup> O pensamento é prioritário com respeito à frase que o expressa. Assim, é o tema de nosso pensamento e a propriedade que dele predicamos que são os elementos relevantes para o valor de verdade do que dizemos. Estou tratando unicamente de utilizações literais da linguagem. Utilizações não-literais devem ser explicadas como atos que pressupõem como sua condição a existência de utilizações literais.

<sup>58</sup> Por simplificação, estou utilizando apenas a categoria de propriedade como exemplo. A predicação é predicação de universais, ou seja, tanto de propriedades quanto de relações.

(combinado ou não a outras expressões). O sentido do predicado é um conceito em uso predicativo e o referente do predicado é uma propriedade, nomeadamente, a propriedade que é o *telos* do conceito que é seu sentido.

Consideremos a frase “Sócrates é um homem”. O sentido dessa frase é o resultado da combinação de um conceito de objeto em uso identificador — o conceito de Sócrates (o sentido de “Sócrates”) — e um conceito de espécie em uso predicativo, o conceito de homem (o sentido do termo “homem”). O pensamento expresso pela frase é o resultado do concurso desses usos. O conteúdo referencial dessa frase são as estruturas que as habilidades conceituais de identificar e de predicar determinam como relevantes para o valor de verdade do que foi pensado — o objeto Sócrates (identificado no uso do conceito de Sócrates) e a propriedade de *ser homem* (predicada no uso do conceito de homem).

Voltemos agora nossa atenção para a frase “O cavalo é forte”. O termo de espécie “cavalo” tem como sentido o conceito de cavalo que é um conceito de espécie. Então, de acordo com o tipo de uso identificador desse conceito — conforme o usemos para identificar a espécie Cavalo que é seu *telos* ou para identificar um indivíduo da espécie —, o tema do pensamento pode ser a espécie Cavalo ou um cavalo particular. O sentido da frase é dado pelo conceito de cavalo em uso identificador e pelo conceito de forte em uso predicativo. O conteúdo referencial é dado pela entidade identificada (um objeto ou uma espécie) no uso identificador do conceito de cavalo e pela propriedade de *ser forte*.

Conceitos de espécie que não possuem extensão, mas unicamente um *telos* podem ser usados para identificar e para predicar. Assim, no caso da frase “O unicórnio é um animal”, o conceito expresso pelo termo de espécie pode ser usado para identificar a espécie Unicórnio que, na qualidade de um universal, preserva toda sua legitimidade e dignidade mesmo desprovida de instâncias. Desse modo, a frase em discussão é perfeitamente dotada de sentido e referência. Podemos também usar o conceito de unicórnio predicativamente porque é a propriedade (a espécie) que é seu *telos* que é predicada.

Também falamos acerca de conceitos. No emprego da frase “O conceito de cavalo é um conceito”, o conceito identificado pelo complexo conceitual expresso pela descrição definida “o conceito de cavalo” é parte do conteúdo referencial da frase em combinação com a propriedade de *ser conceito*.

No anexo I, mostrarei que meu tratamento do sentido e referência dos predicados está em concordância com o tratamento de Frege.

# 1

## Identificação

---

Tenho dois objetivos neste trabalho. O *primeiro*, é extrair conseqüências de nosso entendimento básico do mundo para a compreensão da natureza de dois tipos de conceitos, *conceitos de objetos* e *conceitos de espécies naturais*. Dado que certas teses sobre o modo como entendemos o mundo sejam corretas, tentarei explicar como devem ser nossos conceitos de objetos e de espécies naturais para que operem naquele entendimento. Meu *segundo objetivo* é apresentar e defender uma teoria da referência a espécies naturais e a objetos na qual conceitos de espécies desempenham um papel essencial.

Este capítulo possui duas partes. A Parte I apresenta nosso entendimento básico do mundo no que diz respeito a objetos e espécies naturais. A Parte II elabora uma concepção geral do funcionamento dos conceitos para identificar. Esta concepção geral servirá de base para que os capítulos 2 e 3 desenvolvam, respectivamente, propostas sobre o uso de conceitos de espécies naturais e de conceitos de objetos para identificar.

A trajetória da Parte I é a seguinte. A seção (1.1) introduz a noção de entendimento básico do mundo apresentando-o como o tema de uma metafísica descritiva. O entendimento básico é distinguido do assim chamado saber popular em (1.1.1). Então, em (1.1.2), é apresentada a região do entendimento básico do mundo que será investigada neste trabalho. Na seção (1.2), defendendo a tese de que consideramos que reidentificamos entidades particulares, ou seja, consideramos que a classe das entidades particulares reidentificáveis

não é vazia. São essas entidades particulares reidentificáveis que são chamadas de “objetos”. A mesma seção mostra que nosso entendimento básico dessas entidades é essencialista e realista. De acordo com minha tese, possuímos um entendimento básico dos objetos como entidades independentes de nosso pensamento e experiência (ou seja, temos uma atitude cognitiva *realista* com respeito a objetos) e dotadas de uma natureza determinada por uma espécie (temos uma atitude cognitiva *essencialista* com respeito a objetos). Se essa tese é correta, temos um entendimento básico de objetos e espécies como unidades ontológicas fundamentais e irreduzíveis. Há duas conseqüências disso: segundo nosso entendimento básico, (i) objetos não são equivalentes a agregados de qualidades e (ii) a circunstância de uma entidade pertencer a uma espécie não é equivalente à circunstância daquela entidade possuir certo número de qualidades.

A teoria dos conceitos que apresento (e, por conseguinte, minha proposta de teoria da referência) é formulada para operar em harmonia com o entendimento básico do mundo. A Parte I deste capítulo apresenta aquela região do entendimento básico que deve ser respeitada por qualquer teoria dos conceitos de espécies naturais e de objetos.

Nós usamos conceitos de objetos e de espécies naturais de certas maneiras e são essas maneiras que busco retratar. Viso descrever nossos conceitos e não determinar se temos algum tipo especial de justificação metafísica para usá-los do modo como os usamos. Disputas metafísicas são disputas sobre a natureza da realidade. Meu objetivo é entender a natureza dos nossos conceitos sobre a realidade. Se essas características do nosso pensamento sobre o mundo são corretas também como uma descrição metafísica do mundo é uma questão que está fora dos limites que aqui me imponho.

### *1.1. Entendimento Básico do Mundo e Metafísica Descritiva*

Temos um entendimento básico do mundo. De acordo com esse entendimento básico, vivemos em um mundo de *objetos* que preservam sua identidade em meio às alterações e cuja natureza é determinada por *espécies* que determinam *o que* tais objetos são e condicionam suas propriedades. O entendimento básico do mundo é o modo como compreendemos o mundo em nosso trato cotidiano com ele.

O entendimento básico do mundo não é uma teoria. Mesmo assim, ele pode vir a ser apanhado de modo geral na forma de teses filosóficas. Uma filosofia que visa delinear a estrutura geral de nosso pensamento sobre o mundo é o que Strawson classifica como uma “metafísica descritiva”<sup>59</sup>. Como notou corretamente Bernard Williams, a finalidade de Strawson ao introduzir a noção de metafísica descritiva não era prover uma definição exaustiva dessa noção, mas construir ele próprio uma metafísica descritiva<sup>60</sup>. Uma metafísica descritiva busca determinar quais são os conceitos fundamentais ou básicos que usamos para pensar no mundo e investigar suas conexões com a finalidade de exibir a estrutura que formam. Em outras palavras, o *objeto* de uma metafísica descritiva é o entendimento básico do mundo e seu procedimento é reconstruir teoricamente os ingredientes e a estrutura desse entendimento.

Alguns filósofos elaboraram sistemas que capturam e formalizam nosso entendimento do mundo. Evidentemente, mesmo uma filosofia que faz isso pode, em algum momento, apresentar refinamentos doutrinários que se afastam daquele entendimento básico, seja para colocar as bases sobre as quais se funda tal entendimento, seja para retirar conclusões a partir da constatação de sua existência. É perfeitamente possível que consideremos — como eu faço — que Aristóteles, por exemplo, apanhou em sua filosofia

---

<sup>59</sup> Cf. P. F. STRAWSON sobre a sua concepção de metafísica descritiva em *Individuals*, 1959, principalmente, a introdução.

<sup>60</sup> B. WILLIAMS, “Mr. Strawson on Individuals”, *Philosophy* (36): p. 310.

de modo substancialmente correto o modo como realmente compreendemos objetos, qualidades e espécies (entre outras coisas) sem ter de também considerar que sua metafísica é integralmente uma sistematização *apenas* de nosso entendimento básico do mundo.

### *1.1.1. Distinção entre Entendimento Básico do Mundo e Saber Comum*

Não classifico o nosso entendimento básico do mundo como uma teoria porque ele não é sujeito a revisões ou alterações como as teorias que construímos. Não podemos imaginar qualquer informação ou conhecimento possível que pudesse nos fazer vir a abandoná-lo<sup>61</sup>. As teorias que elaboramos tomam-no como ponto de partida. Nosso entendimento básico pode vir a ser tratado como objeto de explicação de alguma teoria — quando erigimos, por exemplo, uma teoria para explicar por que possuímos o entendimento do mundo que de fato possuímos. Ou pode vir a ser apresentado como absolutamente falso por outra teoria. Em todo caso, ele não é uma teoria na acepção exata da palavra “teoria” porque seu caráter não é o de uma velha teoria que vem resistindo ao longo do tempo na luta pela sobrevivência com outras teorias, mas de uma imagem do mundo que não pode vir a ser abandonada. Esse entendimento do mundo é, para usar uma expressão de Strawson, “sem história”. As teorias que construímos podem vir a legitimá-lo ou julgá-lo como falso, mas não podem fazer com que o abandonemos.

É essencial notar que não identifico o entendimento básico do mundo com o saber comum. O saber comum é o domínio das crenças populares e pode ser considerado como uma teoria empírica construída ao longo do tempo sobre o mundo. Ela pode ser abandonada ou alterada e possui uma história. O saber comum não é impermeável às teorias científicas sobre o mundo. As crenças populares não constituem realmente uma fortaleza estanque e

---

<sup>61</sup> Meu ponto guarda uma similaridade profunda com o debate acerca da “*folk psychology*”. Fazemos uso de certas noções para entendermos a nós próprios e aos outros como as noções de crença, de intenção. Alguns teóricos propõem que essas noções pertencem à psicologia popular que é apenas uma teoria bastante disseminada e que será abandonada em algum momento. Ora, como nota Moravcsik, não podemos imaginar nenhuma situação possível, com qualquer que seja o avanço científico sobre o mundo, em que não mais nos pensemos e aos outros como seres que não são dotados de crenças e intenções. Cf. J. MORAVCSIK, *Thought and Language*, 1992. Em um certo sentido, essas noções não são opcionais. A mesma situação se dá entre entendimento básico do mundo e teorias acerca do mundo. Temos noções no domínio do entendimento básico do mundo que não são opcionais e não podem ser abandonadas.

impermeável à transformação. Há um grande número de crenças do saber comum que são apenas o resultado da apropriação de saberes oferecidos por teorias científicas que surgiram ao longo da história humana. Descobertas científicas vão cedo ou tarde incorporando-se ao saber cotidiano. O homem do campo no Rio Grande do Sul sabe que a Estrela Boieira (“Estrela Boieira” é um nome dado a Vênus) que surge no entardecer é o mesmo astro que surge no alvorecer, dando o mesmo nome às suas duas aparições. Esse é um saber astronômico bastante sofisticado (ignorado, por exemplo, pela astronomia babilônica) que se incorporou ao saber comum ligado às atividades de pastoreio ao longo da história. É perfeitamente justificado tratar conjuntos de crenças do saber comum como teorias e, nessa medida, situá-las como corpos teóricos em disputa com teorias científicas na explicação dos mesmos fenômenos.

Ainda que o entendimento básico molde profundamente o senso comum e a linguagem natural em que este se expressa, não pode ser identificado com estes. Se o entendimento básico do mundo fosse uma teoria, estaria sujeito a alterações. Devemos separar entendimento básico do mundo de um lado e saberes ordinários e científicos de outro.

### *1.1.2. Uma Região do Entendimento Básico do Mundo*

Meu propósito não é apresentar uma nova variedade de sistematização de nosso entendimento básico, uma nova metafísica descritiva. Entretanto, uma vez que minha finalidade é argumentar em favor de uma determinada concepção da natureza dos *conceitos* de entidades particulares reidentificáveis ou objetos e dos conceitos de espécies naturais e de seu uso para identificar, não posso evitar a tarefa de descrever uma determinada região de nosso entendimento básico — aquela que diz respeito à nossa compreensão de objetos e de espécies.

Há duas teses que, em um sentido geral, podem ser atribuídas ao nosso entendimento básico do mundo:

- a) Nosso entendimento básico do mundo é realista.
- b) Nosso entendimento básico do mundo é essencialista.



A pergunta que espero que o leitor formule agora é: como eu justifico minha atribuição de essencialismo e realismo às pessoas? Tenho dois pontos de partida. O primeiro, é: as pessoas se reconhecem como habitantes de um mundo povoado por entidades particulares reidentificáveis. Ao atribuir-lhes o reconhecimento de que interagem com entidades particulares reidentificáveis, já estou atribuindo-lhes realismo e essencialismo. Reconhecer algo como uma entidade particular reidentificável é reconhecê-lo como tendo uma natureza (essencialismo) e como independente e distinto do que pensamos sobre ele e da experiência que dele fazemos (realismo). Se nós queremos considerar que as pessoas reconhecem entidades particulares reidentificáveis e se reconhecem interagindo em um mundo habitado por estas entidades, então temos de atribuir-lhes uma atitude essencialista e uma atitude realista com respeito a essas entidades. Demonstrar isso é o objetivo da seção (1.2).

Meu *segundo ponto de partida* é: buscamos explicar *o que* são as entidades particulares que supomos reidentificar e explicar *por que* elas são como realmente são. Essas duas ordens de explicação — quando são realizadas no âmbito de nosso comércio cotidiano com o mundo — são essencialistas porque se valem da noção de espécie e, dessa forma, da distinção entre espécie e qualidades. O segundo ponto de partida é o tema da seção (1.3). Logo a seguir, em (1.4), apresento um esboço de nosso uso de explicação que mostra o papel da noção de espécie como uma estrutura explanatória.

A seção (1.6) tem como tema o estatuto da negação do essencialismo e realismo. Essa seção propõe que tal negação deve restringir-se a teorias.

Em (1.7), apresentarei, como consequência das reflexões realizadas em (1.2), (1.3) e (1.4), a tese de que, de acordo com o entendimento básico, reconhecemos entidades particulares reidentificáveis e espécies e tratamo-los como *unidades ontológicas fundamentais* e irredutíveis do mundo. Para tornar claro o significado dessa afirmação, devemos considerar a noção de *propriedade*.

O que é uma propriedade? Sem tentar apresentar uma noção mais básica do que a noção de propriedade, penso que podemos entendê-la como um *modo de ser*. Em nosso entendimento cotidiano do mundo, existem coisas e elas são de certo modo. Esses modos são as propriedades. Reconhecemos que mesmo as propriedades possuem modos de ser. A

noção de algo possuir uma propriedade é tão fundamental em nossa concepção do mundo que parece resistir firmemente a explicações em termos mais básicos.

Ao afirmar que entidades particulares reidentificáveis ou objetos e espécies são tratados como unidades fundamentais e irreduzíveis por nosso entendimento básico, tenho em mente as relações determinadas que este reconhece entre *objetos e qualidades* e entre *espécies e qualidades*. Do ponto de vista do entendimento básico, possuímos uma avaliação (i) de que objetos não são coleções de qualidades e (ii) de que objetos pertencem a espécies que determinam o que são e que condicionam as qualidades que instanciam. Além disso, conforme nosso entendimento básico, (iii) pertencer a uma espécie não é equivalente a possuir determinado complexo de qualidades. A consequência de minha proposta é que o tratamento dispensado a objetos e a espécies por teorias filosóficas que interpretam os primeiros como coleções de qualidades e os últimos como definíveis por certo conjunto de qualidades colide frontalmente com nosso entendimento básico. Note-se que *não* estou dizendo que objetos ou que espécies não são redutíveis a coleções de qualidades, mas que não é assim que os entendemos. *Não* estou tirando conclusões metafísicas da análise de nosso modo de entender o mundo.

Pois bem, se objetos e espécies são reconhecidos e tratados como unidades ontológicas fundamentais em nossa compreensão do mundo, respeitar essa característica é uma condição a ser satisfeita por qualquer teoria dos conceitos de espécies e dos conceitos de objetos. Tais conceitos não devem ser concebidos como conceitos de coleções ou de complexos, mas devem ser concebidos como conceitos de unidades fundamentais.

## *1.2. Essencialismo, Realismo e Objetos*

Tomo como ponto de partida a seguinte constatação: consideramos que reidentificamos entidades particulares e, assim, supomos haver entidades particulares reidentificáveis, ou seja, indivíduos particulares independentes que preservam sua identidade em meio às alterações de suas qualidades. A questão “o que são realmente as entidades particulares que reconhecemos como reidentificáveis?” é uma questão metafísica que está fora dos limites que este trabalho impõe-se.

Para obter a concessão do leitor de que nosso trato com entidades particulares reidentificáveis envolve uma atitude cognitiva realista e uma atitude cognitiva essencialista, necessito apenas que ele admita duas características da atividade de reidentificação: (i) reconhecemos que nossa experiência é experiência de entidades particulares reidentificáveis unicamente se é experiência de entidades que existem *independentemente de nossa experiência delas* e (ii) reconhecemos que nossa experiência é experiência de entidades particulares reidentificáveis somente se é experiência de entidades que *preservam sua identidade*. Se meu leitor admite (i), ele deve admitir uma atitude realista em nosso trato com entidades particulares reidentificáveis e se ele admite (ii), deve admitir uma atitude essencialista.

### 1.2.1. A Atitude Cognitiva Essencialista

Adotar o essencialismo é adotar a visão segundo a qual as entidades possuem naturezas ou, para utilizar um termo de arte filosófico, essências<sup>62</sup>.

<sup>62</sup> Desafortunadamente, é freqüente no pensamento contemporâneo a caracterização do essencialismo por uma característica que lhe é secundária. O essencialismo como posição filosófica muitas vezes é caracterizado na discussão contemporânea como a tese de que as propriedades de uma entidade distinguem-se entre propriedades necessárias e propriedades contingentes. Propriedades necessárias de uma entidade são aquelas que ela não pode perder sob pena de não mais existir. Contingentes são aquelas propriedades que a entidade pode adquirir ou perder sem deixar existir (sem deixar de ser a entidade que é). Essa caracterização guarda algo de paroquiano uma vez que não apanha muito bem concepções não-contemporâneas que também devem ser entendidas como variedades de essencialismo (Como nota J. Kung, Aristóteles não equaciona propriedades essenciais a propriedades necessárias. Para ele, propriedades essenciais são necessárias, mas nem todas propriedades necessárias são essenciais. Cf. J. KUNG, "Aristotle on Essence and Explanation", *Philosophical Studies* (31): 1977, p. 362. Segundo Kung, o "requisito de existência" que, alega-se, estabeleceria que uma propriedade é essencial se o objeto não puder existir sem ela, é um requisito suficiente para classificar propriedades como necessárias, mas não para classificá-las como essenciais. Um "próprio" é uma propriedade necessária porque a entidade a que ele pertence não existiria na sua ausência, contudo, não é essencial). Além disso, tal caracterização toma incorretamente a mencionada distinção como o núcleo do essencialismo. Ora, tal distinção deve ser vista antes como uma consequência da tese de que as entidades são dotadas de essências que como uma tese a ela equivalente ou que a implica.

Podemos ver sem dificuldade que a tese de que há uma distinção entre propriedades necessárias e propriedades contingentes de uma entidade segue-se da tese de que as entidades são dotadas de naturezas. Se

Vou apresentar dois argumentos com a finalidade de estabelecer que temos uma atitude cognitiva essencialista para com entidades particulares que tomamos como reidentificáveis. O primeiro argumento parte da noção de identificação e o segundo da noção de reidentificação. Vamos ao primeiro argumento.

Para que consideremos que alguém tem um pensamento sobre uma certa entidade, temos de considerar que ele satisfaz o Princípio de Identificação:

(I) Para termos um pensamento sobre uma entidade, devemos ser capazes de identificar aquilo sobre o que estamos pensando.

Se negarmos o princípio de identificação, teremos de admitir que alguém pode estar pensando em algo determinado sem saber sobre *o que* está pensando. Meu ponto é: se alguém não sabe *em um sentido mínimo, porém irreduzível*, a natureza daquilo em que está pensando, ele não sabe *em que* está pensando. Em outras palavras, se alguém não sabe se está pensando sobre um objeto, uma qualidade, um dado sensorial ou uma localização espacial, ele não está pensando em algo determinadamente. Não há pensamento sobre algo determinado sem o exercício de um conceito que delineie a natureza geral do tema do pensamento. A identificação tem dois momentos lógicos — um momento *generalizador* e um momento *singularizador*. Identificar algo é: (i) identificar *o que* algo é, ou seja, identificá-lo como *um F* (usando um conceito de espécie) e (ii) identificar *qual F* o tema do pensamento é, isto é, identificá-lo como *o F que é G* (usando um conceito para singularizar) ou como *este F* (singularizando mediante o uso de uma demonstração em combinação com o conceito generalizador). Nas seções (1.9)-(1.10), discuto e defendo o princípio de

---

considerarmos que uma entidade possui uma certa natureza, também consideraremos que sua preservação consiste na preservação de sua natureza. Só faz sentido supormos que uma certa situação envolve a preservação de *x*, se também supusermos que a natureza de *x* é preservada. Por conseguinte, a preservação da natureza de *x* é *necessária* para que *x* se preserve. É nesse ponto que emergem as considerações acerca de necessidade. A circunstância de *x* possuir uma certa natureza (especificável por uma espécie) pode ser tratada como equivalente à circunstância de *x* possuir uma propriedade fundamental. Assim, podemos dizer que a natureza de algo é sua propriedade fundamental e que esta é uma propriedade necessária. Logo a seguir também podemos considerar que qualquer propriedade que seja uma consequência necessária da posse daquela propriedade fundamental é igualmente necessária. Em minha visão, essa é a relação entre as duas caracterizações de essencialismo.

identificação em detalhes. Podemos extrair dele o que vou chamar de “Princípio Essencialista”:

(E) Para pensarmos sobre uma entidade, temos de identificá-la como sendo de uma certa natureza.

O princípio essencialista está implícito no princípio de identificação. Ao formulá-lo, não fiz mais do que trazer à tona o ingrediente essencialista da noção de identificação. A atividade de identificar ocorre mediante a especificação da natureza da entidade identificada. O princípio essencialista é extraído do momento generalizador da identificação.

O princípio essencialista afirma que para alguém pensar em algo determinado, ele tem de ser capaz de atribuir-lhe uma certa natureza ou essência. Se minha proposta é correta, uma atitude essencialista, portanto, constitutiva do pensamento sobre coisas determinadas. Se o princípio essencialista é um princípio do pensar acerca de entidades em paridade com o princípio de identificação, ele se aplica não somente à identificação de objetos, mas à identificação de qualquer tema determinado de pensamento, mesmo à identificação de dados sensoriais. Meu primeiro argumento, dessa forma, estabelece o essencialismo como uma atitude básica da atividade de identificar que é, por sua vez, uma condição do pensamento sobre um certo tema.

Eis o meu segundo argumento em favor da tese de que temos uma atitude essencialista em nosso pensamento sobre entidades particulares que supomos reidentificáveis. Concebemo-nos como seres que reidentificam entidades particulares — este é um fato. Se assim nos concebemos, então somos (sabendo-o ou não) essencialistas. Essa conclusão deve-se ao fato de que a noção de reidentificação faz sentido unicamente se é pressuposto um panorama em que as coisas se preservam, e esse panorama é necessariamente essencialista. Para considerarmos que reidentificamos uma entidade particular, devemos pressupor que ela preservou-se no tempo entre os momentos sucessivos de sua identificação e de sua reidentificação. Assim, a noção de reidentificação pressupõe a noção de entidades particulares que preservam sua identidade no tempo. A noção de entidades particulares que se preservam no tempo, por sua vez, é inapelavelmente

essencialista, uma vez que alguma coisa pode ser considerada como a mesma em um momento posterior se e somente se considerarmos que preserva sua natureza.

Posso identificar  $x$  uma segunda vez sem saber que  $x$  é a mesma entidade particular que identifiquei anteriormente. Também posso supor estar reidentificando  $x$  em certa ocasião quando, na verdade, trata-se da identificação de uma entidade particular com a qual nunca me deparei. Só é possível que concebamos que temos uma reidentificação e não a identificação de uma entidade particular nunca outrora identificada se concebemos que se trata da *mesma* entidade particular outrora identificada<sup>63</sup>. E para concebermos que  $x$  (a entidade particular identificada no tempo  $t_1$ ) e  $y$  (a entidade particular identificada no tempo  $t_2$ ) são a mesma entidade, temos necessariamente de apelar à noção de natureza ou essência.

Quando identificamos algo, julgamo-lo como sendo de uma certa natureza e, assim, estabelecemos implicitamente que tipos de mudanças poderia sofrer sem deixar de ser a mesma coisa. Por ocasião de sua reidentificação, usamos a noção da natureza da entidade para reconhecê-la como a *mesma*. Temos de possuir um *conceito* da natureza da entidade para reconhecê-la como a mesma em uma ocasião de reidentificação posterior.

A identificação e reidentificação estão vinculadas pela noção de natureza da seguinte forma: é *o que* foi identificado que será reidentificado. Há três momentos lógicos destacáveis na reidentificação de entidades particulares: (I) deve haver a identificação de uma entidade particular em  $t_1$  e a identificação de uma entidade particular em  $t_2$ ; (II) deve haver uma relação de identidade entre a entidade particular identificada em  $t_1$  e a entidade particular identificada em  $t_2$  (algo que não depende de nós); em suplementação, (III) deve haver o reconhecimento dessa identidade. Para que possamos reconhecer a identidade entre os termos da relação devemos identificar previamente *o que* eles são (“O que é o mesmo?”). Os procedimentos de identificação e de reidentificação são, assim, logicamente anteriores ao reconhecimento da relação de identidade.

---

<sup>63</sup> A noção de identidade aqui usada é a noção de identidade numérica. Se C. McGinn está correto, a noção de identidade é fundamentalmente identidade numérica (C. MCGINN, *Logical Properties*, 2000, p. 2-3). A identidade qualitativa pode ser reduzida à identidade numérica porque afirmar que há identidade qualitativa entre uma identidade  $x$  e uma entidade  $y$  é afirmar que há identidade numérica entre suas propriedades: cada propriedade que  $x$  tem é numericamente idêntica a uma propriedade de  $y$ . Identidade qualitativa é identidade numérica de qualidades. Se essa redução é correta, o cético de que fala Strawson em *Individuals* ( $x.x$ ) que pede provas de que há identidade numérica além de identidade qualitativa está em maus lençóis.

De acordo com o que foi identificado podemos em um momento posterior julgar se temos uma reidentificação. Dada a espécie da coisa que identifiquei previamente, posso estabelecer implicitamente que ordem de mudanças ela poderia sofrer sem deixar de ser a mesma coisa. Posso reidentificar algo como o mesmo rio, mesmo que suas águas se tenham alterado. Posso reidentificar uma porção de ouro como a mesma, ainda que agora em uma forma diferente daquela em que a havia reconhecido inicialmente.

Considerar algo como uma entidade particular reidentificável é considerá-lo como algo que preserva sua identidade no tempo. Não consideraríamos como um objeto algo que não se preservasse. Existam ou não objetos parmenídeos — objetos que não se alteram — não há nenhuma incoerência em sua noção. A idéia, porém, de objetos heraclíticos — coisas em que nada (nem forma, nem matéria, nem organização funcional, etc) se preservasse — não faz sentido. Um objeto deve preservar sua identidade enquanto existe. Objetos temporários devem preservar sua identidade mesmo que seja por uma ínfima duração de tempo.

É claro que podemos conceber coerentemente a existência de entidades particulares reidentificáveis totalmente inalteráveis — objetos parmenídeos cuja única alteração é de posição espacial. Uma característica essencial na noção de entidade particular reidentificável é a preservação da sua identidade no tempo. A noção de um objeto heraclítico — uma entidade particular reidentificável que não preservasse sua identidade — parece incoerente. Não conceberíamos um puro fluxo como uma entidade particular reidentificável. Uma entidade particular reidentificável que perdurasse um único instante não seria heraclítica porque seria auto-idêntica enquanto permanecesse.

Não é apropriado perguntar em virtude de que uma entidade é idêntica a si própria. A identidade de uma entidade consigo mesma é fundamental e não depende de qualquer fato suplementar. Ser uma entidade é, entre outras coisas, ser idêntico a si próprio. Pois bem, se a auto-identidade de uma entidade é primitiva, a preservação de sua identidade é igualmente básica enquanto a entidade existe. A noção de entidade presume a noção de algo auto-idêntico. Que sentido faria dizer que uma entidade não tem identidade? Isso seria o mesmo que dizer: há uma entidade, mas ela não é ela. Uma questão diversa é a questão epistêmica acerca de *como reconhecemos a preservação da identidade de uma entidade particular no tempo*. Mesmo que a preservação da identidade de uma entidade particular

consigo mesma no tempo seja básica, nosso reconhecimento desta preservação não é imediato, mas amparado em critérios. Usamos a noção de natureza (entre outras coisas) para determinar se temos uma mesma entidade particular que se preserva ao longo do tempo. É uma condição necessária de nosso reconhecimento de que uma entidade particular é a mesma entidade particular identificada em uma ocasião anterior que determinemos que se trata de uma entidade que preservou sua natureza. Só consideramos que temos uma reidentificação de uma entidade e não a identificação de uma entidade totalmente diversa se podemos supor que o que identificamos presentemente tem a mesma natureza daquilo que já identificamos em um momento passado.

Temos de usar a noção de essência para sistematizar a compreensão ordinária de que uma entidade particular pode sofrer alterações e ainda assim permanecer a mesma. Não podemos fazer jus à compreensão ordinária de que certas entidades particulares preservam-se como as mesmas em meio às alterações de qualidades e localização espaço-temporal se não operarmos com a noção de que possuem uma natureza ou essência que se preserva. A noção de natureza opera nesse raciocínio para indicar que uma entidade particular reidentificável não pode tornar-se qualquer coisa e ainda ser a mesma entidade. Nossa experiência da mudança envolve a noção de entidades que se alteram enquanto preservam-se como as mesmas e que também deixam de existir. Em outras palavras, distinguimos as mudanças entre *alterações* e *destruições*. Em uma alteração, a natureza da entidade é preservada enquanto certas qualidades suas são alteradas; em uma destruição, a natureza da entidade é destruída — e, com ela, a própria entidade. Uma visão alternativa da experiência da mudança seria aquela em que nada se preserva e a cada momento temos um fluxo de experiência no qual não podemos distinguir entidades auto-idênticas. Essa não seria propriamente considerada como a experiência de um mundo em que entidades particulares mudam, mas como a experiência de um mundo de constante sucessão. O homem comum não *infere* a noção de essência da explicação da mudança. Ele também não *decide* entre duas interpretações dos dados: entre uma interpretação segundo a qual há mera sucessão e uma interpretação segundo a qual há entidades particulares que se preservam em meio à mudança, enquanto que outras deixam de existir. Ele considera evidente que algumas entidades particulares continuam a ser as mesmas, ainda que se alterem. Não é por argumento que somos essencialistas. Ao fazer metafísica descritiva, atribuímos às pessoas



uma atitude cognitiva a que elas não foram conduzidas por serem convencidas por algum argumento. Ao atribuir-lhes uma atitude cognitiva essencialista, estamos atribuindo-lhes uma atitude básica, uma forma de entender o mundo. Podemos dar conta dessa atitude somente se utilizamos a noção de essência.

A forma de meu segundo argumento é esta:

- (1) Consideramos que reidentificamos entidades.
- (2) A noção de reidentificação pressupõe a noção de entidades que se preservam no tempo.
- (3) A noção de entidades que se preservam no tempo pressupõe a noção de entidades dotadas de naturezas e, assim, a noção de essência ou natureza.
- (4) Consideramos que reidentificamos entidades dotadas de naturezas.

Meu trajeto nesta subseção foi o seguinte: argumentei que uma atitude essencialista é parte fundamental da identificação de qualquer entidade. Depois, mostrei que, para considerarmos que reidentificamos entidades particulares, temos de pressupor que são coisas que se preservam e, por conseguinte, que são dotadas de naturezas que se preservam. No processo de reidentificação de entidades, ou seja, de identificação de uma entidade como a mesma entidade já identificada é, portanto, indispensável o uso (mesmo se apenas implícito) da noção de natureza ou essência.

### *1.2.2. A Atitude Cognitiva Realista*

A noção mínima de realidade é a noção de *independência* com respeito a nosso pensamento e experiência. O núcleo essencial da noção de realismo com respeito a certa entidade está na noção de independência: tomar uma entidade como real é tomá-la como independente de nosso pensamento e experiência. Se o ingrediente essencial da noção de realismo é a independência de pensamento e experiência, teses anti-realistas com respeito a certa entidade ou classe de entidades são aquelas teses que negam que certa entidade ou classe de entidades tenham a independência mencionada. Temos uma atitude realista para com uma entidade quando supomos que ela tem uma existência independente de nosso

pensar sobre ela ou independente da experiência que dela fazemos. Supor um mundo real é supor um mundo independente de nossa experiência e pensamento. Supor ocupantes reais desse mundo é supô-los como igualmente independentes de nossa experiência e de nossos pensamentos. Na atitude realista, nossa experiência é entendida como a experiência de algo que não somos nós (ou nossos estados mentais) e que poderia existir independentemente de ser alvo de experiência (por qualquer pessoa). Este é o tipo de atitude que temos com respeito a entidade particulares que supomos serem reidentificáveis.

Meu propósito é sustentar a tese de inspiração strawsoniana de que uma atitude realista está irredutivelmente pressuposta na noção de reidentificação<sup>64 65</sup>. Assim, quando

<sup>64</sup> A noção de independência é fundamental para a noção de mundo objetivo em Strawson. Evans enfatiza esse ponto em sua análise de *Individuals* em G. EVANS, “Things without the Mind — A Commentary upon Chapter Two of Strawson’s *Individuals*” (1980) in *Collected Papers*, 1996, p. 251.

<sup>65</sup> Strawson defendeu, em *Individuals*, a tese de que a idéia de um mundo objetivo — um mundo de coisas independentes de nossa experiência — possui a seguinte conexão com a idéia de um mundo espaço-temporal: para reconhecer um mundo cujos ocupantes são entidades independentes de nossa experiência, é necessário que reconheçamos um sistema espaço-temporal único no qual situamos a nós e àquelas entidades. A argumentação em favor de minha tese não depende de que aceitemos a necessidade dessa conexão. Não penso que seja correto afirmar que o reconhecimento do sistema de coordenadas espaço-temporais é condição *necessária* do reconhecimento de algo como *real* porque podemos supor a realidade de objetos que não são espaço-temporais. Neste caso, suporemos a existência do objeto como independente de nós mesmo sem situá-lo no espaço-tempo. Supor que uma entidade situa-se em uma certa posição do sistema de coordenadas espaço-temporais é, porém, uma condição necessária do reconhecimento da realidade *daquelas entidades cuja natureza é espaço-temporal*. Se uma entidade de uma espécie espaço-temporal existe, então ele existe espaço-temporalmente.

O que está em discussão aqui é o papel das noções de espaço e de tempo em nossa noção de realidade. Podemos ter uma noção de realidade sem fazer uso da noção de espaço-tempo? Penso que sim. A noção mínima de realidade é a noção de *independência* de nossos pensamentos e experiências. A noção de um sistema de espaço-tempo, no qual situamos objetos é uma condição *suficiente* de realidade, *se* supomos o espaço-tempo como sendo um sistema independente do espaço-tempo egocêntricos, ou seja, do espaço e do tempo que cada um de nós ocupa. Para que o indivíduo tenha uma concepção do espaço-tempo objetivo, ou seja, independente de sua experiência do espaço e do tempo de tal maneira que esses não lhe pareçam meramente como o *seu* espaço e o *seu* tempo, ele deve situar seu espaço-tempo egocêntricos *no* sistema espaço-temporal objetivo. Ou seja, ele deve conceber um espaço-tempo único e unificado. Não discutirei esse tema em maior profundidade. Sua exposição correta foi feita por Strawson em *Individuals*.

Situar o espaço e tempo egocêntricos no sistema espaço-temporal objetivo é a condição necessária para supor a independência dos objetos de natureza espaço-temporal que nele reconhecemos. Ao julgar que

nos concebemos como seres que realizam atos de reidentificação, adotamos uma atitude realista com respeito às entidades que supomos estar reidentificando. Meu argumento é:

- 1) Consideramos que não apenas identificamos como também reidentificamos entidades particulares.
- 2) Se consideramos que reidentificamos uma entidade particular, consideramos que ela existiu no tempo entre o ato de sua identificação e o ato de sua reidentificação.
- 3) Está implícita na noção de reidentificação a noção de um período de tempo entre a identificação e a reidentificação durante o qual a entidade reidentificada existiu sem ser alvo de nossa atenção (pensamento, experiência).
- 4) Assim, considerar uma entidade como alvo de uma reidentificação é considerá-la como algo que existe independentemente da experiência que temos dela.
- 5) Considerar uma entidade como alvo de uma reidentificação é, por conseguinte, considerá-la como real.

Se consideramos que reidentificamos entidades particulares, consideramos que há entidades particulares reidentificáveis. Entidades particulares reidentificáveis serão designados como *objetos* neste trabalho. Assim, meu entendimento da noção de objeto é substancial<sup>66</sup>.

---

certos objetos ocupam ou podem ocupar posições no espaço e no tempo que estão fora do alcance de nossa experiência presente devido à nossa posição espaço-temporal específica estamos reconhecendo sua independência. O objeto pode não ocupar a mesma posição no tempo que eu ocupo ou pode situar-se no espaço e no tempo em uma posição demasiadamente remota para ser alcançada no curso de minha existência finita ou mesmo impossível de ser alcançada como se dá com uma posição temporal passada.

<sup>66</sup> A noção diáfana de objeto é a noção de objeto como equivalente a entidade ou indivíduo. Cf. Introdução, seção (ii).

### 1.2.3. A Combinação da Atitude Essencialista com a Atitude Realista

A atitude essencialista consiste em supor que cada coisa tem uma natureza. Essa atitude essencialista combinada com uma atitude realista com respeito a certa coisa, nos conduz a supor que esta *tem uma natureza própria e independente* de nosso pensar sobre ela e das experiências que dela fazemos. Por conseguinte, a combinação dessas duas atitudes conduz à distinção entre a natureza mediante a qual identificamos a coisa e a sua natureza real. Podemos tê-la identificado como um *F*, mas consideramos plausível que tenha havido um engano em nossa identificação de sua natureza real porque esta é independente de nossas identificações. Assim, em virtude de seu essencialismo e realismo, o entendimento básico do mundo supõe que há objetos independentes de nossa experiência dotados de uma natureza real e que se preservam.

### 1.3. Espécies e Explicação

Procuramos explicar o mundo. Quando formulamos sistemas de classificação e taxonomias, nosso objetivo não é a mera classificação, mas as explicações que tais sistemas nos permitem realizar<sup>67</sup>. O mundo com que interagimos é um mundo de objetos que possuem qualidades e ocupam localizações espaço-temporais. Não nos contentamos em classificar os objetos por suas qualidades e localizações. Buscamos, além disso, explicar *o que* são os objetos que encontramos e explicar *por que* esses objetos possuem as qualidades que efetivamente possuem. Nesses dois tipos de explicação, explicar é (ao menos) mencionar uma espécie.

---

<sup>67</sup> Uma função central de qualquer taxonomia é explicar. O problema de uma taxonomia como aquela que Jorge Luis Borges atribui a uma “certa enciclopédia chinesa” é, nas palavras de Wiggins, não “a dificuldade de pensar esses conceitos ..., mas a dificuldade de conceber que uma tal taxonomia poderia fazer qualquer progresso... na *explicação de qualquer coisa* (D. WIGGINS, *Sameness and Substance*, p. 145).

### 1.3.1. *O que algo é*

Procuramos entender a natureza das coisas. Em outras palavras, procuramos entender o que as coisas são. A noção de natureza é básica conceitualmente e ao dizer que a natureza de uma entidade  $x$  é o que  $x$  é, estou apenas apresentando uma noção equivalente.

Qual é a relação entre natureza de uma coisa e sua espécie? Para dizermos o que algo é, temos de apresentar, ao menos, a sua espécie. Espécies são os tipos de naturezas das coisas. Espécies são os universais que determinam as naturezas das coisas. Se, do ponto de vista de nosso entendimento básico, a natureza de uma entidade é determinada plenamente por uma espécie ou precisa ainda ser suplementada por uma essência individual é algo que este trabalho deixa por responder.

Interagimos com objetos no mundo e reconhecemos que eles instanciam universais. Consideramos, além disso, que os objetos podem deixar de instanciar alguns dos universais que instanciam enquanto preservam sua natureza. Consideramos que espécies são universais que os objetos não podem deixar de instanciar porque determinam as suas naturezas.

Os universais de espécie se dispõem em hierarquias quando são universais da mesma espécie de coisa. Espécies de objetos, por exemplo, dispõem-se em uma certa hierarquia, enquanto que espécies de matéria constituem uma hierarquia diversa e independente<sup>68</sup>. O princípio de hierarquização das espécies é o princípio de maior determinação: espécies dispostas nos níveis inferiores da hierarquia determinam de modo mais preciso e pleno o que algo é. Nos níveis superiores da hierarquia, há espécies mais gerais que podemos chamar de “gêneros” seguindo a tradição.

Taxonomias podem ser pensadas como o resultado de nossa atividade de *identificar* coisas de uma dada espécie. Cada degrau de uma taxonomia é, de fato, uma etapa da atividade progressiva de identificar a natureza de algo com maior precisão. As identificações iniciais, sempre mais gerais, formam os gêneros hierarquicamente superiores.

Quais as espécies que nos interessam ao explicar o mundo? Aquelas que determinam as naturezas das coisas que existem. Vou chamá-las de espécies *reais*. Quando julgamos que uma espécie que supúnhamos determinar a natureza de certos objetos não é

---

<sup>68</sup> Cf. a seção (vi) da Introdução acerca da distinção entre espécies *de objeto* e espécies *de matéria*.

instanciada por nada, nosso interesse nela diminui consideravelmente. Ainda assim, na condição de universais, espécies não necessitam ser instanciadas para que possamos legitimamente falar delas.

### 1.3.2. *Por que algo é como é*

É um fato que os objetos têm propriedades que se alteram e que tais alterações obedecem a certos padrões e limites. Se  $x$  é um cavalo, ele pode trocar de pêlo, mas não pode substituir sua propriedade de *ser terrestre* pela propriedade de *ser alado*. Por que isso é assim? A resposta do entendimento básico é: porque esta é a sua natureza.

É uma característica do nosso pensar sobre o mundo concebermos que as propriedades que um objeto é capaz de possuir devem-se à sua natureza. A posse de uma determinada natureza pelo objeto é a posse de uma propriedade que não está no mesmo nível das suas demais propriedades. Para marcar a “posição” especial dessa propriedade em nosso entendimento do mundo, chamo-a de *propriedade fundamental* ou *modo de ser fundamental*. Possuímos um entendimento básico do mundo de acordo com o qual os objetos possuem propriedades fundamentais que são condição das qualidades que podem sustentar. Conforme essa proposta, consideramos que as propriedades de um objeto guardam relações entre si que nos permitem distingui-las em dois grupos: a propriedade fundamental que determina o que ele é e as qualidades que são subordinadas à primeira. A posse de uma propriedade fundamental condiciona quais qualidades um objeto pode possuir. As qualidades são aquelas propriedades que são avaliadas como propriedades possuídas por um objeto na medida em que instancia a propriedade fundamental que é sua condição<sup>69</sup>.

A noção de uma propriedade fundamental é a noção de espécie. Fazer esta identificação não significa propor que uma espécie é redutível a uma propriedade ou complexo de propriedades, mas que uma espécie é ela própria um tipo de propriedade, propriedade esta a que associamos uma rede de outras propriedades na qualidade de propriedades dependentes. Ser de uma espécie é possuir uma propriedade fundamental. Não

---

<sup>69</sup> Penso que sem distinguir as propriedades entre fundamentais e dependentes não há como representar a experiência humana do mundo. Todavia, não vou tentar estabelecer o estatuto dessa distinção, limitando-me a presumir que é uma distinção envolvida profundamente em nossa prática de entender o mundo.

penso que alguém esteja *explicando* o fato de um objeto *x* ser da espécie Cão ou *Canis familiaris* dizendo que possui a propriedade de *ser cão*. O inverso também é verdadeiro: não explicamos a circunstância de algo ser cão afirmando que pertence à espécie Cão. O que temos nesses casos são formas equivalentes de falar. O discurso sobre espécies é um discurso sobre propriedades — sobre um tipo especial de propriedades. Espécies são propriedades peculiares. Elas determinam o que algo é e são inalteráveis sob pena do objeto não preservar sua identidade.

Espécies são sujeitos dos quais se predicam propriedades dependentes. Ao mesmo tempo, seu caráter de propriedades se revela no fato de que elas são predicáveis das entidades que as instanciam<sup>70</sup>.

O procedimento de ordenar as propriedades ou modos de ser em fundamentais e dependentes permite organizar e explicar a experiência humana do mundo porque um modo de ser fundamental é entendido como algo que envolve alguns modos de ser dependentes enquanto exclui absolutamente outros. A natureza dessa relação entre modos de ser fundamentais e dependentes permite explicar o comportamento passado e presente dos objetos ao mesmo tempo que permite formar expectativas confiáveis acerca de seu comportamento futuro. Como isso ocorre?

Podemos explicar os comportamentos, alterações, aparências de objetos e seus modos de interação com outros objetos dizendo qual é o seu modo de ser fundamental. Por exemplo, consideramos que a circunstância de um objeto possuir o modo de ser fundamental de *ser cavalo* envolve em geral também modos de ser dependentes como *ser dotado de movimento*, *ser possuidor de crina*, enquanto exclui a posse de *ser voador*. A atribuição da propriedade de *ser cavalo* a um objeto explica o seu comportamento passado (“pastava”) e presente (“corre”) e apresenta base para que se formem certas expectativas acerca de seu comportamento futuro (“alimentar-se-á de pasto porque é um cavalo”). Essa atribuição torna imediatamente claro se um comportamento é corriqueiro (“pasta”) ou irregular (“permaneceu com o corpo submerso no arroio todo o dia”).

Em nosso entendimento básico do mundo, consideramos que é porque uma entidade é de certa espécie que ela possui tais e tais qualidades e não o inverso. Por exemplo, avaliamos que as qualidades (forma, cor, etc.) de baleias, gerânios e pepitas de ouro se

---

<sup>70</sup> Cf. minha discussão em (2.1)-(2.1).

devem às suas espécies. Julgamos que é porque  $x$  é um gerânio que  $x$  possui uma dada cor e um dado formato e não porque  $x$  possui dada cor e dado formato que  $x$  é gerânio. Consideramos que a espécie de uma entidade condiciona a gama de qualidades que ela pode possuir. Por isso, ao atribuir a posse de uma espécie a uma entidade, na medida em que a esta espécie tenhamos associado um certo feixe de qualidades, oferecemos uma justificativa para que se produzam expectativas plausíveis quanto à sua posse de algumas das qualidades do feixe. Isso *não* significa, contudo, que tratemos uma espécie como equivalente ao feixe de qualidades que lhe associamos como dependentes. O papel da noção de espécie é tal que é possível considerarmos que algo é de uma determinada espécie enquanto, ao mesmo tempo, por alguma razão ou outra, não possui qualquer uma das qualidades comumente associadas àquela. Por exemplo, associamos à espécie Leão as qualidades de *possuir juba*, *ser provido de presas perfurantes*, *ser quadrúpede* e *ser provido de pêlos*. Ao mesmo tempo, julgamos possível que algo seja um leão e não tenha juba (porque foi tosquiado ou é filhote), desdentado (devido a alguma enfermidade), não seja quadrúpede (por um defeito de nascença ou acidente) e desprovido de pêlos (enfermidade). Espécies e qualidades não ocupam a mesma “posição” conceitual em nossas explicações do mundo e, por conseguinte, não são equivalentes.

Uma vez que pensamos que ser de uma determinada espécie é uma condição das qualidades de uma entidade, atribuir uma espécie é uma forma de “explicar” a posse das qualidades por uma entidade. A forma própria do uso da noção de espécie em uma explicação é:

“ $x$  é  $G$  (qualidade  $G$ ) porque  $x$  é um  $\Phi$  (espécie  $\Phi$ ).”

A atribuição de uma espécie exclui algumas possibilidades. Se classifico algo como gato, excluo dele a possibilidade de falar.

Objetos possuem uma natureza inalterável que se preserva ao longo do tempo malgrado a alteração das suas qualidades inessenciais. Tal natureza é condição das qualidades instanciadas e instanciáveis dos objetos. Para dizer por que algo é da forma como é, devemos especificar a sua espécie e as circunstâncias relevantes com que a entidade interage.



De acordo com minha proposta, os seres humanos possuem um entendimento básico do mundo em virtude do qual consideram que os objetos instanciam uma espécie que determina o que eles são e que é condição de suas propriedades. Isto significa que, conforme esse entendimento básico, a circunstância de um objeto ser de uma espécie não é uma circunstância equivalente à circunstância de possuir uma ou mais qualidades. É o fato de pertencer a uma determinada espécie que possibilita ao objeto possuir tais e tais qualidades e não o fato de possuir determinadas qualidades que torna o objeto um exemplar da espécie. Essa proposta permite explicar por que, via de regra, julgamos que algo pode ser de uma determinada espécie ainda que não tenha as qualidades que comumente associamos a ela e, inversamente, explicar por que julgamos que a mera posse de uma ou mais qualidades que associamos a certa espécie não é suficiente para afirmarmos que o objeto pertence àquela.

Se for correta minha proposta, a tese de que pertencer a uma espécie é equivalente a possuir certas qualidades (especificáveis em critérios de aplicação do conceito da espécie correspondente) inverte as posições ocupadas pelas noções de espécie e de qualidade em nosso entendimento básico do mundo.

Quero explicitar o que não estou dizendo. Nas explicações realizadas no âmbito de nosso entendimento básico do mundo, a atribuição de uma espécie opera para explicar as qualidades de uma entidade. Isso pode fazer parecer que a atribuição de espécie, por sua vez, não seria explicável em termos da posse de outra estrutura como sua condição.

Se a atribuição de uma espécie explica as qualidades de uma entidade, o fato de algo pertencer a uma espécie não pode ser explicado em termos da posse daquelas mesmas qualidades sob pena de que as explicações se tornem circulares. Bem, se isso é assim, como podemos possuir alguma explicação do que é ser da espécie? Em nosso intercurso com o mundo, vamos postulando espécies e refinando essas postulações para explicar as qualidades dos objetos. A etapa da explicação das próprias espécies é uma etapa legítima na tentativa de compreensão do mundo, mas dificilmente é realizada na esfera do que chamei de entendimento básico do mundo. Como o entendimento básico do mundo não é uma teoria, ele não possui limites precisos para aplicação de seus conceitos. Desse modo, a questão de quais são as condições a serem satisfeitas para algo pertencer a uma espécie não estão determinadas nesse âmbito. Os conceitos de espécie usados no âmbito do

entendimento comum do mundo são conceitos abertos que operam sem definições associadas<sup>71</sup>. O entendimento básico do mundo permite que utilizemos a noção de espécie sem dar o passo adicional de prover condições necessárias e suficientes associadas a cada atribuição de espécie. A teorização filosófica e científica pode, em um segundo momento, procurar refinar os conceitos de espécie provendo condições necessárias e suficientes para sua aplicação, ou seja, definindo-os. O empreendimento de oferecer uma explicação do que é pertencer a uma espécie é incorporado pela ciência. O fazer científico não anula ou altera nosso entendimento básico do mundo, mas o pressupõe. Nossas explicações básicas do mundo apelam a fatos — como um objeto ser de uma dada espécie — que podem, por sua vez, ser problematizados e “esclarecidos” mediante explicações articuladas no interior de teorias científicas<sup>72</sup>.

Uma vez que nossas explicações do mundo pressupõem espécies como a condição das qualidades dos objetos, é uma consequência bastante natural supor que objetos que compartilham qualidades com certa uniformidade e regularidade pertencem à mesma espécie. Assim, uma espécie é aquele fundamento que postulamos como responsável pela presumida unificação de uma certa multiplicidade na qualidade de sua natureza fundamental. Essa atitude é contrabalançada por um certo falibilismo: consideramos possível que estejamos errados sobre se há em um dado múltiplo uma natureza comum.

A noção de espécie *natural* diz respeito àqueles casos em que supomos que o princípio de unificação encontra-se na natureza das entidades de modo suficientemente independente de nossas escolhas e interesses.

A noção de espécie opera também como uma base de apoio para induções como foi observado por Gelman e Coley<sup>73</sup>. A idéia é, em linhas gerais, a seguinte: quando adquirimos uma informação com respeito a um objeto que já classificamos em uma certa espécie, passamos a utilizar essa informação como potencialmente correta para os demais membros daquela espécie. Assim, se viermos a saber que um membro da espécie Gato

---

<sup>71</sup> Tratarei na Parte III do capítulo 2 de conceitos de espécies como conceitos abertos.

<sup>72</sup> Cf. (2.13).

<sup>73</sup> S. A. GELMAN; J. D. COLEY, “Language and Categorization: the acquisition of Natural Kind Terms” in: S. A. GELMAN; J. P. BYRNES, *Perspectives on Language and Thought*, 1991.

alimenta-se de peixe, sentir-nos-emos justificados a supor que os demais membros daquela espécie também alimentam-se de peixe<sup>74 75</sup>.

É tal a nossa avaliação das relações entre espécie e qualidades, que consideramos que uma entidade pode ser da espécie mesmo sem exibir qualidades características daquela. Explicamos esse fenômeno com o reconhecimento de que certas circunstâncias podem exercer influência na manifestação das qualidades de uma entidade que pertence à espécie.

Explicamos uma situação em que um objeto da espécie não exibe qualidades características da espécie mencionando a sua espécie *e* as circunstâncias relevantes que influenciam na sua manifestação daquelas qualidades. Quando dizemos que qualidades se devem à espécie, dizemos que por mais que variem os fatores, as variações de qualidades que um indivíduo pertencente à espécie  $\Phi$  pode exibir são condicionadas pela espécie  $\Phi$ . Ao mesmo tempo, consideramos que o fato de pertencer a uma espécie não é o único elemento responsável pelas qualidades de um objeto. Que um objeto manifeste determinadas qualidades é algo que atribuímos tanto à sua espécie quanto às interações do objeto com outros objetos e seu ambiente.

Na busca de entendimento do mundo, postulamos explicações de por que os objetos possuem tais e tais qualidades. Fazemos isto atribuindo-lhes espécies *e*, em um segundo momento, investigando as formas regulares de ação das circunstâncias sobre eles. Quando bem sucedidos, reconhecemos formas regulares de interação dos objetos de uma dada espécie com as circunstâncias determinadas nas quais exibem certas qualidades e as circunstâncias nas quais não as exibem. A manifestação de qualidades é reconhecida como algo que pode ser impedido ou alterado por circunstâncias com que interagem os objetos que instanciam a espécie. É freqüente haver menção dessas condições externas de interação nas explicações ordinárias (“É uma corticeira, mas não floresce porque está em clima seco”). O resultado é a assimilação do caso não mais como uma anomalia, mas como um comportamento regular sob dadas circunstâncias (“É água, mas está sólida devido à temperatura”).

---

<sup>74</sup> Goodman perguntou-se acerca do que distingue as propriedades que se podem projetar a partir de uma amostra da espécie para todas as suas demais amostras das que não se podem projetar. Em minha visão, quem possui o conceito de uma espécie sabe que ordem de propriedades encontráveis em uma amostra são projetáveis para os demais membros da espécie.

<sup>75</sup> Esses autores afirmam que conceitos de espécie possuem um “potencial indutivo rico”.

A identificação das circunstâncias em que uma entidade da espécie  $\Phi$  manifesta as qualidades  $F_n$ <sup>76</sup> sofisticada enormemente nossa compreensão do mundo: passamos a saber em quais circunstâncias podemos esperar que algo que pertence a  $\Phi$  exiba as qualidades  $F_n$  e em quais circunstâncias podemos esperar que tais qualidades não sejam manifestadas.

#### 1.4. Algumas Palavras acerca de Explicação

Entre as acepções de explicação, há duas que são centrais: (a) explicar o que algo é e (b) explicar por que algo possui dadas propriedades e comportamento. Há uma conexão essencial entre os dois tipos de explicação porque ao explicarmos o que algo é também damos razões para a compreensão das propriedades e do comportamento que possui. Do mesmo modo, para estabelecermos as condições responsáveis por algo ter certas propriedades e comportamento, temos que identificar ao menos parcialmente o que ele é.

Na acepção (a) de explicação, explicamos o que algo é ao especificar o seu caráter geral ou espécie. Esse tipo de explicação é a resposta apropriada a perguntas do tipo “o que é x?” Respostas apropriadas podem ser “x é um diapasão”, “x é uma árvore”, “x é um ericterope”, etc. Em geral, essa pergunta é feita por alguém que busca saber qual é a natureza de uma entidade. A adequação e suficiência da resposta a essa pergunta depende profundamente do contexto: se alguém pede a explicação da natureza de algo em meio a uma conversa informal entre pessoas sem qualquer conhecimento botânico especializado a informação expressa por “x é uma árvore” ou por “x é uma corticeira” podem ser explicações suficientes, enquanto que entre botânicos, exigir-se-iam informações suplementares, como classificações taxonômicas mais refinadas. O que conta como uma explicação suficiente — em qualquer acepção de explicação — depende também do contexto da explicação.

Meu objetivo nesta seção é mostrar que espécies são fatores explanatórios também na acepção (b) de explicação. Não estou preparado para defender a afirmação mais forte segundo a qual *toda* explicação aceitável de por quê algo possui dada propriedade ou comportamento deve necessariamente fazer apelo à sua espécie. Esta seção apenas mostra que, dadas as conexões que reconhecemos entre espécie e qualidades, a atribuição de

---

<sup>76</sup> O signo “ $F_n$ ” simboliza um feixe de qualidades.

espécie a uma entidade explica suas qualidades (em combinação com uma descrição das circunstâncias em que a entidade encontra-se).

Explicar na acepção (b) é apresentar a condição de algo. Explicar por que x tem dada qualidade ou comportamento é *apresentar o que é responsável por x ter tal qualidade ou comportamento*. Ao dizer isso, quero captar duas noções essenciais de nossa concepção de explicação. A primeira noção, é que deve haver uma *relação objetiva* entre o fenômeno que explicamos e aquilo que o explica. A segunda noção, é que essa relação deve ser uma *relação de dependência*.

A noção de relação de dependência satisfaz duas condições necessárias da explicação: explicações são *não-reflexivas* e *assimétricas*. A não-reflexividade da explicação consiste no fato de que nada explica a si mesmo. Explicar é possibilitar a compreensão de uma coisa à luz de outra. A assimetria da explicação consiste no fato de que se x explica y, então y não explica x.

Relações de dependência são relações entre dois universais tais que quando um ocorre *e porque ele ocorre*, o outro também ocorre (a menos que circunstâncias especiais impeçam a segunda ocorrência). Entre os dois universais não há somente uma relação de conjunção constante. Ao invés, a instanciação de um dos universais é reconhecida como a *condição* de instanciação de outro universal<sup>77</sup>. Explicações na acepção (b) somente são possíveis se existem relações de dependência entre universais. Explicar é mencionar essas relações<sup>78</sup>. As relações entre espécie e qualidade são desse tipo. Estou propondo que explicações na acepção (b) mencionam essas relações, mas *não* estou afirmando, como observei acima, que *todas* relações de dependência que utilizamos em enunciados de leis com o objetivo de explicar têm espécies e qualidades como *relata*<sup>79</sup>.

---

<sup>77</sup> É essa conexão de dependência que está ausente nas relações entre os universais que mencionamos em generalizações acidentais. Por exemplo, se todos os objetos amarelos retirados da caixa até agora são quadrados, isto não nos permite inferir a generalização: “se houvesse um outro objeto amarelo na caixa, ele seria quadrado” a menos que reconheçamos uma conexão essencial entre ser amarelo na caixa e ser quadrado.

<sup>78</sup> Explicações na acepção (b) apresentam alguma coisa que é responsável por outra coisa. Isto não significa que as relações exibidas por uma explicação sejam causais. Além disso, explicações não têm de ser deterministas.

<sup>79</sup> Relações de dependência entre espécie e propriedade dependente são usadas como princípio explanatório das propriedades dependentes de um objeto. Mas, entre as coisas que os seres humanos buscam explicar estão, por exemplo, as próprias relações de dependência. Certamente, uma tentativa de explicação destas, se

As relações de dependência entre universais são expressas em enunciados que especificam princípios gerais. Em nosso comércio com o mundo, apelamos muitas vezes para tais princípios gerais para entender e explicar o comportamento e qualidades dos objetos. Em uma explicação, a circunstância de um objeto  $\alpha$  possuir uma qualidade  $G$  é apresentada como um caso particular de realização da relação entre universais expressa pelo princípio geral. Tais princípios gerais que são muitas vezes generalizações simples podem ser ulteriormente tanto sistematizados sob a forma de leis, como qualificados ou abandonados. A idéia de que explicar um fenômeno é apresentá-lo como um caso de um ou mais princípios gerais é um legado de Aristóteles e é preservada nas várias teorias da explicação.

Leis especificam relações de dependência entre universais. Relações de dependência possuem a característica de serem assimétricas. Essa assimetria da relação entre os universais envolvidos na explicação foi notada por Aristóteles. Tal característica não é apanhada em algumas teorias contemporâneas da explicação como a teoria dedutivo-nomológica de Hempel<sup>80</sup>. A relação entre universais expressa em uma lei segundo Hempel é apenas de conjunção constante<sup>81</sup>. Como nota B. Brody<sup>82</sup>, a teoria de Aristóteles (nos *Analíticos Posteriores*) é capaz de distinguir, com respeito a dois argumentos que *satisfazem as cláusulas do modelo dedutivo-nomológico de Hempel*, apenas *um* deles como provendo uma *explicação* de sua conclusão:

(E) (1) Os planetas não cintilam.

(2) Todos objetos que não cintilam estão próximos da Terra.

(3) Portanto, os planetas estão próximos da Terra.

(F) (1) Os planetas estão próximos da Terra

---

empreendida, deve recorrer a outras estruturas explanatórias.

<sup>80</sup> Cf., entre outras exposições da teoria dedutivo-nomológica da explicação, C. G. HEMPEL, *Aspects of Scientific Explanation*, 1965.

<sup>81</sup> Essa concepção de lei científica como um enunciado que estabelece meramente uma relação de conjunção constante entre universais tem uma fonte humeana.

<sup>82</sup> B. BRODY, "Towards an Aristotelian Theory of Scientific Explanation", *Philosophy of Science* (39), p. 22-3.

(2) Todos objetos que estão próximos da Terra não cintilam.

(3) Portanto, os planetas não cintilam.

A proximidade é a condição de não cintilar e não o inverso. Por conseguinte, é a proximidade que os planetas têm da Terra que explica porque eles não cintilam. Não é seu cintilar que explica sua proximidade da Terra. No modelo hempeliano, a proximidade e a cintilação são ambas tratadas como condições necessárias e suficientes uma da outra. Considere-se o caso apresentado por Bromberger: (1) podemos deduzir a altura de uma torre a partir do comprimento de sua sombra e da posição do sol e (2) podemos deduzir o comprimento da sombra da torre a partir de sua altura e da posição do sol. Apenas a última dedução pode ser utilizada em uma explicação: a sombra da torre é que é explicada pela altura da torre e pela posição do sol. A altura da torre e a posição do sol é que são os responsáveis por um dado comprimento da torre. A posição do sol e o comprimento da sombra não são as condições da altura da torre<sup>83</sup>. Reflexões como as apresentadas acima conduzem Brody a exigir uma teoria da explicação científica de caráter aristotélico. Uma teoria da explicação de cunho aristotélico apanha a noção de explicação com que opera nosso entendimento básico do mundo. Buscamos explicar a realidade e ao fazê-lo tentamos entender as qualidades e os comportamentos das coisas em termos de suas condições. E compreendemos algo como a condição de outra coisa unicamente se reconhecemos que ela não é um mero acompanhamento seu — mesmo que constante. Nossa noção de explicação não atribui o caráter de condição de  $x$  a  $y$  se a única relação que reconhecemos entre  $x$  e  $y$  é de conjunção constante.

Vamos tratar agora do uso das relações de dependência nas explicações em que uma *espécie* é apresentada como fator explanatório. Se constatamos ou postulamos a dependência entre certos universais, por exemplo, entre a espécie Cavalos e a qualidade de *ser dotado de crina*, somos capazes de explicar o fato de um objeto ser dotado de crina ao dizer que ele é da espécie Cavalos. Ao mesmo tempo, somos capazes de predizer que um objeto provavelmente deve ter crina quando reconhecemos que é da espécie Cavalos<sup>84</sup>.

---

<sup>83</sup> S. BROMBERGER *apud*. B. BRODY, “Towards an Aristotelian Theory of Scientific Explanation”, p. 23.

<sup>84</sup> A função da expressão “provavelmente” é abrir espaço para a atuação de outras condições relevantes para a manifestação da propriedade de ser dotado de crina, tais como fatores ambientais.

Se supusermos que a espécie Cavalos é uma das espécies que ocorrem no mundo e associarmos a esta espécie um certo número de qualidades como suas qualidades dependentes, como as propriedades de *alimentar-se de vegetais* e de *ter comportamento gregário*, a circunstância de atribuir a espécie Cavalos a um objeto permitir-nos-á uma avaliação de seu comportamento e qualidades como previsíveis ou não. Poderemos então, explicar o seu comportamento como o comportamento típico de um indivíduo da espécie Cavalos. Por exemplo, o fenômeno da queda de pêlos desse indivíduo explica-se por ele ser um cavalo: cavalos que vivem em regiões frias mudam de pêlo na primavera. A informação da espécie a que o indivíduo pertence e de condições iniciais (relevantes para a espécie) é suficiente para explicar o que aconteceu. Posteriormente, a pesquisa científica pode vir a postular leis gerais mais refinadas conceitualmente, bem como prover descrições mais refinadas conceitualmente das condições iniciais envolvidas.

Podemos explicar por que um objeto  $\alpha$  tem a qualidade G ao atribuir-lhe uma espécie  $\Phi$  da qual G é dependente:

(1a) Todo  $\Phi$  é G.

(2)  $\alpha$  é  $\Phi$ .

(3) Portanto,  $\alpha$  é G.

Ou:

(1b) O  $\Phi$  é G.<sup>85</sup>

(2)  $\alpha$  é  $\Phi$ .

(3) Portanto,  $\alpha$  é G.

Nos dois exemplos, a premissa maior — (1a) e (1b) — menciona a relação de dependência entre a espécie  $\Phi$  e a qualidade G. Eu não mencionei as *condições iniciais*. Em argumentos explanatórios explícitos devem ser mencionadas as *circunstâncias relevantes* em que o objeto está envolvido e que, conjuntamente com os princípios gerais, são condição de que

<sup>85</sup> Mostrarei no capítulo 2 — seção (2.1) — que nem todas frases da forma (1b) são redutíveis a frases da forma (1a).



ele manifeste a qualidade G. Os enunciados de condições iniciais mencionam, por exemplo, as situações ambientais em que o objeto encontra-se<sup>86</sup>.

Quando temos uma explicação da forma de (1)-(3), podemos dizer que  $\alpha$  é G porque  $\alpha$  é  $\Phi$  e porque todo  $\Phi$  (ou o  $\Phi$ ) é G. Nas explicações ordinárias, o princípio geral pode ficar subentendido. Então, alguém pode dizer que  $\alpha$  é G porque  $\alpha$  é  $\Phi$ . Uma frase de explicação pode ter essa forma entimemática:

(4)  $x$  é G porque  $x$  é  $\Phi$  (espécie  $\Phi$ ).

Nesse caso, o indivíduo que afirmou uma frase da forma de (4), poderia afirmar ainda:

(5) O fato de que  $x$  é  $\Phi$  explica (parcialmente) porque  $x$  é G.

A qualificação “parcialmente” é necessária porque devemos apresentar na explicação o princípio geral que explicita a relação de dependência entre G e  $\Phi$ , bem como as condições iniciais em que o objeto está envolvido.

Assim, se o fato a ser entendido é o fato de  $x$  possuir a qualidade G, tal entendimento pode ser obtido mediante o conhecimento das razões pelas quais  $x$  é G. Essas razões podem ser a espécie de  $x$  e as circunstâncias nas quais ele se encontra.

---

<sup>86</sup> Coube a Hempel e Oppenheim o mérito de haver proposto que argumentos explanatórios devem conter como premissas frases que enunciam as condições iniciais para que haja dedução do fenômeno a ser explicado. Isso é feito em C. G. HEMPEL; P. OPPENHEIM, “Studies in the Logic of Explanation”, *Philosophy of Science* (15): 1948.

### 1.5. *Objetos e Espécies são Unidades Ontológicas Fundamentais do Entendimento Básico*

Explicamos o que as coisas são indicando a sua espécie e explicamos por que possuem as qualidades que acontece de possuírem como o resultado de serem entidades de uma dada espécie e de sua interação com as circunstâncias do mundo.

Consideramos que existem entidades particulares reidentificáveis ou objetos. Consideramos também que esses objetos têm suas naturezas determinadas por espécies. Não situamos a espécie de um objeto no mesmo plano das suas demais qualidades: espécies são postuladas para explicar as qualidades do objeto. Em outras palavras, consideramos que é porque um objeto é de uma dada espécie que ele possui as qualidades que acontece de possuir. Assim, tratamos espécies como *condições* de qualidades e não como redutíveis a coleções de qualidades ou a estruturas de outra ordem ontológica. Do ponto de vista de nossas práticas de explicação e de identificação (e reidentificação) — como veremos na parte II deste capítulo — espécies não são redutíveis a complexos de qualidades. A consequência disso é que tratamos espécies como *unidades ontológicas fundamentais*.

Também tratamos entidades particulares reidentificáveis ou objetos como unidades ontológicas fundamentais. Consideramos objetos como entidades que preservam sua natureza em meio às alterações de qualidades e de localização espaço-temporal e essa consideração é incompatível com o seu tratamento como coleções ou agregados de qualidades. Há duas razões para essa incompatibilidade. A primeira, é que se um objeto fosse tratado como uma coleção de qualidades, a sua identidade dependeria da identidade da coleção e, assim, da preservação de cada qualidade constituinte da coleção. Por conseguinte, se uma das qualidades da coleção deixasse de ser instanciada, isso seria compreendido como equivalente à substituição de um objeto por outro — como se o objeto original houvesse sido destruído e um novo gerado. Nesse caso, *trataríamos alterações como destruições*. Julgamos, ao invés, que o objeto preservou-se no tempo enquanto teve suas qualidades (inessenciais) alteradas. Compreendemos as mudanças como sendo ao menos de dois tipos: alterações e destruições. Consideramos que um objeto pode alterar-se no tempo sem destruir-se. Por que consideramos que um objeto pode alterar-se sem destruir-se? Porque uma alteração que não modifique sua natureza é uma alteração em que a identidade do objeto se preserva. Se isso é assim, não tratamos objetos como coleções de

qualidades. A segunda razão para essa incompatibilidade é que, em um agregado de qualidades, estas se encontram justapostas e não há qualquer ordem de prioridade entre elas. Contudo, consideramos que os universais que um objeto instancia não se encontram em pé de igualdade com respeito à determinação de sua natureza. Alguns são tais que um objeto não poderia deixar de instanciá-los e ainda preservar sua natureza — exemplos são sua espécie e qualidades necessárias. Essa distinção entre a necessidade e contingência da instanciação dos universais nasce da estimativa de que para reconhecermos uma mudança temos que indissociavelmente reconhecer o que se preserva na mudança. Os universais que determinam a natureza do que se preserva não são alteráveis<sup>87</sup>. Assim, considerar que um objeto se preserva em meio às alterações de qualidades é considerar que objetos não são equivalentes a constelações de qualidades. Ao invés, consideramos que objetos *possuem* qualidades.

Alguns sistemas filosóficos propõem que as unidades ontológicas fundamentais são qualidades e que objetos e espécies são derivados a partir delas. Ainda que essa tese seja independente logicamente do empirismo, é freqüente encontrarmos sua motivação em algum tipo de empirismo. Motivações empiristas têm muitas vezes estado por trás de teorias que tratam objetos como constelações de qualidades. A idéia basicamente é que todo conhecimento vem da experiência e a experiência não pode oferecer algo não-qualitativo. Nessa visão, uma dimensão do objeto que seja tratada como um elemento não-qualitativo é classificada como “misteriosa” e epistemologicamente inacessível<sup>88</sup>. Por vezes, as unidades ontológicas fundamentais postuladas por um sistema filosófico são qualidades reais e independentes de nossa experiência. Em outros casos, são dados dos sentidos dos quais os objetos são derivados. Nesse último caso, temos um fenomenalismo, com o tratamento de objetos como expedientes de simplificação de complexos de dados sensoriais. Em todas essas concepções, objetos (e espécies) não são básicos. Eles são derivados como *equivalentes* aos agregados de qualidades ou de dados sensoriais.

Na concepção a que me oponho, uma espécie  $\Phi$  é tratada como um certo complexo de qualidades e a circunstância de um objeto ser um  $\Phi$  é tratada como equivalente à

---

<sup>87</sup> Uma crítica feita comumente às teorias essencialistas é que elas “elegem” arbitrariamente alguns dos universais instanciados pelo objeto como necessários para ele ser o que é.

<sup>88</sup> Cf. um tratamento de objetos como constelações de qualidades motivado por uma postura empirista em A. DENKEL, *Object and Property*, 1996.

circunstância deste objeto instanciar todas ou a maior parte das qualidades do complexo associado a  $\Phi$ . Assim, a circunstância de um objeto ser da espécie  $\Phi$  seria um fenômeno equivalente à circunstância desse objeto possuir certas qualidades. A menção de uma espécie, de acordo com essa concepção, seria um mero dispositivo prático para indicar a satisfação de um complexo de qualidades. Se as qualidades são tratadas como qualidades detectáveis em testes, a circunstância de algo ser de uma certa espécie não seria uma circunstância transcendente à verificação daquela satisfação.

Se combinarmos a derivação de objetos e de espécies a partir de qualidades, teremos a seguinte imagem: quando afirmamos que há objetos, afirmamos que há feixes de qualidades instanciadas e, conforme as qualidades instanciadas de um certo feixe, o objeto pode ser classificado como um exemplar da espécie  $\Phi$  ou de outra espécie.

Os conceitos que formamos para identificar objetos e os conceitos que formamos para identificar espécies são conceitos de unidades fundamentais e não conceitos de feixes de qualidades. Isso significa que as qualidades com que esses conceitos tratam são tomadas somente como métodos de reconhecimento dos objetos e das espécies a que estão associadas.

Ao afirmar que, de acordo com o entendimento básico, espécies e objetos são unidades ontológicas fundamentais estou adotando a tese ontológica de que existem objetos e espécies exteriores ao nosso pensamento e conceitualização do mundo? Estou nesta seção meramente *descrevendo* a metafísica do entendimento básico. Estou mostrando que é esta metafísica de objetos e espécies como unidades irreduzíveis a qualidades que está de acordo com nosso pensamento real e não uma outra metafísica que os trata como redutíveis a qualidades.

#### *1.6. Como uma Teoria Filosófica pode ser Anti-Essencialista e Anti-Realista?*

A proposta de que temos um entendimento básico do mundo que opera de modo realista e essencialista não tem a consequência de que não possam ser elaboradas *teorias* anti-realistas e anti-essencialistas. Como não é uma teoria, o entendimento básico não se situa no plano das teorias filosóficas ou científicas que podemos construir a respeito do mundo e, em consequência, não compete com elas. Essas teorias podem tomá-lo como

ponto de partida ou negá-lo. Podem também, mesmo classificando-o como falso, reconhecer sua relevância prática. Mesmo aquele que defende que o entendimento básico é incorreto como uma descrição do mundo como ele realmente é pode tentar investigar por que esse entendimento é inerradicável. Podem ser elaboradas teorias para explicar por que temos o entendimento básico que acontece de termos.

Há uma outra estratégia filosófica que consiste em propor que a própria teoria filosófica anti-essencialista e anti-realista apresentada não colide realmente com o entendimento comum. Kripke ilustra essa estratégia da seguinte forma:

“À primeira vista, Berkeley com sua negação da matéria e de quaisquer objetos ‘fora da mente’ parece estar negando nossas crenças comuns. Mas, não para Berkeley. Para ele, a impressão de que o homem comum está comprometido com a matéria e com objetos fora da mente é derivada de uma interpretação errônea da fala comum. Quando o homem comum fala de um ‘objeto material externo’, não quer dizer realmente ... um objeto material externo, mas, ao invés, algo como ‘uma idéia produzida em mim independentemente de minha vontade’.

A posição de Berkeley não é incomum em filosofia. O filósofo advoga uma visão aparentemente em contradição manifesta com o senso comum. Ao invés de repudiar o senso comum, ele afirma que o conflito provém de uma má interpretação [*misinterpretation*] filosófica da linguagem comum — às vezes, acrescenta que a má interpretação é encorajada pela ‘forma superficial’ da fala ordinária. Ele oferece sua própria análise das afirmações comuns relevantes, uma análise que mostra que elas não dizem realmente o que parecem dizer”<sup>89</sup>.

O filósofo que adota a estratégia filosófica mencionada por Kripke afirma que sua posição anti-realista está *de acordo* com o entendimento comum. É exatamente essa afirmação que deve ser negada porque é insustentável. Sua estratégia só poderia fazer sentido se o filósofo em questão afirmasse que sua posição está de acordo *com as frases da linguagem comum* e não com o entendimento que as pessoas possuem das afirmações que fazem utilizando aquelas frases. Com respeito ao entendimento daquelas afirmações, o filósofo em questão deve optar entre duas alternativas: (i) Ele pode propor que sua teoria está de acordo com o entendimento que as pessoas efetivamente têm de suas afirmações. Nesse caso, sua proposta é manifestamente falsa. Ou, (ii) ele pode supor que as pessoas

---

<sup>89</sup> S. A. KRIPKE, *Wittgenstein on Rules and Private Language: an Elementary Exposition*, 1982, p. 64-5. Kripke alerta para o fato de que a sua caracterização de George Berkeley na passagem citada é extremamente simplificada.

utilizam a linguagem como meros dispositivos lingüísticos sem possuir qualquer entendimento preciso do que afirmam e propor que são os filósofos os responsáveis pela interpretação indevida daquelas frases. Mas, nesse caso, a estratégia conteria um passo nada trivial e que necessitaria ser suplementado por uma justificativa plausível que é dissociar linguagem e interpretação e propor que utilizamos a linguagem como um mero cálculo<sup>90</sup>.

Como são possíveis, então, teorias anti-essencialistas e anti-realistas? Minha resposta é que elas são possíveis porque são teorias. Isto é, podemos endossa-las verbalmente sem ter de viver de acordo com elas.

Do fato de que o princípio de não-contradição seja um princípio fundamental do que reconhecemos como pensamento não se segue que teorias contraditórias não possam ser formuladas e defendidas na medida em que essa contradição não é imediatamente manifesta. Claro que teorias contraditórias não são, enquanto tais, teorias que negam o princípio de não-contradição. Mais do que isso: o fato de que um princípio seja fundamental não impede que hajam tentativas de negá-lo. As tentativas de negar o princípio de não-contradição são uma prova eloqüente disso.

---

<sup>90</sup> Putnam nota que dissociar o entendimento realista que temos de nossas afirmações das frases que empregamos não preserva de forma alguma nossas intuições acerca do que estamos fazendo ao afirmá-las. Ele diz a respeito do positivismo lógico: “Suponhamos que eu descubra que minha esposa é uma fenomenalista convicta e realmente creio que tudo que eu sou é uma construção lógica de *seus* dados sensoriais... [M]eu problema é que esses dados sensoriais não são eu. Se suas demonstrações de amor e preocupação são demonstrações de uma atitude para com certas construções lógicas a partir de seus dados sensoriais, então, como se diz, ‘temos um problema’... [U]ma atitude para com um padrão de regularidades nos próprios dados sensoriais não é a mesma coisa que uma atitude para com outra pessoa... [O] que uma esposa positivista lógica teria dito seria: ‘Para ti, a situação se inverte; são os teus dados sensoriais que são “os” dados e sou eu quem se torna a construção lógica’. Mas isso não é melhor... A característica que eu quero cingir é esta: os positivistas concordavam que existem certas afirmações de ressonância realista na linguagem ordinária que seria muito absurdo negar. Então, eles encontraram (ou, mais precisamente, esperavam encontrar — como sabemos, seu projeto de tradução fenomenalista fracassou) traduções das *frases* ... em questão nas quais elas revelavam-se verdadeiras. *Mas a interpretação que eles impunham a esses ‘vocábulos’ violam nossas intuições mais profundas sobre o que estamos fazendo quando os afirmamos...* Moral: para preservar nossas convicções realistas do senso comum não é suficiente preservar algum conjunto de frases ‘realistas’: a interpretação que damos a essas frases, ou, de modo mais geral, a explicação daquilo em que consiste o seu entendimento é também importante.” (H. PUTNAM, “Richard Rorty on Reality and Justification”, in: R. B. BRANDOM (Ed.) *Rorty and his Critics*, 2000, p. 83

Podemos alterar nossas teorias acerca do mundo, mas não é possível supor-se uma situação que pudesse conduzir-nos a fazer correções no entendimento básico do mundo. O entendimento básico é invulnerável. Uma teoria pode negá-lo plenamente ou parcialmente. A negação no plano teórico de certas noções que compõem a estrutura de entendimento básico pode significar o abandono de algo fundamental de nossa experiência do mundo e de nós mesmos. Usamos noções como a noção de entidade particular que se preserva em nosso entendimento básico. Essas noções não são opcionais. Como pensaremos acerca do mundo e o descreveremos sem essas noções? Além disso, que evidências poderiam em algum momento levar-nos a desfazermos-nos dessas noções? Podemos mesmo imaginar uma prova de que, por exemplo, a noção de objeto material não se aplica?

## PARTE II

### MODOS DE PENSAR: CONCEITOS DE ESPÉCIE NATURAL E CONCEITOS DE OBJETO

A ordem de nosso mundo é pensada, de acordo com nosso entendimento básico do mundo, como algo que resulta, em traços muito gerais, dos objetos que existem, das naturezas reais desses objetos e das circunstâncias com que eles interagem. Os padrões mais complexos exibidos no mundo são explicados de acordo com o entendimento básico, em última instância, por apelo a esses elementos. O objetivo deste trabalho é investigar a natureza dos conceitos que formamos para pensar acerca de duas dessas estruturas centrais: conceitos de objetos e conceitos de espécies de objetos. A Parte II do presente capítulo versa sobre a natureza desses conceitos.

#### *1.7. O Que São Conceitos?*

O que é um conteúdo cognitivo ou pensamento? Devemos pensar nele como uma noção básica? Por que deveríamos pensar que existem conteúdos cognitivos completos preexistentes e acabados a que a mente humana tem acesso por apreensão?

Em geral, temos acesso ao pensamento expresso por uma frase simplesmente pelo conhecimento dos conteúdos das suas partes sentenciais e de seu modo de combinação. A meditação acerca deste fato pode inclinar-nos na direção de uma concepção mais adequada do conteúdo. Quando entendemos uma frase, *constituímos* um conteúdo cognitivo completo. Certamente, nos demais atos de pensamento fazemos o mesmo. Parece plausível considerarmos o ato cognitivo de pensar, não como a apreensão de algo acabado, mas como uma atividade constituidora. Nós não apreendemos pensamentos preexistentes e constituídos independentemente de nossas capacidades. Pensamentos não nos acontecem como se nossa mente fosse um palco e assistíssemos aos pensamentos que se apresentam.

Defendo a posição de que um conteúdo cognitivo completo é o resultado de um ato cognitivo que põe em conexão certos conceitos. Nesta explicação, a noção de ato cognitivo e de conceito é pressuposta. Há um procedimento inverso disponível: construir a noção de conceito a partir da noção de conteúdo cognitivo completo. Assim, um conceito seria o resultado da abstração de uma parte do conteúdo cognitivo. O preço a pagar com a adoção



deste sentido explanatório é assumir a concepção de que conteúdos cognitivos completos nos acometem. Conteúdos cognitivos completos são complexos estruturados. A mera admissão da operatividade do princípio de composicionalidade é a admissão deste fato. A possibilidade de análise destes conteúdos em partes heterogêneas capazes de combinar-se com outras partes não é meramente um recurso heurístico mas o reconhecimento de algo sobre a natureza do pensamento. Pois bem, a mera noção de estrutura contém a noção de *elemento da estrutura* e estes elementos são o que identifico como conceitos.

Podemos entender um conceito como um *modo de pensar* em algo. Tomo a expressão “modo de pensar” de Evans que dela se vale para melhor entender o que Frege designa com a expressão “modo de apresentação”. Um modo de pensar, como um *Sinn* fregeano, é um elemento abstrato que pode ser exercitado em outros pensamentos sobre a entidade por ele apresentada, sejam estes pensamentos do mesmo indivíduo ou de outros. Emprego a expressão “elemento” por sua neutralidade para falar de conceitos porque não penso ser correto identificá-los com objetos mentais.

Conceitos não são imagens mentais. Na defesa dessa tese negativa, que foi apresentada pela primeira vez por Frege, quero apresentar um experimento de pensamento de Putnam. Ei-lo: imaginemos dois objetos qualitativamente idênticos, um dos quais,  $x_1$ , é uma pintura de uma árvore em óleo sobre pano e o outro,  $x_2$ , o resultado de tinta a óleo derramada ao acaso sobre um pano. Imaginemos ainda que o objeto  $x_1$  existe em nossa comunidade e foi feito por um pintor paisagista, enquanto que  $x_2$  veio a existir em uma comunidade que não possui em sua história qualquer contato com organismos vegetais. Pois bem, Putnam observa sensatamente que  $x_1$  é uma representação de árvore enquanto que  $x_2$ , malgrado a sua similaridade absoluta com  $x_1$ , não é. Temos duas entidades qualitativamente idênticas que, contudo, divergem absolutamente em suas propriedades representacionais. Essa situação é herdada pelas imagens mentais que por acaso se formem na qualidade de *after-images* nos indivíduos que observarem com atenção  $x_1$  e  $x_2$ . Mesmo que a imagem mental  $i_1$  que resulta da observação que um indivíduo faz de  $x_1$  seja qualitativamente idêntica à imagem mental  $i_2$  que resulta da observação que um indivíduo faz de  $x_2$ , a primeira imagem poderá ser uma representação de árvores, enquanto que a segunda, não<sup>91</sup>. Uma imagem mental em si mesma é incapaz de dirigir-se ao mundo. Como

---

<sup>91</sup> H. PUTNAM, *Reason, Truth and History*, 1981, p. 3-4.

ocorre com objetos físicos, objetos ou eventos mentais não representam independentemente de nossas capacidades para assim utilizá-los. A mera posse de uma imagem mental sem saber de que ela é uma imagem não é a posse de um conceito.

Conceitos podem ser pensados como capacidades ou habilidades segundo Geach<sup>92</sup>. Quero adicionar uma determinação a esta máxima: conceitos são *habilidades de dirigir-se ao mundo*. Nisto reside a natureza essencialmente indexical dos conceitos: nossos conceitos são conceitos dirigidos para o mundo. Além disso, conceitos são habilidades que se exercem em atos cognitivos.

Ao apresentar conceitos como capacidades, Geach deixou claro que eles não são coisas ou objetos de qualquer tipo.

Geach utiliza as expressões “capacidade” e “habilidade” intercambiavelmente. Kenny distingue habilidade de capacidade. Habilidades, diversamente de capacidades, são objeto de aprendizagem. O pensamento pode ser pensado como uma capacidade geral que é condição de aquisição e exercício de várias habilidades<sup>93</sup>. Na qualidade de habilidades, conceitos são estruturas sujeitas a desenvolvimento.

Quando caracteriza conceitos como capacidades, Geach está dizendo, entre outras coisas, que nossos conceitos não são meros reflexos cognitivos ativados por nosso contato com o mundo. Isso quer dizer que conceitos não são disposições acionadas por encontros com entidades. Conceitos não são acionados por características ambientais. Para utilizar palavras da tradição filosófica, o mundo não é causa eficiente de nossos conceitos, mas causa final.

Se nossos conceitos fossem disposições acionadas pelo objeto ou pela espécie, não haveriam erros na aplicação de conceitos. A mera presença do objeto ou da natureza acionaria o conceito. A aplicação do conceito seria um reflexo da mesma maneira como a dilatação da pupila é um ato reflexo acionado pela presença de luz. É constitutivo de nossa compreensão do uso de conceitos que eles podem ser mal aplicados. Ou seja, é constitutivo que eles não sejam meros reflexos cognitivos acionados pelas coisas.

Se conceitos são habilidades de dirigir-se ao mundo e não imagens ou objetos mentais, conteúdos cognitivos completos são complexos estruturados dessas habilidades.

---

<sup>92</sup> P. GEACH, *Mental Acts*, 1992, cap. 5.

<sup>93</sup> Sobre esta distinção, cf., entre outros lugares, A. KENNY, *The Legacy of Wittgenstein*, 1987, capítulos 9 e 10.

Nesses complexos, há dois momentos destacáveis que correspondem a dois tipos de exercícios de conceitos. Vamos considerá-los.

O primeiro tipo de exercício de um conceito é o ato de usá-lo para *pensar em* algo. Faz parte de nosso entendimento do pensamento que ele possui uma intencionalidade: um pensamento é sempre pensamento sobre alguma coisa. Brentano afirma: “Qualquer indivíduo que pensa, pensa em alguma coisa”<sup>94</sup>. Logo a seguir, adiciona que “isso é parte do conceito de pensar”. Frege vale-se largamente desta noção intuitiva na introdução de suas noções técnicas<sup>95</sup>. A noção de que, quando pensamos, pensamos sobre algo parece dificilmente sujeita a dúvidas.

Um pensamento contém um segundo momento lógico, a predicação. Do mesmo modo como há o tema de um pensamento, aquilo em que se pensa, também há *o que se pensa* daquele. Quem pensa um conteúdo expressável por “Sócrates é grego”, (1) pensa em Sócrates e (2) pensa deste que é grego.

O ato cognitivo de pensar o conteúdo expresso por uma frase como “Sócrates é grego” depende, ao menos, do concurso de dois atos, *o ato de pensar em* Sócrates e *o ato de predicar* a propriedade de ser grego daquele. Estes dois atos componentes são exercícios de conceitos. Mais do que isto: são *tipos diversos* de exercícios de conceitos. Conceitos, portanto, podem ser objeto de usos que são basicamente de dois tipos: *identificadores* e *predicativos*. Em uso identificador, um conceito é empregado para identificar uma entidade como a entidade relevante para o valor de verdade do pensamento; em uso predicativo, o conceito é usado para predicar da entidade sobre a qual se pensa a propriedade relevante para o valor de verdade do pensamento. Por conseguinte, os dois momentos do exercício do conceito dirigem-se para aquilo no mundo de que depende o valor de verdade do pensamento.

Em virtude do conteúdo cognitivo expresso por uma frase da forma “*Fa*” ser constituído pelos momentos lógicos da identificação de uma entidade e a predicação de uma propriedade, é comum considerar-se que podemos analisar estas frases em um *termo*

---

<sup>94</sup> F. BRENTANO, “On Objects of Thought” in: *Psychology from an Empirical Standpoint*, 1997, p. 321.

<sup>95</sup> Para Frege, o *Bedeutung* de uma expressão da linguagem é aquilo sobre o que falamos ao empregá-la em discurso direto: “Se as palavras são usadas de modo ordinário, é do seu significado (*Bedeutung*) que queremos falar” (“Über Sinn und Bedeutung”, 28). Frases com ocorrências de nomes próprios em discurso direto falam sobre os objetos que são os *Bedeutungen* daquelas. Frases quantificadas falam sobre conceitos.

*singular* e um *predicado*<sup>96</sup>. Desta forma, termo singular e predicado são as unidades gramaticais isoláveis que correspondem aos dois tipos de exercícios de conceitos.

Os dois tipos de usos de conceitos ilustram dois modos dos conceitos dirigirem-se ao mundo. Um ato — pensar em uma entidade — vale-se do conceito para identificar algo enquanto o outro ato — o predicar — visa dizer da entidade identificada que é tal e tal mediante a atribuição de uma propriedade a ele.

Em alguns autores, como em Frege, encontramos uma distinção entre atos de pensamento e atos de juízo. Os primeiros, são atos de meramente pensar ou entender o pensamento expresso por uma frase sem tomar qualquer posição em relação ao seu valor de verdade. Atos de juízo, por outro lado, são atos que assumem um compromisso com a verdade do pensamento. Seriam atos judicativos o ato de crer, concordar, aceitar, assertar, negar, etc. Eu aceito esta distinção e sigo Frege ao considerar uma asserção como a expressão pública de um juízo. Na asserção, um juízo é manifestado.

Nesta seção, defendi que conceitos não são objetos mentais mas habilidades que exercitamos para pensar em objetos e propriedades. Conceitos não são objetos mentais porque a mera posse de um objeto ou evento mental sem a capacidade de usá-lo para dirigir-se ao mundo não é a posse de um conceito. Conceitos são habilidades de dirigir-se cognitivamente ao mundo, tanto como habilidades de identificar quanto como habilidades de predicar.

### *1.8. A Relação entre Conceito e Propriedade*

Um conceito possui notas que constituem sua *intensão*. As notas do conceito especificam a condição ou condições a serem satisfeitas para que uma entidade ocorra na sua *extensão*. A extensão de um conceito é o conjunto das entidades que satisfazem suas condições de satisfação. As notas do conceito são satisfeitas por uma entidade na medida em que ela possua as propriedades especificadas por suas notas. Assim, satisfazer um conceito é possuir uma propriedade.

Qual circunstância é mais básica: uma entidade cair sob um conceito (satisfazer as suas notas) ou possuir uma propriedade? Alguns poderão apontar a seguinte equivalência:

<sup>96</sup> Cf. (1.21) e (1.22), respectivamente, para uma análise mais detida das noções de termo singular e de predicado que são por mim adotadas.

sempre que um objeto cai sob o conceito *quadrado*, ele concomitantemente possui a propriedade de *ser quadrado*. Contudo, há uma assimetria essencial entre esses dois casos: a circunstância de que uma entidade  $\alpha$  caia sob o conceito  $\phi$  depende de que ela possua a propriedade  $\Phi$  e não o contrário. Não é porque uma entidade cai sob o conceito  $\phi$  que ela possui a propriedade  $\Phi$ . Uma entidade cai sob um conceito se se ajusta às condições de satisfação ou notas deste. Ora, para uma entidade satisfazer as condições de satisfação do conceito *quadrado* ela tem de possuir a propriedade de *ser quadrado*. Que uma entidade caia sob um conceito dado não é algo inexplicável, mas deve-se às propriedades que possui<sup>97</sup>.

Além da posse de intensão e extensão, conceitos possuem também um *objetivo* — a estrutura que eles rastreiam. Conceitos são conceitos *de alguma coisa*: conceito de poder, conceito de homem, conceito de estado, conceito de árvore. O objetivo de um conceito é essencial para a sua natureza. Um conceito não seria o mesmo se fosse conceito de outra estrutura.

Conceitos são usados para identificar seus objetivos. Consideremos conceitos de modos de ser. Conceitos de modos de ser são modos de pensar em modos de ser. Suas notas articulam cognitivamente o modo de ser e sua extensão é dada pelas entidades que instanciam o modo de ser. O conceito se aplica à entidade unicamente se ela exemplifica o modo de ser que aquele rastreia.

Podemos fazer usos diversos das notas de um conceito. Podemos tratá-las como condições necessárias e suficientes de aplicação do conceito ou como métodos de reconhecimento do seu objetivo. Esses diferentes usos caracterizarão o conceito como fechado ou aberto. Esse é o tema das seções (2.6) e (2.7).

Um modo de pensar pode ser confuso, mas ele vai tornando-se preciso na medida em que busca determinar de modo mais determinado a estrutura a que se dirige. Consideremos o caso dos conceitos para pensar em objetos e dos conceitos para pensar em propriedades. A vagueza é uma propriedade de conceitos e não de objetos e propriedades. Um conceito usado para pensar em um objeto pode vir a ser paulatinamente refinado e

---

<sup>97</sup> A assimetria entre uma entidade cair sob um conceito e possuir uma propriedade se assemelha àquela outra, notada por Aristóteles, que ocorre entre a circunstância de um enunciado ser verdadeiro e a circunstância de ocorrer um certo estado de coisas. Cf. B. BARBOSA FILHO, “Saber, Fazer e Tempo: uma nota sobre Aristóteles” In: E. MARQUES *et alii* (Org.), *Verdade, Conhecimento e Ação*, 1999, p. 17.

enriquecido à medida em que se amplia o conhecimento sobre aquele objeto, até que se tenha um conceito daquele objeto. Um refinamento semelhante ocorre com conceitos de propriedades. Possuir um conceito tal é possuir uma compreensão de um modo de ser. Essa compreensão pode sofrer muitas alterações resultantes de nosso comércio com o mundo. Nossas habilidades conceituais vão refinando-se na medida em que obtemos mais conhecimentos sobre o mundo. Usamos nossos conceitos de objetos e de propriedades para conhecer mais sobre esses. Os conhecimentos adquiridos repercutem em nossas habilidades conceituais. O refinamento ocasionado permite a realização de novas distinções e a aquisição de novos conhecimentos sobre o mundo. Podemos, neste constante intercuro entre conceitos e mundo, vir a reconhecer que

- a) que um conceito não nos conduz a nenhuma propriedade (por exemplo, o conceito que tínhamos é, sob rigorosa investigação, algo que envolve contradições);
- b) que a propriedade determinada acerca da qual pensamos não é instanciada por nenhum objeto;
- c) que o conceito nos conduz a muitas propriedades distintas;
- d) que o conceito dirige-se para uma propriedade tal que é instanciada por ao menos um objeto.

Nos dois primeiros casos, dizemos que o conceito é *vazio* porque não possui *extensão*. Entretanto, (a) e (b) devem ser distinguidos porque é algo totalmente diverso exercitamos um modo de pensar que fracassa em identificar uma propriedade porque envolve algum tipo de contradição — este é o caso de um modo de pensar que especifica um modo de ser impossível — e um modo de pensar que identifica uma propriedade que simplesmente ocorre de não ser instanciada por nenhuma entidade do mundo. Propriedades são universais e, portanto, podem não ser instanciadas.

No caso (c), o modo de pensar que empregamos é satisfeito por muitos modos de ser. Isso não é um problema, mas uma vantagem: por seu intermédio podemos pensar em uma ampla gama de modos de ser. Se nossos interesses nos levarem a isso, podemos vir a constituir a partir dele modos de pensar mais específicos. Nosso estoque de conceitos

depende em certa medida de nossos interesses. O caso (d) é o caso feliz em que um modo de pensar especifica um modo de ser determinado.

Dois conceitos podem orientar-se para o mesmo objetivo se o mundo é tal que algo que satisfaça um conceito necessariamente também satisfaz o outro. O conceito *triângulo* e o conceito *trilátero* são satisfeitos necessariamente pela mesma propriedade<sup>98</sup>. A propriedade de *ser triangular* e a propriedade de *ser trilateral* são a mesma. Toda a vez em que a circunstância de algo ser triangular ocorre, também a circunstância de algo ser trilateral ocorre. Os conceitos que temos são os modos de pensar nas coisas do mundo. Propriedades são os modos de ser das coisas. O princípio de independência está contido no reconhecimento da distinção entre conceito e propriedade? Temos que distinguir entre o que pensamos que as coisas são e o que as coisas realmente são. Podemos conceber de modos diversos uma mesma propriedade. O que uma coisa é não se segue do que pensamos que ela é. Que se trate da mesma propriedade que concebemos por exercitar dois conceitos diversos é algo que depende do mundo.

### *1.9. Identificação como Condição para Pensar em Algo*

A intencionalidade é uma característica fundamental do pensamento. Pensar é pensar sobre algo. Para considerarmos que alguém está pensando sobre algo determinado, ele deve satisfazer a condição estabelecida pelo princípio de Identificação:

(I) Para alguém pensar sobre uma entidade determinada, deve ser capaz de identificar a entidade acerca da qual está pensando.

---

<sup>98</sup> Nesse quesito, concordo em linhas gerais com a abordagem de G. BEALER, *Quality and Concept*, 1982, p. 181-2. Contudo, discordo da natureza que Bealer atribui a propriedades e conceitos.

O princípio de identificação foi anunciado e defendido por Gareth Evans<sup>99</sup>. Ele afirma que tal princípio — que também alcunha como “princípio de Russell” — opera no pensamento de Russell e de Strawson<sup>100</sup>. Eis sua apresentação do princípio de identificação:

“[P]ara termos um pensamento sobre um objeto particular, devemos *saber qual* [*know which*] é o objeto sobre o qual estamos pensando”<sup>101</sup>.

Evans quer apresentar uma leitura do princípio de Russell de acordo com a qual este seja verdadeiro. O conhecimento mencionado pelo princípio é apresentado por Evans como um *saber como*, como uma capacidade ou habilidade<sup>102</sup>. Esse é um “conhecimento discriminativo: o sujeito deve ter uma capacidade de distinguir o objeto de seu juízo de todas as outras coisas”<sup>103</sup>. Evans observa corretamente que o princípio de identificação é um princípio acerca do pensamento e, nessa medida, é imune aos ataques feitos por Kripke ao descritivismo como explicação da referência dos nomes e termos de espécie<sup>104</sup>.

O princípio de identificação afirma que para pensar em algo determinado o indivíduo deve satisfazer a condição de saber no que está pensando. A interpretação do princípio depende do modo como entendemos o conhecimento por ele exigido. Que tipo de conhecimento é atribuído ao indivíduo pelo princípio? Há duas leituras do princípio que se seguem de dois modos de conceber a cláusula epistêmica do princípio. Eis a leitura forte:

Ia) Para alguém pensar em algo determinado, deve saber qual é o tema de seu pensamento no sentido em que o tema de seu pensamento deve ser conhecido com transparência.

<sup>99</sup> A expressão “princípio de identificação” foi utilizada por dois alunos de Strawson: Gareth Evans e John Searle. Evans tomou-a como a designação de um princípio do pensamento; Searle tomou-a como a designação de um princípio da linguagem. Utilizo-a na mesma acepção de Evans.

<sup>100</sup> *VR*, p. 65.

<sup>101</sup> *VR*, p. 74.

<sup>102</sup> Evans, a exemplo de Geach e diferentemente de A. Kenny, não faz distinção entre capacidade e habilidade. Cf. a discussão na seção (1.7).

<sup>103</sup> *VR*, p. 89.

<sup>104</sup> Cf. *VR*, p. 74-6. Evans declara: “O abandono do princípio de identificação no nível do dizer é uma consequência trivial da distinção entre o que alguém diz e o pensamento que alguém tem a intenção de expressar. Seu abandono no nível da *crença* ou *pensamento* seria um movimento extremamente significativo. O que aconteceu foi que o primeiro foi tomado pelo último” (*VR*, p. 76n).



Esta é a leitura fraca:

Ib) Para alguém pensar em algo determinado, deve saber qual é a sua natureza geral e saber alguma característica singularizadora que o distingue de outras coisas da mesma natureza.

Na leitura forte do princípio, temos a atribuição ao pensante de um conhecimento incorrigível acerca do tema de seu pensamento. O tema de seu pensamento é apresentado como transparente. Essa leitura exclui como tema de pensamento entidades que o pensante não conheça, assim como exclui o engano acerca de tais temas.

Na leitura fraca, o conhecimento atribuído é o conhecimento minimamente necessário para permitir a alguém identificar o tema de seu pensamento. Suponhamos uma situação em que alguém pensasse sem qualquer tipo de identificação do tema de seu pensamento. Nesse caso, ele estaria pensando sobre algo sem sequer saber sobre o que estava pensando. É ininteligível essa possibilidade<sup>105</sup>. Há uma noção mínima de identificação que tem de ser atribuída a uma pessoa para que consideremos que ela está pensando sobre algo determinado. Esse sentido mínimo de conhecimento atribuído não deve contradizer o sensato reconhecimento de que podemos desconhecer em grande parte as qualidades do tema de nosso pensamento ou mesmo estarmos enganados sobre elas<sup>106</sup>.

---

<sup>105</sup> O fenômeno da identificação no plano do pensar é fundamental com respeito ao fenômeno da referência de uma expressão lingüística. Na discussão contemporânea sobre referência, há propostas de considerar-se que o que estabelece o referente de uma expressão lingüística é um elemento totalmente exterior ao usuário da expressão. Se essa proposta faz algum sentido em uma avaliação da linguagem, ela é, contudo, inviável na consideração da intencionalidade de um pensamento.

<sup>106</sup> O problema de distinguir tipos de conhecimento com o objetivo de reconhecer que há alguma noção de conhecimento envolvida em certa situação guarda similaridade com o problema com que Platão faz o personagem Sócrates defrontar-se no *Fedro*. Após conduzir o sofista ao reconhecimento de que não sabe o que é virtude, Sócrates convida-o para procurarem juntos sua definição. O sofista, então, apresenta-lhe o paradoxo seguinte: “Mas, Sócrates, se não sabemos o que é virtude, como saberemos que é a virtude quando a encontrarmos. E se já sabemos o que vamos encontrar, então já sabemos o que é virtude e não precisamos procurar”. O dilema é: ou há conhecimento absoluto ou ignorância absoluta. Assim, Platão percebe que necessita de uma noção de conhecimento para caracterizar o conhecimento da virtude, mas não pode ser demasiadamente forte porque neste caso não haveria o que investigar pois tudo seria conhecido de antemão. Sem alguma noção mínima de conhecimento, não há nem mesmo a possibilidade de saber-se como conduzir a

Quando o tema é uma entidade complexa que existe independentemente do pensamento, suas qualidades serão, via de regra, desconhecidas em larga extensão.

Aceito a formulação de Evans de que para alguém pensar sobre algo, deve ter a capacidade de distinguir tal coisa de outras coisas. Além disso, proponho que a capacidade de distinguir é uma capacidade *conceitual*. Tenho dois argumentos para pensar assim. O primeiro argumento é que distinguir algo é distingui-lo *como um F* e para tanto é necessário um conceito de F. Ou seja, distinguir algo é distinguir de acordo com um conceito. Se não tenho um conceito do que está sendo distinguido, como sei que é uma distinção entre objetos e não entre materiais, entre propriedades, ou entre regiões do espaço, por exemplo?

O segundo argumento é que a distinção tem de ser conceitual porque é realizada na esfera do pensar do indivíduo. De outro modo, não podemos explicar como a distinção realizada pode ser relevante para o indivíduo pensante. Mesmo que possua uma dimensão perceptual, a distinção deve ter uma dimensão conceitual irreduzível<sup>107</sup>. Como a distinção pode ser algo para um pensante se ele não emprega o seu repertório conceitual? Se não temos um conceito do que é *x*, *x* nada é em nossa vida cognitiva. Como podemos pensar sobre o que não é algo para nós?

Para alguém pensar em algo determinado, ele deve ser capaz de identificar o tema de seu pensamento. Devo agora apresentar uma noção positiva do que é a identificação. Um investigação. Dessa forma, Platão utiliza a noção de um conhecimento implícito de uma Forma que pode ser explicitado por reflexão e *anamnesis*. Se o sofista tivesse razão, ninguém poderia pensar sobre uma coisa que não conhece ou investigar um tema em larga parte desconhecido.

<sup>107</sup> Defender que qualquer distinção que faça sentido para nós tem de possuir uma dimensão conceitual inerradicável não significa ignorar que algumas distinções têm uma distinção indexical ou perceptual igualmente inerradicável. Se dois objetos compartilhassem de todas propriedades, eles cairiam sob os mesmos conceitos e, assim, só poderíamos distingui-los por relações espaço-temporais ou perceptuais. Cf. P. FARIA, “Afecção e Discriminação”, ‘Discriminação e Afecção’, in Edgar Marques *et alii* (orgs.), *Verdade, Conhecimento e Ação: Ensaio em Homenagem a Guido Antônio de Almeida e Raul Landim Filho* (São Paulo: Loyola, 1999), p 152. É próprio de alguns conceitos, entretanto, que eles especifiquem universais cujas instâncias necessariamente são numericamente distintas. Esses universais são espécies. Deste modo, o mero conceber de dois objetos mediante um conceito da espécie  $\Phi$  não apenas não dá razões para pensar que são a mesma entidade da espécie  $\Phi$ , como torna plausível de antemão a pergunta sobre se estamos pensando em *uma entidade da espécie  $\Phi$*  ou em *duas entidades da espécie  $\Phi$* . Instâncias desses universais de espécie de objeto, como nota Strawson, envolvem a idéia de um padrão de ocupação do espaço-tempo (*Individuals*, p.; *Subject and Predicate in Logic and Grammar*, p. 13).

pensante identifica uma entidade unicamente se reconhece-a como possuidora de uma dada natureza geral e reconhece algum fato distintivo a seu respeito. Assim, o pensante deve ser capaz de identificar *o que é* o tema de seu pensamento. Para tanto, ele tem de usar um *conceito de espécie*, ainda que muito geral. Por conseguinte, para pensar sobre uma entidade  $x$ , o indivíduo deve identificar  $x$  como um  $F$ . Se perguntarmos a certa pessoa “Estás pensando sobre o que?”, sua resposta somente será apropriada se ela for capaz de prover um conceito de espécie que especifica a natureza daquilo em que pensa, como, por exemplo, “Estou pensando sobre uma *pedra*”. Mas consideraremos que ela está pensando sobre algo determinado somente se ele também puder indicar algum fato distintivo que possa *singularizar* a entidade. A pessoa deve ser capaz de apontar uma característica distintiva dessa entidade da qual ele especificou a natureza geral que possa selecioná-la entre outras coisas de mesma natureza. Assim, à pergunta “Qual pedra?”, são apropriadas como respostas somente termos que expressem conceitos que especificam alguma característica distintiva daquela entidade, tais como uma qualidade (“*a pedra que é G*”) ou uma localização espaço-temporal (“*esta pedra*”)<sup>108</sup>.

Qual a razão de ser da cláusula que exige que o pensante seja capaz de dizer qual das entidades de uma certa natureza geral é aquela em que está pensando? Em uma situação em que o pensante não é capaz de satisfazer tal cláusula, não parece correto dizer que ele está pensando sobre algo determinado. Se ao ser-lhe perguntado “Estás pensando sobre uma pedra... qual?”, sua resposta sincera for “não sei” ou for semelhante a esta: “Talvez sobre aquela pedra, ou sobre esta pedra. Ou talvez sobre a pedra que no ano passado eu comprei”, não é correto dizer que ele pensou sobre algo determinado.

O conhecimento singularizador que a pessoa tem acerca do tema de seu pensar pode ser dependente de identificações realizadas por outras pessoas (“a pedra de que João falou”) ou identificações anteriores da própria pessoa (“a pedra em que eu pensava ontem”). Se ela não tiver nem mesmo essa capacidade de identificar, não está pensando sobre nada determinado. Essas são identificações que pressupõem identificações. Na aquisição de uma linguagem, adquirimos habilidades de identificar relacionadas às palavras daquela linguagem que são dependentes das habilidades de identificar de outros usuários da

---

<sup>108</sup> Suponho a existência de *conceitos indexicais*. Cf. meus argumentos em favor dessa tese na seção (3.4).

linguagem. Discuto as identificações que dependem de outras identificações com respeito a espécies em (2.10) e com respeito a objetos em (3.6).

Esse é um princípio do *pensar*. Se a pessoa não identifica o tema de seu pensar, ela ainda assim é capaz de proferir um discurso que pode ser interpretado pelos seus interlocutores como um discurso sobre algo determinado. Isso ocorre, por exemplo, se ela utilizar um nome. Contudo, esse procedimento por si só *não* é suficiente para que a pessoa esteja pensando sobre algo determinado. A emissão de uma frase por um papagaio ou uma máquina pode ser tomada como um discurso sobre algo determinado, contudo, ela *não* é sobre algo determinado. Não basta que as palavras tenham sido adquiridas e emitidas pelo proferidor do discurso de modo determinado, mas também que ele esteja pensando em algo determinado.

Aceitando a idéia de que a noção de identificar  $x$  é apanhada substancialmente pela noção de distinguir  $x$  das demais entidades, defendo a caracterização do identificar como algo que envolve dois momentos. Para distinguir  $x$  é necessário distinguir  $x$  como um  $F$ , e assim, apreendê-lo em um esquema geral. Por conseguinte, o identificar exige um momento *generalizador*. Este momento generalizador não pode ser suficiente, uma vez que saber o caráter geral de algo não nos permite distingui-lo de outras coisas que compartilham desse caráter geral. Desse modo, a atividade de distinguir  $x$  de tudo o mais exige a capacidade de *singularizar*  $x$  como a única coisa de um certo caráter geral  $F$  que *é*  $G$  ou que *é este*  $F$ .

### *1.10. Uma Observação sobre o Presente Uso da Noção de Identificação*

Minha noção de identificação é a noção de distinguir ou isolar cognitivamente uma entidade como o tema de nosso pensamento. A habilidade de identificar  $x$  é a habilidade cujo exercício permite que pensemos em  $x$ , mas não é o que torna  $x$  uma entidade individual. Quando trato de identificação, por conseguinte, não estou tratando de princípios de individuação entendidos como princípios acerca do que singulariza uma entidade enquanto tal. A questão da individuação assim entendida pertence à problematização metafísica e está fora do meu horizonte. Minha questão é o que torna possível que uma entidade seja tema de meu pensamento. Estou tratando assim de um tipo de atividade cognitiva. Estou falando em um ato — identificar — que fazemos com as entidades e não

de algo que ocorre no domínio das entidades mesmas independentemente de nossa atividade cognitiva. Não há qualquer idealismo nisto, uma vez que, de acordo com minha abordagem, as entidades que identificamos são entidades que realmente existem. As entidades que distinguimos são entidades por direito próprio anteriormente à nossa identificação. Nós não individualizamos entidades. Apenas distinguimos entidades já individualizadas. A identificação não “cria” entidades.

As entidades já estão isoladas no mundo. Mesmo assim, nosso sistema cognitivo deve identificá-las para que possamos pensar sobre eles. Entidades são o que são independentemente de nossas capacidades cognitivas. Contudo, as entidades não se tornam o tema de nosso pensamento independentemente dessas capacidades.

### *1.11. Identificação de Objetos e Espécies*

Identificar é identificar *o que* algo é e singularizá-lo de algum modo. A identificação tem dois componentes, um componente generalizador e um componente singularizador. Meu objetivo nesta seção é exibir como esses dois momentos operam na identificação de objetos e de espécies. Identificar é *identificar como um F* pondo a coisa identificada em um esquema geral e *identificar como este F* ou *como o F que é G*, ou seja, apelando para uma posição única dada no espaço-tempo ou a uma qualidade singularizadora.

No que tange a objetos: O que é  $x$ ? *Um homem* [generalização]. Qual homem? *Este* [singularização] homem. Ou: *o homem que é G* [singularização]. No que tange a espécies: O que é  $y$ ? *Uma espécie de animal* [generalização]. Qual espécie de animal? *A espécie daqueles animais ali* [singularização]. Ou: *a espécie de animal que é condição das qualidades F1, F2, F3* [singularização]<sup>109</sup>.

#### *1.11.1. O Componente Generalizador da Identificação*

Para identificar algo, temos de estabelecer o que está sendo identificado de modo amplo. Isso significa que temos de apanhar o que é identificado em um esquema suficientemente flexível e geral que possa posteriormente receber determinações mais

<sup>109</sup> O artigo indefinido e o artigo definido são sinais lingüísticos dos momentos, respectivamente, da generalização e singularização conceitual.

precisas. Para objetos, isto significa apresentar um conceito de gênero ou espécie suficientemente geral para que seja instanciado pelo objeto: um humano, um animal. Para espécies, o conceito usado deve explicitar sob que gênero ou espécie mais geral a espécie inscreve-se: uma espécie de ave, uma espécie de pedra. Ao apresentar esse conceito da coisa, já situamo-la em dado estatuto ontológico — como um objeto, uma espécie, uma qualidade.

### 1.11.2. O Componente Singularizador da Identificação

Para identificarmos aquilo em que estamos pensando, não apenas temos de apanhá-lo em um esquema geral, como também temos de singularizá-lo mediante algum aspecto distintivo. Isto pode ser uma propriedade unicamente possuída pela entidade (e aqui incluirei propriedades como *ter sido identificado pelo falante  $x^{110}$* ) ou sua localização espaço-temporal.

A singularização, assim, é uma operação conceitual que pressupõe o conceito que atua como esquema generalizador para identificar algo unicamente. A singularização pode resultar em um complexo conceitual da forma *o F que é G*. Complexos conceituais com esta estrutura podem ser usados para identificar objetos e espécies. Quando a singularização é realizada por um conceito que faz apelo ao mundo como um conceito demonstrativo expresso pelas palavras “este”, “aquele”, temos um complexo da forma *este F*. O complexo conceitual formado é um *conceito indexical* porque coopera com o mundo para identificar.

Não apenas objetos, mas também espécies são alvo de singularização. Para singularizar uma determinada espécie, usamos o conceito de uma espécie que, por generalidade maior, opera como seu gênero e suplementamos determinações que a distinguem por menção de qualidades que lhe estão unicamente associadas ou por menção de sua exemplificação em objetos ou materiais de objetos em dada região espaço-temporal.

A *indexicalidade* é a capacidade dos conceitos de obter singularização em combinação com o mundo<sup>111</sup>. Dado que são características fundamentais do mundo dos

---

<sup>110</sup> Para o tratamento de identificações que pressupõem identificações, cf. (2.10) no tocante a espécies e (3.6) no tocante a objetos.

<sup>111</sup> Indexicalidade não é determinação pelo contexto, mas *no* contexto. Contextos não determinam. Apenas conceitos o fazem.

objetos materiais (e assim das espécies reais) a espacialidade e a temporalidade, deste fato emerge que nossos conceitos obtêm sua determinação última na ancoragem em tempos e lugares e, além disso, nos objetos que ocorrem no espaço-tempo e nas espécies que eles (e suas matérias) instanciam<sup>112</sup>.

Podemos utilizar a localização espaço-temporal para singularizar algo. Assim, um objeto pode ser identificado como a entidade de tal espécie que ocorre em dada região espaço-temporal e uma espécie pode ser identificada como a espécie de certos objetos situados em certas coordenadas espaço-temporais. A mera localização espaço-temporal não é suficiente para identificar algo uma vez que sem um conceito que especifique uma natureza geral é indeterminado o que identifico em uma dada posição espaço-temporal. Por exemplo: estou identificando um homem, as partes ligadas de homem, o espaço-tempo contíguo a ele, as moléculas que ocupam aquela localização espacial, o conjunto de células que ali estão? Sem um conceito para determinar *o que* identifico, nada é identificado. Deste modo, o uso de um mero conceito demonstrativo como *este* que não se faz acompanhar de um conceito generalizador não tem êxito em identificar algo<sup>113</sup>.

### 1.12. A Identificação Indexical de Objetos e Espécies

Chamarei àquelas identificações que têm uma singularização indexical — ou seja, uma singularização realizada por indicação do contexto que o agente da identificação e a entidade identificada ocupam — de *identificações indexicais*; as identificações que são

---

<sup>112</sup>McGinn supõe que não uma conexão essencial entre indexicalidade e espaço-temporalidade. Para ele, se nosso mundo não fosse espaço-temporal, a indexicalidade não operaria da forma como opera. Cf. a reflexão de C. MCGINN, “The Mechanism of Reference”, *Synthese* (49): p. 164-5.

<sup>113</sup> Há um outro caso de singularização do conceito que é diverso da determinação de um conceito indexical pelo mundo. Esta possibilidade não reside na indexicalidade do conceito, mas na sua *plasticidade*. A plasticidade é a capacidade de um conceito de sofrer ajustes ao combinar-se ao mundo. A indexicalidade de um conceito não implica em qualquer alteração sua, mas tão-somente em sua determinação no mundo. Por outro lado, a plasticidade implica em ser capaz de refinar-se em uma aplicação ao mundo. Uma razão que nos conduz ao ajuste de conceitos é o seu uso realista e essencialista, ou seja, o uso de um conceito para identificar algo que concebemos como independente de nossas identificações e dotado de uma natureza própria.

singularizadas descritivamente serão chamadas de *identificações descritivas*. Uma identificação indexical é realizada por um *conceito indexical*.

Uma identificação é indexical quando a singularização é obtida pela indicação de algo no contexto do agente da identificação. Nesses casos, identificamos a entidade como um F e como *este* F. Identificamos indexicalmente objetos: identificamos o objeto  $\alpha$  como um animal e como *este* animal. Identificamos indexicalmente espécies: identificamos a espécie  $\Phi$  como uma espécie de objetos e como a espécie *destes* objetos (ou como a espécie que é condição *destas* qualidades).

Uma boa teoria da indexicalidade deve mostrar como se relacionam as noções expressas por “eu”, “agora”, “aqui”, “este” e “aquele”. Há conexões essenciais entre os conceitos expressos por essas palavras. Tais conexões ainda aguardam por serem reveladas integralmente. Ainda assim, farei um esboço do modo como as concebo. Podemos tomar os conceitos de *eu*, *aqui*, e *agora* como fundamentais. Alguns autores supõem que esses conceitos são interdefiníveis e, por conseguinte, estão todos no mesmo patamar de fundamentalidade. Eu hesito em abonar essa afirmação porque o conceito *eu* parece em um certo sentido a fundação dos conceitos indexicais de *aqui* e *agora*. Os conceitos *aqui* e *agora* identificam a posição espacial e temporal em que eu estou. Por outro lado, o conceito *eu* não identifica algo espaço-temporal em *todos* seus usos.

O conceito *eu* é um conceito cujo uso não é regido por critérios para identificar o seu referente: quando penso ou digo “eu”, não procuro uma entidade no espaço e no tempo que satisfaça algum critério para ser eu. Antes, o conceito *eu* identifica o centro do espaço e do tempo a partir do qual penso e experimento as demais entidades espaço-temporais<sup>114</sup>. Além disso, o usuário do conceito *eu* não o usa como um conceito indexical porque não o usa para identificar algo distinto segundo o contexto. Essas são duas características da utilização do termo “eu”: seu usuário não o utiliza como um indexical, enquanto que o ouvinte interpreta-o como um indexical. O ouvinte de um proferimento com a expressão “eu” deve tratar esta expressão como um termo indexical que opera segundo uma regra — ele designa o falante do contexto. Devemos então supor que “eu” expressa dois conceitos, um conceito não-indexical e outro indexical? Ao utilizar “eu” para fazer referência a si próprio o falante usa um conceito? Não vejo ainda nenhuma solução satisfatória para esse

---

<sup>114</sup> Este “centro” pode ser entendido como a origem do sistema de coordenadas espaço-temporais.



tema. Em (3.3), ao tratar de indexicais, darei exemplos da utilização indexical do termo “eu”<sup>115</sup>. Qualquer que seja a solução a esse problema, estou presumindo que o uso da noção de *eu* funda o uso das noções de *aqui* e *agora*.

Os conceitos demonstrativos *este* e *aquele* são definidos a partir das noções de *aqui* e *agora*<sup>116</sup>. Emprego uma expressão da forma “este *F*” para identificar a entidade que é *F* que está aqui e agora; emprego uma expressão da forma “aquele *F*” para identificar a

---

<sup>115</sup> O prof. Balthazar Barbosa Filho fez as seguintes objeções à tese de que o termo “eu” expressa um conceito: (1) este conceito não possuiria notas; (2) não pode haver um conceito essencialmente individualizado. A crítica de Balthazar tem como alvo a postulação de um conceito não-indexical expresso pelo termo “eu”, *mas não o conceito indexical expresso por “eu”* — o conceito indexical expresso por “eu” possui notas e não é essencialmente individualizado. O tratamento que Frege deu a essa questão — ao distinguir *dois* componentes no conteúdo *conceitual* do termo “eu” — deve servir de fio condutor para que eu explique essa afirmação.

Frege distinguiu, em “Der Gedanke” (1918) (66 [CP, p. 359-60]), dois componentes no sentido de “eu”. Ele postulou que o termo “eu” possui um *sentido de comunicação* — que pode ser objeto de entendimento compartilhado entre falante e ouvinte e que pode ser apresentado pela descrição “aquele que está falando” (David Kaplan utiliza essa idéia fregeana em sua teoria dos indexicais e chama a regra de interpretação correspondente ao sentido de comunicação fregeano de “caráter” [*character*]). É esse sentido de comunicação que tomo como o *conceito indexical* expresso por “eu”.

As notas de um conceito são seus critérios de aplicação. Elas especificam a propriedade (ou propriedades) que algo deve ter para cair sob o conceito e, assim, ser parte de sua extensão. O sentido de comunicação de “eu” opera como um conceito porque determina uma extensão de acordo com um critério de aplicação constante: o termo “eu” se aplica ao falante que o profere no contexto. Assim, pode-se dizer que o sentido de comunicação de “eu” tem como nota *aquele que está falando no contexto*. Ao mesmo tempo, o sentido de comunicação não é essencialmente individualizado uma vez que é um componente semântico constante para todos os empregos de “eu” na linguagem e, por conseguinte, essencialmente geral. O termo “eu” como seus correlatos em outras línguas — por exemplo, o termo alemão “*Ich*” — possui um conteúdo semântico constante (seu sentido de comunicação) que é o que permite que os falantes dessas línguas entendam sua contribuição semântica regular. Quando alguém aprende a língua alemã, aprende o conteúdo constante associado a “*Ich*” que é uma regra para determinar um único referente para cada contexto. Meu argumento para considerar que termos indexicais e demonstrativos expressam conceitos é: (1) Termos indexicais e termos demonstrativos possuem não apenas referentes no contexto como também possuem sentidos que determinam estes referentes em cooperação com o contexto de utilização. (2) Sentidos são conceitos. Assim, se uma expressão lingüística expressa um sentido, está associada *ipso facto* a um conceito. Um termo indexical como “eu” possui um referente em cada contexto de utilização e, certamente, uma regra

entidade que é *F* que está lá agora<sup>117</sup>. Dado que os conceitos demonstrativos *este* e *aquele* envolvem os conceitos de *aqui* e *agora* e estes últimos, por sua vez, envolvem o conceito de *eu*, demonstrar uma entidade é situá-la no mesmo contexto em que eu estou. Por isso, em uma identificação com demonstrativos, o agente da identificação indica algo no *mesmo mundo* do qual se reconhece como ocupante<sup>118</sup>.

---

lingüística convencional que determina uma única entidade como seu referente em cooperação com o contexto. Em minha visão, essa regra convencional é um conceito. Ela especifica uma condição definida para algo ser componente de sua extensão — para ser o referente do termo — no contexto.

Frege também falou em um “*sentido de solilóquio*” (a expressão é de M. Dummett) que consiste em um modo de apresentação primitivo de si próprio ao qual apenas o falante tem acesso. O sentido de solilóquio *não é indexical* (Cf. a discussão de E. HARCOURT, “Frege on ‘I’, ‘Now’, ‘Today’ and some Other Linguistic Devices”, *Synthese* (121): 1999, seções 3 e 10). Esse sentido de solilóquio não possui notas e é essencialmente individualizado. É a postulação de um sentido de solilóquio, um conceito primitivo e sem notas, que a crítica de Balthazar Barbosa Filho tem como alvo. Assim, essa crítica não é uma objeção à noção de um conceito indexical expresso por “eu”, mas de um conceito não-indexical. Por isso, incumbe-me apresentar razões em defesa da tese de que há um conceito associado a “eu” que não seja o conceito indexical de comunicação. Minha posição aqui, brevemente, é que “eu” expressa um sentido — e sentidos são conceitos. Se “eu” fosse um termo que não expressasse um conceito teríamos aqui o caso de um termo que faz referência sem nenhuma mediação conceitual. Uma discussão adequada das objeções de Balthazar ao tratamento da noção não-indexical como um conceito devem aguardar um trabalho posterior.

Burge reconhece a existência de “conceitos indexicais como *agora*” e “conceitos demonstrativos como *aquele*” (T. BURGE, “Concepts, Definitions, and Meaning”, *Metaphilosophy* (24): 1993, p. 310). Burge afirma: “Uma vez que noções indexicais como *agora* compõem modos de pensar, considero apropriado concebê-las como conceitos. Mas conceitos são gerais na medida em que são comuns a qualquer aplicação de ‘agora’... Mas não fixam as coisas que determinam referencialmente exceto relativamente à existência do pensamento ou elocução (*utterance*) em que estão contidos (ou mais genericamente, relativamente ao contexto). Assim, há uma estranheza natural em se falar do conceito de *agora*, uma vez que tal ocorrência sugere de modo enganoso um tempo particular associado a todas as ocorrências do conceito” (nota 2 à página 310). Burge parece considerar que o sentido da expressão é um conceito porque é componente de um pensamento e porque é geral. Ele não trata o referente de “agora” (que varia a cada momento de elocução) como o único conteúdo desta expressão.

<sup>116</sup> Pertence a Moore o mérito de haver notado que uma frase com uma expressão demonstrativa como “este” e “aquele” pode ser entendida como uma frase que faz referência a uma localização espacial: “Digamos que ‘Esta coisa’ = ‘a coisa que está aqui’ e ‘aquela coisa’ = ‘a coisa que está lá’ ” (G. E. MOORE, *Commonplace*

A noção de uma entidade particular reidentificável é, entre outras coisas, a noção de uma entidade independente e que se preserva no tempo<sup>119</sup>. As entidades particulares que via de regra supomos reidentificar são objetos materiais. É apenas porque tratamos uma entidade material como independente que podemos supor reidentificá-la. Por que tratamos entidades materiais como independentes? Porque as identificamos no espaço e tempo e tomamos espaço e tempo como objetivos. Tratar uma entidade identificada indexicalmente como independente — e, assim, como real — só é possível se também tomamos o contexto de espaço e tempo em que a reconhecemos como ocupante como um contexto objetivo, isto é, independente de nós próprios. Para considerarmos que identificamos indexicalmente

---

*Book 1919-1953*, 1962, p. 158). Ele também afirma: “Certamente, ‘Isto está aqui’ é parcialmente tautológica em alguns usos” (p. 154).

<sup>117</sup> Cf. meu tratamento dos conceitos demonstrativos e indexicais em (3.4). Defenderei então que o emprego apropriado de termos demonstrativos simples como “este” e “aquele” é como partes de termos demonstrativos complexos como “este *F*” e “aquele *F*”. Os conceitos demonstrativos expressos por “este” e “aquele” *nada identificam* a menos que se combinem a um conceito de espécie. Efetivamente, o que identifica é o complexo conceitual expresso pelo demonstrativo complexo. Ainda assim, os conceitos demonstrativos *indicam* o contexto espaço-temporal como o contexto em que algo será identificado.

<sup>118</sup> A consequência de que *este* e *aquele* sejam fundados em *aqui* e *agora* é que o contexto dos demonstrativos é espaço-temporal, seja ele perceptual ou não. Utilizamos demonstrativos para indicar o espaço que ocupamos, seja ele percebido ou não. Um exemplo ilustra isso. Imaginemos o caso de um homem que está diante de um relógio que, por alguma razão, não interage causalmente com os seus sentidos. Ainda assim, devido a outros fatores causais, o homem tem uma impressão sensorial de haver um relógio na exata posição ocupada realmente pelo relógio diante dele. Suponhamos ainda que o homem reconheça essa situação — saiba que há um relógio não percebido em sua frente e saiba que a sua percepção não é uma percepção do relógio à sua frente. Esse homem pode apontar na direção do relógio e afirmar veridicamente: “Este relógio não é visto por mim” (O exemplo original é de H. P. Grice (em “The Causal Theory of Perception”, *Proceedings of the Aristotelian Society* (35): 1961) e é também utilizado por C. McGinn em *Knowledge and Reality*, p. 201-2 em favor da tese de que a noção de contexto para demonstrativos e indexicais não pode ser uma noção perceptual ou causal).

<sup>119</sup> A noção de reidentificação pressupõe a noção de tempo, uma vez que pressupõe, entre outros ingredientes, uma segunda identificação da mesma entidade e, assim, dois instantes de tempo. Além disso, considerar que reidentificamos entidades também é considerar que o que reidentificamos está no mesmo tempo que ocupamos (isto é, o presente). Quando reidentificamos uma entidade, identificamos essa entidade em uma certa posição no tempo e reconhecemo-la como a mesma entidade identificada em outra posição determinada no tempo.

entidades independentes de nós, temos de situá-las em um contexto também independente de nós. Ao tomar o contexto que ocupa como independente de si próprio, o agente da identificação também toma como independentes as entidades que identifica naquele contexto. Ao considerarmos que reidentificamos uma entidade material particular presumimos que houve um período de tempo transcorrido entre o episódio da identificação e o episódio da reidentificação durante o qual a entidade existiu e que há uma região do espaço independente de nossa percepção no qual ela existiu sem ser alvo de experiência.

Em alguns casos, podemos ter com respeito a certos objetos e certas espécies unicamente identificações descritivas. Contudo, como objetos materiais são reconhecidos como entidades espaço-temporais e a noção de uma espécie de objeto material é a noção do que determina a natureza de entidades espaço-temporais, a impossibilidade de obter também uma identificação indexical dos temas daquelas identificações descritivas — objetos e espécies unicamente descritos — é a impossibilidade de saber se são realmente ocupantes do sistema de espaço e tempo que ocupamos<sup>120</sup>.

Sigo Lowe em traçar distinção entre abstrato e concreto de acordo com o critério espaço-temporal: entidades abstratas são aqueles que se situam fora do espaço e do tempo; uma entidade é concreta se ocupa uma localização no espaço e tempo ou, ao menos, no tempo<sup>121</sup>. De acordo com o critério espaço-temporal, podemos falar tanto de particulares e universais concretos quanto de particulares e universais abstratos. Pois bem, os temas que supomos reidentificar indexicalmente são, dado que essa reidentificação é feita por apelo ao espaço-tempo, entidades concretas. Não estou afirmando que a noção de independência não pode ser pensada para entidades tomadas como abstratas. Apenas afirmo que essa noção é presumida para a classe das entidades tomadas como concretas e reidentificáveis.

### *1.13. Conceitos de Objetos e de Espécies operam regidos por pressupostos Realistas e Essencialistas*

---

<sup>120</sup> Estou apresentando uma noção de reidentificação de caráter indexical, mas não excluo a possibilidade de algum outro tipo de identificação e reidentificação de entidades.

<sup>121</sup> Adoto os critérios de distinção entre abstrato e concreto de E. J. LOWE, *A Survey of Metaphysics*, 2002, cap 20.

Nossos conceitos de objetos e de espécies são realistas e essencialistas. Isto revela-se em nossas práticas de identificar e reidentificar.

Temos uma compreensão *realista* das entidades que identificamos. Ou seja, compreendemos que o que identificamos é algo que possui uma existência real para além de nossas identificações. Esta compreensão pode ser apresentada como a adoção do *princípio de independência*. O princípio de independência é o princípio realista mínimo de reconhecer a diferença entre *o que as coisas são* e *o que pensamos que as coisas são* como uma diferença de caráter absoluto. Tal compreensão realista determina um tipo de uso que fazemos de nossas habilidades de identificação que consiste na observação do princípio de independência e que pode ser classificado como um *uso realista*. Falarei de *conceitos realistas* como sendo aqueles conceitos formados com a finalidade de um uso realista. Conceitos de objetos e de espécies são realistas nesta acepção da palavra “realista”.

Uma das virtudes da obra de Strawson é ter mostrado que nossa concepção de espaço e de tempo é realista de acordo com a definição acima apresentada<sup>122</sup>. Ou seja, concebemos que o sistema de espaço e tempo forma uma estrutura que não se reduz à nossa experiência. Julgamos que há não somente o espaço e o tempo que ocupamos — o espaço e o tempo “egocêntricos” para utilizar uma expressão de Evans —, mas que há o espaço independente de nossa percepção que possui objetos nele existindo assim como há o tempo que é anterior e posterior ao tempo que ocupamos. Uma concepção realista de espaço e de tempo é, segundo Strawson, necessária para termos a noção de um mundo objetivo. A idéia de um mundo objetivo é a idéia de um mundo composto por entidades que são independentes de nossa experiência e de nossas identificações delas. Nesta visão, para ser dotado com uma concepção objetiva de mundo, o indivíduo deve ser capaz de reconhecer o espaço e tempo que ocupa como uma parte do sistema de espaço-tempo que é concebido como independente de sua experiência e como a estrutura em que objetos localizam-se mesmo quando não são alvo de sua experiência.

A natureza da reflexão de Strawson sobre espaço e tempo aplica-se, conforme minha proposta, aos nossos conceitos de objetos e de espécies. É uma condição da objetividade de nossa experiência de objetos e de espécies que os julgemos como realidades independentes das experiências que deles possuímos. A independência de nossa

<sup>122</sup> Cf., por exemplo, P. F. STRAWSON, “Scruton and Wright on Anti-Realism”, *Proceedings of the Aristotelian Society* (77).

experiência e realidade que lhes atribuímos significa considerar que objetos e espécies são realidades transcendentais aos nossos procedimentos de identificação, reconhecimento e mensuração.

O *uso essencialista* de um conceito pode ser definido como o uso de um conceito para rastrear a natureza de algo. Há um essencialismo em nosso uso de conceitos para identificar.

Compreendemos as entidades que identificamos de modo *essencialista*. Ou seja, para qualquer entidade, consideramos válido este princípio: se x é uma entidade, então x é algo em sentido próprio, ou seja, possui alguma natureza. Ao atribuir uma atitude essencialista ao nosso uso de conceitos, estou propondo que, ao reconhecermos algo como um objeto, nós o reconhecemos como algo que possui uma dada natureza em sentido próprio. Sua natureza é algo independente de nossas crenças. Deste modo, julgamos que objetos e espécies podem possuir propriedades que não conhecemos e podemos estar enganados sobre eles.

A conjunção de realismo e essencialismo nos conduz ao tratamento das coisas como entidades reais que têm naturezas determinadas que não se reduzem às nossas experiências e sobre as quais podemos ter crenças falsas<sup>123</sup>.

Possuímos uma atitude cognitiva essencialista e realista de considerar que o mundo é povoado por objetos reais que possuem naturezas caracterizadas por espécies reais. Formamos conceitos para rastrear esses objetos e para rastrear essas espécies. O uso que fazemos destes conceitos é um uso realista e essencialista. Isto é usamos estes conceitos para rastrear coisas que julgamos que não se reduzem às nossas experiências e crenças e que transcendem qualquer procedimento de reconhecimento e verificação. Assim, julgamos que podemos estar enganados sobre a natureza de um objeto ou sobre se dois objetos

---

<sup>123</sup> Burke faz a seguinte observação sobre como é possível que se adote uma posição essencialista sem adotar o realismo. Pode-se supor que algo tem uma essência, mas unicamente com respeito a um esquema conceitual: “ser um essencialista não é necessariamente ser um realista com respeito à essencialidade... As propriedades essenciais de um objeto, suas condições de persistência, sua sorte [*its sort*] e seu sortal dominante, todos são matérias que podem ser vistas por um essencialista tanto como objetivas quanto como relativas a nosso esquema conceitual.” (Michael BURKE, 1997, p. 256.) *Apud*. CARTER; BAHDE, “Magical Antirealism” *American Philosophical Quarterly* (35).

compartilham a mesma natureza e, ainda, sobre se naturezas que concebíamos como diversas não são, na realidade, uma mesma natureza.

#### *1.14. Uso Realista e Essencialista dos Conceitos Identificadores*

A identificação de objetos e de espécies reais é sua identificação no mundo como estruturas ontológicas que não se reduzem às identificações que deles provemos.

No uso realista e essencialista de um conceito para identificar, pressupomos que a identificação provida está sujeita a correção ou a posterior enriquecimento.

Estou dizendo que é possível uma identificação errada? Bem, uma identificação — se é realmente uma identificação — deve aplicar-se ao menos parcialmente. Algumas notas do conceito devem apanhar a entidade para que seja identificada. Contudo, a identificação errônea é uma possibilidade da própria concepção realista de identificação. Conceitos não são reflexos cognitivos acionados pelas propriedades e localização do objeto, mas modos de pensar.

É essencial que o indivíduo possa saber o que está identificando. O verbo “saber” revela o papel desempenhado por algumas propriedades na identificação. O indivíduo deve saber que está identificando um objeto, uma espécie, uma característica de objetos, etc. Ele pode vir a descobrir que o que identificou como um homem era, em realidade, um girassol ou um lençol esvoaçante, mas não pode vir a descobrir que era um universal. Estas notas do conceito — que chamarei de “notas categoriais” — estabelecem a natureza ontológica daquilo que o indivíduo identifica. Se não há nada por elas apanhado, somos levados a dizer que não houve identificação, que houve um engano e nada foi identificado.

#### *1.15. A Habilidade de Reidentificar e Uso Realista do Conceito*

Identificar uma entidade é uma condição para pensarmos sobre ela. O ato de *reidentificar* é necessário para, ao identificarmos uma estrutura ontológica, reconhecermos que é uma estrutura que já identificamos em outra ocasião. Por esta razão, reidentificar objetos e espécies é a única possibilidade de associarmos informações diversas angariadas em ocasiões diferentes como informações sobre o mesmo objeto ou sobre a mesma espécie.

Não poderíamos ter a noção de reidentificação se não tivéssemos também a noção de entidades independentes de nossa experiência e capazes de persistir. A noção de reidentificação pressupõe a idéia de que as identificações que realizamos são identificações (1) de entidades reais que possuem uma existência independente de nossa atividade identificatória e (2) que se preservam no tempo entre o período da identificação e o período da reidentificação. A própria noção de reidentificar o objeto x que acabamos de encontrar como sendo o objeto y que ontem encontramos já pressupõe a avaliação de que há uma entidade que se preservou no tempo desde o primeiro encontro até agora. A idéia de reidentificação, assim, pressupõe a avaliação de que a entidade identificada é uma estrutura real que se preserva no tempo<sup>124</sup>.

Reidentificar um objeto é reidentificá-lo como o objeto identificado em um tempo anterior (“Aqui está João novamente”). Reidentificar uma espécie é identificar a espécie de um objeto (ou matéria) como a mesma espécie que identificamos em outras instâncias (“Essa é outra pitangueira e a cobra que está próxima dela deve ser uma cruzeira”).

Posso identificar o objeto x em duas ocasiões diferentes sem reidentificá-lo, ou seja, sem reconhecer que se trata do mesmo objeto. A reidentificação somente é possível se tenho alguma justificação na segunda ocasião para considerar que é o mesmo objeto com que me deparei antes. Para a reidentificação, necessito de um expediente adicional. Este expediente são os métodos de reconhecimento da entidade identificada. Somos capazes de reconhecer seres humanos pela sua forma de caminhar, forma de falar, voz. Somos capazes de reconhecer uma espécie de árvore por sua floração, aparência das folhas e dos galhos, período de frutificação.

Podemos ter muitos critérios e métodos para reconhecer um objeto ou uma espécie. Nenhum critério ou método de reconhecimento de objetos ou de espécies é infalível. Assim, conceitos de objetos e conceitos de espécies não são conceitos com critérios necessários e suficientes de aplicação.

Temos critérios e métodos de reconhecimento de espécies. Isto não nos impede de nos enganarmos sobre se dois objetos pertencem à mesma espécie ou se a espécie de um dado objeto é uma espécie que já encontramos antes.

---

<sup>124</sup> Para uma defesa de que o espaço é uma condição necessária da reidentificação, cf. *Individuals*, cap. 2.



Consideramos que objetos e espécies são estruturas ontológicas que podemos identificar e reidentificar e que podem exibir em circunstâncias diversas propriedades diversas. Em tempos e lugares diversos e na interação com objetos de dadas espécies, objetos da espécie  $\Phi$  exibem as propriedades dependentes  $F_1$  e  $F_2$ . É a reidentificação de espécies que permite que construamos um saber sistemático sobre as propriedades dependentes associadas a cada espécie.

#### *1.16. Como é Possível Corrigir um Conceito?*

É devido à maneira realista e essencialista como compreendemos o que identificamos e reidentificamos que conceitos nos abrem cognitivamente para o mundo ao invés de nos cegarem. Assim, conceitos não são cortinas que se interpõem entre nosso pensar e as coisas, mas meios de focar nossa atenção nas coisas.

O uso identificador de um conceito é o uso realista e essencialista de um conceito para entender o fenômeno a que se dirige. Esta função exige um certo grau de fluidez do conceito identificador. Ele pode ser usado tanto como uma norma de correção, quanto como uma estrutura sujeita ela própria à correção. No uso identificador de um conceito realista e essencialista, podemos após termos identificado objetos, vir a refiná-lo dado que tenhamos aprendido mais sobre aqueles objetos. O conceito usado em uma identificação inicial pode sempre ser corrigido ou abandonado em um momento seguinte.

Os critérios de aplicação de um conceito realista e essencialista devem ser entendidos como *métodos de reconhecimento* de entidades que são, em princípio, capazes de não as satisfazer.

Corrigir um conceito é corrigir seus métodos de reconhecimento (seus critérios de aplicação, portanto). Há uma *plasticidade* nos métodos de reconhecimento de conceitos realistas. Um conceito é uma habilidade que revela plasticidade no que diz respeito aos meios de sua realização — identificar a estrutura que rastreia. Se acreditamos que não há o que ele rastreia, nós o abandonamos. Esta é a diferença entre corrigir um conceito e abandoná-lo. Enquanto um conceito rastreia uma mesma realidade, por mais que se alterem seus métodos de reconhecimento, trata-se do mesmo conceito.

Conceitos realistas e essencialistas de alguma coisa são conceitos de estruturas concebidas como transcendentais aos métodos de reconhecimento do conceito. Ou seja, os métodos de reconhecimento do objeto ou da espécie que porventura associamos ao conceito não são usados para determinar a realidade da coisa que buscamos rastrear com o conceito. Um conceito realista é, assim, o oposto de um conceito *operacionalista*. Entendo por um conceito operacionalista aquele cujo uso apropriado é um *uso operacionalista*, ou seja, aquele de acordo com o qual a existência e natureza da coisa rastreada pelo conceito é algo decidido por respostas a testes derivados de suas notas<sup>125</sup>.

Os tratamentos que damos às notas de um conceito são totalmente diversos de acordo com o uso que dele fazemos. *As notas ou critérios de aplicação de um conceito em uso realista são tratadas como métodos de reconhecimento da entidade que ele rastreia. Em uso operacionalista, elas são tratadas como testes para decidir ou verificar se há algo com dadas propriedades.*

Conceitos operacionalistas são usados como normas com condições de correção. Conceitos identificadores realistas são esquemas a serem corrigidos. Como consequência do tipo de uso que exercemos dos conceitos de objetos e dos conceitos de espécie, estes dois tipos de conceitos são *conceitos abertos*. O capítulo 2 apresenta minhas razões para entender conceitos de espécie como abertos. O capítulo 3 estende a caracterização para conceitos de objeto.

A busca de melhor entender uma propriedade dependente, uma espécie ou um objeto identificados nos conduz a rearranjos na esfera de nossos conceitos. Conceitos refinam nossa atenção ao mundo e as informações que obtemos por seu intermédio nos possibilitam novas distinções conceituais que, por sua vez, permitem-nos novos vislumbres do mundo.

Processos culturais como a reflexão e a educação podem dotar-nos de novos conceitos que, por sua vez, podem dirigir nossa atenção a propriedades que não havíamos distinguido. A aquisição de habilidades conceituais interage com nossas habilidades perceptuais. As habilidades conceituais não modificam nossa percepção, mas aumentam as informações que podemos auferir das percepções.

---

<sup>125</sup> Foi P. W. BRIDGMAN em *The Logic of Modern Physics*, 1927, que introduziu a idéia de que um conceito (científico) pode ser identificado com um “conjunto de operações”.

### 1.17. Uma reflexão sobre a filosofia

Das considerações acima, quero retirar uma conseqüência para a nossa compreensão da *atividade filosófica*. A filosofia já foi concebida como análise de conceitos. Claro que a objetividade e valor que podemos atribuir à atividade filosófica se adotamos esta concepção é profundamente dependente do nosso entendimento da natureza dos conceitos. Algumas perguntas sobre este tema devem ser respondidas. Os conceitos que usamos e que se revelam em nossas práticas lingüísticas são meramente os resíduos destas práticas? Se isto fôr assim, isto significa que nossos conceitos são arbitrários? A análise de um conceito é meramente a análise do modo como usamos um termo que o expressa? Como o mundo entra nesta explicação? Como tratar de procedimentos filosóficos em que o filósofo formula um conceito novo em substituição a um conceito prévio? Como um filósofo pode apresentar um novo conceito sem ser imediatamente representado como alguém que dá um passo arbitrário?

Penso que as perguntas acima podem começar a ser respondidas se considerarmos que usamos e formamos conceitos para melhor entender as coisas e os modos de ser das coisas. Se mediante conceitos procuramos dar conta das propriedades que aqueles rastreiam, temos algo que orienta objetivamente nossa reflexão. Nossos conceitos nos permitem vislumbrar o mundo. Este vislumbre de um modo de ser que ocorre em grande parte com o auxílio de nossos conceitos permite ao filósofo formar um novo conceito que lhe parece melhor representar aquele modo de ser. Novas definições de um conceito são novas tentativas de rastrear um mesmo objeto ou modo de ser. Refinamos nossos conceitos e traçamos novas distinções para pensar nos modos de ser e objetos que vislumbramos. Este refinamento de nossos conceitos, por sua vez, permite novos vislumbres que novamente permitirão uma reestruturação de nossos conceitos. Assim, tratar de conceitos é desde sempre tratar do mundo. Este entendimento do intercurso cognitivo entre conceito e mundo permite propor que a afirmação de que a filosofia é análise de conceitos diz respeito não tanto ao *objeto* final da filosofia — o mundo — mas ao *modo* como lida com ele. A reflexão sobre conceitos, na medida em que estes rastreiam as coisas do mundo e seus modos de ser, é reflexão sobre o mundo.

### 1.18. A Complexidade do Uso Identificador

Na seção (1.7), defendi que conceitos são habilidades de dirigir-se ao mundo capazes de ter um uso identificador e um uso predicativo. Conceitos são habilidades complexas porque um mesmo conceito é capaz de ser exercitado nos dois usos mencionados. O conceito *baleia* que apresenta a propriedade fundamental *ser baleia* (ou espécie Baleia) pode ser usado identificatóriamente (“A baleia abalroou o navio”) e predicativamente (“Este animal é uma baleia”).<sup>126</sup>

Meu próximo passo é propor que a habilidade de identificar revela uma nova complexidade. Podemos exercer um mesmo conceito para identificar um objeto ou para identificar uma espécie. Um conceito pode ser exercido em uma ocasião para identificar a espécie que ele rastreia e, em outro, para identificar um objeto particular daquela espécie. O conceito *leão* pode ser usado para identificar a espécie Leão e também para identificar um leão individual. Aquilo que identificamos é diverso em cada caso.

O que foi dito acima vale para *conceitos de modos de ser* e não para *conceitos de objetos individuais*. O conceito de um modo de ser, pode ser exercitado para predicar aquele modo de ser ou para identificar como tema do pensamento o mesmo modo de ser ou para identificar um objeto que acontece de instanciar tal modo de ser<sup>127</sup>. Conceitos de objetos individuais são absolutamente diversos, como veremos no capítulo 3. Estes conceitos são aqueles que formamos para dar conta de objetos individuais, como o conceito que tenho do objeto individual que é meu pai, o conceito que tenho de meu filho, etc. Estes conceitos não podem ser usados para predicar, mas tão-somente para identificar e reidentificar objetos.

### 1.19. Referência

---

<sup>126</sup> Alguns autores supõem que há uma diferença entre os casos em que se predica uma propriedade dependente e os casos em que se predica uma propriedade fundamental. A razão disto é que eles tratam espécies como algo absolutamente diverso de propriedades. De exemplo, para Lowe, o enunciado “Bucéfalo é um cavalo” afirma uma relação (a instanciação) entre um objeto e uma espécie que também é um objeto (abstrato) (E. J. LOWE, *The Possibility of Metaphysics*, p. 157).

<sup>127</sup> A seção (3.5) trata dos casos em que usamos um conceito de espécie para identificar um objeto que não é da espécie.

O que é referir? Em linhas gerais, é utilizar uma ou mais expressões lingüísticas para fixar a entidade sobre a qual estamos pensando como a entidade relevante para o valor de verdade do que estamos dizendo. Qual é o papel dos conceitos no referir? Esse papel é essencial uma vez que são as identificações que fazemos com nossos conceitos que fixam e preservam os referentes das expressões lingüísticas. Esta seção exhibe em linhas gerais o tratamento da referência que os capítulos 2 e 3 desenvolvem, respectivamente, para termos que referem a espécies e para termos que referem a objetos.

Para referir a uma entidade  $x$ , o indivíduo deve (estou ignorando condições gerais que devem estar satisfeitas como a existência da expressão lingüística que será usada referencialmente, a existência de uma linguagem e a existência da entidade que será referida):

( $\alpha$ ) pensar em  $x$ .

( $\beta$ ) ter a intenção de referir-se a  $x$ .

( $\gamma$ ) determinar unicamente  $x$  mediante a utilização de uma expressão lingüística.

Estas três são condições necessárias para referir. Conjuntamente, são suficientes. Vou expô-las:

*Condição ( $\alpha$ ).*

Distingo o ato de *pensar em uma entidade  $x$*  do ato de *referir-se a  $x$* . Para referir-se a  $x$ , é necessário que o indivíduo esteja pensando em  $x$ . Contudo, o ato de pensar em  $x$  deve ser distinguido do ato *lingüístico* de referir-se a  $x$ .

A condição ( $\alpha$ ) contrapõe-se à idéia de referência sem conceitos. O raciocínio é o seguinte:

A. Pensar em  $x$  é uma condição necessária para referir-se a  $x$ .

A<sub>1</sub>. Para pensar em  $x$ , é necessário usar um conceito para identificar  $x$ .

A<sub>2</sub>. Logo, o ato de referir pressupõe o uso de conceitos.

Se referir-se a  $x$  depende de pensar em  $x$  e a intencionalidade de um pensamento depende do exercício de conceitos, a referência depende do exercício de conceitos.

Para introduzirmos na linguagem um termo para designar um objeto ou para designar uma espécie, é necessário que preliminarmente tenhamos pensado no objeto ou na espécie. Dessa forma, temos de identificar algo antes de batizá-lo.

Para referir-se a algo, como para pensar em algo, é necessário que o indivíduo satisfaça o princípio de identificação. Isso é uma conseqüência de que ( $\alpha$ ) seja uma condição necessária do referir. Se para referir-se a  $x$  é necessário pensar em  $x$  e, dessa forma, ser capaz de identificar  $x$ , fazemos referência ao que identificamos.

### *Condição ( $\beta$ )*

Uma entidade não se torna o referente de um termo independentemente das intenções do falante. É uma condição necessária para ser referida que a entidade seja aquela a que o falante tem a intenção de referir-se.

A condição ( $\beta$ ) relaciona-se à condição ( $\alpha$ ) da seguinte maneira: para que um indivíduo tenha a intenção de referir-se a uma entidade  $x$ , ele deve estar pensando em  $x$ . O indivíduo deve identificar  $x$  e, em acréscimo, ter a intenção de referir-se a  $x$ . Assim, a satisfação da condição ( $\alpha$ ) é uma condição para a satisfação da condição ( $\beta$ ).

A intenção de referir é uma intenção que pressupõe a prática de utilizar expressões lingüísticas para indicar uma entidade.

### *Condição ( $\gamma$ )*

O referir ocorre na manifestação do pensar. Contudo, ele só ocorre se essa manifestação é bem-sucedida, ou seja, se o indivíduo tem êxito em determinar unicamente por intermédio da linguagem e contexto de utilização aquilo em que está pensando. Ao utilizar a linguagem, o falante capacita seus interlocutores a identificar a entidade em que está pensando.

O pensamento tem prioridade com respeito à sua expressão. Isso significa que a noção de referência presume a noção de identificação. Se o indivíduo tem um pensamento sobre  $x$  e o expressa na asserção, ele realiza uma asserção com a finalidade de falar de  $x$ . Se

a expressão lingüística utilizada determina unicamente  $x$ , o indivíduo tem êxito em referir-se à entidade em que está pensando. Em outros casos, a expressão lingüística pode não determinar unicamente  $x$ . Então, apesar de estar pensando em  $x$ , o indivíduo não se refere a  $x$ . A referência é a relação que liga uma expressão da linguagem à entidade de que depende o valor de verdade do que é dito mediante a sua utilização. Se nada foi referido, não há uma afirmação verdadeira ou falsa. Assim, pensar um pensamento verdadeiro não é suficiente para afirmar uma verdade mesmo que seja necessário para tanto. Para afirmar algo verdadeiro, o falante deve não apenas estar pensando sobre a entidade da qual depende o valor de verdade da afirmação, mas também se valer de práticas lingüísticas capazes de determiná-la unicamente de modo autônomo ou no contexto de proferimento.

O ouvinte somente será capaz de estabelecer o valor de verdade do que foi dito na medida em que for capaz de também identificar a entidade na qual o falante está pensando. Utilizei a expressão “a entidade na qual o falante está pensando” ao invés de “a entidade da qual o falante está falando” porque é a primeira que tem prioridade: o falante só pode estar falando daquilo em que está pensando. É devido a essa prioridade que o ouvinte avalia o que foi dito pelo falante levando em consideração o que ele crê ser a entidade em que o falante estava pensando quando fez seu proferimento. Essa atitude impede muitos enganos do ouvinte na avaliação de expressões não-literais e metafóricas de que o falante se vale para identificar uma entidade.

### *1.20. Termos Singulares*

A *função de referir* é o traço distintivo dos termos singulares. Essa função resulta do exercício de nossas habilidades para identificar algo como tema de pensamento e discurso. Dessa característica seguem-se todas as demais como conseqüências. Uma definição completa dessas expressões deve mencionar também a característica de não poderem ser negadas. É porque o termo singular sinaliza o ato de referir (e, assim, identificar) que ele não pode ser negado. Diversamente de termos singulares, predicados podem ser negados (o mesmo ocorre com quantificadores, os quais podem ser dispostos pela operação de negação em pares de contraditórios: algum/nenhum; todo/algum...não; etc). Esse critério de resistência à negação para caracterizar termos singulares é chamado “critério aristotélico”

porque é derivado da idéia aristotélica de que substâncias, por oposição a qualidades, não têm contrários. Geach<sup>128</sup> e Strawson<sup>129</sup> são exemplos de autores que o utilizam.

Meu critério de termo singular não é semântico (não é pelo tipo de entidade que designa que uma expressão se qualifica como um termo singular) e não é sintático (o comportamento sintático *apenas revela a utilização* que fazemos do termo singular), mas *funcional*, classificando uma expressão como termo singular em virtude do tipo de exercício conceitual que ela sinaliza. Meu procedimento não está em desacordo com a prática corrente. É freqüente ouvir-se o argumento de que descrições definidas não seriam termos singulares porque não referem. Discordo desse argumento, mas ele adota como uma de suas premissas a caracterização que compartilho de uma expressão como termo singular pela função referencial que ela exibe<sup>130</sup>. Strawson adota uma caracterização funcional de termo singular:

“a diferença característica [entre termo singular e termo geral (BHJ)], sugiro, é que o termo singular é utilizado para o propósito de *identificar* o objeto”<sup>131</sup>).

Uma outra característica de termos singulares genuínos é a capacidade de resistir à eliminação por procedimentos sistemáticos de paráfrase. Esta seção apresenta uma defesa de que termos de espécie possuem esse tipo de resistência. Não há nenhum procedimento sistemático de parafrasear frases nas quais termos de espécie ocorrem como sujeito que preserve o valor de verdade original. Em (3.5), ao defender a tese de que descrições definidas são termos singulares genuínos, mostrarei que paráfrases que preservam o valor

---

<sup>128</sup> *RG*, cap. 2.

<sup>129</sup> “The Asymmetry of Subject and Predicate” in: *LLP*, p. 96-115.

<sup>130</sup> Kripke sabiamente evitou a querela sobre o que é um termo singular ao utilizar como um termo de arte a expressão “designador” ao invés de “termo singular”. Assim, em *Naming and Necessity*, nomes, descrições definidas, indexicais e termos demonstrativos e termos de espécie são designadores. O que são designadores? Expressões que se utilizam para designar, para referir — ou seja, colocar uma certa entidade ou estrutura como o tema do discurso. Um designador é, desta forma, um termo singular definido por sua função referencial.

<sup>131</sup> “Singular Terms and Predication” in: *LLP*, p. 59. Evans tem a mesma concepção de termos singulares (ou “expressões referenciais” [*referring expressions*]). Cf. *VR*, p. 1-2.



de verdade original não preservam a conexão entre referência e valor de verdade e o entendimento básico do que está sendo dito.

*Não* estou adotando a visão de que um termo é singular porque designa uma *única* entidade. Este critério é demasiadamente impreciso e sujeita-se a várias interpretações<sup>132</sup>. De acordo com tal critério, qual seria a diferença entre um termo singular e um termo geral? A declaração de que um termo singular é o termo que se aplica a uma única entidade e um termo geral aquele que se aplica a muitas entidades, não nos dá princípios para decidir se alguns termos são termos singulares ou termos gerais. Isso ocorre com termos de espécie. Ora, um termo de espécie refere-se a uma estrutura — a espécie  $\Phi$  — e deveria, nessa medida, ser considerado singular por esse último critério. Por outro lado, um termo de espécie também é utilizado para referir-se a cada uma das instâncias da espécie e deveria, nestas circunstâncias, ser classificado como um termo geral<sup>133</sup>.

### 1.21. Algumas Palavras sobre Predicação

Em que consiste o uso de um conceito para predicar? Minha proposta é que predicar é predicar *universais*, sejam estas propriedades ou relações. Esta proposta meramente destila a nossa compreensão comum da noção de predicar. Predicar é dizer que algo *é* (por oposição a “*parece ser*”) de um certo modo. Se predicar é dizer de algo que ele é de *certo modo*, predicar é atribuir uma propriedade.

O uso de um dado conceito  $\phi$  e não outro conceito  $\psi$  para predicar é essencial para dizer *qual é* o modo como é a coisa.

Penso que qualquer abordagem sensata do predicar tem de reconhecer a distinção entre conceito e propriedade e prover algum tipo de explicação sobre as suas relações. Essa distinção não é reconhecida universalmente e confusões enormes disso advêm.

Um predicado é o que resulta da frase após a remoção das expressões lingüísticas que ocorrem como sujeito. O predicado é a manifestação lingüística do exercício de um conceito para predicar uma propriedade de alguma entidade. A cópula verbal “é” ou o tempo verbal indicam esse tipo de exercício conceitual. Há muito notou-se que termos

---

<sup>132</sup> W. G. LYCAN no texto introdutório *Philosophy of Language*, 2000, adota precisamente esta caracterização inadequada (p. 13).

<sup>133</sup> Cf. as observações de Strawson contra esse critério em “Singular Terms and Predication” in *LLP*, p. 54-5.

singulares não são declináveis enquanto que verbos, são. Assim, em “Sócrates é filósofo”, o sinal de que o conceito expresso por “filósofo” está sendo usado predicativamente é a sua ocorrência ligada à cópula.

O predicado é uma unidade lógica da frase. Assim, o papel da cópula verbal é unicamente indicar o uso predicativo do conceito expresso pelo termo a que está ligada. Por essa razão, podemos falar ora do predicado, ora do termo empregado predicativamente que acompanha a cópula verbal: ambos expressam um conceito em uso predicativo e, por intermédio deste, determinam uma propriedade.

Quando assevero “Sócrates é humano”, estou dizendo de Sócrates que ele possui um certo modo de ser especificado pelo predicado “x é humano”. Para que esta frase seja verdadeira, (i) o nome “Sócrates” deve determinar unicamente Sócrates, (ii) o predicado “x é humano” deve especificar uma propriedade determinada, no caso, a propriedade de *ser humano* e, finalmente, (iii) Sócrates deve possuir a propriedade de *ser humano*.

Uma teoria que se limita a dizer que “Sócrates é humano” é verdadeira se o objeto nomeado por “Sócrates” satisfaz o predicado “x é humano” sem oferecer uma explicação do que é satisfazer um predicado lingüístico deixa algo essencial por dizer. Como o objeto satisfaz o predicado? Se a satisfação é explicada apelando à noção de verdade — ou seja, satisfazer é tornar verdadeira uma frase — e a noção de verdade não é explicada, continuamos às cegas. De que adianta afirmar-se que algo (um objeto ou termo singular) satisfaz um predicado se e somente se sua combinação com o predicado resulta em uma verdade *se eu não sei o que é a verdade?* Se quero entender satisfação como resultar em verdade, mas não sei o que é ter como resultado a verdade, não posso saber o que é satisfação. Procedimentos como esses dão ensejo ao emprego de construções como “o predicado é o que é verdadeiro de” que fundem as duas noções não explicadas (satisfação e verdade) em uma única noção expressa por “ser verdadeiro de x”. Como consequência, um predicado é entendido como algo que se aplica ao objeto quando sustenta a relação complexa *de ser verdadeiro dele*. Essa relação, contudo, é totalmente geral porque não permite distinção entre a variedade dos predicados que compõem predicacões verdadeiras.

## 2

### Conceitos de Espécies

---

Este capítulo segmenta-se em três partes. A *Parte I* defende a tese de que devemos considerar as utilizações referenciais de termos de espécie como casos genuínos de referência a espécies. Espécies são universais cuja exemplificação determina a natureza de seus exemplares. Um termo de espécie é o termo que se refere a essa ordem de universais. Empregamos termos de espécie usualmente para falar de espécies que determinam a natureza das coisas do mundo. É possível empregar termos de espécie para falar de espécies não-instanciadas (como unicórnio, flogisto), embora nosso interesse se volte para a busca de identificação e entendimento dos universais que são instanciados.

Vou apresentar, na Parte I, alguns casos de utilização de termos de espécie que devem ser classificados como casos em que, por seu intermédio, estamos falando genuinamente de universais e não de instâncias suas. Além disso, defenderei que um termo de espécie pode ser utilizado *literalmente* tanto para fazer referência à espécie que é seu *telos*, quanto para fazer referência aos exemplares desta espécie. Essa é a duplicidade de utilização referencial dos termos de espécie. Todas essas teses preservam as intuições do falante ordinário.

Presumo que a distinção ontológica entre objeto e matéria é respeitada em nosso pensamento sobre o mundo e se reflete em nosso discurso ordinário. Em conformidade com isso, tratarei de exibir a diversidade de utilização referencial entre *termos de espécie de objeto* e *termos de espécie de matéria*. As ordens de universais e exemplares referidos pelas

duas categorias de termos são ontologicamente distintas. Ao mesmo tempo, os dois tipos de termos possuem duplicidade de utilização referencial: a possibilidade de designar literalmente tanto o universal como uma instância sua.

A *Parte II* introduz e explica a distinção entre *conceitos abertos* e *conceitos fechados*<sup>134</sup>. Na mesma parte, apresento a proposta de classificar conceitos de espécie natural como conceitos abertos.

Finalmente, a *Parte III* versa exclusivamente acerca de nosso uso de conceitos de espécies naturais como conceitos abertos. Uma visão correta da posição atribuída a espécies naturais em nosso entendimento do mundo permite uma nova compreensão tanto da natureza dos conceitos de espécie natural quanto de seu modo de operar. No capítulo 1, sustentei a tese de que temos uma compreensão realista e essencialista do mundo de acordo com a qual existem objetos irreduzíveis às identificações que deles provemos e cuja natureza é determinada por espécies que são condição de suas qualidades ou propriedades dependentes<sup>135</sup>. Explicamos *o que* são os objetos atribuindo-lhes espécies que determinam sua natureza. Igualmente, explicamos *por que* os objetos possuem as qualidades que de fato possuem atribuindo-lhes espécies como condições daquelas qualidades (condições que operam em combinação com as circunstâncias em que se situam os objetos). De acordo com o entendimento básico do mundo, um objeto tem certas qualidades porque é de uma dada espécie, sendo incorreto dizer, nessa perspectiva, que ele é de uma dada espécie porque tem tais e tais qualidades. No âmbito das explicações do entendimento básico, há uma diferença absoluta entre o nível das qualidades e o nível da espécie que as condiciona. Uma teoria filosófica que trate espécies como equivalentes a coleções de qualidades maltrata essa distinção. O objetivo fundamental da Parte II é mostrar que conceitos de espécie natural operam claramente amparados nessa distinção.

Um conceito de espécie não é o conceito da espécie definida por possuir tais e tais propriedades. Ao contrário, um conceito de espécie é um conceito da espécie que é condição de dadas propriedades concebidas como dependentes. Por exemplo, o conceito *água* não é um conceito da espécie definida por ser transparente, insípida, inodora e que

---

<sup>134</sup> A raiz desta distinção está em Kant quando este faz a distinção entre conceitos matemáticos, que podem ser definidos, e conceitos empíricos, para os quais não há definição. Kant viu algo profundo acerca de nossos usos de conceitos para pensar no mundo.

<sup>135</sup> Cf. seções (1.1)-(1.6).

ferve a 100° C, mas da espécie que é condição destas propriedades, mesmo quando ausentes.

Conceitos são habilidades de identificar e de predicar. Conceitos em uso realista são habilidades de identificar entidades que compreendemos que não se reduzem aos nossos métodos de reconhecimento — os critérios de aplicação de um conceito em uso realista são tratados como métodos de reconhecimento. Os métodos de reconhecimento de um conceito da espécie  $\Phi$  valem-se das propriedades dependentes de  $\Phi$  para identificar esta espécie. Devido às relações entre espécie e propriedades dependentes reconhecidas pelo nosso entendimento básico do mundo, os métodos de reconhecimento não são entendidos como critérios necessários e suficientes para a aplicação do conceito de espécie porque as propriedades dependentes que os satisfariam não são reconhecidos como indícios absolutamente seguros da presença da espécie, mas tão-somente como *sintomas* daquela presença. No caso de conceitos de espécie, se uma entidade  $x$  possui as propriedades dependentes de que a espécie  $\Phi$  é postulada como condição, isto não é suficiente para que se diga que  $x$  é da espécie  $\Phi$ . O conceito pode ser abandonado caso concluamos que não há nenhuma espécie única responsável pelo fenômeno ou podemos desmembrá-lo em novos conceitos caso presuma-se que existam espécies diversas responsáveis pela gama de fenômenos que se investiga.

Conceitos de espécie natural rastreiam espécies naturais, ou seja, universais que julgamos que determinam as naturezas das coisas. Esses conceitos rastreiam a espécie e não as propriedades dependentes de que nos valem para identificá-la. As propriedades dependentes são o fenômeno a ser explicado pela atribuição de espécie. O conceito de espécie rastreia a condição explanatória desse fenômeno.

A consequência dos usos realista e essencialista dos conceitos de espécie natural, segundo os quais a espécie é um tipo de natureza real independente de nossos métodos de reconhecimento, é que tais conceitos operam como conceitos abertos. Nenhum critério de aplicação é tomado como a definição ou parte da definição do conceito porque sua satisfação implica meramente na ocorrência de uma propriedade dependente que não é ela própria tomada como um sinal inequívoco da presença da espécie. Se assumirmos a atitude de fixar um critério de aplicação como a articulação cognitiva correta da espécie — e assim uma dada propriedade dependente como definidora da espécie, teremos uma definição para

o conceito e, assim, poderemos usá-lo como um conceito fechado. As explicações que usamos no âmbito do entendimento básico do mundo detêm-se via de regra na classificação em espécies sem a elaboração de definições. O uso operacionalista de um conceito de espécie elege um ou mais critérios de aplicação como definidor da espécie, realizando um fechamento do conceito. A realidade da espécie é então considerada como algo que se decide pela satisfação dos critérios de aplicação. Esse uso operacionalista fere o princípio de independência e nossa compreensão dos conceitos de espécie natural.

PARTE I  
REFERIR E PREDICAR COM TERMOS DE ESPÉCIE

Há uma similaridade de comportamento entre termos de espécie e nomes. Um nome é uma expressão lingüística que introduzimos com o objetivo expreso de fazer referência a uma certa entidade<sup>136</sup>. De forma análoga, um termo de espécie é uma expressão lingüística introduzida com o objetivo de fazer referência a uma certa espécie. Termos de espécie natural são termos singulares que se referem a espécies.

Minha proposta é classificar uma expressão lingüística como um termo singular não pela categoria ontológica das entidades a que se refere, mas pelo exercício de conceitos que lhe corresponde, no caso, o referir. Se a função de uma expressão é *referir*, então trata-se de um termo singular. Um termo singular desempenha a função de indicar aquela entidade sobre a qual se pensa ou se diz algo<sup>137</sup>.

Espécies podem ser referidas e podem ser predicadas. Espécies podem ser predicadas de outras entidades e, ao mesmo tempo, são sujeitos de predicação de qualidades. Desse modo, em um vocabulário da tradição, podem ser chamadas de *substâncias segundas*. Espécies são sujeitos de predicação, são uma base que preserva qualidades e são predicáveis de suas instâncias essencialmente. Procurei ressaltar este caráter de substância segunda que as espécies têm ao chamá-las de propriedades fundamentais. De outro lado, objetos são *substâncias primeiras* que podem ser apenas sujeitos de predicação, enquanto eles mesmos não podem ser predicados de outras coisas<sup>138</sup>.

Aqui poder-se-ia suscitar uma objeção infundada, nomeadamente, que se termos de espécie são utilizados para referirmo-nos a espécies, não podemos utilizá-los para predicar. Cabe evitar uma possível confusão: mesmo quando utilizados para predicar, termos de espécie não são predicados gramaticais. Eles ocorrem como partes de predicados gramaticais.

---

<sup>136</sup> Cf. a discussão acerca de nomes na seção (3.6).

<sup>137</sup> A *função referencial* é o traço essencial dos termos singulares. Cf. (1.19).

<sup>138</sup> Outras determinações caracterizam objetos como substâncias primeiras além do fato de não serem predicáveis de outras entidades. A seção (ii) da Introdução apresenta essas determinações dos objetos.

Somos capazes de nos referirmos não apenas a entidades particulares, mas também a universais. Podemos referir-nos a objetos, a espécies, a qualidades e a conceitos, bastando para isso que empreguemos expressões lingüísticas apropriadas. Podemos tanto fazer referência à espécie  $\Phi$  quanto predicar de certa coisa que ela é um  $\Phi$ . Assim, podemos referir-nos à espécie Cavalos dizendo: “O cavalo é um animal de boa memória”. E podemos predicar a espécie Cavalos de algo: “Este animal é um cavalo”.

A Parte I versa fundamentalmente sobre a irredutibilidade de afirmações sobre espécies de objetos a afirmações sobre objetos. *Essa irredutibilidade é um caso particular da irredutibilidade das afirmações sobre universais a afirmações sobre particulares*. Meu objetivo nas seções (2.1) e (2.2) é mostrar que afirmações sobre uma espécie não são equivalentes a afirmações sobre instâncias da espécie e defender a tese de que ambos os tipos de afirmações são formas legítimas de falar do mundo.

Concentrar-me-ei no emprego de termos de espécie para fazer referência ainda que eu venha a dizer algumas palavras sobre a sua utilização em predicados gramaticais. As seções (2.1) e (2.2) apresentam a duplicidade de utilização dos termos de espécie *de objeto* para referir. A seguir, (2.3) trata da duplicidade de utilização de termos de espécie *de matéria* para referir. Finalmente, (2.4) apresenta uma proposta de *duas formas de utilização predicativa* dos termos de espécie de matéria amparada na distinção ontológica entre objeto e matéria. Conforme minha proposta, fazemos predicacões com termos de matéria tanto acerca de objetos, quanto acerca de porções de matéria. A natureza ontológica diversa dessas predicacões é sinalizada gramaticalmente na língua portuguesa pela utilização da cópula verbal acompanhada da partícula “de”.

### *2.1. A Referência a Espécies como um Fenômeno Irredutível*

Quando alguém fala de uma espécie, via de regra não está falando de um universal transcendente e residente em um mundo platônico. Espécies não são universais transcendentais. Quando alguém fala de uma espécie, fala de um tipo de natureza das coisas do mundo. É isso o que torna possível que o termo de espécie possa ser utilizado apropriadamente tanto para falar das entidades particulares que têm aquele tipo de natureza quanto para falar do próprio tipo de natureza. Toda afirmação literal com termos de espécie



como sujeito é uma afirmação ou sobre entidades que possuem a natureza rastreada pelo termo de espécie ou sobre aquela própria natureza.

Do que foi dito acima se segue uma importante diferença entre nomes e termos de espécie. Enquanto um nome é utilizado literalmente para fazer referência a uma entidade particular, um termo de espécie, por outro lado, é utilizado *literalmente* tanto para fazer referência a uma espécie como para fazer referência a um exemplar da espécie. Essa dupla possibilidade de utilização recapitula o uso que fazemos do conceito de espécie: podemos identificar em seu uso tanto a espécie que ele rastreia como um exemplar de sua extensão (algo cai na extensão do conceito de espécie se e somente se instancia a espécie). A duplicidade em questão ilustra-se nas frases seguintes:

- (1) O cavalo é forte.
- (2) O cavalo derrubou a porta.

Em (1), a expressão “o cavalo” é empregada para fazer referência à espécie Cavalo da qual a frase diz que é forte; em (2), a mesma expressão lingüística é empregada para fazer referência a um objeto, um cavalo particular, do qual a frase diz que derrubou a porta. A frase (2) necessita da suplementação de um contexto ou de uma expressão que especifique um conceito singularizador, pois, tal como está, é referencialmente indeterminada. Na utilização para fazer referência a um objeto, o termo de espécie “cavalo” pode operar combinado ao artigo definido como uma *descrição incompleta* (quando seu referente é determinado em cooperação com o contexto) ou pode ser suplementado por outras expressões singularizadoras dando lugar a uma *descrição definida* como “o cavalo que ganhou o Freio de Ouro de 2005” (que determina seu referente autonomamente). O capítulo 3 trata desses casos<sup>139</sup>. Com a frase (1), por sua vez, não há nenhuma necessidade do contexto ou de um conceito adicional para determinar de que se está falando: ela é referencialmente determinada. Essa frase fala acerca de uma espécie.

Vou chamar a espécie referida pelo termo de espécie de seu *referente primário* e ao exemplar que instancia a espécie, quando referido pelo termo de espécie em contextos particulares, de seu *referente secundário*. A expressão “referente secundário” torna

<sup>139</sup> Cf. o capítulo 3 sobre suplementação conceitual na referência a objetos e especificamente (3.5) trata de descrições incompletas e descrições definidas.

manifesto que nesse caso a referência ao exemplar da espécie é derivada da referência à espécie. Em (1), “o cavalo” refere-se ao seu referente primário; em (2), ao seu referente secundário.

Quando utilizamos o termo de espécie para designar a espécie que rastreia, podemos dizer algo que não é capturado integralmente em afirmações sobre exemplares da espécie. O que dizemos com o emprego de (1) não pode ser apanhado pela frase seguinte:

(3) Todo cavalo é forte.

Isso ocorre porque, certamente, quem utiliza (1) pode considerá-la verdadeira mesmo que suponha haver algum exemplar da espécie Cavalo que não é forte. Quando alguém diz: “O cavalo é forte”, não está falando de um cavalo particular ou da coleção de todos os cavalos particulares, mas da espécie Cavalo. Dessa forma, se um certo cavalo particular não é forte, isto não abala a verdade de (1), ainda que torne falsa a frase (3) <sup>140</sup>. Pela mesma razão, a afirmação “O leão é quadrúpede” não é equivalente a “Se algo é leão, então é quadrúpede”: é possível que haja algum leão que, devido a determinadas circunstâncias de sua biografia, não seja quadrúpede. Há brasileiros que afirmam “O brasileiro não gosta de trabalhar” — uma afirmação sobre a espécie histórica Brasileiro —, mas não consideram que estão predicando de si mesmos, exemplares da espécie, que não gostam de trabalhar. Em alguns casos, o que afirmamos de uma espécie pode ser correto mesmo que a qualidade que dela predicamos não seja satisfeita por cada exemplar da espécie.

Uma observação: seguirei o procedimento comum de tratar as frases da forma “Todo F é G” como equivalentes a frases da forma “Se algo é F, então é G”.

Alguém poderia objetar que o enunciado (1) fala da maioria, mas não de todos os exemplares da espécie. Então, de acordo com essa proposta, deveríamos utilizar o quantificador “a maioria”, substituindo, na paráfrase de (1), “o cavalo” pela construção “a maioria dos cavalos”. Contudo, isso não provê um método sistemático de tratar termos de espécie porque há outras utilizações desses termos em enunciados que não apenas não

---

<sup>140</sup> Não podemos derivar enunciados com a construção gramatical “todo cavalo” e “qualquer cavalo” de enunciados com a construção “o cavalo”, mas a derivação inversa é válida. Se “Todo cavalo é forte” é verdadeira, então (1) também é verdadeira. Isso é notado por M. B. KAC, “The Proper Treatment of Singular Terms in Ordinary English”, *Mind* (106): 1997, p. 686.

falam de todos os membros da espécie como também *não falam da maioria* dos seus exemplares:

(4) O Eucalipto chegou ao Brasil na primeira década do século XX.

Esta frase não é parafraseável como “Se algo é eucalipto, então chegou ao Brasil na primeira década do século XX”. Ao mesmo tempo, também não é uma frase sobre a maioria dos exemplares da espécie: basta um eucalipto particular haver chegado ao Brasil na primeira década do século XX para que ela seja verdadeira. A verdade da frase é assegurada se ao menos um membro da espécie satisfaz o predicado.

Um outro fenômeno tão surpreendente quanto a tolerância à existência de exceções de exemplares da espécie nas afirmações acerca de espécies — quando, em uma afirmação verdadeira, predicamos da espécie uma qualidade que não é possuída por cada exemplar seu — é o de certos casos em que *a qualidade é possuída pela imensa maioria dos exemplares, mas não pode ser predicada corretamente da espécie*. Eis exemplos:

(5) O crocodilo morre antes de ter duas semanas de vida.

(6) A abelha é estéril.

(7) O humano tem mais de três anos de idade.<sup>141</sup>

Nas frases (5), (6) e (7), seria correto utilizar a construção “a maioria dos F” (“a maioria dos crocodilos”, “a maioria das abelhas”, “a maioria dos humanos”), mas não a expressão “o F”. Uma lição a ser extraída é que algumas das predicções que faríamos acerca da maioria dos exemplares de uma espécie, nós não faríamos acerca da espécie.

Se quisermos parafrasear as afirmações acerca de espécies em quantificações que tomam objetos como valores das variáveis, não teremos um procedimento aplicável para todos os casos. Algumas afirmações sobre espécies — tais como “O cavalo é um mamífero” — podem ser parafraseadas em quantificações universais sobre objetos. Outras afirmações, como (4), podem ser parafraseadas unicamente por quantificações existenciais sobre objetos. Outras, ainda, como (1), somente seriam parafraseáveis por frases com o

<sup>141</sup> Os exemplos são de A. COHEN (“Generics and Mental Representations”, *Linguistics and Philosophy* (27): 2004, p. 530).

quantificador “a maioria”. Não há um procedimento sistemático para parafrasear todos os casos de afirmações acerca de espécies em um único tipo de quantificação sobre objetos. Diante disso, o nominalista, ao procurar eliminar toda a menção a espécies em favor da menção a objetos, pode propor que as frases da linguagem natural que falam de espécies são um fenômeno complexo que só pode ser entendido como afirmações que veladamente apelam a vários tipos de quantificadores. Porém, há casos em que a paráfrase quantificacional *não* pode tomar *objetos* como valores:

(8) O elefante está em extinção.

Não é o caso que esta frase seja verdadeira se pelo menos um elefante individual está em extinção. O predicado “está em extinção” não pode ser satisfeito por entidades particulares. A frase (8) também não pode ser parafraseada por “Se algo é elefante, então não deixará descendentes”<sup>142</sup>. Ao mesmo tempo, a afirmação “Existe algum elefante que não deixará descendentes” diz menos do que (8), pois seria verdadeira mesmo em circunstâncias em que a espécie Elefante não está em extinção. Podemos parafrasear (8) unicamente por uma frase que quantifique *sobre espécies*<sup>143</sup>. Mais do que isso, todas as afirmações da linguagem natural que podem falar acerca de espécies podem ser parafraseadas em quantificações que tomam espécies como valores.

---

<sup>142</sup> “O elefante está em extinção” pode ser parafraseada por “Todos elefantes estão em extinção” se estamos falando de espécies nessa utilização, nomeadamente, da espécie Elefante Africano e da espécie Elefante Indiano. Esta observação deve-se a J. D. McCawley, *Everything that Linguists have Always Wanted to Know about Logic*, 2. Ed., 1993, p. 265.

<sup>143</sup> Wolf evoca o testemunho de Mark Lance para dizer que esse exemplo foi utilizado originalmente, mas não publicado, por Joe Camp contra a estratégia de paráfrase de Wilfrid Sellars (M. P. WOLF, *The Curious Role of Natural Kind Terms*”, *Pacific Philosophical Quarterly* (83): 2002, p. 99). O exemplo literal de Wolf é “O leão (*Panthera leo*) está desaparecendo da planície do Serengeti” (p. 82).

### 2.1.1. Frege e Nomes de Espécie

Afirmações acerca de uma determinada espécie não são equivalentes a afirmações acerca de cada exemplar daquela espécie. Temos casos em que podemos predicar corretamente certa qualidade de uma dada espécie mesmo com a existência de exemplares da espécie aos quais a qualidade não se aplica. Frege teve consciência de um fenômeno similar a esse com respeito à utilização de substantivos no plural. Em um trecho de uma versão de “Über Begriff und Gegenstand” de publicação póstuma, Frege observa que

“na frase ‘Os romanos conquistaram a Gália’, a expressão ‘os romanos’ deve ser considerada como um nome próprio *pois aqui não estamos dizendo de cada romano que ele conquistou a Gália*; estamos falando do povo romano, que deve ser considerado logicamente como um objeto”<sup>144</sup>.

Assim, Frege supõe que, em casos como o mencionado, os substantivos plurais devem ser tratados como termos singulares. Em carta a Russell de 28 de julho de 1902, ele reapresenta o ponto:

“Podemos distinguir os casos seguintes:

1. ‘Sócrates e Platão são filósofos’. Aqui temos dois pensamentos: *Sócrates é um filósofo e Platão é um filósofo*, que são postos juntos lingüisticamente apenas por conveniência. Logicamente, *Sócrates e Platão* não deve ser concebido como o sujeito do qual ser um filósofo é predicado.
2. ‘Bunsen e Kirchoff estabeleceram os fundamentos da análise espectral’. Aqui devemos considerar *Bunsen e Kirchoff* como um todo. ‘Os romanos conquistaram a Gália’ deve ser concebida do mesmo modo. Os romanos são aqui o povo romano, unido por costumes, instituições e leis. Uma armada é, nesse sentido, um todo ou sistema”<sup>145</sup>.

Como A. Oliver nota, as passagens citadas, entre outras da obra de Frege, oferecem contra-exemplos à atribuição a este último, por Dummett, da tese de que a análise de uma frase contendo um substantivo plural sempre deve mostrar que essa expressão funciona predicativamente<sup>146</sup>.

---

<sup>144</sup> G. FREGE, *Posthumous Writings*, p. 95. Itálicos meus.

<sup>145</sup> G. FREGE, Carta a Russell, 28 de julho de 1902 in: G. GABRIEL et alii (Ed.), *Philosophical and Mathematical Correspondence*, p. 140.

Nas duas passagens citadas acima, Frege apresenta a não-equivalência entre a afirmação sobre um todo e a afirmação sobre os componentes que integram esse todo como a razão para tratar substantivos plurais como nomes ou termos singulares. É de esperar-se, por conseguinte, que Frege — diante do mesmo fenômeno de afirmações acerca de espécies serem compatíveis com a exceção de casos individuais — também trate termos de espécie como termos singulares. De fato, em um texto de data anterior aos textos mencionados, Frege afirma que “o cavalo” é um *nome* que pode ser utilizado para designar, em algumas frases, um *indivíduo* e, em outras, uma *espécie*:

“O Cavalo” pode designar [*bezeichnen*] um ser individual [*Einzelwesen*] e também designar a espécie como na frase: ‘O cavalo é um animal herbívoro’<sup>147</sup>.

Nesse caso, em conformidade com a sua concepção de termos singulares, ele trata espécies como Objetos<sup>148</sup>.

### 2.1.2. A Relação entre Espécie e Qualidade

O fato de que algumas afirmações sobre espécies não são parafraseáveis em termos de afirmações sobre a maioria dos exemplares da espécie revela algo sobre o modo como compreendemos a conexão entre a espécie de que falamos e a qualidade predicada. Parafrasear a utilização de um termo de espécie “o F” em termos da utilização de “a maioria dos F” maltrataria a noção de espécie como sendo basicamente redutível a uma noção estatística. Com esse procedimento, perder-se-ia um traço fundamental de muitas afirmações sobre espécies: a predicação de uma característica essencial à espécie, tal que,

---

<sup>146</sup> A. OLIVER, “Frege and Dummett are Two”, *The Philosophical Quarterly* (44, n. 174): 1994, p. 74-82. A tese mencionada foi atribuída por Dummett a Frege em M. DUMMETT, *Frege: Philosophy of Mathematics*, 1991, p. 93.

<sup>147</sup> G. FREGE, “Über die Wissenschaftlichen Berechtigung einen Begriffsschrift” (1882), 50 (in: *FBB*, p. 92).

<sup>148</sup> Para Frege, Objetos são conteúdos referenciais saturados e, em sua visão, um termo singular sempre tem um conteúdo referencial saturado. No anexo II deste trabalho, discuto essas duas teses de Frege e as razões que ele teve para adotá-las. Procurarei mostrar então que a tese de que termos singulares sempre têm um conteúdo referencial saturado é dispensável no sistema fregeano após a introdução da distinção entre *Sinn* e *Bedeutung*.

se não houverem circunstâncias que tolham sua manifestação, será seguramente uma característica exibida pelos exemplares da espécie. Afirmações sobre “a maioria” dos exemplares de uma espécie seriam relatos de frequência estatística e, assim, fariam parecer casuais conexões entre espécie e qualidades que não consideramos realmente como casuais. Tornemos a considerar as frases:

(5) O crocodilo morre antes de duas semanas.

(6) A abelha é estéril.

(7) O humano tem mais de três anos de idade.

Creio que o problema central dessas frases reside no fato de que a qualidade predicada, malgrado ser possuída pela maioria dos exemplares da espécie, tem uma relação meramente *accidental* com a sua espécie<sup>149</sup>.

## 2.2. Uma Proposta Sobre a Duplicidade Referencial de Termos de Espécie de Objeto

---

<sup>149</sup> Isso pode ficar claro no experimento conceitual no qual uma qualidade é instanciada por *todos os exemplares da espécie* e, contudo, *não* pode ser corretamente predicada *da espécie*. Imaginemos que em nosso mundo acontecesse de todas as bolas serem vermelhas. Nesse caso, seria correto afirmar

(1) Todas as bolas são vermelhas.

O problema é que a relação entre o universal Bola e o universal Vermelho é contingente. Não há necessidade de que uma entidade que exemplifique um desses universais também exemplifique o outro. Imaginemos uma afirmação sobre o universal Bola:

(2) A bola é vermelha.

Essa afirmação não é correta mesmo que todas as bolas concretas sejam de fato vermelhas. Ela é uma afirmação sobre a espécie Bola. Não é uma afirmação sobre a maioria e nem sobre a totalidade das instâncias de Bola. Na situação imaginada, a frase (1) seria verdadeira porque diz que todas as bolas são vermelhas. Mas, mesmo nessa situação, a frase (2) seria falsa porque não é essencial ao que é um exemplar da espécie Bola a qualidade de *ser vermelha*. Suponho mesmo que se (1) fosse verdadeira em nosso mundo, ainda assim não aceitaríamos como verdadeira a seguinte frase

(3) Se algo é bola, então é vermelho.

Tratar termos de espécie como termos singulares não é adotar uma posição controversa. Vários autores adotam o mesmo procedimento<sup>150</sup>. Uma vez que tenhamos adotado esse procedimento temos também de determinar quais são os *designata* desses termos. Os candidatos naturais a seus referentes são espécies.

Quando fixamos uma espécie como o referente de um termo de espécie, introduzimo-lo na linguagem como um termo de *dupla utilização referencial*, para referirmo-nos à espécie e para referirmo-nos às instâncias da espécie. Com a utilização literal de um termo de espécie como sujeito gramatical, podemos falar da espécie por ele referida ou de um objeto que a instancia<sup>151</sup>. Ao fazer referência com o termo de espécie,

<sup>150</sup> Um exemplo é M. P. WOLF, "The Curious Role of Natural Kind Terms", p. 81-101. Uma das razões de Wolf para tratar termos de espécies como termos singulares é dar conta da impossibilidade de parafrasear sistematicamente frases sobre espécies em frases sobre membros da espécie.

<sup>151</sup> Essa duplicidade é notada pelos teóricos que defendem que há interpretações genéricas e não-genéricas dos termos de espécie. Na interpretação genérica de um termo de espécie, ele refere-se a uma espécie e na sua interpretação não-genérica, refere-se a um exemplar da espécie. (O lingüista que deu início ao tratamento de termos de espécie como genéricos foi G. Carlson em sua tese de doutorado no ano de 1977. Ela foi publicada como G. CARLSON, *Reference to Kinds in English*, 1980. O debate a respeito de genéricos tornou-se uma linha de pesquisa cujos delineamentos gerais podem ser encontrados em G. CARLSON; J. PELLETIER (Ed.), *The Generic Book*, 1995). Tomemos as seguintes frases:

(9a) Todo mamífero é um vertebrado.

(9b) O mamífero é um vertebrado.

(9c) Todo mamífero amamenta seus filhotes.

(9d) O mamífero amamenta seus filhotes.

Kac faz o seguinte comentário a respeito desse conjunto: "Podemos interpretar (9a) de dois modos: como uma frase que atribui vertebralidade a cada mamífero particular ou que afirma de cada espécie de mamífero que seus membros são vertebrados... [A] frase é verdadeira em ambas as interpretações e em cada uma delas acarreta [*entails*] (9b) (interpretada similarmente). Consideremos (9c). Interpretada não-genericamente (e também em algumas interpretações genéricas), essa afirmação é falsa uma vez que todos os mamíferos machos são contra-exemplos. Porém, em sua interpretação genérica mais ampla, isto é, tomada como uma afirmação acerca da espécie mamífero como um todo, é verdadeira. Além disso, a frase em sua interpretação genérica acarreta (9d) em sua interpretação genérica." (M. B. KAC, "The Proper Treatment of Singular Terms in Ordinary English", p. 686-7.)

Uma virtude secundária dessa proposta é que ela respeita a forma gramatical de superfície da linguagem natural. Essa forma é respeitada mesmo na análise de frases existenciais negativas. Essas frases foram utilizadas por muitos autores como contra-exemplos a análises que respeitam (em certa medida) a forma gramatical aparente da linguagem natural tais como a análise em termos de sujeito e predicado.



instauramos seu referente primário ou seu referente secundário como o elemento relevante para o valor de verdade do que é dito no proferimento da frase.

Quando um termo de espécie de objeto “F” ocorre como sujeito gramatical da frase, ele pode ou não estar associado a um artigo definido como em “o F”. Na maioria das linguagens ocidentais, termos de espécie de objeto associam-se ao artigo definido e meus exemplos são sempre desse tipo<sup>152</sup>.

Tanto no emprego de um termo “o F” para referir-se à espécie  $\Phi$  que “F” rastreia quanto para referir-se a um objeto  $\alpha$  que é instância da espécie  $\Phi$ , o artigo definido sinaliza o exercício do conceito de *unicidade* ou *singularização* necessário ao processo de identificação. Quando “o F” refere-se a uma espécie, o artigo definido sinaliza a unicidade da espécie. Nos casos em que “o F” refere-se a uma instância da espécie  $\Phi$  (sendo classificado como uma *descrição incompleta*) o artigo definido expressa *unicidade contextual*<sup>153</sup>.

Podemos formular o seguinte critério para determinar quando uma expressão “o F” está sendo utilizada para fazer referência à espécie rastreada por “F” ou para fazer referência a um objeto dessa espécie. Dado o proferimento de uma frase em que uma expressão da forma “o F” ocorra como sujeito, *se esta expressão é utilizada para fazer referência a um objeto, é apropriada a pergunta “qual F?”*. *Se a expressão é utilizada para fazer referência a uma espécie, essa pergunta não é pertinente* (ainda que seja legítima a pergunta “o que é F?”).

O termo de espécie de objeto pode ser empregado para referirmo-nos a objetos, via de regra, de três maneiras. Quando somos competentes com um termo de espécie “F”, temos a intenção de identificar um objeto e cremos que este é da espécie  $\Phi$  rastreada por

---

Tomemos “O unicórnio não existe”. Uma dificuldade central apontada contra a análise em termos de sujeito e predicado seria a de esclarecer o que é referido pela expressão “o unicórnio” nessa frase. Pareceria inicialmente que, como “o unicórnio” não designa uma entidade particular, não estaríamos falando de nada no emprego da frase. Kac propõe que a interpretação natural de “unicórnio” nessa frase é a interpretação genérica. Assim, essa expressão refere-se à espécie Unicórnio e a frase afirma que a espécie Unicórnio não existe (M. B. KAC, “The Proper Treatment of Singular Terms in Ordinary English”, p. 679). Com isso, podemos preservar a análise em termos de sujeito e predicado para muitos casos.

<sup>152</sup> Línguas como Japonês e Bengali não utilizam artigos definidos em associação a termos de espécie.

<sup>153</sup> Para o tratamento do funcionamento do artigo definido em descrições incompletas, cf. minha abordagem das descrições definidas em (3.5).

“F”, podemos formar um termo demonstrativo complexo como “esse F”, uma descrição *incompleta* “o F” ou uma descrição definida “o F que é G”. Como essas expressões serão tratadas no capítulo 3, vou adiantar apenas um comentário geral. Em um caso, no qual o objeto é a única entidade da espécie  $\Phi$  presente no contexto, ele pode ser identificado pelo termo demonstrativo complexo “esse F”. A presença do objeto no contexto do discurso permite que ele seja identificado pela expressão “o F”, na qual o artigo definido expressa unicidade contextual. Uma descrição definida é aquela em que o termo de espécie é suplementado com um termo que designa uma qualidade, tendo a forma “o F que é G”, na qual “G” visa expressar uma qualidade unicamente instanciada pelo exemplar da espécie F.

Termos de espécie de objeto (i) expressam conceitos de espécie, (ii) referem-se a uma espécie e (iii) possuem uma extensão (nomeadamente, a extensão do conceito que expressam). O conceito de uma espécie  $\Phi$  é um modo de pensar na espécie  $\Phi$ , a espécie  $\Phi$  é o modo de ser que investigamos no uso do conceito e a extensão são os objetos cuja natureza é determinada por esta espécie. Um termo de espécie de objeto pode ocorrer como parte do predicado gramatical para sinalizar a predicação do modo de ser que ele especifica. Nesse caso, o termo de espécie de objeto combina-se à cópula verbal associando-se via de regra a um artigo indefinido: “é um F”<sup>154</sup>.

### 2.3. A Duplicidade Referencial de Termos de Espécie de Matéria

O tratamento que apresentei na seção anterior para termos de espécie de objetos se aplica, *mutatis mutandis*, a termos de espécie de matéria. Estes últimos expressam conceitos que são usados para identificar *espécies de matéria* e para identificar os *materiais* destas espécies. Termos de espécie de matéria como “água” e “ouro” exibem a mesma duplicidade de utilização dos termos de espécie de objetos designando tanto uma espécie quanto o que exemplifica a espécie. Essas utilizações são literais. Consideremos essa duplicidade exibida nos dois pares de frases:

(A) O ouro é um metal.

(B) A água é um líquido.

<sup>154</sup> Essa associação de um termo de espécie com um artigo indefinido na construção de predicados gramaticais ocorre apenas quando se trata de um termo de espécie *de objeto*.

(C) A água está salgada.

(D) A água está fria.

Na utilização (A)-(B), o termo de espécie de matéria é empregado para nos referirmos, respectivamente, às *espécies de matéria* Ouro e Água; nas utilizações (C)-(D) dos termos de espécie de matéria, para nos referirmos a *porções* determinadas de matéria.

Da mesma forma como ocorre com termos de espécie de objetos, podemos distinguir a utilização de um termo de espécie de matéria “*m*” para fazer referência a uma espécie de uma utilização sua para fazer referência a uma incidência da espécie por recurso à adequação ou inadequação da pergunta “qual *m*?” Essa pergunta é apropriada somente nos casos em que há uma referência a um material concreto e não a um universal.

Introduzimos previamente a referência a uma espécie de matéria mediante a consideração de porções concretas de materiais — por exemplo, supondo que o termo de espécie de matéria deve referir-se à espécie que determina a natureza de certos materiais sob consideração. Em ocasiões posteriores, o termo de espécie assim introduzido pode ser empregado para fazer referência a porções determinadas de materiais que são tomadas como exemplificação da espécie de matéria rastreada.

#### 2.4. Os Dois Modos como Termos de Espécie de Matéria ocorrem na Predicação

*Uma caixa não é madeira,  
mas de madeira.*

ARISTÓTELES, *METAFÍSICA*, (1049A19—B1).

Heijenoort observa que na língua inglesa os termos de matéria são substantivos que em suas ocorrências predicativas têm a peculiaridade de não se fazerem acompanhar de um artigo indefinido como se dá com os demais substantivos. Heijenoort chama a atenção para o fato de que há construções gramaticais específicas que acompanham as ocorrências dos termos de matéria após a cópula em línguas como o francês (“*en*”) e o espanhol (“*de*”)<sup>155</sup>. O mesmo ocorre na língua portuguesa. Nessa língua, um termo de espécie de objeto, quando ocorre predicativamente, se faz acompanhar de um artigo indefinido. No caso de uma predicação com termo de espécie de matéria, temos duas possibilidades: quando predicamos o universal de matéria *de um objeto*  $\alpha$  dizemos que “ $\alpha$  é de  $\Phi$ ”; quando predicamos o universal de matéria *de uma porção de matéria*  $m$ , dizemos que “ $m$  é  $\Phi$ ”.

Minha proposta é que termos de espécie de matéria têm duas maneiras de ocorrer predicativamente. Os dois modos de ocorrer divergem unicamente com respeito ao elemento de que são predicados. Podemos predicar o termo de espécie de matéria de um objeto (para dizer *de que* matéria é feito) ou de uma porção de matéria (para dizer *o que* é essa matéria). As línguas latinas preservam em sua estrutura gramatical partículas lingüísticas que assinalam essa alteração do funcionamento predicativo. Por exemplo, utilizamos “é ouro” na língua portuguesa para predicar de uma porção de matéria a sua espécie:

(1) Este metal é ouro.

E utilizamos a construção “é *de* ouro” para predicar de um objeto a espécie de material de que é constituído:

---

<sup>155</sup> “Subject and Predicate in Western Logic”, p. 28.

(2) Este anel é de ouro.

Com efeito, “Este anel é ouro” e “Essa estátua é mármore” não são frases gramaticalmente corretas no português. Empregamos, ao invés, “Este anel é de ouro” e “Esta estátua é de mármore”.

Vou classificar a segunda forma de predicção — com a partícula “de” — como *predicção de constituição*. Foi David Wiggins quem introduziu a noção do “ ‘é’ de constituição” para apanhar a utilização especial da cópula verbal no inglês para predicar aquilo de que algo é constituído. Wiggins classifica o “is” empregado na predicção “*This puddle is water*” como um “ ‘is’ of constitution”<sup>156</sup>.

Creio que podemos entender o “é” de constituição como uma forma abreviada derivada de formas lingüísticas ancestrais em que se empregava “é feito de” ou seu equivalente em outras linguagens. Assim, teríamos no inglês “*This ring is gold*” como a abreviação de “*This ring is [made of] gold*” e no português “Este anel é de ouro” como a abreviação de “Este anel é [feito] de ouro”<sup>157</sup>.

A espécie de matéria é *o que* é a matéria (de um objeto). Mas, se partirmos da consideração do objeto, a espécie de matéria é aquilo *de que* o objeto é feito. A espécie de matéria é *o que* (quanto à matéria) algo é e *de que* (quanto ao objeto) algo é composto.

---

<sup>156</sup> D. WIGGINS, *Sameness and Substance*, 1980, p. 30 e 33.

<sup>157</sup> A cópula verbal “é” tem muitas utilizações. Além do “é” de constituição notado por Wiggins e de suas três utilizações na linguagem natural notadas por Frege, Danto chama a atenção para o “ ‘é’ de identificação artística”. Ela ocorre, por exemplo, quando um artista aponta para certo objeto e declara “Isto é Napoleão”. Cf. A. DANTO, “The Artworld”, *The Journal of Philosophy* (): 1964.

PARTE II  
CONCEITOS ABERTOS E CONCEITOS FECHADOS

A *extensão* de um conceito é o campo de sua aplicação, a série das entidades que possuem a propriedade que ele rastreia. A *intensão* de um conceito especifica as condições que algo deve satisfazer — e, assim, as propriedades que deve possuir — para fazer parte de sua extensão. Presumo como correta esta representação clássica da intensão e extensão de um conceito<sup>158</sup>.

Classificamos os conceitos também pelas estruturas que eles rastreiam: como conceitos de elefante, de casa, de estado, de poder. Quando se trata de conceitos abertos, este procedimento apanha melhor sua identidade do que a listagem de suas notas ou a enumeração de membros de sua extensão. O *objetivo* de um conceito — a estrutura para cuja identificação ele foi formado — é tão essencial para a sua natureza quanto sua intensão e extensão. A intensão de um conceito é formada para articular cognitivamente seu objetivo e a extensão é o conjunto das entidades que exemplificam seu objetivo.

Conceitos de modos de ser — conceitos de espécies e conceitos de qualidades — são basicamente estruturas cognitivas que se dirigem a tais modos de ser. Uma questão crucial é se as notas da intensão do conceito de uma espécie natural, devem ser tratadas como critérios de aplicação necessários e suficientes ou como métodos de reconhecimento falíveis. Um conceito de espécie natural possui como extensão o conjunto de entidades que exemplificam a espécie. Isso significa que uma vez que dada espécie natural seja rastreada por um conceito, a extensão desse conceito é determinada pela exemplificação da espécie e não pela satisfação da intensão. As notas ou condições estabelecidas pela intensão são tratadas pelo usuário do conceito de espécie como falíveis.

Relativamente ao modo como tratamos as notas de sua intensão — se como critérios de aplicação necessários e suficientes ou como métodos de reconhecimento da estrutura rastreada —, há fundamentalmente dois tipos de conceitos. Vou chamar o primeiro tipo de conceitos de *conceitos fechados* e o segundo, de *conceitos abertos*<sup>159</sup>. Sua diferença essencial é que apenas os primeiros possuem definições. Conceitos abertos não possuem

---

<sup>158</sup> O capítulo 3 tem o objetivo de determinar como o conceito de um objeto individual se ajusta a essa representação.

definições. Mesmo assim, em contextos específicos, podemos tratar um conceito aberto como se fosse um conceito fechado provendo uma definição hipotética para ele.

O que é definir um conceito? É enunciar uma ou mais condições necessárias e suficientes para uma entidade cair na extensão do conceito. Equivalentemente, definir é apresentar a propriedade ou propriedades (mencionadas pelos critérios de aplicação do conceito) cuja posse é condição necessária e suficiente para uma entidade estar na extensão do conceito. Vou chamar esta propriedade ou propriedades especificadas na definição do conceito de *propriedade(s) definidora(s)*. Quando temos uma definição, podemos usar o conceito como uma regra que estipula condições necessárias e suficientes para determinar o que cai e o que não cai na sua extensão<sup>160</sup>.

Em meu uso da palavra “definição”, falarei tanto em *definir um conceito*, apresentar as condições necessárias e suficientes para algo cair em sua extensão, como em *definir uma propriedade*, ou seja, apresentar as condições necessárias e suficientes para algo possuí-la.

Conceitos de espécie natural são conceitos abertos devido ao uso que deles fazemos para identificar. O uso identificador do conceito de espécie é realista e essencialista. Consideramos que uma espécie natural é um modo de ser que determina a natureza dos objetos e materiais determinando o que eles são e por que são como são (essencialismo) e, além disso, que tal espécie é um modo de ser objetivo instanciado por algo independentemente de nossa experiência (realismo).

Em contextos específicos, podemos tratar o conceito de espécie como fechado ao prover-lhe uma definição apresentando a posse de uma dada qualidade pelo objeto como a

---

<sup>159</sup> Esta distinção não é nova. Kant reconheceu perfeitamente a distinção entre conceitos fechados e conceitos abertos quando considerou que conceitos empíricos como *ouro* não podem ser objeto de definição (Cf. I. KANT, *Crítica da Razão Pura*, B 755). Os termos “conceito aberto” e “conceito fechado” foram cunhados por Morris Weitz, um teórico de inspiração wittgensteiniana, em *The Role of Theory in Aesthetics*, 1956. Ele afirma que o conceito *arte* é um conceito aberto e, como tal, é indefinível. Meu uso de conceito aberto guarda semelhança com o uso de Weitz. Paulo Faria chamou-me a atenção para a noção de conceito de “textura aberta” de Waismann.

<sup>160</sup> Parece inaceitável que algo caia na extensão de um conceito sem que satisfaça alguma condição. Um objeto cai na extensão de um conceito porque tem certa propriedade (ou propriedades). A propriedade é aquele universal que é rastreado pelo conceito. Quando o conceito possui uma definição, a satisfação do universal que rastreia é considerada como equivalente à instanciação do universal ou universais mencionados na definição.

condição necessária e suficiente de ser da espécie. Se elegermos certas qualidades (pensadas até então como condicionadas pela espécie) como propriedades cuja instanciação é *equivalente* à instanciação da espécie e assim como condições necessárias e suficientes do conceito de espécie, estaremos articulando uma proposta de explicação do que é ser da espécie. A tese de que podemos explicar em que consiste ser de uma espécie exige a adoção de uma concepção criterialista de espécie, segundo a qual pertencer a uma espécie é equivalente a possuir determinadas qualidades.

O *telos* ou objetivo de um conceito aberto de espécie é a espécie. Via de regra (quando não estamos imaginando voluntariamente espécies imaginárias) supor uma espécie é supor um fundamento ontológico real que determina a natureza de certas coisas. É este suposto fundamento ontológico real que visamos rastrear no uso do conceito de espécie. O comércio com o mundo pode vir a nos fazer duvidar de que realmente haja alguma coisa que seja da espécie rastreada. Ou podemos vir a achar necessário refinar nosso entendimento da própria estrutura rastreada.

Ao tentarmos entender o que é uma espécie em particular, podemos vir a eleger (amparados em boas razões) alguma propriedade (ou feixe de propriedades) — que talvez até então pudesse estar sendo tomada como uma propriedade dependente da espécie (ou seja, como uma qualidade cuja posse está por ser explicada pela atribuição da espécie) — como a propriedade definidora da espécie, isto é, como a propriedade cuja posse por algo é condição necessária e suficiente de que ele seja da espécie. Este procedimento está longe de corriqueiro. Penso que ele é feito quando tomamos uma definição operacional em ciência como a representação correta da natureza de uma espécie. Supor que água é  $H_2O$  é um procedimento desses. É parte do esforço científico estabelecer critérios de trabalho que permitam apanhar os fenômenos no vocabulário de uma teoria. Enquanto não é obtida uma definição operacional de um certo conceito em termos de propriedades mencionadas por uma teoria, tal conceito não pode ser tratado à luz de seus princípios e das operações sob sua égide. Uma definição operacional é, de fato, apenas um método de reconhecimento sistematizado no vocabulário de uma teoria científica.

## 2.5. *Conceitos Fechados*



Conceitos fechados são aqueles conceitos que são introduzidos na linguagem com critérios de aplicação determinados e inalteráveis. Os critérios de aplicação estabelecem as condições necessárias e suficientes para um conceito ser aplicado corretamente. Para introduzi-los, temos de estabelecer alguma propriedade como a propriedade definidora para a qual se orientam. Instaurar o critério de aplicação do conceito é estabelecer essa propriedade definidora. Um conceito aplica-se a uma entidade quando esta possui a propriedade definidora para a qual aquele se orienta. Tomemos de exemplo o conceito *caneta*. Este é um conceito funcional. Um conceito é funcional se a propriedade definidora que rastreia é a aptidão para a realização de uma função. O conceito *caneta* aplica-se a qualquer objeto que realize a função de servir de instrumento manual de escrita com tinta. Evidentemente, a propriedade de *servir de instrumento manual de escrita com tinta* pode ser possuída por algum objeto *antes* da introdução do conceito *caneta*. Introduzimos o conceito *caneta* com este critério: o conceito *caneta* aplica-se ao objeto que serve como instrumento manual de escrita com tinta<sup>161</sup>.

Além de conceitos funcionais como os conceitos de artefato *caneta*, *casa*, também conceitos institucionais podem ser incluídos na variedade dos conceitos fechados. Um conceito é institucional se a propriedade que deve ser possuída por uma entidade para cair na extensão do conceito é definida por convenção. Nesses casos, a propriedade é instaurada junto com o conceito. Ao estabelecermos por convenção em que consiste a propriedade de *ser casado* e de *ser proprietário* estabelecemos concomitantemente os critérios de aplicação do conceito *casado* e do conceito *proprietário*.

Outros exemplos de categorias de conceito fechado são a categoria dos *conceitos matemáticos* e a categoria dos *conceitos que recebem definições operacionais* no interior de teorias científicas.

Conceitos fechados não são revisáveis na investigação empírica do mundo. Descobrir fatos sobre o mundo não pode alterá-los. É uma questão empírica se algo os satisfaz, mas *não* é uma questão empírica qual é a propriedade para a qual se orientam, uma

---

<sup>161</sup> Estou concordando com D. WIGGINS, "Putnam's and Frege's Doctrines". Para ele, um termo como "Lápis" denomina uma espécie instrumental ou funcional. Uma tal espécie bem poderia ser definida (mesmo na estrita acepção fora de moda de 'definir') e isso é assim apenas também porque quase que a única generalização nomológica que se pode descobrir mediante a investigação da classe dos lápis é a generalização não-confiável de que se pode escrever ou desenhar com um lápis" (p. 195-6).

vez que isto está decidido de antemão ao estabelecermos seu critério de aplicação. É uma questão empírica se algo possui a propriedade de *ser casado* mas não é uma questão empírica o que é a propriedade de *ser casado*. Pela mesma razão, só cabe investigação empírica para a determinação da extensão do conceito *casado*, mas não uma investigação empírica deste conceito<sup>162</sup>. Com respeito à sugestão de Putnam de que poderíamos descobrir que canetas são vegetais ou marcianos, posso dizer o seguinte: a constituição física dos objetos que satisfazem os critérios de aplicação do conceito *caneta* é indiferente porque o conceito não está determinado quanto à constituição destes objetos (se pode ser mineral, vegetal ou animal)<sup>163</sup>. Para que um objeto caia na extensão de *caneta* deve somente possuir uma realização física que permita executar a sua função. Se, por acaso, ocorrer de todos os objetos que satisfazem o critério de aplicação do conceito *caneta* serem vegetais isto nada demonstra com respeito *ao conceito caneta*. Essa será encarada como uma circunstância totalmente exterior. Não será uma descoberta de que caneta é vegetal, ou seja, de que *ser caneta* é *ser vegetal* ou que uma condição necessária da posse da propriedade de *ser caneta* é que a entidade possua a propriedade de *ser vegetal*. Isto se deve ao fato de que é logicamente possível que um objeto possua a propriedade de *ser caneta* sem possuir a propriedade de *ser vegetal*. Um exemplo mais terreno ilustra isto. Digamos que se descubra que todos os objetos que são caneta também satisfazem a proporção geométrica que os renascentistas chamaram de “secção áurea”. Isto será visto somente como uma curiosidade, mas não resultará em uma modificação da propriedade definidora do conceito *caneta*. A razão para isso é que é possível supormos algo que satisfaz as condições necessárias e suficientes para ser caneta e que, ao mesmo tempo, não satisfaz a proporção geométrica em questão<sup>164</sup>.

Cadeira é o que cumpre a função de servir para sentar. Certamente, cadeiras têm outras propriedades — possuem assentos, pernas e espaldares. O que é absolutamente

<sup>162</sup> Posso investigar no mundo se algo é casado e posso até mudar as minhas concepções sobre os indivíduos que são casados nesta investigação. Mas, evidentemente, o que está acontecendo é que estou alterando características que não fazem parte do conceito.

<sup>163</sup> Cf. H. PUTNAM, “The Meaning of the ‘Meaning’”. Posteriormente, Putnam expressou sua concordância com Wiggins em “Reference and Truth” in: *Realism and Reason*, 1983, p. 74-5.

<sup>164</sup> Uma consequência disso é que quem entende qual é a espécie rastreada pelo conceito *caneta* — isto é, a espécie Caneta — deve entender quais são as propriedades de um membro da espécie que são generalizáveis para os demais membros.

essencial aqui é entender que essas propriedades são *auxiliares: são possuídas para realizar a função*.

## 2.6. Conceitos Abertos

Conceitos abertos não possuem definição porque seus critérios de aplicação não são condições necessárias e suficientes para algo cair sob sua extensão.

Conceitos são abertos porque deles é feito um uso realista e essencialista. O uso realista faz com que os critérios de aplicação do conceito sejam tratados como *métodos de reconhecimento* de estruturas cuja realidade é independente da sua identificação. O uso essencialista pressupõe que o que é identificado tem uma natureza própria que pode não ser apanhada correta ou integralmente pelas notas do conceito. As notas de um conceito aberto são concebidas como métodos de reconhecimento falíveis e sujeitos à alteração ao invés de serem concebidas como critérios necessários e suficientes de aplicação do conceito, isto é, como sua definição. As propriedades mencionadas pelas notas do conceito não são propriedades definidoras, mas sinais falíveis da estrutura a ser identificada.

A investigação do mundo, ao contrário do que ocorre com conceitos fechados, altera os conceitos abertos.

Exemplos de conceitos abertos são os conceitos de espécies naturais como os conceitos que usamos na linguagem natural para falar de espécies naturais de objetos e de espécies naturais de matéria. O capítulo 3 apresenta razões para também considerarmos conceitos de objetos como conceitos abertos.

### 2.7. *Conceitos de Espécies Naturais são Conceitos Abertos*

Nosso uso de conceitos abertos de espécies naturais tem dois aspectos aparentemente em tensão. De um lado, tal uso é um uso realista e essencialista que visa melhor compreender o mundo e impede a fixação de qualquer critério de aplicação como definição. De outro lado, o uso de conceitos abertos é um uso — para utilizar uma metáfora — *em busca de uma definição*. Isto é, quando usamos um conceito aberto de espécie, buscamos fazer com que seus critérios de aplicação articulem corretamente a natureza da estrutura rastreada pelo conceito estabelecendo as condições que algo deve satisfazer para possuí-la. Assim, quando se trata de conceitos abertos de espécie, buscamos refinar os critérios de aplicação com vistas a descobrir, caso exista, uma propriedade definidora da espécie.

Quando usamos um conceito aberto de espécie, estamos em busca da identificação da estrutura que nos permite uma explicação. O que buscamos explicar? Partimos de objetos e de suas qualidades e tentamos *explicar* tanto a natureza destes objetos quanto a posse das suas qualidades<sup>165</sup>. Então, postulamos a existência de um modo de ser fundamental ou espécie que determina a natureza dessas entidades e que é condição tanto da posse de suas qualidades quanto da exclusão de outras qualidades. Assim, instauramos um conceito aberto para identificar esta estrutura.

A noção de espécie desempenha em nosso entendimento básico do mundo dois papéis: é o fator que determina a natureza das entidades e o fator que é condição das propriedades dependentes das entidades. O primeiro papel da noção de espécie permite que fixemos o referente de um termo de espécie como a espécie de dadas entidades sem ter qualquer entendimento daquela estrutura a não ser de que é o fator que determina sua natureza.

---

<sup>165</sup> Cf. (1.3) e (1.4) acerca do uso da noção de espécie em nossas explicações sobre as propriedades e comportamentos dos objetos.

O segundo papel permite que fixemos um termo de espécie com a finalidade de explicar a ocorrência de dadas qualidades das entidades. Se estivermos postulando uma espécie  $\Phi$  como responsável pelas qualidades F e G, instauramos um conceito para determinar  $\Phi$  como *a espécie que é condição das qualidades F e G*. As qualidades F e G servirão a partir de então para o reconhecimento da espécie  $\Phi$ . Por esta mesma razão, o conceito desta espécie terá como suas notas métodos de reconhecimento que mencionam tais qualidades. A seção (2.9) trata do estabelecimento da relação de referência para termos de espécie.

Para que fique clara a razão pela qual as notas de um conceito aberto não são tratadas como uma definição, mas como métodos de reconhecimento é crucial recapitularmos o que foi dito na seção (1.3) acerca da posição que atribuímos a espécies e propriedades dependentes em nossas explicações do mundo. Não tratamos a posse das propriedades dependentes como a condição para pertencer à espécie, mas o pertencimento à espécie como a condição daquelas. Julgamos, via de regra, que as qualidades que associamos a uma espécie como suas dependentes nos dão indicações ou *sintomas* de que a espécie está presente e servem, assim, como indícios para seu reconhecimento. Contudo, sua mera posse por um objeto não assegura que este pertença à espécie (a posse das propriedades dependentes não é uma condição *suficiente* para algo ser da espécie). Ao mesmo tempo, julgamos que algo pode ser da espécie mesmo sem exibir as propriedades que julgamos serem dependentes da espécie (a posse das propriedades dependentes não é uma condição *necessária* para algo ser da espécie).

Uma vez que a atribuição de uma espécie natural  $\Phi$  explica a posse das qualidades F, G e H por uma entidade  $\alpha$ , o fato de  $\alpha$  pertencer à espécie  $\Phi$  não pode ser novamente explicado em termos da posse das mesmas qualidades sob pena de circularidade<sup>166</sup>. Nossas explicações ordinárias detêm-se na atribuição das espécies. Esta parada não é necessária, todavia. As investigações humanas muitas vezes procuram ir além desse âmbito e explicar o fato mesmo de algo pertencer a uma espécie. Explicar o fato de algo pertencer a uma espécie seria explicar as condições necessárias e suficientes para pertencer à espécie. Esta

---

<sup>166</sup> A menos que identifiquemos a circunstância de pertencer a  $\Phi$  com a circunstância de possuir a propriedade F, por exemplo. Neste caso, F não seria mais vista como uma propriedade subordinada, mas como uma explicação da espécie.

explicação, uma vez realizada, resultaria na definição do conceito que rastreia a espécie uma vez que apresentaria as condições necessárias e suficientes para algo ocorrer na sua extensão. Isto poderia ser feito, por exemplo, mediante o estabelecimento da exigência de posse de uma nova propriedade (ou de alguma propriedade já utilizada no reconhecimento da espécie) como a condição necessária e suficiente para algo pertencer à espécie. Se entendermos que um conceito de espécie recebeu uma definição, passaremos a tratá-lo como um conceito fechado. De acordo com minha proposta, isto é o que ocorre com conceitos de espécie no contexto de teorias científicas. Se, ao abandonarmos uma teoria, não abandonarmos juntamente com ela os conceitos de espécie que nela eram tratados como conceitos fechados, podemos voltar a tratá-los como conceitos abertos.

O uso de conceitos de espécie como conceitos fechados é um uso especial e que repousa na adoção de hipóteses de trabalho — como a de que a posse de certa(s) propriedade(s) por algo é a condição necessária e suficiente para que ele seja da espécie. Este uso é especial e restrito porque está sujeito às mesmas intempéries que podem vir a afetar a teoria da qual a hipótese de trabalho retira seu vocabulário e vigor. A seção (2.13) trata desse tema.

No caso de conceitos fechados, temos os seus critérios de aplicação e determinamos a sua extensão a partir destes. No caso de conceitos abertos, inversamente, *temos os objetos que são a extensão do conceito e procuramos entender qual é o modo de ser fundamental que os unifica*, a espécie de que dependem as múltiplas qualidades compartilhadas nem sempre uniformemente por aquela coleção. Uma vez que ao estabelecer as condições necessárias e suficientes para algo ser da espécie  $\Phi$  estamos enunciando o critério de aplicação do conceito que a rastreia, *quando procuramos entender esta espécie responsável pelas qualidades das entidades da extensão estamos buscando os critérios necessários e suficientes de aplicação do conceito e, conseqüentemente, a sua definição*.

Qual é o significado desta proposta? Estou dizendo que é incorreto supor que em nosso uso de conceitos como *água* e *ouro* tratamos as notas conceituais que especificam as qualidades possuídas pelas amostras que abrigamos em sua extensão como critérios de aplicação necessários e suficientes. Uma amostra de ouro tem a propriedade de *ser amarela* e de *ser maleável*, mas não usamos as notas que especificam estas propriedades como critérios necessários e suficientes de aplicação do conceito *ouro*. As características das

amostras não nos oferecem critérios necessários e suficientes de aplicação, *mas são parte do fenômeno que deve ser explicado*. O fenômeno a ser explicado é: por que estes objetos são assim? Por que estes objetos reluzem, são flexíveis, têm peso próximo ao do chumbo? A propriedade definidora procurada pela investigação da espécie deve ser capaz de explicar a posse das qualidades das amostras da espécie.

Espécies são postuladas para explicar as qualidades dos objetos. Quando fazemos esta postulação, podemos concentrar nossa atenção nesses objetos e investigar suas qualidades — aquelas que empregamos para agrupá-los e quaisquer outras que possamos vir a descobrir. Podemos vir a considerar, então, que se há alguma qualidade que explica a posse destas qualidades dos objetos da espécie, possuí-la é a condição necessária e suficiente para pertencer à espécie.

O que eu disse no parágrafo acima pode dar a impressão errônea de que, conforme minha hipótese acerca do modo como usamos conceitos de espécies naturais, eu consideraria que as qualidades que utilizamos para reconhecer objetos como amostras da espécie têm unicamente um papel *inicial* — agregar os objetos que serão investigados. Então, ao longo do processo de investigação dos objetos para determinar qual é sua espécie comum, poderíamos descobrir que as qualidades usadas para reconhecimento não são necessárias ou suficientes para ser da espécie. A relação entre qualidades de reconhecimento e a espécie seria absolutamente acidental. Esta relação, todavia, não é tão frouxa assim. A próxima seção versa sobre a natureza dessa relação.

## 2.8. *A Relação entre Qualidades de Reconhecimento e Espécies*

Possuímos uma avaliação metafísica da relação entre qualidades de reconhecimento e espécies de acordo com a qual algo pode pertencer a uma espécie independentemente de que sejamos capazes de reconhecê-lo. Consideramos que a questão acerca da espécie a que pertence um objeto não tem sua resposta determinada no âmbito de nossos métodos de reconhecimento. A distinção que concebemos entre o fato de algo pertencer a uma espécie e o fato de reconhecermos que ele pertence a uma espécie é absoluta porque se funda na distinção igualmente absoluta que traçamos entre o que as coisas são e o que pensamos que as coisas são. Tratar a questão acerca de se uma entidade pertence à espécie como

equivalente à questão de se ela satisfaz nossos critérios de reconhecimento é afrontar esta distinção. Por esta razão, qualquer posição filosófica que trata a posse de certas propriedades como condições necessárias e suficientes para pertencer a uma espécie natural, maltrata o modo como usamos conceitos de espécies naturais. Não tratamos a posse das propriedades de reconhecimento como condição necessária e suficiente para algo pertencer a uma espécie porque não tratamos espécies como feixes de propriedades.

Uma questão distinta é a questão acerca de se certas propriedades de reconhecimento são necessárias *sob dadas circunstâncias*. Mesmo não tratando propriedades dependentes que são utilizadas para reconhecer a espécie como condições necessárias e suficientes para pertencer à espécie, um outro gênero de considerações nos conduz a esperar que estas propriedades sejam manifestadas necessariamente pela entidade da espécie. Afinal, uma espécie natural é postulada para explicar a manifestação de dadas qualidades que se manifestam com um padrão de regularidade em certos indivíduos. Uma espécie é postulada como a natureza que condiciona a posse de certas propriedades. Por esta razão, sem tratar espécies como coleções de propriedades, podemos ainda concebê-las como estruturas que impõem a manifestação de propriedades. Creio que podemos explicar esta nossa expectativa natural de que entidades da espécie exibam dadas propriedades sem, contudo, incorrer no erro de identificar espécies com coleções de propriedades. A idéia, basicamente, é que propriedades dependentes não são condições necessárias para pertencer à espécie, mas *conseqüências* deste pertencer. Estas conseqüências podem, então, ser concebidas como *necessárias sob circunstâncias definidas*.

A relação entre propriedades dependentes e espécie é muitas vezes representada no debate contemporâneo como uma relação frouxa. Para Kripke e Putnam, uma espécie tem propriedades essenciais e contingentes. Eles consideram que as qualidades superficiais — aquelas pelas quais os falantes reconhecem algo como uma amostra de certa espécie em contextos não-científicos — não são essenciais. Independentemente da opinião real de Kripke, suas declarações em NN são recebidas como declarações de que as propriedades de que nos valem para reconhecer se o objeto instancia dada espécie são contingentes:

“[U]samos ‘ouro’ como um termo para uma certa *espécie* de coisa. Outros descobriram esta espécie de coisa e nós ouvimos falar dela. Deste modo, como parte de uma comunidade de falantes, temos uma certa conexão entre nós próprios e uma certa espécie de coisa. A espécie é *pensada* como tendo certas notas



identificatórias. Algumas destas notas podem não ser realmente verdadeiras de ouro. Poderíamos descobrir que estamos errados acerca delas. Além disso, poderia haver uma substância que tivesse todas as notas identificatórias que comumente atribuímos ao ouro e usamos para identificá-lo em primeira instância, mas que não é a mesma espécie de coisa, não é a mesma substância.”<sup>167</sup>

Kripke está apresentando algo muito sensato. Está dizendo que com “ouro” queremos falar de uma espécie. Esta espécie é reconhecida mediante algumas notas. A possibilidade de que haja outra espécie que satisfaça as mesmas notas torna evidente que a mera satisfação das notas de reconhecimento não é suficiente para qualificar uma espécie como a espécie referida. De outro lado, Kripke propõe que tal satisfação não é nem mesmo necessária: algo pode ser ouro e não satisfazer os critérios de reconhecimento da comunidade lingüística. Kripke está chamando a atenção corretamente para a distinção entre a questão metafísica de algo pertencer a uma espécie e a questão epistêmica de reconhecermos que ele pertence à espécie.

Kripke propõe que temos um procedimento independente para determinar o que é a espécie e, por conseguinte, para determinar qual é a condição a ser satisfeita para que algo pertença à espécie. A solução de Kripke é atribuir à ciência a tarefa de investigar as espécies naturais e descobrir suas propriedades essenciais: “investigando traços estruturais básicos, a ciência tenta encontrar a natureza e, deste modo, a essência (no sentido filosófico) da espécie”<sup>168</sup>. Se os cientistas identificam ser ouro com a posse do número atômico 79, é a posse desta propriedade que conta para determinar se algo é ou não uma amostra de ouro<sup>169</sup>.

Como ocorre com “água” e “ouro” que recebem uma identificação teórica em termos de sua estrutura atômica, termos como “tigre” também recebem identificação teórica com propriedades descobertas na pesquisa científica:

“Mesmo que não *conheçamos* a estrutura interna dos tigres, supomos que tigres formam uma certa espécie ou tipo natural. Então, podemos imaginar que deva haver uma criatura que, ainda que tenha toda a aparência externa dos tigres, difira internamente deles o suficiente para que digamos que não é a mesma

---

<sup>167</sup> NN, p. 118-9.

<sup>168</sup> NN, p. 138.

<sup>169</sup> Serão essenciais igualmente quaisquer outras propriedades que “se seguem” desta propriedade essencial (NN, p. 125).

espécie de coisa. ... Podemos dizer com antecedência que usamos o termo ‘tigre’ para designar uma espécie e que qualquer coisa que não é desta espécie, embora pareça como um tigre, não é de fato um tigre”<sup>170</sup>.

A razão para a ênfase destes autores em propriedades micro-estruturais é o papel que tais propriedades possuem para a ciência. É correto interpretarmos a identificação que Kripke e Putnam fazem acerca das propriedades micro-estruturais com as propriedades essenciais descobertas pela ciência como algo que depende das próprias escolhas da investigação científica<sup>171</sup>.

Vou apresentar algumas considerações que estão aparentemente em oposição às afirmações de Kripke e Putnam sobre o entendimento de propriedades de reconhecimento como propriedades contingentes. Em nossas tentativas de entender o mundo, construímos teorias que visam explicar porque os elementos da realidade são do modo como são. Uma teoria do mundo é julgada com respeito a quão bem explica os fenômenos. Uma teoria que tenha como consequência a tese de que os fenômenos que ela visa explicar não ocorrem é imediatamente descartada. Por exemplo, uma teoria que quer explicar o que é água não pode levar à conclusão de que água não é líquida em temperaturas situadas entre 0° C e 100° C, não evapora a 100° C ou não se solidifica a 0° C. A posse destas propriedades sob circunstâncias definidas e especificáveis não parece poder ser negada das amostras de água. Pelo contrário, a capacidade de predizer tais propriedades para dadas circunstâncias é uma condição necessária para a aceitação de uma teoria acerca da natureza da água. Isto foi notado por Kuhn:

*“As assim chamadas propriedades superficiais não são menos necessárias do que seus sucessores aparentemente essenciais. Dizer que água é H<sub>2</sub>O líquida é localizá-la no interior de um elaborado sistema lexical e teórico. Dado aquele sistema, ... pode-se em princípio predizer as propriedades superficiais de água..., computar seus pontos de ebulição e congelamento, os comprimentos de onda que vai transmitir, e assim por diante. Se água é H<sub>2</sub>O líquida, então estas propriedades são necessárias para ela. Se não fossem realizadas na prática, aquela seria uma razão para duvidar que água fosse realmente H<sub>2</sub>O.*

---

<sup>170</sup> NN, p. 120-1.

<sup>171</sup> Uma passagem de Putnam torna claro que, para ele, o estatuto de estruturas ocultas para determinar o que pertence e o que não pertence à espécie tem uma base meramente pragmática: “a água local... pode ter duas ou mais estruturas ocultas — ou tantas que ‘estrutura oculta’ torna-se irrelevante e as características superficiais tornam-se as características decisivas” (MM, p. 241).

Este último argumento aplica-se também ao caso de ouro... Invocando-se outras propriedades teóricas como carga eletrônica e massa, pode-se em princípio, e de fato em extensão considerável, prever as qualidades superficiais — densidade, cor, ductilidade, condutividade e assim por diante — que amostras da substância correspondente possuirão em temperaturas normais. *Estas propriedades não são mais acidentais do que ter-número-atômico-79. Que a cor seja uma propriedade superficial não a torna uma propriedade contingente... Se a teoria que postula [posita] as propriedades teóricas relevantes não pudesse prever estas qualidades superficiais ou algumas delas, não haveria nenhuma razão para tomá-la seriamente*".<sup>172</sup>

Minha pergunta é: se espécies são postuladas para explicar a posse de certas propriedades dos objetos como podemos vir a considerar que as mesmas propriedades não pertencem à espécie? As propriedades cuja posse tem de ser explicada não parecem poder ser consideradas contingentes. Minha proposta de solução consiste em dizer que propriedades dependentes não são propriedades necessárias das amostras da espécie *enquanto tais*, mas sua posse *sob circunstâncias definidas* é concebida como necessária.

Postulamos a espécie Água para explicar como é possível que certas entidades sejam líquidas, entrem em estado de ebulição a 100° C, etc. Entretanto, uma amostra de água pode não possuir a propriedade de *ser líquida*. A posse desta propriedade *enquanto tal* não é uma propriedade necessária da água porque existem, por exemplo, amostras sólidas de água (água congelada). Por outro lado, sabemos que uma amostra de água sempre possui a propriedade de *ser líquida* em circunstâncias definidas regulares, como sob temperaturas que se situam entre 0° C e 100° C. O estado líquido das amostras de água parece ser necessário sob circunstâncias definidas.

É um estágio de conhecimento mais sofisticado aquele em que se reconhecem e são explicitadas as circunstâncias regulares sob as quais uma amostra da espécie  $\Phi$  sustenta as propriedades  $F_n$  assim como as circunstâncias regulares nas quais tais amostras não sustentam  $F_n$ , mas sustentam, ao invés, as propriedades  $G_n$ . Neste estágio, somos capazes de notar padrões nas associações constantes que encontramos entre circunstâncias determinadas e a manifestação ou ausência de propriedades das amostras da espécie. Esta é a relação entre propriedade fundamental e propriedades dependentes: uma amostra da espécie  $\Phi$  possui as propriedades  $F_n$  sob as circunstâncias  $\kappa$  e possui as propriedades  $G_n$  sob

---

<sup>172</sup> T. S. KUHN, "Dubbing and Redubbing" in: C. W. SAVAGE (Ed.), *Scientific Theories*, 1990, p. 312-3. Itálicos meus.

as circunstâncias  $\alpha$ . A relação entre propriedade fundamental e dependente é condicional. Se não formos capazes de encontrar tais padrões de associação entre as circunstâncias e as propriedades de uma espécie postulada que amparem explicações e previsões bem-sucedidas, certamente abandonaremos aquele conceito de espécie. Espécies são estruturas que permitem explicações regulares<sup>173</sup>.

Com o refinamento e a sistematização de conhecimentos sobre as circunstâncias em que entidades pertencentes a uma dada espécie manifestam ou privam-se de manifestar certas propriedades, somos capazes de erigir métodos mais seguros de reconhecimento da espécie. Como isto é possível? Ora, se o refinamento de nosso conhecimento sobre os objetos que instanciam uma espécie nos conduz ao reconhecimento de regularidades — exemplo: os objetos da espécie  $\Phi$  em circunstâncias  $\alpha$  exibem as propriedades dependentes  $F_1$ ,  $F_2$  e  $F_3$  (em que todas expressões indicam itens universais) — então, temos como saber que sob uma determinada circunstância se algo pertencer a dada espécie, ele comportar-se-á de certo modo. Isto é o que nos permite certos tipos de previsões. Uma hipótese preditiva é a hipótese de que uma amostra da espécie sob circunstâncias definidas se comportará de certo modo<sup>174</sup>.

Só temos *métodos* de reconhecimento confiáveis quando aprendemos em quais circunstâncias podemos esperar que os membros da espécie possuam esta ou aquela propriedade. E mesmo então, não julgamos que os métodos de reconhecimento são absolutamente seguros porque consideramos sempre possível em princípio que circunstâncias de ordem desconhecida possam operar alterando os resultados esperados.

Considere-se que postulamos a existência de uma espécie  $\Phi$  como a espécie que determina a natureza de certos objetos e é condição de sua posse das propriedades dependentes  $F_n$ . Neste caso,  $\Phi$  é julgada como a estrutura com a qual as propriedades  $F_n$  têm uma relação de dependência sob certas circunstâncias<sup>175</sup>. Mesmo admitindo essa relação de dependência entre  $\Phi$  e  $F_n$ , consideramos possível que uma amostra que *não*

---

<sup>173</sup> Constatar isto, claro, não é suficiente para afirmarmos que nossos modos de operar com conceitos de espécies — procurar a explicação para a regularidade da posse de propriedades (concebidas como dependentes) — nos conduzem a encontrar espécies reais.

<sup>174</sup> Se viermos a considerar que amostras da espécie Água possuem a propriedade dependente de ebulir toda vez em que são submetidas à temperatura de 100° C, temos aqui a semente de um teste para o reconhecimento de água. Ele pode ser feito assim: se algo não ferve a 100° C, então não é da espécie Água.

pertence à espécie  $\Phi$  possa vir a exibir propriedades  $F_n$  (indicadoras confiáveis de que algo é uma amostra de  $\Phi$ ) devido à influência de circunstâncias ainda não conhecidas. Além disso, julgamos possível que amostras da espécie  $\Phi$  não manifestem as propriedades  $F_n$  devido à influência de circunstâncias desconhecidas. A presunção de falibilidade dos métodos de reconhecimento segue-se de nossa estimativa de que não possuímos o conhecimento de *todas* as circunstâncias que podem ser relevantes para exercer influência na manifestação das propriedades dependentes das amostras de uma espécie. Com isso, parece ficar claro porque não tratamos estas propriedades como necessárias.

*Não tratamos as propriedades que utilizamos para o reconhecimento da espécie como conseqüências necessárias enquanto tais porque consideramos ser sempre possível que a manifestação ou ausência de uma dada propriedade pode estar ocorrendo devido à ação de circunstâncias que podemos desconhecer.*

Nossa confiança nos testes para determinar se algo é da espécie não advém de que consideremos espécies como equivalentes a coleções de propriedades, mas da estimativa de que espécies condicionam as propriedades dependentes de seus membros de modo regular. Sob circunstâncias determinadas, podemos esperar a manifestação de dadas propriedades de um membro da espécie. Evidentemente, estou atribuindo ao entendimento básico — ao atribuir-lhe a expectativa de uma regularidade de operação da espécie no condicionamento das propriedades dependentes de suas instâncias — a expectativa de que há uma regularidade na natureza.

## 2.9. A Formação de Conceitos de Espécie

Na identificação inicial ou original de uma espécie (como, por exemplo, quando pretendemos identificar uma espécie que desconhecemos), não usamos ainda um conceito *específico* para ela. Se temos a expectativa de que se trata realmente de uma espécie nova, identificá-la-emos mediante um complexo conceitual que tem como matriz um conceito de espécie geral sob o qual a situamos<sup>176</sup>.

<sup>175</sup> Cf. (1.4) acerca de minha explanação do modo como postulamos *relações de dependência* para realizar explicações.

<sup>176</sup> Podemos supor que taxonomias apresentam, cristalizados, os passos que resultam da atividade progressiva de identificar a natureza das coisas. As identificações iniciais são mais gerais e, dessa forma, tomam a posição

A identificação original de uma espécie procede por *generalização* e *singularização*<sup>177</sup>. Identificamos a espécie mediante um complexo conceitual constituído por um conceito matriz que especifica se se trata de uma espécie de objeto ou de matéria e por conceitos que singularizam a espécie por certas qualidades que lhe associamos unicamente “a espécie de animal (espécie geral ou gênero) que é (condiciona as qualidades:) F, G e H (qualidades que lhe estão unicamente associadas)”; ou por apelo ao contexto espaço-temporal “a espécie de animal (espécie geral ou gênero) destes indivíduos (singularização)”.

Uma vez que tenhamos identificado uma espécie, podemos formar um conceito específico para ela, fixando-a como o *telos* daquele conceito. Para essa finalidade, um juízo é necessário. O juízo em questão fixará a espécie identificada mediante o complexo conceitual como o *telos* do conceito de espécie formado. Esse pode ser chamado de juízo de formação de conceito. Não devemos supor que o complexo conceitual usado originalmente para identificar a espécie opera como uma definição do conceito de espécie formado. Ele foi usado unicamente para identificar a espécie. Agora, o conceito de espécie formado será usado para posterior reidentificação daquela. Em outras palavras, o conceito de espécie será usado para rastrear a espécie e, para tentar entender melhor o que ela é. Isso não é diferente de tentar entender a natureza de seus exemplares. Assim, o conceito de espécie formado deve operar como um conceito aberto.

O juízo que determina uma espécie como o *telos* de um conceito formado pode ser manifestado em uma declaração de fixação do referente de um termo de espécie. O complexo conceitual identificador manifestar-se-á por uma descrição definida ou por uma expressão que opera indexicalmente. O novo termo de espécie introduzido na linguagem será dotado de um conceito aberto como *sentido*.

A um termo de espécie é conferido um referente por uma construção lingüística que se refere à espécie. Para tal finalidade, sendo “*E*” um termo de espécie, utilizamos enunciados das formas seguintes: “*E* é o *F* que é *G*” ou “*E* é o *F* instanciado por estas entidades”. Esses enunciados não são verdadeiros ou falsos. Eles são expressões do ato judicativo de conferir referente a um termo com o qual a partir de então poderemos

---

de gêneros. Novas identificações, quando realizadas sob a esfera de aplicação de identificações prévias e mais gerais, tomam os degraus abaixo.

<sup>177</sup> Cf. a seção (1.10) sobre os momentos lógicos da generalização e singularização no processo de identificação.

construir enunciados verdadeiros ou falsos. Para que à expressão “E” seja conferida uma espécie como referente é necessário que a descrição definida ou o termo indexical empregados para tal conferimento refiram à espécie.

### *2.10. Identificações que Pressupõem Identificações*

Adquirir uma linguagem é adquirir um sistema de habilidades. Muitas das habilidades de identificar que um falante adquire dependem das habilidades de identificar de outros falantes (passados e presentes) de sua comunidade lingüística. Suas identificações nesses casos são dependentes das identificações de outros falantes porque somente serão exitosas se essas últimas também forem<sup>178</sup>. Ao adquirir competência na utilização de um termo de espécie, adquirimos uma habilidade de identificar uma espécie uma vez que esta habilidade esteja em uma relação apropriada com as habilidades dos demais falantes de identificar aquela espécie. Assim, as habilidades de identificação do falante atuam em cooperação com as habilidades de identificação de sua comunidade lingüística.

Nas linguagens naturais, há inúmeras relações de referência instituídas entre termos de espécie e espécies. Pressupor a existência de uma relação de referência é pressupor a existência de uma entidade identificada por outros usuários da linguagem. Essa identificação pode ser presumida pelo falante ordinário para realizar sua própria identificação. Nesse caso, o falante pode inicialmente identificar uma espécie como a espécie referida por determinado termo de espécie “E” ou como a espécie que outros falantes identificam ao utilizar “E”. Essa informação em combinação com as estimativas realistas e essencialistas de que há uma espécie referida pelo termo “E” que determina a natureza de certas coisas e com a intenção de identificar a mesma espécie identificada pelos demais participantes da comunidade lingüística oferecem uma base que permite ao falante fazer referência na utilização do termo de espécie.

Vou apresentar agora as estimativas realistas e essencialistas e a intenção de identificar a mesma espécie identificada pela comunidade de usuários da linguagem que acompanham as identificações que pressupõem identificações na forma de condições para um usuário ordinário da linguagem referir com termos de espécie.

---

<sup>178</sup> Cf. a seção anterior acerca de identificação e fixação do referente de um termo de espécie.

### 2.10.1. Utilização de Termos de Espécie que Preservam sua Referência

Com a introdução de um termo de espécie na linguagem, ele pode ser utilizado tanto para referir-se à espécie rastreada pelo conceito que ele expressa quanto para referir-se às amostras que a instanciam. Quando uma determinada espécie é fixada como o referente de um termo de espécie, também é fixada sua extensão, uma vez que a extensão de um termo de espécie (que nada mais é do que a extensão do conceito que expressa) é o conjunto das entidades que instanciam a espécie.

Quando um falante adquire apropriadamente um termo de espécie natural de outros membros de sua comunidade lingüística, estima que o termo é empregado para fazer referência a uma espécie real que determina a natureza de certas coisas e busca, em sua utilização do termo, preservar a referência àquela espécie. A primeira condição é uma condição realista-essencialista e a segunda, uma condição intencional. A suposição de que o termo de espécie refere-se a uma espécie real no emprego da comunidade e a intenção de preservar essa referência em sua própria utilização, leva o falante à consideração de que há utilizações corretas e incorretas de termos de espécie. Sua utilização correta ou literal é para referir-se à espécie a que a comunidade refere-se e aos objetos ou materiais que têm sua natureza por ela determinada.

Para que o falante utilize o termo de espécie natural literalmente, ele não tem de possuir ou presumir que sua comunidade possui alguma teoria que explique a natureza da espécie. Ele deve apenas supor que *há* uma espécie real referida pela comunidade na utilização do termo de espécie e que as entidades que caem na extensão do termo são aquelas cuja natureza é determinada por essa espécie.

Quando o termo de espécie é transmitido para outros usuários da linguagem, a utilização desses será literal somente se for acompanhada da intenção de preservar o referente que a expressão possui na utilização do usuário (ou usuários) que lhes transmitiu o termo<sup>179</sup>. O usuário tem a intenção de preservar o referente do termo de espécie porque tem a intenção de utilizá-lo para continuar a falar da mesma espécie que os demais usuários da comunidade lingüística.

<sup>179</sup> Essa condição intencional é mencionada por Kripke em *NN*, p. 96, tratando da cadeia de transmissão dos nomes.



A condição realista-essencialista e a condição intencional são perfeitamente ilustradas em um bem conhecido experimento conceitual de Putnam. Esse autor pede-nos para imaginarmos a terra gêmea, um planeta idêntico em tudo a nosso planeta, com exceção do fato de que nos lugares em que este possui água, aquele possui um líquido que chamarei de “água-gêmea” com todas as propriedades superficiais da água. Na suposição, a Terra Gêmea é um planeta em nosso universo e, por esta razão, está sujeita às leis naturais de nosso mundo. Enquanto que a estrutura química da água é  $H_2O$ , a estrutura da água-gêmea é composta por um conjunto bem mais complexo de elementos, que Putnam abrevia como XYZ. Na Terra Gêmea, o líquido de estrutura XYZ enche rios e mares, constitui nuvens, ferve a  $100\text{ }^\circ\text{C}$ , congela a  $0\text{ }^\circ\text{C}$  e compõe os corpos dos seres vivos<sup>180</sup>. No experimento de Putnam, para cada ser humano terráqueo, há um ser idêntico em propriedades na Terra Gêmea<sup>181</sup>. Além disso, a linguagem falada na Terra Gêmea é homofônica e homógrafa à nossa linguagem. Assim, a água-gêmea é designada pela palavra “água” pelos terráqueos-gêmeos.

Se uma espaçonave terráquea visitar a Terra Gêmea, os terráqueos lá chegados suporão inicialmente que a água-gêmea é água. Esta suposição será abandonada somente quando tomarem conhecimento de que a estrutura química da água-gêmea é XYZ. Então,

---

<sup>180</sup> Kuhn afirma que o *Gedankexperiment* Terra Gêmea possui problemas internos. Para que o experimento funcione, temos de aceitar duas premissas que, segundo Kuhn, são incompatíveis entre si. A primeira premissa é que a teoria química contemporânea é verdadeira; a segunda premissa é que o líquido da Terra Gêmea, composto por moléculas bem mais complexas do que moléculas de  $H_2O$ , possui as mesmas propriedades superficiais da água. “XYZ” ganha seu significado da mesma teoria química que dota de significado a “ $H_2O$ ”. Para Kuhn, se XYZ possui as mesmas propriedades superficiais que água, a teoria química é falsa: se a teoria química é verdadeira, um corpo que se comporta sob todos aspectos como a água deve ser  $H_2O$ . Se não for  $H_2O$ , temos um problema para a teoria química atual. Em outras palavras, não é possível que a teoria química contemporânea seja verdadeira e o líquido da Terra Gêmea seja XYZ. Suporei, em todo caso, que o experimento Terra-Gêmea não tem problemas internos.

<sup>181</sup> O compartilhamento de propriedades é limitado pelo fato de que corpos humanos terráqueos são complexos de células com água (água forma mais de 60% dos corpos humanos) e os corpos humanos da Terra Gêmea são complexos de células com XYZ. Os corpos dos habitantes da Terra Gêmea não podem ser molecularmente idênticos aos corpos dos terráqueos. Disto decorre que é correto dizer que humanos terráqueos e humanos da Terra Gêmea não são biologicamente idênticos uma vez que os processos metabólicos dos corpos dos primeiros são realizados com água e os processos metabólicos dos corpos dos segundos são realizados com moléculas muito mais complexas.

os terráqueos dirão “Este líquido não é água” porque o líquido chamado de “água” na Terra Gêmea não tem a mesma natureza do líquido que a comunidade lingüística terráquea chama de “água”.

Quando o terráqueo Oscar aponta para um copo de água na Terra e afirma “Este líquido é água”, o que ele diz é verdadeiro. Quando, na Terra Gêmea, Oscar-gêmeo aponta para um copo do líquido que sua comunidade lingüística alcunha como “água” e afirma “Este líquido é água”, ele diz algo verdadeiro igualmente. Como nota corretamente Putnam, Oscar afirmou que o líquido que ele apontou possui a mesma natureza das amostras que *sua* comunidade lingüística chama de “água” e Oscar-gêmeo afirmou que o líquido que ele apontou possui a mesma natureza das amostras que *sua* comunidade lingüística chama de “água”. Por essa mesma razão, se Oscar for conduzido à Terra Gêmea, ao proferir “Este líquido é água”, apontando para uma amostra do líquido dos mares da Terra Gêmea, estará dizendo que o líquido possui a natureza do que a comunidade lingüística terráquea classifica como água. Por conseguinte, dirá algo falso.

Se chegarmos à conclusão de que não há (ou houve) nenhuma espécie designada pelo termo de espécie e, assim, chegarmos à conclusão de que a condição realista-essencialista não é satisfeita, o termo de espécie recebe o destino de termos como “flogisto” e “unicórnio”. Uma outra possibilidade é o reconhecimento de que não há uma espécie única rastreada, mas duas ou mais. Neste caso, o termo de espécie é tratado como equívoco ao menos no discurso científico. Para dirimir-se essa equivocidade, o termo poderá ser substituído ou receber o acompanhamento de novos termos qualificadores. Consideremos o caso do termo de espécie “jade”. A comunidade científica descobriu que usávamos esse termo de espécie para designar duas espécies. Encontramos no verbete “Jade” da *Encyclopaedia Britannica* de 1911 o seguinte:

“*Jade*, um nome aplicado comumente a certas pedras ornamentais ... pertencentes ao menos a duas espécies [*species*] distintas, uma chamada nefrita e a outra, jadeíta. Enquanto o termo jade ainda é utilizado popularmente nesse sentido, é agora usualmente restrito à nefrita pelos minerólogos.”<sup>182</sup>

Antes da descoberta, os cientistas usavam os mesmos métodos de reconhecimento para as duas espécies. Usávamos então o mesmo conceito para rastrear duas espécies diversas

---

<sup>182</sup> W. F. RUDLER, “Jade” in: *Encyclopaedia Britannica*, Volume XV, 1911, p. 122.

supondo tratar-se de uma única. Vou classificar conceitos de espécie que possuam duas ou mais espécies como seus *tele* como conceitos *equivocos*. Nesse caso, direi que o conceito até a ocasião de desmembramento tem uma equivocidade de *tele*. Outra possibilidade é o reconhecimento de que com o termo de espécie designávamos uma espécie que se desmembra em sub-espécies<sup>183</sup>.

Os casos em que a condição intencional não é satisfeita são aqueles em que o falante altera o referente do termo de espécie arbitrariamente. Nesse caso, o falante utiliza o termo para designar outra espécie. Em certas circunstâncias, isso pode dar início a uma nova cadeia de utilizações.

### 2.10.2. *Compartilhamento de Habilidades de Identificação*

Não devemos supor que os métodos de reconhecimento da espécie que estão de posse daquele falante ou falantes que formaram um conceito para rastrear uma espécie natural ou que investigam a natureza da espécie, e assim, sofisticaram nosso conhecimento acerca da espécie também são conhecidos pelos demais usuários da linguagem. Muitos falantes podem não associar a um termo de espécie nenhum método de reconhecimento da espécie rastreada e saberiam acerca dessa somente que ela deve satisfazer a condição de ser a espécie designada pelos demais usuários da comunidade<sup>184</sup>.

Os diferentes falantes de uma comunidade lingüística divergem em alguma medida em seus conhecimentos e crenças sobre uma dada espécie de objeto ou espécie de matéria. Um aspecto relevante dessa diferença é capturada na distinção entre os especialistas que investigam uma espécie e os demais membros da comunidade. Putnam observou este fenômeno e notou que os últimos valem-se em geral de um estereótipo da espécie para identificá-la<sup>185</sup>. O estereótipo pode ser interpretado como um complexo de idéias, em alguns

<sup>183</sup> Um exemplo disso ocorreu quando se descobriu que a espécie Gorila subdivide-se em duas outras — Gorila da Montanha e Gorila da Planície. Os biólogos reconheceram a distinção porque há duas populações que ocupam ambientes distintos e são biologicamente incapazes de cruzamento entre si.

<sup>184</sup> Essa condição é regressiva, mas não circular. Ela não prescreve que aquilo a que o indivíduo refere-se em sua utilização do termo de espécie é aquilo a que *ele* refere-se, mas prescreve, outrossim, que aquilo a que o indivíduo refere-se em sua utilização é aquilo a que *sua comunidade* refere-se. A condição é regressiva porque transfere à comunidade de usuários a tarefa de especificar uma condição que não seja metalingüística.

<sup>185</sup> H. PUTNAM, “The Meaning of ‘Meaning’”.

casos acompanhados de representações visuais esquemáticas, etc., associado a um termo de espécie e amplamente difundido em uma sociedade que permite a um falante comum utilizar aquele termo e reconhecer com relativo grau de precisão uma espécie em contextos ordinários. A posse de um estereótipo é certamente a posse de uma habilidade de identificar. Qual é sua relação com a habilidade de identificar do especialista?

Eu tenho a habilidade de tocar violão, assim como ocorre com o violonista. Também tenho a habilidade de andar de bicicleta, assim como ocorre com um campeão de ciclismo. É correto afirmar que o violonista e o campeão de ciclismo têm as mesmas habilidades que eu, mas mais desenvolvidas? A idéia de que a habilidade identificatória de um especialista é a mesma habilidade de um iniciante, mas mais desenvolvida, é de Wiggins:

“Não seria melhor dizer ... que apreender o estereótipo representa o início de uma capacidade identificatória, uma capacidade que o especialista manifesta de modo mais completo do que o não-especialista? No caso do não-especialista, a capacidade pode ser rudimentar, mas certamente é uma capacidade identificatória. É uma capacidade que poderia *avançar* até o ponto em que se torna a capacidade de um especialista”<sup>186</sup>.

Nessa visão, o estereótipo já é um conceito em um estágio inicial de desenvolvimento. Mesmo que eu e o especialista tenhamos informações diversas sobre água, se temos habilidade de identificar água, temos o mesmo conceito *água*. Nossos procedimentos para identificar são diversos, pois sua habilidade é mais desenvolvida. Ele conhece mais métodos de reconhecimento.

Nessa compreensão de habilidade, habilidades de identificar algo são as mesmas quando são habilidades de identificar a mesma coisa. Dois falantes podem, de acordo com essa proposta, compartilhar um conceito quando ambos possuem uma habilidade para identificar a mesma coisa. Isso não exige que compartilhem das mesmas crenças sobre aquilo que identificam<sup>187</sup>.

---

<sup>186</sup> “Putnam’s Doctrine of Natural Kind Words and Frege’s Doctrines of Sense, Reference, and Extension: Can They Cohere?”, in: A. W. MOORE (Ed.), *Meaning and Reference*, 1993, p. 206.

<sup>187</sup> O que foi dito acima sobre o compartilhamento de conceitos, não significa que eu aceite a tese de que podemos atribuir aos membros leigos da comunidade a definição de uma espécie com que trabalham especialistas. Conceitos não são crenças. Portanto, afirmar que um especialista e um leigo compartilham de

Via de regra, o usuário comum não está de posse dos mesmos métodos de reconhecimento da espécie dos especialistas de sua comunidade, mas utiliza o termo de espécie para falar da mesma espécie e, por conseguinte, com a mesma extensão.

### 2.10.3. *Conceitos de Espécie Natural em Outros Cenários*

Uma condição necessária para considerarmos que alguém partilha de certo conceito de sua comunidade é que ele ponha sua habilidade de identificar na relação apropriada com as habilidades de identificar da sua comunidade lingüística. O usuário comum da linguagem tem a intenção de identificar em sua utilização do termo de espécie aquilo que é identificado pelos demais usuários na utilização do mesmo termo. Assim, o falante põe sua habilidade de identificar em uma relação de cooperação com o sistema de habilidades de identificação da comunidade. Essa tese leva-nos a supor que em certas circunstâncias de alteração radical de seu ambiente e comunidade lingüística, o falante poderia ter seu conceito alterado. Uma dessas circunstâncias seria aquela em que um falante desapereçivelmente é retirado de nosso mundo e inserido no lugar de um falante qualitativamente idêntico a ele que vive em um mundo que replica o nosso mas no qual as coisas são de espécies naturais diferentes das espécies da Terra, ainda que sejam similares em suas propriedades manifestas. Em tal situação, segundo alguns autores, os conceitos de espécies naturais do falante seriam substituídos por conceitos das espécies naturais da Terra-Réplica. Quando o falante, ao chegar à Terra-Réplica, afirmasse: “Isto é água”, ele diria algo falso, porque estaria usando o nosso conceito *água*. Contudo, segundo tais autores, se ele realizasse o mesmo proferimento algum tempo (indeterminado) depois, sua afirmação seria equivalente a “Isto é água-réplica”<sup>188</sup>. O que nos leva a supor que seu repertório inteiro de conceitos de espécies naturais seria alterado juntamente com a

---

um mesmo conceito *não* é atribuir qualquer crença determinada ao leigo, nem, muito menos, atribuir-lhe o conhecimento de uma definição do termo de espécie que apenas poderia ser disponível ao primeiro. Um conceito não é ele próprio uma crença ou conjunto de crenças, mas uma habilidade que permite, entre outras coisas, formar e alterar crenças.

<sup>188</sup> T. BURGE, “Individualism and Self-Knowledge”: “[I]maginemos o caso de lento intercâmbio entre o lar real e situações de lares-gêmeos. Na primeira situação, a pessoa pode pensar “Estou pensando que água é um líquido”. Na última situação, a pessoa pode pensar “Estou pensando que [água-gêmea] é um líquido” (p. 75).

alteração de cenário é a tese de que o falante busca utilizar o termo de espécie com a intenção de falar das mesmas coisas de que fala sua comunidade. Concordo parcialmente com esse argumento no seguinte ponto. A intenção do falante de subordinar sua utilização do termo de espécie à utilização de sua comunidade iria modificar seus conceitos de espécie. No cenário alterado e no seio da nova comunidade lingüística, o falante utilizaria o termo de espécie para falar de uma outra espécie. Como o falante estaria usando sua habilidade conceitual para identificar outra espécie e — dado que a extensão é o conjunto das amostras que instanciam a espécie — a alteração da espécie a que o termo refere-se também acarretaria uma correspondente alteração da extensão. O resultado é que, então, o falante não estaria mais usando o conceito original<sup>189</sup>.

O falante teria seus conceitos alterados após o transporte para o novo cenário, mas não teria os *mesmos* conceitos da nova comunidade. A premissa central para dizer que ele teria os mesmos conceitos da nova comunidade é a atribuição a ele da intenção de preservar a referência dos termos de espécie na utilização da comunidade. Contudo, a intenção de preservar a referência que o termo possui na utilização da sua comunidade não determinaria unicamente uma espécie (e sua extensão), porque haveriam *duas* comunidades lingüísticas relevantes.

Minha hipótese é que nesse caso não teríamos a substituição do estoque de conceitos originais do falante por outro estoque, mas, sim, uma situação em que o falante passaria a ter conceitos equívocos. Seus conceitos de espécies naturais tornar-se-iam equívocos sem que ele notasse. Um conceito é equívoco se o usamos para rastrear *tele* diversos sem que o saibamos<sup>190</sup>. No experimento do transporte para outro cenário, os conceitos de espécies naturais do falante transportado não teriam seu *telos* alterado, mas agora rastrearíamos o *telos* original e o *telos* suplementado pelo novo cenário.

Na Terra-Réplica, o falante continuaria a usar seus conceitos para identificar as espécies que eram identificadas por aqueles falantes que lhe ensinaram a sua linguagem. Seus conceitos de espécie não deixariam de rastrear as espécies que eles foram formados para identificar. Mas agora a maior parte desses conceitos também seria usada para identificar outras espécies. A intenção de situar suas habilidades de identificar em

---

<sup>189</sup> Ruth Millikan propõe que conceitos podem tornar-se equívocos após uma alteração de cenários em *On Clear and Confused Ideas*, 2000, p. 97-8.

<sup>190</sup> Cf. a seção (2.10.1), na discussão do conceito expresso pelo termo de espécie “jade”.

conformidade com sua comunidade não é suficiente para dizermos que ele tem os mesmos conceitos da nova comunidade, porque sua intenção se dirigiria a duas comunidades<sup>191</sup>.

---

<sup>191</sup> Voltemos a atenção para os demais elementos do cenário alterado acerca dos quais o indivíduo tem de falar sem saber que foram alterados. O novo cenário é composto não apenas de outras espécies naturais, mas também de outros *objetos*. A família-réplica com que na Terra-Réplica o indivíduo relaciona-se não é *sua* família, mesmo que ninguém saiba disso. Se ele disser “aquele é meu pai” esta afirmação será falsa. O indivíduo em questão poderia ainda descrever algumas circunstâncias da Terra-réplica com

(1) Meu pai conversou com minha irmã nesta manhã.

Esta afirmação seria falsa mesmo que fosse tomada por todos os seus ouvintes como verdadeira. A afirmação poderia ser utilizada para comunicar uma informação verdadeira. Isso seria possível porque o falante estaria usando seus conceitos originais para identificar e, por conseguinte, referir-se a objetos aos quais não se aplicam. Ora, conceitos podem ser usados com êxito para pensar e referir-se a coisas a que não se aplicam. Há uma dimensão indexical dos conceitos que permite isto, como veremos no capítulo 3. A afirmação (1) não se torna verdadeira pela simples razão de que, por mais que o tempo passe, o pai-réplica não se torna o pai do indivíduo transportado.

# 3

## Pensamento e Referência a Objetos

---

### 3.1. Conceitos de Objetos

Existem conceitos de objetos individuais? Se existem, em que se diferem dos conceitos de universais? Minha resposta à primeira pergunta é afirmativa. A finalidade deste capítulo é responder à segunda pergunta.

Conceitos gerais possuem uma estrutura reconhecida na tradição. Possuem uma *intensão* formada por suas condições de aplicação ou notas e uma *extensão* formada pelo conjunto de entidades que satisfazem as condições de aplicação. É necessário também reconhecer um terceiro aspecto do conceito que é seu *telos* ou *objetivo*, nomeadamente, a entidade da qual ele é conceito. Um conceito é sempre um conceito *de algo*, seja um conceito de homem, um conceito de árvore, um conceito de verdade, um conceito de justiça. A expressão “conceito de *x*” é utilizada para especificar um conceito apresentando seu *telos*. Meu desafio agora é explicar a natureza daqueles conceitos cujo *telos* é um objeto e não um universal. Como devemos caracterizar a intensão e a extensão desse tipo de conceitos?

Presumo que uma explicação satisfatória da formação de conceitos de objetos individuais deve reconhecer que estes são instaurados a partir de *usos de conceitos gerais para pensar em objetos individuais*. O uso de conceitos gerais para a formação de conceitos



individuais pode ser exposto em um traçado amplo da maneira seguinte. Usamos conceitos gerais para identificar entidades particulares. Esses conceitos matrizes responsáveis pelo momento generalizador da identificação são *conceitos de espécie*. A singularização é feita tanto por intermédio de outros conceitos como por intermédio de conceitos demonstrativos em cooperação com contextos de uso<sup>192</sup>. O conceito de espécie *homem*, de exemplo, pode ser exercitado para identificar entidades do contexto em complexos conceituais que cooperam com contextos como *este homem*, *aquele homem* ou pode operar em complexos conceituais autônomos, da forma *o homem que é G*. Quando há razões para pensar que uma entidade particular *x* identificada por intermédio desses dispositivos é reidentificável — ou seja, é uma entidade particular independente capaz de preservar-se no tempo — e temos interesse em sua posterior reidentificação, um novo conceito pode ser formado com a finalidade de reidentificar *x* em ocasiões futuras. Forma-se então um conceito para rastrear um certo objeto, reidentificando-o como o *mesmo* ainda quando ocorra em outros contextos e tenha sofrido alterações em suas qualidades. Esse é o conceito de um objeto individual.

Para que formemos um conceito de objeto individual com a finalidade de rastrear um objeto *x*, nós devemos ter identificado *x* previamente por intermédio de outros conceitos. É a presunção de que deparamos com um objeto — e, assim, com uma entidade particular independente que preserva sua identidade e que, por isso, é capaz de ser reidentificada — que nos conduz à formação do conceito individual. Dessa forma, a avaliação de que temos entidades particulares que preservam suas naturezas em meio às mudanças de qualidades e de posição espaço-temporal faz parte das condições cuja satisfação é pressuposta para o uso dessa ordem de conceitos.

### 3.2. *Intensão e Extensão dos Conceitos de Objetos*

Para formarmos um conceito de objeto individual, já devemos ter avaliado previamente que estamos identificando (i) algo real e irredutível aos nossos procedimentos de identificação, (ii) algo que não é uma constelação de propriedades, mas, sim, portador de propriedades e (iii) algo que possui uma natureza. Dessas avaliações decorrem as seguintes características centrais e irredutíveis entre si de nossos conceitos de objetos:

---

<sup>192</sup> Cf. (1.10.2).

(i) Habilidades conceituais de identificar objetos são *realistas*: o que é rastreado é reconhecido como uma entidade real e irredutível aos nossos métodos de reconhecimento. Isto se deve ao fato de que avaliamos objetos como entidades que têm propriedades em sentido próprio independentemente de nossos pensamentos e crenças. Consideramos que as propriedades de um objeto são independentes do que pensamos sobre ele. Além disso, estimamos que um objeto pode ter propriedades que desconhecemos. Propriedades que ainda não se revelaram podem revelar-se em encontros futuros com o objeto. Desta independência que reconhecemos entre o que um objeto é e o que pensamos que ele é segue-se que podemos estar enganados sobre as propriedades reais de um objeto<sup>193</sup>.

(ii) A segunda característica de nossos conceitos de objetos é que são habilidades de identificar estruturas que são portadoras de propriedades e que são fundamentalmente distintas destas. Conceitos de objeto não são habilidades de identificar constelações de propriedades. Do fato de que estas não sejam habilidades para identificar constelações de propriedades e, sim, objetos não se segue que não possamos, em certas circunstâncias de uso, tomar erroneamente algo que instancia certas propriedades pelo objeto rastreado uma vez que os métodos de identificação associados ao conceito — que são falíveis — valem-se da constatação de propriedades (e de percursos espaço-temporais) para cumprirem sua função.

(iii) A terceira característica de conceitos de objeto é de que são habilidades *essencialistas* de identificar e reidentificar algo que se preserva em meio à alteração de certas propriedades e de posicionamento espaço-temporal.

A *função* de um conceito do objeto  $x$  é identificar e reidentificar  $x$  nas várias circunstâncias espaço-temporais como o mesmo objeto. A habilidade de identificar e reidentificar um objeto ampara-se em métodos de reconhecimento falíveis que rastreiam seu *telos* por intermédio das qualidades deste. Por intermédio das reidentificações, o usuário de um conceito individual é capaz de classificar informações angariadas em ocasiões diversas de reidentificação como informações sobre o mesmo objeto. Uma malha constituída de conceitos de objetos operando conjuntamente permite acumular informações

---

<sup>193</sup> Esta avaliação de objetos como entidades capazes de ter propriedades que desconhecemos é uma das razões para considerar implausível qualquer tentativa de definição de um objeto por enumeração de suas propriedades. Mas, mesmo se fossemos oniscientes e soubéssemos todas as propriedades de um dado objeto, e, assim, pudéssemos elaborar sua descrição completa, é correto dizer que possuiríamos uma definição sua?

sobre objetos e organizar informações sobre o mundo. O resultado é um maior entendimento do mundo.

Em consequência das características apontadas, conceitos de objetos são conceitos *abertos* porque visam identificar e reidentificar estruturas cuja natureza não é explicitada por condições necessárias e suficientes de aplicação<sup>194</sup>. As notas de tais conceitos são métodos de reconhecimento do objeto que rastreiam. À luz de novas informações sobre o objeto tais notas podem ser refinadas ou abandonadas.

Assim como a partir de conceitos gerais (com ou sem a contribuição de contextos) formamos conceitos de espécies, também formamos conceitos de objetos. Conceitos *de espécies* operam para identificar e reidentificar espécies determinadas. Com eles, determinamos se dois objetos pertencem à mesma espécie, se deparamos com uma espécie nova e, mediante as reidentificações acumulamos informações sobre a espécie. Conceitos *de objetos* servem para reidentificarmos objetos, distingui-los de outras coisas e acumular informações sobre aqueles.

Quanto ao uso identificacional e predicativo, conceitos de objetos comportam-se diferentemente de conceitos de modos de ser. Enquanto conceitos de modos de ser podem ser usados apropriadamente para *identificar modos de ser e identificar objetos* que ocorrem na sua extensão, conceitos de objetos são usados apropriadamente apenas para identificar e reidentificar o objeto que é seu *telos*. Isso ocorre porque tais conceitos não têm extensão. Além disso, conceitos de objetos são habilidades unicamente para identificar e reidentificar: *não há uso predicativo* desses conceitos. Um conceito exibe o uso identificador/predicativo unicamente quando rastreia um modo de ser (uma espécie ou uma qualidade): ele pode, então, ser usado tanto para identificar o modo de ser (ou uma entidade que o instancia) como para predicá-lo.

### 3.3. Complexos Conceituais, Referência e Conceitos de Objetos

Os conceitos gerais em seus usos para identificar objetos têm sua expressão apropriada no domínio lingüístico na forma de *termos indexicais*, *termos demonstrativos* (complexos ou simples) e *descrições definidas*. Como as próximas seções revelarão, em

---

<sup>194</sup> Cf. a Parte II do Capítulo 2 sobre a definição de conceitos abertos e conceitos fechados.

todos esses casos temos conceitos gerais apropriadamente combinados a dispositivos singularizadores com a função de identificar um determinado objeto como tema do pensamento e discurso. Os conceitos expressos por tais expressões lingüísticas são complexos conceituais que identificam (autonomamente ou no contexto) objetos, mas não são o que classifico como conceitos de objetos individuais. É apenas com a introdução de nomes que obtemos esse tipo de conceitos.

Indexicais, demonstrativos e descrições definidas (de objetos) expressam complexos conceituais que antecedem e instauram a base para a formação de conceitos de objetos individuais<sup>195</sup>. Como isso ocorre? Como mencionado na seção (3.1), formamos complexos conceituais a partir de conceitos de espécie de objeto que operam como matrizes para identificar objetos determinados. O conceito *homem* pode operar como matriz generalizadora em *este homem* ou em *o homem mais alto do mundo*. Um complexo conceitual tem a função de identificar um objeto determinado. Em nosso comércio com o mundo, tais complexos conceituais são formados constantemente. Em casos em que o objeto identificado possui algum grau de relevância e haja necessidade ou interesse de fazer reidentificações suas, forma-se um conceito para o objeto identificado com a finalidade de rastrear seu percurso espaço-temporal e adquirir novos conhecimentos a seu respeito.

Reidentificar  $x$  não é meramente identificar  $x$ , mas *identificar  $x$  como o mesmo objeto que já identificáramos em circunstâncias anteriores*. Se não tivéssemos a possibilidade de reidentificar objetos, não poderíamos obter novos conhecimentos acerca deles, uma vez que não associáramos entre si as informações adquiridas a cada identificação. Podemos identificar  $\alpha$  em uma circunstância em que exibe as qualidades  $F$  e  $G$  e identificá-lo em outra circunstância manifestando as qualidades  $H$  e  $M$ . É apenas a capacidade de reidentificar  $\alpha$  na segunda ocasião como sendo o objeto com que nos deparamos na primeira ocasião que irá permitir que obtenhamos a informação certamente relevante de que uma mesma entidade  $\alpha$  possui as qualidades  $F$ ,  $G$ ,  $H$  e  $M$ .

Indexicais, demonstrativos e descrições definidas identificam objetos, mas as identificações que provêm carecem da *estrutura aberta* necessária ao rastreamento dos objetos em circunstâncias futuras nas quais eles alterem radicalmente seu posicionamento

<sup>195</sup> Estou tratando aqui unicamente de descrições definidas de objetos. Podemos ter, evidentemente, descrições definidas de entidades de qualquer estatuto ontológico.

espaço-temporal e suas propriedades (não-essenciais). É essa estrutura aberta que um conceito de objeto deve ter para preservar a capacidade de rastrear seu objetivo.

Mesmo que esse procedimento não seja necessário, introduzimos via de regra um nome para sinalizar o uso de um conceito de objeto<sup>196</sup>. Esse procedimento tem vantagens práticas no armazenamento do conceito para futuras ocasiões de uso, bem como de transmissão de informações sobre o objeto para outros indivíduos.

Minha proposta não situa os nomes na base da cadeia referencial. Eles recebem a referência dos complexos conceituais expressos pelos demais termos singulares. Mesmo não sendo o núcleo fundamental da referência, têm o encargo de sinalizar nosso uso de conceitos de objetos. Na medida em que os conceitos que sinalizam pressupõem um determinado nível de articulação de conceitos gerais, nomes indicam sempre um estágio de atividade conceitual mais refinado, no qual contamos com conceitos abertos cuja função é rastrear objetos.

Uma teoria da referência visa explicar como se estabelece a relação de referência entre um termo lingüístico e uma dada entidade. Minha teoria da referência propõe que a liga é conceitual. O termo refere-se à entidade que é o *telos* do conceito que expressa<sup>197</sup>. O conceito identifica o objeto que será fixado como referente do nome. A atenção a esse fato é decisiva contra explicações causais da referência que propõem que, na liga referencial, um nome é ligado convencionalmente pelo falante à entidade que o afeta causalmente. Sem um conceito que identifique o que é fixado como referente, permanece indeterminado qual é o referente do nome pois há candidatos em excesso pelo critério causal. Consideremos um juízo de fixação de referente que tivesse seu conteúdo plenamente exposto pela seguinte declaração: “Este é Kripke”. Agora temos de perguntar-nos se o nome “Kripke” refere-se a este homem, às coordenadas espaço-temporais que ele ocupa, ao complexo de moléculas ali

---

<sup>196</sup> Strawson nota que alguns objetos são relevantes em nosso trato diário e, ainda assim, é bastante raro que lhes introduzamos um nome. Por exemplo, o próprio automóvel ou moradia. Mesmo assim, eles são identificados por registros apropriados. Cf. P. F. STRAWSON, *Subject and Predicate in Logic and Grammar* (1974), 2004, p. 41.

<sup>197</sup> Para termos de espécie há uma referência secundária na medida em que também os utilizamos para fazer referência a entidades que caem na extensão do termo de espécie. Cf. (2.4). Importante é notar que o termo de espécie só pode referir-se secundariamente a um objeto na medida em que este faz parte da extensão do conceito, o que, por sua vez, depende da circunstância de instanciar a espécie que é *telos* do conceito.

presentes, ao tecido epitelial que se encontra no contexto, etc. O falante está envolvido em várias relações causais, mas o que é referido?

### 3.4. *Indexicais e Demonstrativos*

Termos indexicais e termos demonstrativos são expressões lingüísticas às quais estão associados conceitos que em combinação com um contexto determinam entidades. Entendo a noção de contexto como uma situação de utilização da linguagem em um sistema de coordenadas espaço-temporais compartilhadas pelo falante e seus interlocutores. Esse sistema compartilhado pode ser explorado pelos falantes para determinar o que afirmam. Indexicais expressam *conceitos indexicais* que determinam unicamente uma entidade do contexto. Exemplos de indexicais são “eu”, “agora”, “aqui”, “hoje”, “amanhã”. Termos demonstrativos enquanto tais expressam *conceitos demonstrativos* que *não* determinam unicamente uma entidade em seu contexto de uso. Exemplos de demonstrativos são “este”, “aquele”, “isto”. Um conceito demonstrativo necessita ser suplementado por algo além de seu contexto de uso para determinar unicamente uma entidade. Há um debate que busca determinar se o que realiza a suplementação é uma intenção ou um gesto demonstrativo. Defendo a tese de que um conceito demonstrativo exige a suplementação de um conceito não-demonstrativo para ser capaz de operar identificatoriamente. Nisso, sigo os passos de Geach<sup>198</sup>. A utilização de *demonstrativos simples*, como “este” e “aquele”, só pode ser explicada por recurso a *demonstrativos complexos* que são compostos de demonstrativos simples e de um termo que especifica um *conceito de espécie* (ou *gênero*), como “este

---

<sup>198</sup> Essa tese não é explícita em Geach, ainda que o caminho que conduz até ela esteja bem pavimentado. Geach nega que um demonstrativo simples seja um nome (RG, § 22) e que seja o sujeito de uma proposição (§ 32). Para ele, “ ‘Isso é um homem’ não é uma predicação com ‘isso’ como sujeito” (§ 32). “Este é Sam” e “Aquilo é ouro” podem ser substituídos simplesmente por “Sam!” e “Ouro!” (§ 22). Geach observa: “algumas frases assertivas começando com demonstrativos não são proposições, mas simplesmente usos do predicado gramatical como um nome; contudo, esta explicação não aplicar-se-á a todas frases tais ... [E]m uma frase como ‘Se isso é ouro, estou milionário’, ‘isso é’ não poderia ser suprimido sem acarretar contra-senso. A oração ‘esse é ouro’ não pode ser interpretada como um ato simples de nomear, pois apenas uma proposição pode ocorrer significativamente como antecedente de uma oração condicional. Inclino-me a dizer que o pronome demonstrativo deve aqui ser entendido como se fosse um adjetivo demonstrativo conjugado a algum termo geral. E. g., em nosso exemplo, o sentido poderia ser ‘se essa pedra é ouro’” (§ 32).

homem” e “aquele cavalo”. O conceito de espécie que fixa a natureza da entidade identificada é aqui designado como “conceito matriz”.

Começemos com *termos indexicais*. Consideremos esta frase

(A) Eu sou grego.

Uma frase como (A) não é em si mesma verdadeira ou falsa. A presença do termo indexical “eu” introduz uma lacuna no seu conteúdo veritativo: não está especificado o objeto relevante para o seu valor de verdade. Contudo, *está especificado* de antemão que tal objeto deve possuir a propriedade de ser o falante que a emprega no contexto. O indexical “eu” possui uma regra constante regendo a sua utilização que determina um único objeto para cada contexto de emprego. Essa regra ou *significância convencional* de acordo com a qual usamos o termo singular “eu” pode ser especificada com a descrição “aquele que está falando” como notou Frege<sup>199</sup> <sup>200</sup>. Essa regra especifica o *conceito indexical* associado à expressão. Chamo “indexical” a um *conceito* se ele é um modo de pensar em uma entidade na medida em que esta possui uma propriedade *unicamente instanciada no contexto*. A *indexicalidade* é a propriedade de um conceito de determinar unicamente uma entidade quando em cooperação com o contexto. A sua condição é a identificação de algo como o único portador de uma certa propriedade *no contexto*. Conceitos indexicais possuem intrinsecamente a indexicalidade. Além disso, qualquer conceito pode ser objeto de um uso que o faz operar indexicalmente em circunstâncias apropriadas, como veremos mais adiante nesta seção.

Um conceito indexical tem um referente absolutamente determinado dado um contexto. Por essa razão, nem todas as utilizações de “aqui” e “agora” expressam conceitos

---

<sup>199</sup> “Der Gedanke”, 66 [*Collected Papers on Mathematics, Logic, and Philosophy* in: B. McGUINNESS (Ed.), 1984, p. p. 359-60]. Frege pensou que este “sentido de comunicação” é um ingrediente do sentido do termo singular “eu”. Ele, porém, não é o sentido total desta expressão porque Frege pensou que o falante deve ainda ser capaz de associar-lhe o modo de apresentação a partir do qual pensa em si mesmo. Cf. minha discussão dessas questões em (1.12).

<sup>200</sup> Seguindo uma sugestão de Strawson, Dummett cunhou a expressão “significância convencional”, em M. DUMMETT, *The Interpretation of Frege’s Philosophy*, 1982, cap. 5, para designar as regras que associamos a uma expressão linguística para determinar o seu referente.

indexicais na medida em que não se referem de modo absolutamente preciso, respectivamente, a regiões do espaço e do tempo.

O termo indexical “eu” possui um conteúdo bidimensional composto por um *conteúdo cognitivo*, o conceito ou sentido indexical que coopera com o mundo para determinar a outra parte de seu conteúdo, e um *conteúdo referencial*, que é o objeto do contexto relevante para o valor de verdade da asserção.

Voltemos nossa atenção para os termos demonstrativos. Esses são de dois tipos: *demonstrativos simples* como “este”, “esse”, “isto”, “aquilo” e *demonstrativos complexos* que resultam da combinação de um demonstrativo simples com um termo de espécie “*F*” que expressa um conceito de espécie, tendo a forma esquemática “este *F*”, “aquele *F*”.

No caso dos demonstrativos simples, a conjunção da significância convencional que rege a sua utilização — que poderia ser exposta pela descrição “uma entidade do contexto de utilização” — e do contexto *não é suficiente* para determinar unicamente uma entidade como seu referente: existem muitas entidades no contexto que se candidatam a ser o referente. Essa indeterminação é profundamente significativa. Pela mera elocução de “Isto é importante” sem que sejam oferecidas pistas adicionais, nada é demonstrado como o alvo da predicação de que é importante. Por essa razão, quando não há, na situação preliminar à elocução, condições favoráveis à identificação do tema do discurso, o falante faz esta elocução ser acompanhada de gestos que pretendem apontar a entidade de que fala. Todavia, um mero gesto não é suficiente, pois permanece indeterminado *o que* é apontado. Ao fazer o gesto, o falante está apontando para o móvel que está à sua frente, para a madeira de que este é feito, para as moléculas de ar que ficam logo à frente de seu dedo estendido, para a cor do objeto, para o universo?<sup>201</sup>

Uma resposta à pergunta “O que é apontado?” só é apropriada se provê, não um gesto, mas um termo que especifica um conceito que determina unicamente uma entidade, de modo autônomo ou em cooperação com o contexto. Pela mesma razão, é possível que o ouvinte de “Isto é importante” possa em muitos casos perguntar ao falante acerca de quê

---

<sup>201</sup> Um exemplo vívido de um caso algo similar é apresentado por Wittgenstein em *Investigações Filosóficas*, § 33: “Aponte para um pedaço de papel! E agora aponte para a sua forma, — agora para a sua cor — agora para seu número (isto soa estranho!) Ora, como o fez? — Você dirá que a cada vez *tinha em mente* algo diferente ao apontar.” Pode-se imaginar que, em cada ação de apontar, *o gesto é o mesmo, porém entidades diferentes estão sendo apontadas*.



este fala mesmo quando a elocução foi acompanhada de gestos demonstrativos. Gestos são tão indeterminados quanto demonstrativos simples.

Alguns autores propõem que o que determina a entidade acerca da qual se fala é a intenção de referir do falante<sup>202</sup>. Não penso que essa proposta possa rivalizar com aquela que defendo porque *intenções pressupõem conceitos*. Para que tenhamos a intenção de referirmo-nos a *x*, temos de estar pensando em *x* e, desse modo, *temos de possuir um conceito de x*. Sem um conceito daquilo a que se tenciona referir, a intenção de referir-se a algo (se é que se pode chamá-la assim quando não se faz acompanhar de um conceito) não é intenção de referir-se a nada em especial.

Uma frase que tem como termo singular um demonstrativo simples é um exemplo de frase incompleta. A suplementação de um termo que especifique um conceito matriz nesse tipo de frase é necessária para a determinação da entidade sobre a qual se fala. Em qualquer situação de utilização de demonstrativos simples, consideramos que é uma condição necessária para o uso competente do falante que ele esteja pensando em alguma entidade *e*, desse modo, que ele seja capaz de nos apresentar alguma descrição que identifique, de modo absoluto ou relativamente ao contexto, essa entidade. Se um falante competente linguisticamente e livre de qualquer patologia que provoque distúrbios de linguagem não fôr capaz de apresentar um termo que expressa um conceito para identificar o objeto de que está falando, está meramente pronunciando palavras ao léu sem falar de nada. Que lição devemos tirar desse fato? Se alguém usa de modo competente um demonstrativo simples, ele é capaz de apresentar um conceito que determina unicamente o tipo de entidade de que está falando mesmo que este não esteja expresso na frase. O falante de nosso exemplo está dizendo: “Este <sub>[homem, móvel, cavalo, formato...]</sub> é importante”. Esse é o tipo de incompletude das frases com demonstrativos simples. Elas exibem uma lacuna conceitual. Quem emprega assertivamente de modo competente uma frase com tais expressões é capaz de eliminar essa lacuna.

Expliquei a referência de termos demonstrativos simples recorrendo à referência de termos demonstrativos complexos. Na utilização de um termo demonstrativo simples, o

---

<sup>202</sup> Cf. o debate entre K. BACH (“Intentions and Demonstrations”, *Analysis* (52): 1992) e M. REIMER (“Do Demonstrations Have Semantic Significance?”, *Analysis* (51): 1991 e “Demonstratives, Demonstrations, and Demonstrata”, *Philosophical Studies* (63): 1991) sobre se são intenções ou gestos que determinam o referente da utilização de um termo demonstrativo simples.

falante refere-se ao objeto identificado por um complexo conceitual que não está manifesto explicitamente no plano lingüístico, mas que é, em princípio, explicitável pela menção de um termo de espécie que combinado ao demonstrativo simples original dá lugar a um demonstrativo complexo. Cabe agora explicitar a operação referencial dos demonstrativos complexos.

Demonstrativos simples não possuem indexicalidade. O seu funcionamento deve ser entendido em termos do funcionamento de demonstrativos complexos porque estes *podem operar indexicalmente* se o contexto de utilização é apropriado. O contexto de utilização é apropriado quando nele ocorre uma única entidade que instancia a propriedade especificada pelo conceito matriz especificado pelo demonstrativo complexo. Um termo demonstrativo simples deve ser entendido como um fragmento: como parte de um demonstrativo complexo que não está totalmente expresso. Ao invés de pensar que termos demonstrativos funcionam de modo autônomo e de propor que, em demonstrativos complexos, conceitos contribuem para o funcionamento dos demonstrativos, minha proposta é inversa. Um termo demonstrativo simples não é uma expressão com significado autônomo. O conceito demonstrativo que expressa opera apenas em combinação com outros conceitos. Mais do que isso: o conceito que expressa tem a *função de fazer os conceitos com que se combina operarem indexicalmente*. Como resultado da combinação de um conceito demonstrativo e de um conceito de espécie expresso pelo termo “*F*”, o último pode vir a operar como um conceito indexical. Isso ocorre somente na medida em que o conceito matriz possa ser usado para determinar unicamente algo do contexto. Assim, o mero emprego do demonstrativo complexo “esta cadeira” em um contexto com muitas cadeiras não expressa, sem uma nova suplementação conceitual, um conceito indexical. Somente após uma suplementação conceitual que determina uma entidade unicamente teremos um conceito complexo operando indexicalmente.

Minha posição acerca de demonstrativos complexos rivaliza com teorias como a de Larson e Segal que propõem que o termo “*F*” não contribui com nenhum conteúdo conceitual para o conteúdo de uma afirmação da forma “Este *F* é *G*”, aplicando a demonstrativos complexos considerações originalmente aplicadas a descrições definidas

por Donnellan<sup>203</sup>. Eles afirmam que no emprego de “Este *F* é *G*” o falante pode referir-se a um objeto que não é *F* e dele dizer que é *G* dizendo algo verdadeiro se o objeto referido é *G*. Ora, o falante só conseguirá dizer algo verdadeiro se conseguir referir e é isto exatamente o que deve ser demonstrado.

A concepção milliana de que nomes são rótulos lingüísticos cujo conteúdo é meramente o seu referente é a pressuposição que funda o entendimento que Larson e Segal possuem de expressões referenciais em geral<sup>204</sup>. Essa visão faz com que considerem que se “este *F*” é realmente um termo singular, então, deve ser um rótulo sem qualquer outra contribuição para o conteúdo da frase além do objeto referido.

Quero explorar uma certa similaridade entre o caso de um demonstrativo complexo que é utilizado do modo mencionado por Larson e Segal para referir-se a um objeto que ele não identifica e o caso da utilização de um demonstrativo simples. Nos dois casos, a expressão utilizada não identifica o objeto de que se quer falar. O falante está, em ambos os casos, valendo-se de uma frase que necessita de algum tipo de suplementação para poder ser entendida pelo ouvinte. Assim, é sempre legítima e possível uma pergunta de esclarecimento do ouvinte “De que estás falando?”

Consideremos estes dois tipos de frases:

- (1) Este estava aqui ontem.
- (2) Este bibliotecário estava aqui ontem.

A lacuna da frase (1) é preenchida pelo falante, como vimos, mediante gestos ou, se necessário, com a introdução de um termo que especifica um conceito de espécie em combinação com o conceito demonstrativo expresso por “este” de tal modo que se forme um conceito complexo que opere indexicalmente.

Tratemos do emprego assertivo de (2). Em uma situação em que há apenas um bibliotecário no contexto, “este bibliotecário” expressa uma estrutura conceitual que funciona indexicalmente para designá-lo. Em um contexto com vários bibliotecários, há a

---

<sup>203</sup> R. LARSON; G. SEGAL, *Knowledge of Meaning*, 1995, p. 213. O mencionado tratamento oferecido por Donnellan às descrições definidas encontra-se em K. DONNELLAN, “Reference and Definite Descriptions”, *The Philosophical Review* (75).

<sup>204</sup> Cf. (3.6.6) acerca da concepção milliana dos nomes.

necessidade de uma suplementação conceitual. O caso para o qual Larson e Segal chamam a atenção é aquele em que a entidade de que o falante quer falar *não* é um bibliotecário. Em outras palavras, esses autores estão examinando um *utilização não-litera*l do demonstrativo complexo. Eles crêem que, se puderem demonstrar que um demonstrativo complexo em uma utilização não-litera referre-se a uma entidade que não satisfaz o conteúdo conceitual do termo “*F*” empregado, terão demonstrado que este conteúdo conceitual é absolutamente irrelevante na operação identificatória. Eis a pergunta que fazem: “É possível que com o emprego assertivo de (2) o falante refira-se a um objeto que não é bibliotecário e diga algo verdadeiro dele?” Essa é a pergunta errada a fazer porque deixa de fora uma dimensão fundamental: a natureza da entidade da qual se quer falar. Essa dimensão torna-se saliente tão logo tentemos responder à seguinte pergunta: “*Qualquer* termo ‘*F*’ pode ser utilizado para referir-se a *qualquer* entidade do contexto?” A resposta é negativa. Se o falante, ao empregar assertivamente (2), estiver tentando falar de uma aranha que ele vira ontem na biblioteca, conseguirá referir-se a ela? Ele terá êxito em referir-se se estiver tentando falar de um pedaço de vidro ou ao pó que não fôra retirado de cima de uma das mesas? Terá êxito em referir-se ao *número* em que está pensando? A constatação de que nem toda expressão é apropriada para referir-se a uma entidade *mesmo em um uso não-litera*l revela que o conceito expresso pelo termo usado é *essencial* no ato de referir.

Como o demonstrativo complexo “este bibliotecário” pode operar indexicalmente para referir-se a um indivíduo do contexto quando este não é bibliotecário? A resposta é que o conceito expresso, mesmo sendo inadequado, pode operar indexicalmente para identificar uma entidade *porque algumas de suas notas constituintes operam indexicalmente para identificar a entidade naquele contexto*. Estou dizendo que, no uso *identificador* do conceito *bibliotecário*, uma parte indeterminada de suas notas é exercitada na tarefa de identificar o objeto de que se fala. Certamente, o conceito *bibliotecário* carrega, entre as suas notas, a nota *ser humano*, o que assegura a possibilidade de referir-se a um ser humano mesmo quando as demais notas daquele conceito não são satisfeitas. Esse conceito, como ocorre com muitos outros conceitos que como ele são usados identificatoriamente, está tendo um uso *mínimo* ao invés de *pleno*. Assim, o falante expressa um conceito acerca do qual ele pode pôr-se de acordo com o ouvinte.

Ainda que a capacidade de utilizar-se de palavras e das pistas do contexto para chamar a atenção do ouvinte para uma entidade seja bastante resistente a uma sistematização, creio que deve satisfazer uma condição: o falante deve deixar claro para a audiência qual é a espécie da entidade que eles devem procurar no contexto. Uma palavra que designa alguma espécie de objetos materiais pode ser usada para chamar a atenção para objetos materiais de outra espécie, mas não para entidades abstratas como números ou leis da física.

Da verdade da asserção de uma frase da forma “Este  $F$  é  $G$ ” segue-se a verdade de “Algum  $F$  é  $G$ ” e de “Existe algum  $F$ ”. Se essa afirmação está correta, temos duas alternativas: (1) considerar falsa a tese de Larson e Segal de que uma asserção de “Este  $F$  é  $G$ ” pode ser verdadeira se o objeto referido não for  $F$ ; (2) considerar que a tese é verdadeira mas representa casos especiais de utilização não-literal em que a asserção não se presta aos jogos que geralmente jogamos com asserções verdadeiras, como torná-las elos de cadeias inferenciais. Eu adoto a alternativa (2). A ocorrência de um termo “ $F$ ” em uma frase da forma “Este  $F$  é  $G$ ” não é literal quando não permite que se derive da verdade desta a verdade de “Algum  $F$  é  $G$ ” e “Existe algum  $F$ ”. Essa ocorrência lembra o tipo de ocorrência mal-comportada de uma expressão que impede a preservação do valor de verdade ao longo de uma cadeia inferencial. O procedimento usual é o banimento da expressão ou a sua diferenciação visando mostrar que não é a *mesma* expressão que ocorre literalmente nos momentos inferenciais anteriores. Que sentido faz dizer que “Este  $F$  é  $G$ ” é verdadeiro e sustentar imediatamente que “Existe algum  $F$ ” é falsa? Certamente, o termo “ $F$ ” está sendo empregado de modo diverso nos dois casos. Do mesmo modo, em “o  $F$  não é o  $F$ ”. Sob pena de inconsistência, o falante deve estar usando “ $F$ ” em sentidos diversos em cada uma de suas duas ocorrências nessa frase.

Minha proposta é que o conceito expresso por “ $F$ ” ao ser usado de modo não-literal opera parcialmente — isto é, apenas algumas notas conceituais suas operam — no contexto de utilização. Se uma asserção da forma “o  $F$  é  $G$ ” é verdadeira, então também é verdadeiro que existe *algo parcialmente vislumbrado como  $F$  que é  $G$* .

As considerações acima mostram-nos que, tanto no caso de demonstrativos simples quanto no de demonstrativos complexos, há uma contribuição conceitual essencial para a

determinação do objeto referido. Isto permite o reconhecimento da bidimensionalidade do conteúdo também para estes termos singulares.

### 3.5. *Descrições definidas*

Minha tese é que descrições definidas em utilização literal referem. Uma descrição definida — uma expressão do tipo “o *F* que é *G*” — possui como conteúdo semântico, um *conteúdo cognitivo* composto pelo conceito de unicidade expresso pelo artigo definido e pelo conceito expresso pelo termo geral e um *conteúdo referencial*, que é a entidade identificada pelo conteúdo cognitivo. No emprego literal de uma descrição definida, exercitamos os conceitos que ela expressa como seu conteúdo cognitivo para referirmo-nos à entidade que os satisfaz<sup>205</sup>.

Uma descrição definida exhibe linguisticamente a forma de um complexo conceitual constituído para determinar unicamente *de modo autónomo* uma entidade. Uma expressão lingüística da forma “o *F* que é *G*”, exhibe a combinação do conceito de unicidade sinalizado pelo artigo definido com um conceito matriz sinalizado por um termo conceitual que deve explicitar a natureza da entidade a ser identificada e um termo conceitual que deve singularizar qual das entidades daquela natureza está sendo identificada. Para apresentar a natureza da entidade, devemos possuir um conceito de espécie. Substantivos são as expressões que introduzem tais conceitos. Podemos obter assim uma descrição definida como “o homem”. Como descrições definidas são expressões construídas para determinar unicamente, é necessária a complementação do conceito matriz com um conceito que apresenta alguma propriedade adicional unicamente instanciada pela entidade. De exemplo, “o homem (conceito matriz) que expulsou os ingleses de Quebec (composto conceitual qualificador)”. Por intermédio dessa combinação, o complexo conceitual instaurado é capaz de determinar unicamente uma entidade. Esse é o conteúdo cognitivo literal da descrição definida.

Uma descrição definida, em virtude de seu conteúdo cognitivo literal (conteúdo conceitual fixado pelas convenções da linguagem como conteúdo semântico) e do mundo, possui um referente: a sua denotação<sup>206</sup>. O que é a denotação de uma descrição? Justamente

<sup>205</sup> A utilização literal das expressões lingüísticas é sua utilização em conformidade com seu conteúdo semântico.

<sup>206</sup> Evidentemente, estou atendo-me aos casos em que há algo descrito pela descrição definida.

aquilo que é por ela descrito. Kripke chama esta entidade de “referente semântico” ou “referente da descrição”:

“Vou usar o termo ‘referente da descrição’ para significar o objeto que satisfaz unicamente as condições da descrição definida. Este é o sentido em que foi usado na tradição lógica.”<sup>207</sup>

É da entidade referida — é daquilo sobre o que se está falando — que (em combinação com o que se está predicando) depende o valor de verdade do que dizemos. A referência é a relação entre uma expressão lingüística e a entidade relevante para o valor de verdade da frase em que aquela ocorre. Por conseguinte, uma descrição definida refere à entidade que é relevante para o valor de verdade das frases em que ocorre. Quando a descrição definida é utilizada literalmente, a entidade relevante para o valor de verdade da frase é a entidade que a satisfaz — sua denotação. Utilizações não-literais da descrição definida são utilizações para referir a entidades que não são sua denotação.

Uma descrição definida de um objeto refere-se a esse objeto; uma descrição definida de uma propriedade refere-se a essa propriedade<sup>208</sup>. Para simplificar a discussão, tratarei somente de descrições definidas de objetos.

Uma descrição definida possui um conteúdo semântico bidimensional: (i) o seu conteúdo conceitual e (ii) a entidade (se houver) que o satisfaz. Ela expressa seu conteúdo conceitual e refere-se ao seu referente semântico. Essa é a visão da descrição definida adotada por Frege e Strawson, por exemplo<sup>209</sup>. Há duas formas de rejeição dessa visão: a primeira forma é a rejeição de que descrições definidas referem. Russell é a sua fonte<sup>210</sup>. Pareceria, de acordo com tal rejeição, que o único conteúdo que as descrições definidas possuem é o seu conteúdo conceitual. A outra rejeição da visão fregeana, originada do

---

<sup>207</sup> *NN*, p. 25-6.

<sup>208</sup> A descrição definida de um conceito refere-se a este conceito, igualmente.

<sup>209</sup> “On Referring” é uma obra que deixa claro que o uso típico de descrições definidas é o uso para fazer referência a algo. A posição de Strawson, contudo, deve ser qualificada. Ainda que ele admita que descrições definidas possuem um conteúdo determinado, tal conteúdo é estabelecido pelo uso do falante. Em uma dada utilização, o falante vale-se do conteúdo conceitual da descrição definida para referir.

<sup>210</sup> As posições de Russell acerca de descrições definidas podem ser encontradas em “On Denoting” (1905) e “The Philosophy of Logical Atomism” (1918) in: *Logic and Knowledge*, 1956; “Descriptions” in A. W. MOORE (Ed.), *Meaning and Reference*, 1993.

trabalho de Donnellan, consiste em admitir que descrições definidas são utilizadas para referir, mas negar que seu conteúdo conceitual desempenhe algum papel no estabelecimento de sua referência. Donnellan pensa incorretamente que, quando a descrição definida é utilizada para referir, não há nenhum papel desempenhado pelo conteúdo conceitual da descrição definida na identificação da entidade referida. Pareceria assim, de acordo com a segunda forma de rejeição da visão fregeana, que nas utilizações para referir as descrições definidas possuem apenas um referente enquanto que seu conteúdo conceitual é anulado.

Tanto a tese de que descrições definidas não referem quanto a tese de que descrições definidas não identificam por intermédio de seu conteúdo conceitual são frutos de uma cegueira profunda. Por um lado, ignora-se a função referencial da descrição; por outro, perde-se de vista a função identificadora dos conceitos que ela expressa. Essas duas funções não são funções que se cumprem isoladamente de tal maneira que apenas uma delas possa estar a cada vez presente. São, ao contrário, funções essencialmente ligadas. É essa a tese que está contida na afirmação de que o emprego de uma descrição definida manifesta um uso identificador dos conceitos. Os conceitos em uso identificador são os conceitos expressos pela descrição. Seu exercício é um exercício que se dirige para uma entidade, o referente da descrição.

Esta seção tem como objetivo geral mostrar que, tal como ocorre com todos os demais tipos de termos singulares, descrições definidas possuem um conteúdo bidimensional: expressam conceitos e possuem um referente (se as condições são apropriadas). Toda utilização de descrições definidas é uma utilização para referir. Ao mesmo tempo, em toda utilização de descrições definidas, o seu conteúdo conceitual desempenha um papel essencial na determinação de seu referente. Em outras palavras, não há casos em que a descrição definida possui unicamente conteúdo conceitual e não tem a função de referir, nem casos em que a descrição é tão-somente um dispositivo referencial sem que seu conteúdo conceitual tenha a função de identificar.

Antes de prosseguir, é conveniente este esclarecimento preliminar: meu objetivo central é defender a tese de que o conteúdo de uma descrição definida é bidimensional. Alguém pode, contudo, negar que descrições definidas referem *e ainda assim* não aceitar o tratamento quantificacional da Teoria das Descrições de Russell. Ele pode propor que



descrições definidas não referem e seu conteúdo resume-se ao conceito que introduzem, como nota com lucidez Bach<sup>211</sup>.

Minha estratégia é a seguinte: o *primeiro passo* da estratégia é mostrar que não é plausível supor-se que uma descrição definida não possui um referente semântico. Esse é o objeto da seção (3.5.1). Defendo, nesta seção, a tese de que uma descrição definida refere-se à sua denotação e que no emprego literal de uma frase com tal expressão, falamos de sua denotação. Mostro que a negação dessa tese pela Teoria das Descrições não preserva a conexão entre referência e verdade (3.5.1.1) e é incapaz de representar nosso entendimento básico daquilo que é o tema de nosso discurso e do que estamos dizendo no uso literal dessas frases (3.5.1.2). Meu ponto, basicamente, é que na utilização literal da descrição definida de um objeto, falamos do objeto que possui uma dada propriedade. Assim, no emprego assertivo literal de

(1) O escritor de *Waverley* é britânico.

estou falando do objeto que é a denotação de “o escritor de *Waverley*”. Dessa forma, estou falando *do objeto* que possui a propriedade de *ser escritor de Waverley* e dele predicando a propriedade de *ser britânico*. Não estou falando da propriedade de *ser escritor de Waverley*, mas do objeto (caso exista) que a possui.

O *segundo passo* da estratégia é mostrar, na seção (3.5.2), que não há qualquer utilização da descrição definida em que o conteúdo conceitual expresso pela descrição definida não desempenha um papel essencial. Mesmo em utilizações não-literais da descrição para referir-se a algo que não é sua denotação, o conteúdo conceitual realiza a função crucial de *identificar* a entidade acerca da qual se afirma algo.

É relativamente incontroverso que há utilizações das descrições definidas para *referir-se* a entidades que não são sua denotação. O que não é incontroverso é o papel dos conceitos expressos pela descrição nesses casos.

Em uma frase da forma “O  $F$  é  $G$ ”, o conceito  $\phi$  expresso por “ $F$ ” é usado para *identificar* a entidade que possui a propriedade  $\Phi$  determinada por  $\phi$ . O conceito  $\psi$  expresso por  $G$  é usado para *predicar* uma propriedade  $\Psi$  daquela entidade. Os conceitos exercitados

---

<sup>211</sup> Cf. K. BACH, *Thought and Reference*, p. 133.

no emprego assertivo literal da frase não cumprem o mesmo papel: os conceitos expressos por “o *F*” são usados para identificar; o conceito (ou conceitos) expresso por “é *G*” são usados para predicar.

A Teoria das Descrições de Russell desrespeita duas intuições fundamentais: (i) quando utilizamos descrições definidas, referimo-nos ao seu referente semântico e (ii) a função do conceito na descrição definida é identificar ao invés de predicar. De um lado, contra (i), a Teoria das Descrições propõe que descrições definidas não referem e nas utilizações literais de frases com estas expressões, falamos de propriedades. Contra (ii), a Teoria das Descrições assimila o uso identificador dos conceitos ao seu uso predicativo<sup>212</sup>.

Quero esclarecer que toda vez em que emprego a expressão “referente da descrição definida” sem qualificações adicionais, estou falando de seu referente semântico, aquele a que o falante visa referir-se em um emprego literal da descrição. Além disso, a não ser nos casos em que deixar explícito, as utilizações de descrições definidas que discutirei serão todas utilizações literais.

---

<sup>212</sup> Cf. Strawson: “na análise das descrições singulares dada na Teoria das Descrições, a função identificatória dos termos singulares é suprimida inteiramente. Seu lugar é ocupado por uma afirmação explícita de que existe apenas uma coisa com uma certa propriedade. Mas dizer isso é fazer algo muito diferente de identificar aquela coisa” (“Singular Terms and Predication” in: *LLP*, p. 63-4).

### 3.5.1. Em Utilização Literal da Descrição Definida refere-se à sua Denotação

Há duas coisas a serem ditas em favor da tese de que descrições definidas referem-se às suas denotações em utilizações literais. Essa tese preserva (i) a conexão entre referência e verdade e (ii) nosso entendimento básico do tema de nosso discurso.

Ao referirmo-nos mediante a utilização de uma expressão (que ocorre concomitantemente com o emprego da frase de que é parte) a uma entidade, tornamo-la o tema de nosso discurso. O que predicamos é verdadeiro ou falso de acordo com a entidade referida porque é dela que falamos. É aquilo a que nos referimos o que é relevante para o valor de verdade do que é dito. Essa conexão essencial entre aquilo a que nos referimos no emprego de uma expressão e o valor de verdade daquilo que dizemos deve ser preservada em nosso tratamento da referência das descrições definidas<sup>213</sup>.

Na utilização literal da descrição definida é sua denotação a entidade relevante para o valor de verdade do que é dito na utilização da frase. Não há, por conseguinte, nenhuma outra alternativa capaz de preservar a conexão entre referência e verdade senão a admissão de que nos referimos à denotação da descrição definida em seu emprego literal, como veremos em (3.5.1.1). A constatação de que fazemos referência à denotação da descrição em seu emprego literal é, além disso, a única tese que respeita nosso entendimento do que é dito no uso literal de frases com descrições definidas. O conteúdo semântico de uma frase é aquilo que ela diz. Um indivíduo que entende “O homem mais alto do mundo é feliz” entende que esta frase diz que um objeto determinado (a denotação da descrição) possui certa propriedade. Ela apresenta a circunstância de que o objeto que é o homem mais alto do mundo tem a propriedade de *ser feliz*. Esse será o objeto de nossa discussão em (3.5.1.2).

A Teoria das Descrições de Russell propõe que se podemos oferecer uma paráfrase da frase com uma ocorrência de descrição definida e esta paráfrase não fala da denotação da descrição definida da frase original, teremos mostrado (a) que a frase originalmente

---

<sup>213</sup> O teste para sabermos se nos referimos à entidade A ou à entidade B quando proferimos uma frase com um designador D é perguntar se dissemos algo verdadeiro ou falso. Se o valor de verdade que atribuímos ao proferimento for compatível somente com a referência efetuada a uma dessas entidades, ela é o referente de D.

utilizada não fala acerca da denotação da descrição definida e, por conseguinte, que (b) a descrição definida não se refere àquela denotação.

A Teoria das Descrições sustenta que frases com descrições definidas não falam acerca da denotação destas, mas acerca de propriedades (ou universais ou funções proposicionais). Na análise russelliana, (1) deve ser parafraseada como:

Existe algo que é escritor de *Waverley*.

Não existe mais de uma coisa que é escritor de *Waverley*.

Se algo é escritor de *Waverley*, então é britânico.

Para Russell, o que faz esta frase ser verdadeira não é a circunstância de um objeto possuir uma propriedade, mas a circunstância da propriedade de *ser escritor de Waverley* possuir a propriedade da existência e unicidade (ser verdadeira para um caso e somente para um caso) e ser co-instanciada com a propriedade de *ser britânico*. Esta paráfrase mostra, segundo Russell, que a descrição definida da frase sob análise não refere.

A paráfrase possui uma relação simétrica com a frase original. Se  $S_1$  parafraseia  $S_2$ , o mesmo vale em sentido oposto. Ambas devem dizer o mesmo. Porém, não dizem o mesmo. Um de meus objetivos é mostrar que a paráfrase russelliana perde algo essencial: a compreensão daquilo de que estamos falando que é típica de nosso entendimento básico do mundo.

### 3.5.1.1. A Conexão entre Referência e Verdade

Imaginemos um caso em que pretendemos falar de um objeto, mas não sabemos seu nome e nem mesmo a possibilidade de usar demonstrativos ou indexicais para referirmo-nos a ele porque não está acessível contextualmente. O único recurso que possuímos para referirmo-nos a esse objeto é uma descrição definida. A descrição definida é “o menor espião do mundo”. Pois bem, se profiro “O menor espião do mundo é leitor aficionado das tiras de Jules Feiffer”, a verdade deste enunciado depende de que um objeto, o homem que é a denotação de “o menor espião do mundo”, seja aficionado de Feiffer.

O valor de verdade de “O homem mais alto do mundo é graduado em Física” é algo que depende de que o homem mais alto do mundo possua a propriedade de *ser graduado em Física*. Assim, há uma relação determinada entre “o homem mais alto do mundo” e o homem mais alto do mundo: é das propriedades do homem mais alto do mundo que depende o valor de verdade de uma frase que possui “o homem mais alto do mundo” como sujeito. Essa relação entre a expressão e o objeto que a satisfaz é a referência.

Ao empregar assertivamente de modo literal “O homem mais alto do mundo é graduado em Física”, estou falando da denotação da descrição definida. É essa denotação — o homem mais alto do mundo — que é relevante para o valor de verdade da frase. Que outra coisa que não ele pode ser relevante para o valor de verdade da frase? O próprio Russell reconhece isso em “Knowledge by Acquaintance and Knowledge by Description”:

“na qualidade de homens práticos, interessamo-nos mais na denotação do que na descrição, uma vez que a denotação decide a verdade e a falsidade dos enunciados em que a descrição ocorre”<sup>214</sup>.

A proposta de que falamos de propriedades no emprego literal de uma frase que possui uma ocorrência de descrição definida de objeto como sujeito quebra a conexão entre verdade e referência. Uma proposição fala sobre aquilo de que depende sua verdade.

### 3.5.1.2. *Entendimento Básico*

Meu segundo argumento contra a tese de que descrições definidas não referem e de que frases com estas expressões não falam de suas denotações é que esta tese afronta nossa compreensão do que está sendo dito. A Teoria das Descrições interpreta um discurso que é intuitivamente acerca de objetos como um discurso acerca de propriedades. Ao afirmarmos (1), não estamos falando da propriedade de *ser escritor de Waverley*, mas do objeto que a possui. É ele que tem de ser britânico para que a frase seja verdadeira. É a circunstância de um objeto com uma certa propriedade possuir uma outra propriedade que é exigida e não a circunstância de haver a co-instanciação de um complexo de propriedades.

---

<sup>214</sup> B. RUSSELL, “Knowledge by Acquaintance and Knowledge about Description” in: *Mysticism and Logic*, p. 230.

Alguém poderia objetar que há uma “equivalência” entre as duas circunstâncias: a circunstância de um objeto possuir duas propriedades e a circunstância de uma propriedade instanciada unicamente ser co-instanciada com outra propriedade (por brevidade: um certo complexo de propriedades ser instanciado). De fato, quando uma dessas circunstâncias ocorre, a outra igualmente ocorre. Entretanto, a equivalência não é completa porque perde-se exatamente a compreensão que o entendimento comum possui da relação entre essas circunstâncias. Do ponto de vista desse entendimento, há uma assimetria entre elas. Não é a circunstância de duas propriedades serem co-instanciadas que explica a circunstância de julgarmos que há um objeto que as instancia. Pelo contrário, é a circunstância de um objeto instanciar as duas propriedades que explica a ocorrência de uma co-instanciação de propriedades. A primeira circunstância é uma característica fundamental do mundo de acordo com nosso entendimento básico. A segunda circunstância é compreendida como uma circunstância dependente da primeira.

Ao apresentar o nosso discurso sobre objetos mediante descrições definidas como um discurso que versa realmente sobre complexos de propriedades co-instanciadas no reino do ser, a Teoria das Descrições está em plena conformidade com uma metafísica que concebe objetos como coleções de propriedades. De fato, a teoria russelliana orientou-se após a introdução da Teoria das Descrições para uma metafísica em que objetos ordinários são entendidos como complexos de propriedades<sup>215</sup>.

A tese de que frases com descrições definidas de objetos falam de propriedades nos conduz a outra conseqüência indesejável, nomeadamente, que frases com descrições definidas diversas são sobre propriedades diversas e, dessa forma, sobre entidades diversas. Perde-se, assim, de vista o fato de que frases com descrições definidas diversas podem falar da mesma coisa, o que ocorre, de acordo com o entendimento comum, sempre que duas descrições definidas descrevem o mesmo objeto.

---

<sup>215</sup> Talvez se pudesse demonstrar — o que não tentarei aqui — que a Teoria das Descrições faz apelo velado à noção de objeto. Em “O F é G”, afirma-se que a propriedade F é unicamente instanciada e aquela entidade (representada pela variável) que a instancia também instancia G. A noção de variável, uma noção que Russell trata como “fundamental”, é a noção de um objeto indeterminado. A única saída possível para não fazer menção a um objeto, evitando a afirmação de que é o mesmo objeto que é F e G — ou seja, evitar falar em um objeto — é dizer: as propriedades F e G são co-instanciadas. Esta frase diz tudo o que a frase original diz? Deve ser que notado que o que é afirmado na frase original não é meramente que a propriedade F e a propriedade G são instanciadas, mas, além disso, que são instanciadas pela mesma entidade.

De acordo com a análise russelliana, as frases

- (1) O escritor de *Waverley* é britânico.
- (2) O escritor de *Ivanhoe* é britânico.

são frases sobre diferentes elementos do mundo — sobre diferentes propriedades (universais ou funções proposicionais). Enquanto a frase (1) diz que a propriedade de *ser escritor de Waverley* é unicamente instanciada por um objeto que também instancia a propriedade de *ser britânico*, (2) diz que a propriedade de *ser escritor de Ivanhoe* é unicamente instanciada por algo que também instancia a propriedade de *ser britânico*. Ao abdicar de entender a denotação de uma descrição definida como parte de seu conteúdo semântico, a Teoria das Descrições torna-se incapaz de assegurar que descrições definidas diversas sejam descrições da mesma entidade. Temos de reconhecer que descrições definidas possuem duas dimensões do conteúdo: elas expressam conceitos (conteúdo cognitivo) e possuem uma denotação (conteúdo referencial). Assim, descrições definidas diversas podem divergir em uma dimensão do conteúdo, nos conceitos que expressam, e convergir em outra dimensão, no objeto que identificam<sup>216</sup>.

---

<sup>216</sup> Para um estudo detido das razões que levam Russell a evitar a bidimensionalidade semântica, cf. meu estudo em B. HAX Jr., *Nomes e Diferença Cognitiva: uma abordagem fregeana*, Porto Alegre, 2000 (Mestrado em Filosofia) – IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, cap. 2. Ao permanecer com um conteúdo semântico unidimensional e exigir que este seja capaz de atender às exigências epistêmicas do princípio (E) e do princípio de Familiaridade, Russell é levado a buscar representar as mesmas entidades semânticas como as entidades responsáveis pelas diferenças cognitivas entre proposições e pelo seu valor de verdade. No capítulo 1 do mesmo trabalho, mostro como uma teoria semântica fregeana com a introdução de uma bidimensionalidade no conteúdo semântico é capaz de explicar preservando nossas intuições tanto a diferença cognitiva como o valor de verdade de frases que falam acerca das mesmas entidades. Como Russell não aceita dois domínios do conteúdo semântico, mas um único, é neste que deve ser resolvida qualquer diferença de informação veiculada entre frases. Frege compreendeu que dois termos podem referir a um mesmo objeto e ainda contribuir diversamente ao conteúdo do enunciado.

### 3.5.2. *Quando o Referente da Descrição Definida não é seu Referente Semântico*

Como nos demais casos de referência com termos singulares, descrições definidas são dispositivos de conteúdo bidimensional que expressam um conteúdo conceitual (conteúdo cognitivo) que visa determinar unicamente algo (conteúdo referencial). Sucintamente, o emprego de uma descrição definida é a manifestação lingüística de um uso referencial de conceitos. E isso representa corretamente qualquer utilização de descrições definidas — seja literal ou não.

Ainda que eu distinga utilização literal — utilização de acordo com o conteúdo semântico da expressão — de utilização não-literal, esta distinção não diz respeito ao coração daquilo que pretendo estabelecer, nomeadamente, que o papel dos conceitos expressos pela descrição é essencial para o ato de referir. São esses conceitos que apresentam a natureza da entidade referida e, por conseguinte, do que deve ser procurado no contexto pelo ouvinte.

Uma descrição definida exhibe a forma de um complexo conceitual que visa determinar sua denotação de modo autônomo<sup>217</sup>. A descrição expressa literalmente o conceito de unicidade sinalizado pelo artigo definido e um conceito matriz sinalizado por um termo conceitual capaz de indicar a natureza da entidade a ser referida. Esse conceito matriz deve estabelecer *o que* está sendo referido. Finalmente, um ou mais conceitos adicionais podem vir a constituir o complexo conceitual para singularizar a entidade referida.

Todas as utilizações de descrições definidas — sejam literais ou não-literais — são utilizações para referir. Em utilizações literais da descrição, referimo-nos ao seu referente semântico; em utilizações não-literais, a entidade referida não é o seu referente semântico.

Utilizações literais da descrição definida são utilizações para nos referirmos à sua denotação — o objeto que satisfaz unicamente o conteúdo conceitual pleno da descrição. Uma utilização é não-literal porque é uma utilização da descrição para determinar o que

---

<sup>217</sup> Estou tratando, a exemplo de muitos outros autores, como descrições definidas unicamente descrições que possuem conteúdo descritivo *completo* sendo capazes de fazer referência sem apelo a elementos do contexto. Expressões como “o *presente* rei da França”, “o dono *deste* carro”, “o livro que estou apontando”, não são descrições *definidas* porque só podem ser definidas após a suplementação de um contexto. Elas são descrições indexicais. A explicação do funcionamento dessas expressões é objeto da seção (2.2).



não é a sua denotação. Como é possível uma tal utilização? Minha resposta é que a condição dessa utilização é que ela ocorra *em combinação com o contexto* para referirmo-nos a alguma entidade do contexto que não é sua denotação.

Conceitos determinam unicamente entidades de modo autônomo ou mediante apelo a elementos do contexto. Conceitos que determinam algo unicamente mediante apelo a características do contexto são conceitos indexicais. Os conceitos complexos expressos por descrições definidas são constituídos com vistas a ser conceitos autônomos. A utilização literal de uma descrição definida é o uso dos conceitos que esta expressa para fazer referência ao objeto por ela determinado autonomamente. A utilização não-literal dirige tais conceitos para delimitar alguma entidade do contexto. Os conceitos passam então a operar como indexicais ou como indexicais imperfeitos.

O fenômeno da indexicalidade põe em evidência duas fontes centrais a que falante e ouvinte apelam para determinar o referente de um termo singular: conceitos e contexto. Usualmente, quando identificações conceituais autônomas não são necessárias, o falante serve-se de todo tipo de expressões que operam para determinar contextualmente (indexicais, demonstrativos complexos e descrições definidas que operam indexicalmente)<sup>218</sup>. Para introduzir uma referência a entidades ausentes ao contexto — discursivo ou ambiental — e das quais não possuímos sequer seus nomes é *necessária* a utilização de complexos conceituais que as determinam unicamente de modo autônomo. Então, para falar dessas entidades, valemo-nos de descrições definidas que as denotam. Nessas situações, é inaceitável utilizar a descrição definida para falar acerca do que não é sua denotação sob pena de deixar o interlocutor em um estado de ignorância acerca do que se fala. Contudo, tão logo as coisas das quais queremos falar estejam disponíveis contextualmente, damos preferência a dispositivos que dirijam imediatamente a elas a atenção de nossos interlocutores. Poder-se-ia formular isso como uma hipótese testável empiricamente: para referirem-se a entidades disponíveis contextualmente, os falantes valem-se via de regra de conceitos que operam indexicalmente e evitam sempre que possível o uso de complexos conceituais autônomos.

Há duas razões para que os falantes procedam como foi mencionado acima. A primeira razão é que, ao explorar pistas do contexto, o falante não necessita apresentar

---

<sup>218</sup> Como veremos na seção (2.4), nomes também podem ser utilizados indexicalmente.

muitas informações sobre as propriedades (ímanifestas no contexto) da entidade da qual tem a intenção de falar — um empreendimento que envolve o risco de que o seu interlocutor não saiba como se valer das informações para determinar o tema do discurso. A segunda razão, sensivelmente mais decisiva, é que, em uma situação em que está presente a entidade acerca da qual o falante discursa, não usar conceitos dirigidos a ela pode ter como conseqüência a ignorância pelo interlocutor da valiosa informação de que o objeto de que se está falando é o objeto que está presente no contexto.

Na utilização literal da descrição definida, referimo-nos à entidade (caso exista) que satisfaz plenamente o conteúdo conceitual que ela expressa. Em uma utilização literal da descrição, todos os seus conceitos são usados de modo *pleno*, ou seja, para determinar o que os satisfaz *integralmente*. A descrição, nesses casos, possui ou não uma denotação ou referente semântico em virtude dos conceitos que expressa e do mundo. *A entidade referida em uma utilização não-literaI é também identificada por intermédio daquele conteúdo conceitual*. A diferença nesse último caso é que os conceitos que a descrição expressa literalmente são postos a serviço da determinação de algo no contexto. Isso é realizado enfraquecendo-se a autonomia do complexo conceitual devido à *utilização parcial* de um ou mais dos seus conceitos constituintes. O primeiro caso que investigarei — descrições definidas incompletas — pode ser explicado como decorrente da utilização não-literaI do artigo definido. Assim, o conceito matriz é usado plenamente, mas não o conceito de unicidade expresso pelo artigo. No segundo caso — utilizações donnellanianas da descrição —, é o conceito matriz que não é usado plenamente, ainda assim operando de modo relevante na identificação do objeto.

### 3.5.2.1. *Descrições Definidas Incompletas*

Foi Strawson quem chamou a atenção pela primeira vez para o fato de que descrições definidas que não possuem um conteúdo cognitivo capaz de determinar unicamente de modo autônomo uma entidade — *descrições definidas incompletas* — são utilizadas para referir. “A mesa” é uma descrição definida “incompleta” porque a propriedade mencionada não é instanciada unicamente e, deste modo, a descrição pode ser aplicada corretamente a qualquer uma das entidades que a possuem. Ainda assim, em “A

mesa está coberta de livros”, a expressão “a mesa” está sendo utilizada para referir-se a uma mesa individual como notou Strawson<sup>219</sup> — é uma mesa individual presente no contexto o objeto relevante para o valor de verdade do que é dito pelo falante no emprego da frase. Para entendermos essa possibilidade de utilização, temos de atentar para o fato de que a propriedade mencionada por uma descrição definida incompleta é geralmente uma propriedade unicamente possuída *no contexto* de sua utilização<sup>220</sup>. Isto significa que uma descrição definida incompleta pode ser utilizada *como* uma descrição definida *completa dado um contexto específico*. Minha proposta é que a possibilidade que um complexo conceitual tem de operar indexicalmente para determinar algo no contexto permite ao falante a utilização da descrição definida incompleta que o expressa *como uma expressão indexical*.

De acordo com minha proposta, o complexo conceitual expresso por uma descrição definida pode ser usado *como um conceito autônomo* para fazer referência à sua denotação (se houver uma) *ou como um conceito indexical* para fazer referência à única entidade que satisfaz o complexo no contexto de uso.

Uma plausível explicação dessa possibilidade parece residir na utilização do artigo definido. Pode-se dizer que *o artigo definido* é utilizado para expressar *unicidade* quando utilização em descrições definidas completas e *unicidade contextual* quando usado em descrições definidas incompletas. Assim, em um emprego que expressa unicidade, o artigo definido pode ser lido como “o único” (o homem mais alto do mundo/*o único* homem mais alto do mundo) e, em um emprego para sinalizar unicidade contextual, o artigo pode ser lido como “o único do contexto” (a mesa/*a única* mesa *do contexto*)<sup>221</sup>.

A proposta de que podemos utilizar uma descrição definida incompleta como uma expressão indexical não implica necessariamente que tal utilização é literal. A frequência estatisticamente alta e mesmo a padronização de um tipo de utilização não são garantias de que é literal. Utilizações literais devem estar em conformidade com o conteúdo semântico

---

<sup>219</sup> P. F. STRAWSON, “On Referring”.

<sup>220</sup> Um contexto de utilização contém tanto a conversa transcorrida quanto a direção em que os interlocutores olham.

<sup>221</sup> Como nota McCawley, uma frase como “O cão latiu para outro cão” seria auto-contraditória se o artigo definido expressasse unicidade absoluta porque implicaria em negar que há mais de um cão (J. D. McCAWLEY, *Everything that Linguists have Always Wanted to Know about Logic*, 2. Ed., 1992, p.

da expressão. Em um caso em que a expressão lingüística seja complexa, como ocorre com descrições definidas, seu conteúdo semântico é uma função dos conteúdos semânticos de suas partes. No caso em questão, o conteúdo literal das expressões que se combinam ao artigo definido não é alterado. A alteração ocorre exclusivamente no conteúdo do artigo — em descrições definidas incompletas, o artigo definido expressa o conceito de unicidade contextual como conteúdo. A questão final parece ser se tal conteúdo é literal. Em caso afirmativo, o artigo definido seria ambíguo<sup>222</sup>.

Minha proposta é que o artigo definido expressa literalmente o conceito de unicidade absoluta. Utilizá-lo para expressar esse conceito é exercitar sua utilização literal. Para tornar o complexo conceitual expresso pela descrição definida incompleta um complexo conceitual indexical, o conceito de unicidade não é usado plenamente.

A explicação que estou oferecendo da utilização do artigo definido como um dispositivo para expressar unicidade contextual tem a virtude de poder explicar o fato notado por Larson e Segal de que, em algumas línguas, o artigo definido é empregado em combinação com nomes para fazer referência<sup>223 224</sup>.

Quando o artigo definido expressa unicidade contextual, ele opera como um demonstrativo que indica o contexto de utilização. Por conseguinte, devemos interpretar o conteúdo de uma descrição incompleta “o *F*” como equivalente ao conteúdo expresso pelo demonstrativo complexo “este *F*”<sup>225</sup>. Assim, uma frase como “A mesa está coberta de

---

<sup>222</sup> Reimer propõe que descrições definidas podem ser utilizadas *literalmente* como termos indexicais quando a condição de unicidade expressa pelo artigo definido é relativizada ao contexto. Cf. M. REIMER, “Donnellan’s Distinction/Kripke’s Test”, *Analysis*, p. 93.

<sup>223</sup> *Knowledge of Meaning*, p. 335. Estas línguas são a língua alemã (“Der Hans ist weggegangen” [Hans foi-se]), a língua grega (“O Kostis efuge” [Kostis foi-se]) e a língua castelhana coloquial (“El Juan se fue” [João foi-se]). O mesmo fato ocorre no português coloquial de todo o Brasil meridional. “O João entregou o livro”. Podemos interpretar esta frase do seguinte modo: “O João relevante no contexto (tu sabes quem) entregou o livro”. Por exemplo, no romance *Senhora* (1875) de José de Alencar, há inúmeros exemplos do artigo definido combinado a nomes, não somente para representar o discurso coloquial, como também no corpo do relato. É freqüente, neste romance, o início de parágrafos com formas lingüísticas como “o Camargo”, “Quando o Lemos na qualidade de tio...” (Primeira Parte, cap. III, p. 14); “A Lísia Soares acusou Aurélia ...” (Quarta parte, cap. III, p. 154).

<sup>224</sup> Há indícios lingüísticos de que o artigo definido no português originou-se de expressões indexicais latinas como “*hic*” e “*nunc*”. Devo a Lígia Negri essa observação.

<sup>225</sup> Cf. a seção (3.4) acerca do conteúdo de expressões demonstrativas simples e complexas.

livros” poderia ser interpretada como “A [única] mesa [do contexto] está coberta de livros” ou como “A [esta] mesa está coberta de livros”.

A utilização exitosa de descrições definidas incompletas para fazer referência é um excelente exemplo de uso referencial de conceitos que não são capazes de determinar unicamente algo enquanto tais, mas o fazem em uma aplicação a um contexto específico.

### 3.5.2.2. *Utilizações Donnellianas de Descrições Definidas*

Donnellan notou outro modo de utilizar descrições definidas para referir<sup>226</sup>. Nesse modo, tal como no caso de descrições definidas incompletas, uma descrição definida é utilizada para nos referirmos a uma entidade que não é a sua denotação. Nesse caso, porém, a descrição definida não opera à primeira vista como um indexical porque o complexo conceitual que expressa não é satisfeito unicamente por uma entidade no contexto. “O homem bebendo martini” pode ser utilizado *em contextos apropriados* para referirmo-nos a um homem que não está bebendo martini.

Não há qualquer sinal *intrínseco* distintivo de uma descrição definida que é utilizada para referir-se a uma entidade a que ela não se aplica plenamente. Por isso, não estou falando propriamente de uma classe de descrições definidas, mas de uma classe de *utilizações* das descrições. Chamarei essas utilizações de *utilizações donnellianas*. É unicamente com respeito a um contexto de utilização que a descrição definida “o homem mais alto do mundo” pode ser donnelliana. Quando utilizamos “o homem mais alto do mundo” (uma descrição definida que não é incompleta) para referirmo-nos a algo que não é sua denotação, temos uma utilização donnelliana. Ainda assim, falarei de descrições definidas donnellianas para mencionar descrições em utilizações donnellianas. Donnellan classifica o fenômeno como semântico. Kripke exige lucidamente que Donnellan apresente provas de que essas utilizações de descrições definidas são literais para que se possa diagnosticar o fenômeno como semântico.

O problema com a posição de Donnellan é que parece improvável que a utilização de uma descrição definida para referirmo-nos a um objeto que não é sua denotação e que não satisfaz seu conteúdo descritivo (nem mesmo no contexto) seja uma utilização literal.

---

<sup>226</sup> K. DONNELLAN, “Reference and Definite Descriptions”, *The Philosophical Review* (75).

Para que o conteúdo de uma expressão complexa seja semântico, ele deve guardar uma relação apropriada com os significados das palavras que a compõem.

Um falante pode utilizar “o homem bebendo martini” para referir-se a um homem que não está bebendo martini ao empregar “O homem bebendo martini está feliz” para predicar do homem mencionado que está feliz. Ainda que o falante possa predicar algo verdadeiro, o conteúdo literal da frase empregada é falso porque o objeto referido não é como a descrição definida o descreve. Se o conteúdo literal da frase fosse verdadeiro, então “Há um homem bebendo martini” também seria verdadeiro. Se reconhecermos que foram empregadas expressões linguísticas incorretas para fazer referência a um objeto, em que sentido poderemos supor que tal objeto é um conteúdo *semântico* delas? Não parece plausível uma proposta de que estamos fazendo uma utilização literal de uma descrição definida ao referirmo-nos a um objeto que não satisfaz seu conteúdo descritivo. Se o referente de uma utilização de “o *F*” não é *F*, então, não é seu referente semântico ou literal.

Meu foco de interesse não diz respeito à classificação do fenômeno como semântico ou pragmático, mas à determinação do papel do conteúdo conceitual da descrição definida na referência ao objeto. Utilizações donnellanianas das descrições definidas são apresentadas muitas vezes como utilizações em que o conteúdo conceitual da descrição não desempenha nenhum papel<sup>227</sup>. Meu ponto é: se a descrição definida não provê algum conceito da espécie de entidade de que se fala, o ouvinte não sabe *o que* procurar no contexto. O papel do conteúdo conceitual da descrição, por conseguinte, é essencial. Para que se reconheça isso, basta que se reconheça não ser possível afirmar que *qualquer* descrição pode ser empregada para referir a *qualquer* coisa. Há um limite a ser observado para obtermos êxito em referir em utilizações donnellanianas. Esse limite é dado pelo conceito matriz relevante. “O homem que está bebendo martini” pode ser empregado talvez para fazer referência a qualquer ser humano, mas plausivelmente não para fazer referência a uma muda de cacto que se encontra contextualmente acessível ou a entidades abstratas como teorias científicas<sup>228</sup>. O conceito expresso por “*F*” em expressões da forma “o *F*”

---

<sup>227</sup> Cf., por exemplo, “Reference and Definite Descriptions”, p. 302-3.

<sup>228</sup> Em alguns casos, o *predicado* auxilia na identificação do objeto a que o falante quer referir-se, como foi notado na seção que trata de demonstrativos. Predicados selecionam. Nesses casos, ao empregar um certo predicado, o falante torna explícita a natureza da entidade de que está falando: “Aquele lá está com uma

desempenha um papel essencial na identificação ao oferecer ao ouvinte pistas quanto à natureza do objeto a que o falante refere-se.

Na seção anterior, discuti o fato de que o artigo definido opera em muitos casos como um demonstrativo. Parece correto considerar que essa deve ser sua interpretação também nas utilizações donnellanianas.

Em qualquer utilização de descrições definidas, o êxito em referir-se depende vitalmente de que o falante empregue como matriz um conceito que especifique a natureza da entidade referida. Em descrições definidas incompletas, o artigo definido liga-se a um substantivo capaz de introduzir um conceito matriz com essa função (a mesa, o reitor) ou a uma combinação de palavras em que ocorre tal substantivo. No caso de descrições definidas que não se aplicam plenamente à entidade como as exemplificadas por Donnellan, o substantivo que ocorre na descrição deve aplicar-se *pelo menos parcialmente* àquela. De exemplo, em uma situação em que o falante afirma “O homem bebendo martini está feliz” para referir-se a um homem bebendo água, o substantivo “homem” aplica-se plenamente e apenas o qualificativo que especifica o líquido bebido não se aplica.

A função do complexo conceitual expresso pela descrição definida é identificar algo e o conceito matriz opera no momento generalizador da identificação. O conceito matriz pode operar na identificação mesmo quando não se aplica plenamente. Consideremos um caso em que o conceito matriz aplica-se apenas parcialmente. Alguém pode utilizar “O carteiro mais feliz do mundo está andando muito rápido” para identificar um homem que não é carteiro e predicar dele que está andando muito rápido. A descrição “o carteiro mais feliz do mundo” foi utilizada para fazer referência a certo indivíduo. O conceito matriz expresso por “carteiro” especifica a espécie histórica *Carteiro*. Espécies são taxonômicas. Elas incorporam as hierarquias mais gerais a que se subordinam. Quando atribuímos uma espécie a uma entidade, lhe atribuímos ao mesmo tempo as espécies hierarquicamente superiores sob as quais essa espécie situa-se. O ouvinte que é capaz de entender o significado de “carteiro” e, desse modo, apreender o conceito *carteiro* é igualmente capaz de entender sob que espécies mais gerais aquela espécie situa-se. Assim, em um caso em que o substantivo não se aplica plenamente, o ouvinte é capaz de “recuar” para as condições mais gerais de tal modo que alguma delas possa aplicar-se efetivamente. Se

---

camisa colorida demais para o ambiente”.

nenhuma condição aplica-se, o falante não tem êxito em fazer referência no emprego da descrição. Essas espécies mais gerais podem ser obtidas por uma ascensão ou regresso que podemos efetuar por um procedimento de perguntar pelas espécies mais gerais sob as quais se situa a espécie em questão. “O que é um carteiro?” “Um trabalhador”. “O que é um trabalhador?” “Um ser humano”. Se necessário, a ascensão pode continuar: “O que é um ser humano?” “Um ser vivo”. De fato, não penso que a ascensão prosseguiria por muitas etapas porque tão logo se chegasse à pergunta “o que é um ser humano?”, o interlocutor poderia especificar o conceito de espécie *humano* mediante uma definição ostensiva tal como a seguinte: “Humanos são seres como eu e tu”.

Um conceito de espécie pode identificar mesmo que apenas *algumas* das suas notas — aquelas que rastreiam espécies mais gerais — apliquem-se. Essas notas operam indexicalmente no contexto. Assim, não é correta a afirmação de que é irrelevante o conteúdo conceitual da descrição definida em uma utilização donnellaniana.

Ao fazer uma utilização donnellaniana de uma descrição definida, o falante assume o risco de não conseguir permitir aos seus interlocutores que reconheçam de que entidade está falando. Para que uma utilização donnellaniana seja exitosa, é necessário que a entidade a ser identificada esteja de tal maneira “saliente” no contexto que o mero uso de notas conceituais mínimas assegure sua identificação.

### 3.6. Teoria da Referência para Nomes e Conceitos de Objetos

Após havermos identificado um objeto, podemos introduzir uma expressão lingüística como seu nome. Isso é feito mediante um *juízo* de fixação de referente. O que estabelece a liga referencial é (1) a identificação de um objeto mediante um complexo conceitual apropriado e (2) o juízo que fixa o objeto previamente identificado como o objeto a ser referido doravante pelo nome. O juízo de fixação do referente pode ser manifestado na forma de uma declaração de fixação do referente. Esta manifestação não é, todavia, necessária.

Uma palavra não se torna um nome do objeto *x* por ser meramente proferida na presença de *x*, mesmo quando *x* é alvo de identificação de nossos conceitos. É necessário



um ato cognitivo apropriado — um juízo — que ligue o que é identificado pelos conceitos ao que será a partir daquele ato referido pela palavra.

Nomes podem ser introduzidos unicamente pelo intermédio de complexos conceituais autônomos expressos por descrições definidas e de complexos conceituais indexicais expressos por termos demonstrativos complexos. É em virtude do fato de que é necessário um complexo conceitual para identificar previamente o objeto que nomes podem ser introduzidos *apenas* em um segundo momento. Colin McGinn notou corretamente que “um nome não pode ser o elemento inicial em uma cadeia de dispositivos referenciais conectados; um nome pode ser introduzido somente via alguma outra espécie de termo singular”<sup>229</sup>. Para falar adequadamente, é possível estabelecer uma expressão como nome de dado objeto sem manifestar o complexo conceitual usado na identificação. Isso ocorre quando não manifestamos lingüisticamente o juízo de fixação de referente. Contudo, mesmo que não manifestemos lingüisticamente tal juízo, a transmissão da utilização do nome a outros indivíduos exige que este seja introduzido na linguagem mediante termos singulares que não são nomes.

Geralmente, nomes são introduzidos para referirmo-nos ao objeto identificado por conceitos que exploram sua presença no contexto em juízos de fixação do referente como aquele expresso por:

Este *F* é *N*.

Na fixação de referente em contextos nos quais o objeto a ser batizado está presente, é preferível a utilização de um demonstrativo complexo ao invés de um demonstrativo simples. O demonstrativo complexo exhibe o conceito usado como matriz. Como demonstrativos simples não exibem o conceito matriz, eles são enquanto tais indeterminados<sup>230</sup>. O juízo de fixação do referente estabelece o objeto identificado/referido pelo demonstrativo como o referente de “*N*”<sup>231</sup>. Esse procedimento de fixação do referente

---

<sup>229</sup> C. MCGINN, “The Mechanism of Reference”, *Synthese* (49): 1981, p. 172. Segundo McGinn, os dispositivos referenciais primários são indexicais e descrições definidas.

<sup>230</sup> Cf. a seção (3.4) acerca do modo de operar com demonstrativos complexos e demonstrativos simples.

<sup>231</sup> Declarações de fixação do referente assemelham-se a *definições* sob o seguinte aspecto: estabelecem uma convenção e, como tal, não dizem algo verdadeiro ou falso. Elas estabelecem uma convenção para que se diga

estabelece um referente para “*N*” e estabelece um conceito para rastrear o objeto, sem tornar “*N*” um equivalente lógico ou uma expressão sinônima do demonstrativo complexo “este *F*”. O conceito de objeto formado é *aberto*. Sua função complexa é reidentificar o objeto que foi identificado mediante dadas propriedades e localização espaço-temporal mesmo em situações futuras nas quais ele possua outras propriedades (contingentes) e ocupe outras localizações espaço-temporais. Por essa razão, fixar o referente e formar um conceito de objeto não é definir um termo ou estabelecer uma sinonímia.

Nomes também podem ser introduzidos mediante complexos conceituais expressos por descrições definidas. Há dois casos a serem notados: o complexo conceitual expresso pela descrição definida pode ser usado para (1) identificar o objeto a ser fixado como referente e introduzir um conceito *aberto* de objeto a ser expresso pela expressão lingüística ou para (2) identificar o objeto a ser fixado como referente e introduzir um conceito *fechado* do objeto como significado da expressão lingüística. Nesse último caso, temos a introdução de um *nome descritivo*. Nomes descritivos são aqueles que são introduzidos com a finalidade de fazer referência àquela entidade que satisfaz uma certa descrição<sup>232</sup>. Eles funcionam como abreviações de descrições. A ocorrência desse tipo de expressões na linguagem é muito rara ou inexistente<sup>233</sup>. Menciono, todavia, nomes descritivos porque não considero logicamente impossível que possamos introduzir tais expressões na linguagem em condições especiais de utilização. Via de regra, nomes introduzidos mediante descrições definidas não são descritivos e expressam conceitos abertos. Um exemplo é “Netuno”, um algo verdadeiro ou falso: uma vez estabelecido o referente do nome “*N*”, este nome poderá ser usado em asserções verdadeiras ou falsas. Por outro lado, declarações de fixação do referente diferem de definições porque se limitam a estabelecer uma identidade de referente entre a expressão utilizada para fixar o referente e a nova expressão, sem estabelecer em acréscimo uma identidade dos sentidos de ambas.

<sup>232</sup> A classificação “nome descritivo” é de G. EVANS, *The Varieties of Reference*, p. 31.

<sup>233</sup> Kripke menciona “Jack, o Estripador” como um exemplo de nome descritivo (cf. *NN*, p. 79-80 e 94). Esse nome *seria* um bom exemplo *se* fosse criado pela polícia londrina para referir-se ao objeto que satisfaz a descrição “o assassino das pessoas X, Y e Z no bairro White Chapel em Londres em 1888”. Contudo, o nome foi invenção do indivíduo que escreveu o poema encontrado junto às vítimas clamando para si a autoria dos crimes. Essa origem do nome cancela a possibilidade de que ele seja utilizado como um nome descritivo. (Podemos supor sem contradição que o indivíduo que se autodenominou “Jack, o Estripador” não foi o autor dos assassinatos, mas alguém que chegou após a consumação destes e meramente deixou as cartas que requisitavam sua autoria. Evans oferece como outro exemplo de nome descritivo, o nome fictício “Julius”, um nome estipulado convencionalmente para designar o que satisfaz a descrição “o inventor do zíper”).

nome introduzido por Urbain Jean Le Verrier para referir-se àquele objeto descrito pela seguinte descrição definida: “o corpo celeste causador das perturbações gravitacionais na órbita de Urano”, antes que se houvesse estabelecido a existência de algum objeto que a satisfizesse. O conceito de objeto introduzido como sentido do nome “Netuno” rastreia Netuno mesmo que venhamos a descobrir que este não causa qualquer perturbação na órbita de Urano. Fixar um objeto como o referente de um nome é, de modo evidente, diverso de fixar como referente o portador de uma propriedade determinada ou de um certo feixe de propriedades.

O complexo conceitual singulariza um objeto e este é tornado o *telos* do conceito de objeto que doravante será expresso pelo nome introduzido pelo juízo de fixação do referente.

### *3.6.1. Nomes e Conceitos de Objetos como Conceitos Abertos*

Na imensa maioria dos casos, formamos um conceito de objeto somente quando adotamos uma atitude para o que identificamos que é realista e essencialista<sup>234</sup>. Também podemos formar conceitos de objetos inexistentes aos quais não atribuímos qualquer independência de nosso pensar nem qualquer natureza autônoma. Todavia, esses não são os casos regulares de formação de conceitos de objetos. Quando aquela estrutura que identificamos previamente por intermédio de complexos conceituais singularizadores (que são em princípio exprimíveis por indexicais, demonstrativos complexos descrições definidas e descrições incompletas) é presumida como independente de nossos procedimentos de identificação e como dotada de uma natureza em si própria, se é o caso que tenhamos interesse em continuar a rastreá-la, formaremos o seu conceito.

As razões que nos conduzem a formar um conceito de objeto são as mesmas que nos levam a introduzir um nome. Segundo Føllesdal, introduzimos um nome para um objeto nas situações seguintes:

“(i) Quando estamos interessados em *novas características* do objeto além daquelas que foram mencionadas na descrição que foi utilizada para dirigir nossa atenção ao objeto.

(ii) Quando queremos seguir o objeto em meio a *mudanças*.

---

<sup>234</sup> Cf. (1.13) e (1.14) acerca de nossos usos realistas e essencialistas de conceitos identificadores.

(iii) Quando estamos conscientes de que algumas ou muitas de nossas crenças que dizem respeito ao objeto são *errôneas* e queremos corrigi-las<sup>235</sup>.

Posso identificar uma pessoa x, por exemplo, mediante complexos conceituais como aquele expresso por “a pessoa de óculos” enquanto ela está disponível no contexto. Føllesdal nota que tal expressão certamente será substituída por um nome “se estamos interessados na pessoa e queremos conhecer mais sobre ele ou ela, com ou sem lentes e na medida em que ela ou ele muda de dia para dia”<sup>236</sup>. Os complexos conceituais singularizadores identificam um objeto determinado e, a seguir, ele é tornado o objetivo do conceito expresso pelo nome.

Nem toda a vez em que formarmos um conceito de objeto, associar-lhe-emos um nome. Como nota Strawson, geralmente não introduzimos nomes para alguns objetos, tais como os carros e as casas que possuímos por exemplo, por mais que convivamos com eles<sup>237</sup>.

O conceito de objeto instaurado por um juízo de fixação de referente é uma habilidade para identificar e reidentificar o objeto durante o seu percurso espaço-temporal. Esse conceito tem as características que aponte na seção (3.2). O conceito é um conceito *do objeto* e não de um feixe de propriedades. Por essa razão, mesmo que descubramos novas propriedades do objeto, que o objeto altere as propriedades que possuía quando o identificamos pela primeira vez e que descubramos que algumas propriedades que lhe atribuíramos realmente não lhe pertencem, o conceito continuará a rastreá-lo enquanto ele preservar sua identidade.

A diferença a que estou chamando a atenção é a diferença entre o conceito de uma entidade que é identificada como portadora de determinadas propriedades em uma dada região espaço-temporal e da qual é em princípio esperado que possa a vir a alterar algumas de suas propriedades enquanto se preserva e o conceito daquela entidade que instancia as propriedades especificadas pelas notas do conceito enquanto as instancia. No primeiro caso, as propriedades especificadas pelas notas do conceito não são condições necessárias e suficientes para algo ser o *telos* do conceito, mas tão-somente métodos de reconhecimento

---

<sup>235</sup> D. FØLLESDAL, “Essentialism and Reference”, p. 108.

<sup>236</sup> D. FØLLESDAL, “Essentialism and Reference”, p. 108-9.

<sup>237</sup> P. F. STRAWSON, *Subject and Predicate in Logic and Grammar*, 2. Ed. 2004, p. 42.

*falíveis*. Temos, então, conceitos abertos. No segundo caso, as propriedades especificadas pelas notas do conceito são tratadas como condições a serem satisfeitas por algo para ele ser o seu *telos*. As notas conceituais são, então, empregadas como condições necessárias e suficientes de aplicação, o que resulta em um conceito fechado.

Propor que a um nome está associado um conceito fechado de objeto que estabelece condições necessárias e suficientes para algo ser o objeto referido é representar incorretamente as práticas conceituais que realmente exercitamos com os nomes. Algumas teorias descritivistas da referência dos nomes tratam os sentidos associados aos nomes como se fossem conceitos fechados.

É importante tornar a ressaltar que o que faz de um conceito de objeto (ou de espécie) um conceito aberto ou fechado é o uso que fazemos de suas notas. Tratá-las como condições necessárias e suficientes para algo ser o *telos* do conceito é valer-se de um conceito fechado. Quando o conceito é concebido como um mecanismo de reconhecimento do objeto (ou espécie), tem o caráter de um conceito aberto.

### *3.6.2. Conceitos de Objetos Podem Tornar-se Equívocos: um Experimento Conceitual*

As notas de um conceito de objeto não são tratadas como condições necessárias e suficientes de aplicação, mas como métodos de reconhecimento de uma entidade real, capaz de alterações, dotada de propriedades que podem ser desconhecidas e sobre as quais podemos estar enganados. Amparamos o uso de um conceito de objeto em métodos de reconhecimento que levam em conta tanto suas propriedades quanto seu deslocamento no espaço e no tempo. Por exemplo, o conceito que usamos para identificar e reidentificar um ser humano leva em conta qualidades como tom e timbre de voz, sotaque, jeito de caminhar, expressões faciais e propriedades visuais de vários tipos.

Métodos de reconhecimento são falíveis. Se dois objetos partilham de muitas propriedades e os métodos de reconhecimento que associa a um conceito não são refinados o suficiente para distingui-los, posso tomar um pelo outro. Quanto mais conhecemos um objeto (conhecendo suas propriedades e percurso espaço-temporal), tanto mais podem ser refinados nossos métodos de reconhecimento porque é pelas propriedades e posição espaço-temporal que reconhecemos um objeto. Não há, contudo, nenhum progresso no

conhecimento de um objeto que seja capaz de dotar-nos de métodos de reconhecimento infalíveis. *Métodos de reconhecimento infalíveis seriam critérios necessários e suficientes de aplicação do conceito de um objeto.* As notas de meu conceito de João, por exemplo, não são suficientes para que eu reidentifique João em *qualquer* situação contrafactual. Eu poderia ser enganado em situações que solapam as condições pressupostas por meu uso do conceito de objeto. Se faz sentido supor uma história de ficção em que João é substituído por João-gêmeo, uma cópia perfeita de João vinda de outro universo (ou criada por um gênio maligno), então, por mais sofisticado que seja o conceito que tenho de João, eu tomaria uma identificação de João-gêmeo por uma reidentificação de João. Nesse caso, meu conceito de João tornar-se-ia *equivoco* porque eu associaria doravante informações sobre João-gêmeo a informações sobre João<sup>238</sup>. Eu associaria ao mesmo conceito de objeto informações advindas dos encontros com dois objetos diversos mesclando-as como informações sobre o mesmo objeto. O mesmo aconteceria se, por um acaso espetacular, eu fosse transportado para um universo absolutamente idêntico ao nosso tomando o lugar de um indivíduo a mim idêntico e não tivesse conhecimento dessa alteração. Se os fatos, eventos, espécies e objetos que ocorrem nesse universo fossem absolutamente similares aos fatos, eventos, espécies e propriedades que aqui ocorrem, eu prosseguiria a usar meus conceitos originais de objetos e de materiais que se aplicavam até então às coisas de nosso universo para aplicarem-se às coisas do universo-gêmeo. Chegado ao universo-gêmeo, meu repertório conceitual seria suficiente para tratar de todos os novos casos. Eu passaria a usar meus conceitos de objetos para rastrear estruturas diversas daquelas estruturas para as quais eles foram originalmente formados para rastrear. Esse seria um caso de equivocidade e não de substituição de objetivos. Meus conceitos não “perderiam” seus objetivos originais, uma vez que eu poderia continuar a usá-los para pensar nas estruturas anteriores, como também para lembrar de fatos envolvendo as estruturas anteriores. Com o conceito de meu pai, eu pensaria em meu pai e associaria, doravante, ao conceito as informações novas advindas do novo indivíduo que nas circunstâncias alteradas tomaria por meu pai. O conceito de objeto ter-se-ia tornado equivoco porque teria, não apenas o objetivo original, como também o novo objetivo.

---

<sup>238</sup> Cf. o tratamento de uma situação paralela com respeito a conceitos de espécie em (2.10.3).

Se meus conceitos de objetos fossem fechados e seus objetivos fossem meramente as entidades que acontecem de satisfazer suas notas conceituais, então, na alteração de cenários, meus conceitos teriam *tele* diversos. Não haveria, por assim dizer, equivocidade. Eu teria apenas um conceito que identifica em um mundo um objeto e, em outro, um objeto diverso.

O que faz a distinção entre a interpretação que apresento para os casos de alteração de cenários e as interpretações regulares<sup>239</sup> é que não penso que possamos qualificar o que o indivíduo diz no novo cenário como *verdadeiro* quando afirma apontando para o pai-gêmeo “Este é o meu pai” ou apontando para Graziela-gêmea “Graziela é minha irmã”.

Penso que isso é o que ocorreria com conceitos de espécies naturais que também fossem submetidos ao solapamento de suas condições normais de uso. Se um indivíduo usa o conceito *água* para rastrear a espécie Água que tem uma certa extensão e, sem tomar conhecimento disso, passa a viver em outro universo em que há um material de outra espécie indistinguível superficialmente de água em qualidades, ele passaria a usar *o mesmo conceito* para rastrear a nova espécie. *Não haveria substituição do telos original do conceito*. O que ocorreria seria que o conceito teria *dois tele* e, por conseguinte, tornar-se-ia, equívoco. A equivocidade não impede o falante de usar o conceito em suas funções habituais.

### 3.6.3. *Equivocidade e Alteração de Referente do Nome*

A reflexão anterior acerca da equivocidade de *tele* de um conceito de objeto permite o tratamento que apresento nesta seção para os casos de alteração do referente de um nome.

Um nome pode mudar de referente? Há registros de que a palavra “Madagascar”, por exemplo, sofreu tal alteração de referente. Essa palavra, utilizada originalmente como nome de uma região do continente africano, em determinado momento passou a referir-se à ilha que é seu referente atual. Como pode ser alterado o referente de um nome? Nomes não têm um referente independentemente das habilidades conceituais que exercitamos. A mudança de referente é um fenômeno derivado da mudança dos conceitos que usamos para identificar.

---

<sup>239</sup> Cf. BURGE.

Em *NN*, Kripke apresentou a idéia de que ao longo da cadeia de transmissão da utilização de um nome, cada indivíduo que adquire o nome deve ter a intenção de preservar o referente que o nome possui na utilização do falante ou falantes dos quais foi adquirido. Há dois tipos de circunstâncias que podem intervir na cadeia de transmissão de um nome de tal maneira que seu referente é alterado: um indivíduo pode enganar-se sobre qual é o referente do nome e, dessa maneira, inadvertidamente associar um conceito que identifica um objeto diverso do objeto originalmente referido, ou o indivíduo pode substituir arbitrariamente o referente quando, no ato de transmitir o nome, vale-se de um indexical, demonstrativo ou descrição definida que expressam conceitos que identificam *outro* objeto. Nos dois casos, deliberadamente ou não, o indivíduo associa um novo conceito de objeto ao nome. Vamos considerar o caso do engano tal como é apresentado por Føllesdal:

“Eu aprendo um nome com outra pessoa. Eu quero manter-me utilizando-o com o mesmo referente e, para assegurar isto, tento aprender tanto quanto possível sobre seu referente...

Contudo, posso incorrer em erro [*go wrong*] e por engano vir a aplicar o nome a outro objeto que é similar, mas distinto do objeto original. Quando isso acontece, eu claramente incorro em erro. Meu termo ainda refere-se ao objeto a que se referia antes... Ele não muda sua referente apenas porque minhas crenças associadas acontecem de se ajustar a outro objeto... Mais tarde, uma terceira pessoa — digamos, meu estudante — pode obter o nome comigo e prosseguir a utilizá-lo para o segundo objeto. Essa nova utilização pode estender-se à comunidade inteira.

Em tais casos, eu diria que uma modificação de referente aconteceu entre o primeiro e o terceiro falante. No tocante a eu próprio, obviamente estou enganado e confundido. Porém, eu sustentaria que o nome tal como é utilizado pelo meu estudante e por sua geração refere-se a um objeto diverso daquele a que se referia quando meu professor o utilizava.”<sup>240</sup>

De acordo com o que eu disse na seção (3.6.2) na discussão sobre a alteração de cenários, podemos entender o uso dos conceitos pelo segundo falante, aquele que se enganou sobre o referente, como um caso de equivocidade. O segundo falante usa um conceito equívoco de objeto. Por um lado, ele presume que o objeto tem as notas mencionadas pelo falante de quem aprendeu o nome e, de outro, associa outras notas ao conceito. O indivíduo usa, sem conhecimento deste fato, o conceito equívoco para pensar em objetos diferentes. O conceito *é* usado para identificar um referente diverso do original

---

<sup>240</sup> D. FØLLESDAL, “Essentialism and Reference”, p. 110-1.



em algumas circunstâncias ao menos, porque esta é a condição para que o terceiro falante utilize o nome aprendido como um nome daquele outro objeto.

#### 3.6.4. *A Explicitação do Conceito de um Objeto*

Nomes sinalizam um conceito de objeto, mas não o exibem<sup>241</sup>. Um falante pode revelar o conceito de objeto que associa a determinado nome “N”, quando lhe inquirimos “o que é N?” ou “quem é N?” Quando o falante especificar o referente do nome, exibirá, ao relatar propriedades do objeto, as notas do conceito que usa. O falante possui competência com um nome unicamente se fôr capaz de apresentar (excetuando-se casos em que algo impedir a comunicação), caso seja inquirido sobre quem é o referente do nome, um conceito que o identifica. Como deixei claro em (1.10.2), o conceito usado pelo indivíduo pode identificar o referente mediante propriedades tais como a propriedade de *ter sido identificado pelo falante x*.

Evidentemente, os conceitos em que o falante ampara a sua utilização do nome dependem dos seus conhecimentos acerca do referente daquele. Tais conhecimentos, por sua vez, dependem profundamente da posição do falante na cadeia de transmissão da utilização do nome. Evans distingue os usuários de nomes quanto à sua posição naquela cadeia em *produtores* e *consumidores*. Produtores são os falantes que introduzem um nome na comunidade lingüística e, assim, dão início a uma cadeia de utilizações do nome. Nessa qualidade, esses falantes possuem, no que diz respeito ao referente para o qual introduzem um nome, uma grande quantidade de informações e podem, por isso, apresentar diversas identificações desse referente independentes das identificações de qualquer outro falante. Consumidores, por seu turno, são os falantes que recebem um nome com a liga referencial

---

<sup>241</sup> Consideremos o que diz Geach: “A aparência externa [*outward*] de um nome próprio, claro, não mostra (ao menos usualmente) qual critério de identidade o uso do nome carrega consigo [*carries with it*]. Muitos escritores... enganados estranhamente por esse fato... têm inferido que nomes próprios carecem de ‘conotação’... Que um nome de um conjunto de nomes equívocos possa, e.g., significar um homem, outro nome um cão, um outro um rio ou uma montanha, é outro fato mencionado nessa conexão e com igual irrelevância; termos equívocos não são confinados à classe dos nomes próprios e poder-se-ia argumentar que “besouro” [*beetle*] não inclui ser um inseto como parte de seu sentido porque um substantivo comum equívoco significa uma espécie de martelo grande... O comentário correto parece ser: O que um signo vela, seu uso revela” (RG, p. 70-1).

estabelecida. Os seus conhecimentos acerca do nome e de seu referente devem ser suficientes para capacitá-los a explorar a relação de referência já estabelecida. É possível, assim, que um consumidor seja capaz de oferecer apenas identificações do referente do nome que são dependentes das identificações daqueles falantes que lhe transmitiram o nome.

### 3.6.5. O Caso dos Homônimos

Uma vez que o conceito de um objeto  $x$  é um conceito para identificar e reidentificar unicamente  $x$ , um nome — na medida que tem entre suas funções semânticas sinalizar tal conceito — não deve ter dois referentes. Entretanto, é um fato corriqueiro em uma linguagem natural que duas entidades tenham o mesmo nome. Entendo um nome como uma palavra-tipo. Assim, dois seres humanos batizados com a palavra-tipo “João Silva” possuem o mesmo nome<sup>242</sup>. O fato de que conheçamos pessoas distintas que têm o mesmo nome não causa qualquer confusão porque temos conceitos distintos para neles pensar. Em situações de comunicação nas quais há a possibilidade de nosso interlocutor tomar a utilização de um nome como uma utilização para fazer referência a um objeto homônimo ao qual não pretendemos nos referir, introduzimos pistas lingüísticas capazes de evitar essa confusão.

Consideremos esta frase:

(1) Gordon Baker é F.

Uma frase como (1) pode ser empregada assertivamente *de modo literal* para falar de várias pessoas, nomeadamente, todas aquelas portadoras do nome “Gordon Baker”. A frase (1) enquanto tal só pode ser proferida para falar de um objeto na medida em que o falante associa ao nome um conceito individual. O ouvinte, por sua vez, só poderá entender de que objeto se está falando (dado que ele conheça a existência de várias pessoas com o mesmo nome) determinando este a partir de um contexto ou de uma suplementação conceitual. Quando a circunstância de haver um único portador do nome não é satisfeita, o falante é

<sup>242</sup> Em outras teorias, um nome é distinguido pelo seu referente. O procedimento que adoto está mais próximo da percepção ordinária de que pessoas diferentes podem possuir o mesmo nome.

obrigado a realizar uma suplementação conceitual para erradicar a ambigüidade referencial. A frase afirmada pelo falante deve ser suplementada por novos termos lingüísticos que explicitem o conceito de objeto que o nome expressa. Os termos suplementados mencionam propriedades do objeto ao mesmo tempo em que exibem notas do conceito de objeto. O processo de suplementação deve prosseguir até que seja obtida a distinção entre o objeto de que se está falando e o seu homônimo.

Quando alguém utiliza um nome, sinaliza mediante esta utilização o exercício identificador do conceito de *um* objeto. Assim, caso algum interlocutor tenha conhecimento de um caso de homonímia envolvendo o nome empregado, bastar-lhe-á pedir àquele que proferiu (1) uma explicitação acerca de qual objeto é o tema do discurso. Pensamentos não são indeterminados, ainda que sob uma certa vestimenta lingüística e considerados independentemente de sua utilização (por exemplo, ao serem observados registrados em um papel), não possamos perceber esta determinação. O nível de determinação *de uma frase* (não do pensamento que ela expressa) depende, em larga medida, do contexto em que é empregada.

### 3.6.6. O Conteúdo Bidimensional dos Nomes

Nomes possuem um conteúdo bidimensional: possuem um referente — via de regra, o objeto que designam — e um sentido, o conceito que é usado para identificar seu referente. O referente do nome é a entidade que é relevante para o valor de verdade do que é dito pela utilização afirmativa da frase.

Nas seções seguintes, vou apresentar um argumento contra a *teoria milliana* do conteúdo dos nomes, segundo a qual o conteúdo de um nome esgota-se em seu referente<sup>243</sup>. Logo a seguir, vou apresentar um argumento contra a *teoria descritivista*, uma teoria que reconhece a bidimensionalidade do conteúdo dos nomes, mas que representa inadequadamente o sentido dos nomes propondo que este é equivalente ao sentido de uma descrição definida. Meus argumentos atuarão, por conseguinte, contra duas representações

---

<sup>243</sup> Para um tratamento detido da teoria milliana dos nomes e de seus problemas, cf. o capítulo 6 de B. HAX Jr., *Nomes e Diferença Cognitiva: uma abordagem fregeana*. A classificação da tese de que o conteúdo semântico de um nome resume-se em seu referente como “milliana” deve-se a S. KRIPKE em “A Puzzle About Belief” in: N. SALMON; S. SOAMES (Ed.), *Propositions and Attitudes*, 1988.

incorretas do conteúdo conceitual dos nomes: de um lado, contra aqueles que supõem que ele não é um conteúdo *objetivo* dos nomes e, de outro, contra aqueles que o reconhecem como objetivo, mas lhe atribuem o caráter de um *conceito fechado*.

A seção (3.6.7) apresentará um fenômeno inexplicável à luz do millianismo. O fenômeno da diferença cognitiva em casos de falsa homonímia não pode ser entendido meramente a partir da consideração dos nomes e dos objetos nomeados. O fenômeno só pode ser tratado devidamente quando consideramos os *conceitos* associados pelo falante ao nome. Uma teoria milliana tem problemas incontornáveis para explicar esse fenômeno.

Preliminarmente, tenho um argumento contra uma forma *abrandada* de millianismo que admite que o conceito de um objeto é um conteúdo do nome, mas brada contra considerá-lo como um conteúdo *semântico* do nome uma vez que seu conhecimento não é disponível a *todo* falante competente com a linguagem. Essa afirmação é tão indefensável quanto a afirmação de que os conteúdos conceituais de “bezoar”, “ericterope” ou “quarentena” não são conteúdos semânticos porque não são conhecidos por todo e qualquer falante. Assim como via de regra nenhum falante está de posse de toda a cultura de sua comunidade, nenhum indivíduo competente lingüisticamente tem de saber os conceitos e propriedades especificados por todos os termos da linguagem da qual é usuário. O conceito que um nome expressa não é conhecido por todo falante da linguagem enquanto tal, mas somente por aquele que obteve sua posse de maneira apropriada. O indivíduo “obtem a posse de maneira apropriada” de um nome nestes dois casos: quando é o introdutor de um nome ou quando recebe a utilização do nome mediante especificação de seu referente por algum complexo conceitual que o identifique.

A seção (3.6.8) tratará da teoria descritivista do conteúdo dos nomes e apresenta argumentos contra suas duas formas. O fenômeno da homonímia será também utilizado na argumentação contra a teoria descritivista dos nomes.

### 3.6.7. Homônimos, Diferença Cognitiva e Frases de Atribuição de Crença

Apresentei na seção (xvi) da Introdução, o esboço geral de minha abordagem do conteúdo da linguagem como uma visão que adota uma concepção bidimensional do

conteúdo que, em uma acepção bastante lata, reivindica para si a classificação de “fregeana”.

Frege apresentou, em “Über *Sinn* und *Bedeutung*”, um argumento para reconhecermos que nomes têm seu conteúdo constituído não apenas por seu referente, mas também por um sentido: se permutarmos em uma frase dois nomes que compartilham do mesmo referente, o conteúdo responsável pelo valor de verdade da frase permanece inalterado e, por conseguinte, a frase preserva seu valor de verdade. Após essa permutação, contudo, o conteúdo cognitivo objetivo da frase — o pensamento que ela expressa — é alterado<sup>244</sup>. Se um indivíduo racional e linguisticamente competente pode tomar por verdadeira a frase original enquanto toma por falsa (ou ignora seu valor de verdade) a frase resultante da permutação de nomes co-referenciais, há uma diferença cognitiva objetiva entre as duas frases. Essa diferença cognitiva é objetiva porque vale para todo ser racional: para todo aquele que entende o conteúdo das duas frases é possível que ele creia em uma (e até saiba que ela é verdadeira) sem crer (ou saber) que a outra é verdadeira. Para Frege, se há uma diferença cognitiva objetiva entre duas frases ou expressões lingüísticas, há também uma diferença de conteúdo entre elas<sup>245</sup>. Outro princípio adotado por Frege na derivação da distinção é o que chamamos atualmente de “princípio de composicionalidade”, segundo o qual o conteúdo objetivo de uma frase é uma função dos conteúdos objetivos de suas partes. Frege adotou *alguma versão* desse princípio<sup>246</sup>.

---

<sup>244</sup> Cf. o tratamento dessa questão na seção 2 do anexo II.

<sup>245</sup> Frege adotou sem explicitar como um princípio de seu sistema o que eu chamo de “princípio (E)”: a uma diferença cognitiva objetiva entre frases ou expressões lingüísticas corresponde uma diferença de conteúdo. Cf. meu *Nomes e Diferença Cognitiva: uma abordagem fregeana*, cap. 1. Na origem de minha formulação do princípio (E) está William Taschek. Este autor amparou-se, por sua vez no “critério de diferença intuitiva” de G. EVANS em *RG*, cap. 1. Em 1988, Taschek propôs que Frege empregou o princípio de que “a significância [*significance*] cognitiva deve espelhar diferenças semânticas significativas” (“Content, Character, and Cognitive Significance”, *Philosophical Studies* (52), p. 162). A seguir, destilei a afirmação de Taschek na forma de um princípio — o princípio (E) — que liga diferença cognitiva e diferença de conteúdo sem o qual a inferência fregeana da existência de sentidos é entimemática.

<sup>246</sup> É errôneo supor uma leitura do princípio de acordo com a qual ele estipula que os conteúdos das partes lógicas da frase figuram *como partes* do seu conteúdo total. A tese de que o conteúdo total é uma função dos conteúdos das partes lógicas é uma versão do princípio e é adotada por Frege desde suas primeiras obras. O princípio de composicionalidade prescreve apenas que o conteúdo da frase depende unicamente dos conteúdos de suas partes e de seu modo de combinação.

Para Frege, há uma diferença cognitiva objetiva entre frases como (1) e (2)

(1) Túlio é Túlio.

(2) Túlio é Cícero.

porque um falante racional pode sinceramente e sem risco de contradição crer em (1) sem crer em (2). Como afirmei, Frege busca explicar a diferença cognitiva de duas frases em termos de seus conteúdos. Como o conteúdo de uma frase é uma função dos conteúdos de suas partes e (1) difere de (2) apenas pela permutação de “Túlio” por “Cícero”, a raiz da diversidade de conteúdo entre (1) e (2) deve ser procurada na diversidade de conteúdo entre estes dois nomes. Como os conteúdos do plano da referência da frase não se alteraram após a permutação (pois os nomes são co-referenciais), a diferença de conteúdo deve ter sido ocasionada por conteúdos dos nomes permutados que não são idênticos aos seus referentes. Desse modo, Frege deriva a necessidade de reconhecermos a existência de um conteúdo objetivo dos nomes que não é seu referente e é responsável pela diferença cognitiva objetiva. A este conteúdo objetivo Frege chama de “sentido”. Dessa forma, as frases (1) e (2) são idênticas do ponto de vista do conteúdo-referência e diversas do ponto de vista de seu conteúdo-sentido. O seu conteúdo-total que é uma função dos conteúdos dos dois planos é diverso.

Uma virtude da distinção entre sentido e referência é a seguinte: como os conteúdos de (1) e (2) são diversos, podemos explicar como é possível que um falante creia em (1) ou saiba que (1) é verdadeira sem crer em (2) ou saber que (2) é verdadeira. Assim, se Pedro assente a (1) e nega o seu assentimento a (2), estamos justificados a afirmar as frases:

(3) João crê que Túlio é Túlio.

(4) João não crê que Túlio é Cícero.

Nessas frases, a permutação de expressões que possuem o mesmo conteúdo referencial não preserva o valor de verdade original. Frege propõe que em contextos indiretos (aqueles contextos sentenciais prefixados por um verbo de ato cognitivo como “crer”, “desejar”, etc), a permutação de expressões co-referenciais só é permitida se estas expressam o

mesmo sentido — em meu vocabulário, o *mesmo conceito de objeto* — para o indivíduo a que se atribui o ato cognitivo. Frege propôs que o comportamento das expressões lingüísticas em contextos de frases de atribuição de crença e outros contextos sentenciais indiretos pode ser explicado supondo que seu conteúdo referencial nesses contextos é seu sentido.

É natural que o conteúdo das expressões lingüísticas relevantes para a preservação do valor de verdade sejam os conceitos usados *pelo indivíduo* a que se atribui a crença para identificar os referentes de tais expressões.

Uma réplica possível daquele que afirma que um nome possui unicamente seu referente como conteúdo, é dizer que a diferença de propriedades cognitivas nos casos acima é produzida somente pela alteração de expressões lingüísticas. Coube, porém, a Kripke, um defensor da teoria milliana, o mérito de haver chamado a atenção para um caso em que *não há* alteração de nomes, nem de referente *e*, contudo, *temos uma diferença cognitiva* entre duas utilizações *literais* da mesma frase<sup>247</sup>. Trata-se do caso em que um falante julga estar pensando sobre objetos homônimos distintos enquanto realmente está empregando duas vezes o mesmo nome para referir-se ao mesmo objeto sem ter conhecimento deste fato. Nesse caso, o indivíduo tem pensamentos diferentes em cada ocasião de afirmação. O fregeano é capaz de explicar essa situação como uma situação em que o indivíduo em cada proferimento da frase associa conceitos de objeto diversos ao nome empregado produzindo pensamentos também diversos. Assim, a solução fregeana para o tratamento de permutações em contextos indiretos também é aplicável para os casos em que *não há permutação* como no problema dos homônimos. Passo, a seguir, a demonstrar isso.

João é apresentado a um indivíduo chamado “Peter Paderewski” que é Primeiro Ministro da Polônia. Alguns anos antes, ele fôra ao recital de piano de um indivíduo chamado “Peter Paderewski”, uma das grandes revelações internacionais da música<sup>248</sup>. João ignora que o político a que está sendo apresentado é o mesmo indivíduo que o entusiasmara

---

<sup>247</sup> S. KRIPKE, “A Puzzle About Belief”, in: N. SALMON; S. SOAMES (Ed.), *Propositions and Attitudes*, 1988, p. 102-48.

<sup>248</sup> O caso imaginado por Kripke tem inspiração em um acontecimento da biografia de Ignaz Jan Paderewski em que alguém que admirava Paderewski como brilhante pianista, encontra-o em uma reunião política exercendo o papel de Primeiro Ministro da Polônia e diz “Já o encontrei em tempos melhores”.

naquele recital. Ele crê erroneamente que se trata de indivíduos distintos e homônimos. Em conformidade com essa crença falsa, ele pode afirmar as frases seguintes utilizando *todas* as palavras literalmente:

(5) Peter Paderewski é Peter Paderewski.

(6) Peter Paderewski não é Peter Paderewski.

Seus ouvintes atônitos pedirão explicações e ele poderá replicar: “Claro que Peter Paderewski é Peter Paderewski. O que estou dizendo quando afirmo que Peter Paderewski não é Peter Paderewski é ...”. Sua explicação só será aceitável se ele tornar claro que julga estar falando de pessoas distintas que compartilham de um mesmo nome. Assim, ele tornará manifesto que está usando conceitos de objeto diversos com o propósito de identificar objetos diversos nas duas utilizações do nome ao suplementar termos que explicitem notas conceituais daqueles conceitos<sup>249</sup>. Uma possível suplementação é:

(5a) O músico Peter Paderewski é o músico Peter Paderewski.

(6a) O músico Peter Paderewski não é o político Peter Paderewski.

Ou:

(5b) O Peter Paderewski que conheci anos atrás é o Peter Paderewski que conheci anos atrás.

(6b) O Peter Paderewski que conheci anos atrás não é o Peter Paderewski que conheci hoje.

Não podemos acusar João de contradição quando ele afirma (6), *se* não podemos excluir a hipótese de que ele pensa em dois indivíduos diversos. A contradição existe unicamente se ele afirma estar referindo-se *ao mesmo objeto* nas duas utilizações do nome. Assim, a frase (6) poderia ser classificada como uma contradição somente se João utilizasse a construção lingüística “o mesmo indivíduo” na segunda ocorrência de “Peter

<sup>249</sup> Certamente, foram casos de homônimos que levaram à necessidade de sobrenomes. Sobrenomes são o resquício lingüístico da prática de suplementação.



Paderewski”. No caso em questão, João não está explicitando o seu pensamento de modo pleno. Para uma explicitação rigorosa, João deve revelar se está ou não exercitando os conceitos de dois objetos diversos<sup>250</sup>.

O teórico que individua um nome por uma cadeia causal que o leva ao seu referente vê-se impossibilitado de representar a asserção que João faz de (6) sem acusá-lo de contradição porque, de acordo com a teoria causal da referência, as duas ocorrências de “Peter Paderewski” — por terem a mesma origem causal — são o mesmo nome<sup>251</sup>.

Meu argumento contra o millianismo é: como a teoria milliana não reconhece que, além do referente, há um conteúdo conceitual como conteúdo do nome, esta teoria (uma vez que adota alguma versão do princípio de composicionalidade)<sup>252</sup> irá atribuir *o mesmo conteúdo* às duas ocorrências do nome “Peter Paderewski” e, como consequência, tratar (5) e (6) como contraditórias em seu conteúdo. Por conseguinte, ao relatar as crenças de João em (5) e (6), a teoria milliana irá atribuir-lhe crenças contraditórias.

O fato de que duas instâncias de utilização do mesmo nome podem sustentar-se em bases conceituais diversas (mesmo quando são co-referenciais) explica como é possível que a frase

(6) Peter Paderewski não é Peter Paderewski.

---

<sup>250</sup> Uma consequência da reflexão sobre os casos com homônimos é a constatação de que o princípio de composicionalidade (C) só pode ser aplicado irrestritamente a uma linguagem totalmente livre de indeterminações. Se o princípio (C) é concebido como um princípio acerca das expressões lingüísticas, e não como um princípio sobre o conteúdo das expressões lingüísticas, podemos aplicá-lo somente a casos em que a cada parte lógica corresponda um único conteúdo.

<sup>251</sup> Consideremos uma teoria como a de George Bealer. Para Bealer, os próprios nomes são modos de apresentação. Ele são individuados, segundo Bealer, por práticas de utilizar o nome para referir-se a uma entidade. Como nas duas instâncias de “Peter Paderewski”, o mesmo indivíduo está envolvido na prática e, assim, temos duas ocorrências do *mesmo* modo de apresentação, Bealer não tem outra alternativa a não ser afirmar que as “crenças de [João] são contraditórias” (“Propositions”, *Mind* (107): p. 27, nota 40.)

<sup>252</sup> A teoria milliana adota o princípio de composicionalidade. Cf. N. SALMON, *Frege's Puzzle*, p. 56 e 77. Cf. também M. RICHARD, “Direct Reference and Ascriptions of Belief” in: N. SALMON; S. SOAMES. (Ed.) *Propositions and Attitudes*, 1988, p. 171-3.

possa ser empregada para fazer, em alguns proferimentos, uma afirmação factual *e*, em outros, uma afirmação contraditória. Um falante que ouça Pedro proferir em uma circunstância:

(7) Peter Paderewski é um músico.

E proferir em outra circunstância:

(8) Peter Paderewski é um político.

poderia inferir equivocadamente que

(9) Peter Paderewski é músico e político.

A frase (9) é verdadeira, mas ela não se segue de (7) e (8) se não está garantido que as duas ocorrências do nome possuem o mesmo referente *e expressam os mesmos conceitos*<sup>253</sup>. Em outras palavras, a validade dessas inferências depende da preservação da referência *e do sentido* dos termos que ocorrem nas premissas.

O caso da suposição incorreta de homonímia parece revelar com particular força a importância de assegurarmos que nossa análise da linguagem é capaz de reconhecer como conteúdos não apenas os objetos que o indivíduo está identificando e as propriedades que está predicando, como também os conceitos que usa para identificar e predicar.

### 3.6.8. O Problema com Teorias Descritivistas da Referência e do Sentido dos Nomes

Uma teoria descritivista *da referência* dos nomes é falsa se declara que o nome refere ao portador de certas propriedades. A mais plausível das teorias descritivistas da referência é a teoria de que o nome “N” refere ao portador da propriedade de *ser nomeado* “N”. Nesta visão, conferir um nome a um objeto é dotá-lo de uma propriedade e a natureza desta propriedade é institucional<sup>254</sup>. Dada a instituição de conferir nomes, é um fato se um

<sup>253</sup> Cf. R. GASKIN, “Fregean Sense and Russellian Propositions”, *Philosophical Studies* (86): p. 148.

<sup>254</sup> A noção de propriedade institucional pode ser tratada ao estilo de J. SEARLE, *Speech Acts*, 1969.

objeto possui ou não um certo nome. Esse fato depende da existência de certos ritos e práticas de fixação do referente, que podem tomar formas diversas. Em nossa comunidade, essas práticas incorporam registros, documentos, testemunhos, etc. Um indivíduo tem um nome não porque o chamamos com este nome, mas porque há uma instituição de dar nomes e a ele foi conferido o nome segundo rituais apropriados. O mero ato de chamá-lo assim não é um ritual apropriado. Minha réplica é a seguinte: ainda que possuir um nome seja possuir uma propriedade institucional, o conceito individual expresso pelo nome não rastreia o portador do nome. Se assim fosse, ele rastrearía o objeto *enquanto este possuísse o nome*. Desta forma, se o indivíduo alterasse seu nome e assim não mais possuísse a propriedade de *ser nomeado “N”* (propriedades institucionais podem ser alteradas quando alteramos as convenções que as instauram), o conceito expresso por “N” não mais o rastrearía. Obviamente, isto não ocorre. Há ainda outro problema para teorias descritivistas que postulam que nomes referem ao portador do nome “N”. O problema com descrições como “o portador de ‘N’” não se encontra em que sejam circulares como às vezes se propõe. Elas não são circulares se as entendemos como especificando propriedades institucionais. O seu problema é que não expressam conceitos capazes de operar indexicalmente *nos contextos em que há homônimos*. A descrição “o portador de ‘N’” em um contexto em que haja mais de um portador de “N” é uma descrição *indefinida*.

A lição que devemos extrair desses fatos é que *não* é a propriedade institucional de *ser nomeado “N”* que é rastreada pelo conceito individual expresso por “N”. Conceitos de objetos rastreiam objetos e não propriedades, quaisquer que elas sejam.

Uma teoria descritivista *do sentido* dos nomes é falsa se declara que o conceito ou sentido expresso por um nome é equivalente ao conceito expresso por uma descrição. A versão melhor elaborada dessa teoria deve-se a Kent Bach<sup>255</sup>. Bach tem uma teoria “modesta” do significado dos nomes segundo a qual o significado ou sentido de um nome “N” é “semanticamente equivalente” ao sentido expresso pela descrição definida “o portador de ‘N’”<sup>256</sup>. Bach julga que este sentido não tem nenhum “conteúdo descritivo”<sup>257</sup>. Penso que a objeção real a esta proposta metalingüística é o caso dos homônimos. Teorias descritivistas convencionais tratam perfeitamente bem dos casos de homônimos porque

<sup>255</sup> K. BACH, *Thought and Reference*, cap. 7.

<sup>256</sup> K. BACH, *Thought and Reference*, p. 135.

<sup>257</sup> *Thought and Reference*, p. 135

sustentam que cada instância de um homônimo sustenta-se em bases descritivas únicas. O descritivista metalingüístico, porém, não faz isso e trata os sentidos de qualquer instância de nome homônimo como sendo o mesmo. Seu problema é que o conteúdo expresso por uma descrição definida do tipo “o portador de ‘N’” é insuficiente para explicar a mudança das propriedades cognitivas de frases com homônimos.

O descritivista metalingüístico pode dizer que, em um caso de homônimos reais, o sentido de um nome “N” é aquele expresso por uma descrição como “o portador de ‘N’”, uma descrição indefinida, como notei acima, porque é satisfeita por mais de um objeto. Deste modo, o sentido de um nome homônimo deveria ser tratado como um complexo conceitual que poderia operar indexicalmente *em um contexto em que há um único objeto relevante possuidor do nome*. Esta representação do sentido do nome, contudo, não permite uma explicação da diferença de conteúdo *cognitivo* entre duas utilizações do mesmo nome para dois objetos diversos. No ano de 2000, haviam dois professores da Oxford University que se chamavam “Gordon Baker”. Um indivíduo poderia proferir:

- (1) Gordon Baker é alto.
- (2) Gordon Baker não é alto.

O conteúdo cognitivo de (1) e (2) é aparentemente contraditório, mas em cada proferimento, segundo o descritivista metalingüístico, o nome “Gordon Baker” foi utilizado para referir-se a um indivíduo diverso e, dessa forma, as frases podem ser ambas verdadeiras. Declarei que o conteúdo de (1) e (2) é “aparentemente contraditório” porque, conforme o descritivista metalingüístico, o sentido de um nome homônimo deve ser tratado como um conteúdo *incompleto* que toma para cada contexto um referente. (Este contexto deve ser bastante restrito, uma vez que, mesmo se tomarmos apenas a Oxford University como contexto, ainda há *dois* objetos relevantes.) Na medida em que o conteúdo do nome é indeterminado referencialmente segundo essa teoria, o próprio conteúdo total da frase também deve ser tratado como incompleto e carente de determinação. Sob este aspecto, (1) e (2) seriam como “Este homem é alto” e “Este homem não é alto”, frases indexicais que não são contraditórias a menos que as duas ocorrências de “este homem” tenham o mesmo referente. O problema surgirá para o descritivista metalingüístico quando tiver de

representar uma situação de proferimento em que as duas instâncias do nome têm o *mesmo* referente. Consideremos o caso em que João afirma

(3) Peter Paderewski é Peter Paderewski.

(4) Peter Paderewski não é Peter Paderewski.

Como neste caso o referente é o mesmo, a suposição de que o conteúdo do nome é o resultado da combinação do sentido metalingüístico *e* de seu referente atribui o mesmo conteúdo a *todas* ocorrências de “Peter Paderewski”. O descritivista metalingüístico é *incapaz* de prover uma análise do conteúdo de (3) e (4) que não as torne contraditórias. Em conseqüência, o teórico metalingüístico forçosamente deve representar as crenças de João como contraditórias. A lição a ser extraída aqui é que temos de reconhecer como conteúdos desses nomes tanto seus referentes como também os conceitos individuais que o indivíduo usa para identificá-los.

## CONCLUSÃO

---

Como observações finais, chamo a atenção para dois pontos: um sobre metafísica descritiva e outro, sobre conceitos. Este trabalho apresentou uma proposta de metafísica descritiva. Relações foram traçadas entre tópicos fundamentais como conceito, identificação, espécie, objeto, entre outros. Alguns tópicos, como a noção de entendimento básico do mundo, receberam um tratamento ainda bastante provisório. Além disso, as investigações já realizadas exigem ser suplementadas por uma investigação dos sistemas taxonômicos. Eis o vislumbre de um desenvolvimento possível. Taxonomias podem ser explicadas como o resultado de nossa atividade de identificar: as identificações iniciais, sempre mais gerais, servem de gêneros mais altos nos sistemas taxonômicos. Os vários graus de hierarquia classificatória são o resultado dos vários momentos em que a identificação torna-se mais e mais refinada. Dada a natureza da identificação — dado que identificações distribuem-se de identificações mais gerais a identificações mais específicas —, é natural que nossos sistemas de classificação sejam hierarquizados.

Uma proposta de metafísica descritiva tem entre suas prerrogativas delinear as relações entre os conceitos fundamentais que usamos em nossa compreensão do mundo. É também de seu interesse reconhecer a forma e natureza dos vários tipos de conceitos que usamos. Desse modo, mesmo que a metafísica descritiva não analise cada conceito empírico em particular, é parte de sua tarefa determinar que forma tomam os conceitos empíricos. Parte dessa tarefa foi aqui desenvolvida na tentativa de apresentar os conceitos de espécies naturais e de objetos individuais como conceitos abertos.

Uma conseqüência bem-vinda de minhas propostas é a convivência harmoniosa entre conceitos abertos e essencialismo. Mostrei que o uso de conceitos abertos não exclui uma atitude essencialista. Aliás, essa atitude, em combinação com uma atitude realista, conduz ao uso de conceitos abertos.

A noção de conceito aberto permite oferecer um tratamento mais adequado de algumas questões em teoria da referência. É largamente aceita a consideração de que sentidos têm a natureza de conceitos. Dada a aceitação dessa tese, teorias da referência que propõem que o sentido de um termo determina o seu referente podem ser criticadas como contra-intuitivas se adotarmos a visão de que todos conceitos são conceitos fechados. Eu mantenho as premissas de que sentidos são conceitos e de que o sentido de um termo determina o seu referente e, em acréscimo, apresento outra concepção da natureza dos conceitos que operam ao estabelecer a liga referencial.

# ANEXO I

## Uma Observação acerca de Conceitos Fregeanos<sup>258</sup>

---

Ao reconhecer a distinção no Conteúdo da linguagem entre o nível do sentido e o nível da *Bedeutung*, Frege situa o Pensamento expresso pela sentença no primeiro nível<sup>259</sup>. O nível do sentido é o nível dos Conteúdos das partes lógicas sentenciais dos quais depende o Pensamento expresso pela sentença. O Pensamento é o sentido de uma sentença e é uma função dos sentidos de suas partes lógicas<sup>260</sup>. O nível da *Bedeutung* é o nível dos Conteúdos das partes lógicas da sentença dos quais depende o seu valor de verdade. Os Conteúdos relevantes ao valor de verdade das sentenças são Objetos e Funções. (Para simplificar minha exposição, não falarei das Funções em geral, mas das Funções de um lugar argumental, ou seja, dos Conceitos.) Uma sentença da forma “*Fa*” é verdadeira se o Objeto que é a *Bedeutung* do nome “*a*” cai sob o Conceito que é a *Bedeutung* da expressão funcional “*F*”. Assim, uma expressão funcional de um argumento — um termo conceitual (*Begriffswort*) — expressa um sentido que é sua contribuição para o Pensamento expresso pela sentença e contribui para o valor de verdade da sentença com um Conceito como *Bedeutung*.

---

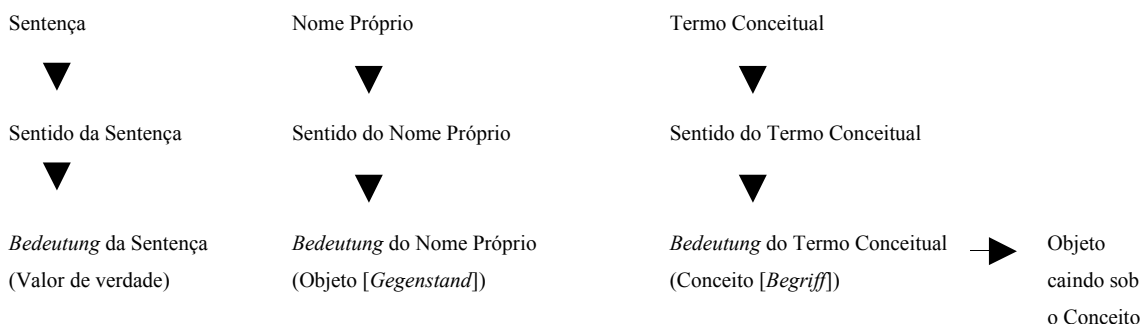
<sup>258</sup> Sou grato a Giovanni Felice pelos comentários que fez a uma versão anterior deste texto.

<sup>259</sup> Cf. o Anexo II acerca do que é Conteúdo para Frege.

<sup>260</sup> Em *Grundgesetze I*, § 32, Frege escreve: “Se um nome é parte do nome de um valor de verdade [uma sentença], o sentido do primeiro nome é parte do pensamento expresso pelo último” (Meu adendo).



Frege deixa claro que um Conceito é a *Bedeutung* de um termo conceitual quando, em carta a Husserl com a data de 24 de maio de 1891, apresenta o seguinte diagrama<sup>261</sup>:



A publicação do diagrama serviu para demonstrar a falsidade da hipótese interpretativa que propõe que a distinção entre sentido e *Bedeutung* não se aplica aos termos conceituais<sup>262</sup>. O diagrama mostra que Frege, após a realização da distinção entre sentido e *Bedeutung*, não considera que um Conceito é parte do Pensamento expresso pela sentença<sup>263</sup>. Conceitos são entidades exteriores ao Pensamento. Imediatamente após o diagrama, Frege dá a entender que as passagens anteriores de sua obra devem ser reinterpretadas à luz da distinção entre sentido e *Bedeutung*:

“Nas *Grundlagen*, eu ainda não traçara a distinção entre sentido e *Bedeutung*. Em § 97, eu preferiria agora falar de ‘ter uma *Bedeutung*’ [*bedeutungsvoll*] ao invés de ‘ter um sentido’ [*sinnvoll*]. Em outros lugares

<sup>261</sup> G. FREGE, Carta a Husserl, 24 de maio de 1891, (97 [FR, p. 149]). Há um fac-símile do diagrama em D. WIGGINS, “The Sense and Reference of Predicates: a Running Repair to Frege’s Doctrine and a Plea for the Copula” in: C. WRIGHT (Ed.), *Frege: Tradition and Influence*, 1986, p. 126.

<sup>262</sup> Dummett foi o único, antes da publicação das cartas e obras póstumas de Frege, a reconhecer a aplicação da distinção entre sentido e *Bedeutung* aos predicados. Cf. seus artigos: M. DUMMETT, “Frege on Functions: a Reply” (1955) e “Note: on Functions” (1956) reimpressos em *Truth and Other Enigmas*, 1978. Esses artigos retratam sua discussão com William Marshall que propunha que a distinção não se estende a predicados. No segundo texto, Dummett relata a leitura de textos de Frege inéditos naquele período que confirmam a correção de sua análise.

<sup>263</sup> Cf., entre outras passagens, este trecho dos “Ausführungen über *Sinn und Bedeutung*” (escrito entre 1892 e 1895), (134 [FR, p. 178-9]): “mesmo se concedermos aos lógicos intensionalistas que o Conceito é a coisa fundamental por oposição à extensão, isso não significa que ele deva ser tomado como o sentido de um termo conceitual, mas como sua *Bedeutung*.”

também, *e.g.*, em §§ 100, 101 e 102, eu trocava em muitos lugares ‘sentido’ por ‘*Bedeutung*’. O que eu costumava chamar de Conteúdo judicável é agora dividido entre Pensamento e valor de verdade.”<sup>264</sup>

A virtude do procedimento de reconhecer o Conceito como a *Bedeutung* do termo conceitual é ilustrada por Frege na mesma carta:

“Com um termo conceitual, dá-se um passo a mais para chegar ao objeto do que com um nome próprio, e esse último passo pode estar ausente — i.e., o conceito pode ser vazio — sem que o termo conceitual deixe de ser útil cientificamente. Desenhei horizontalmente o último passo do conceito ao objeto para indicar que ele acontece no mesmo nível, que objetos e conceitos têm a mesma objetividade (veja minhas *Grundlagen der Arithmetik* § 47). Na utilização literária, é suficiente se cada coisa tiver sentido; na utilização científica, também deve ter *Bedeutung*.”<sup>265</sup>

Em outras palavras, mesmo aqueles termos conceituais que têm como referentes Conceitos sob os quais não cai nenhum Objeto podem ser utilizados no discurso científico, e, por conseguinte, em sentenças com valor de verdade. Como a *Bedeutung* de um termo conceitual é um Conceito e não a extensão deste, a ausência de extensão não priva uma das partes da sentença de *Bedeutung* e, por conseguinte, não priva a sentença como um todo de *Bedeutung* (valor de verdade).

Dado que Conceitos fregeanos não são componentes do Pensamento, devemos evitar a assimilação daquilo que se designa geralmente com o termo “conceito” àquilo que Frege, em um procedimento especial, designou com o mesmo termo. Aquilo que geralmente designamos com a expressão “conceito” é um componente do *sentido* da sentença, ou seja, do Pensamento (ou proposição) expresso pela sentença. Por essa razão, a literatura trata habitualmente Conceitos fregeanos como propriedades<sup>266</sup>. Sigo o mesmo procedimento. Seguindo outro procedimento habitual, considero os conceitos como componentes do *sentido* da sentença. O predicado gramatical em minha proposta tem um

<sup>264</sup> G. FREGE, Carta a Husserl, 24 de maio de 1891, (97 [FR, p. 150]).

<sup>265</sup> Carta a Husserl, 24 de maio de 1891, (97 [FR, p. 150]).

<sup>266</sup> Cf., por exemplo, A. OLIVER, “The Metaphysics of Properties”, *Mind* (105): 1996, p. 16, nota 12: “Na teoria semântica bidimensional de sentido e referência de Frege, propriedades (ou conceitos, como ele os chama) são os referentes dos predicados. Propriedades assim interpretadas são peculiares de duas maneiras... Primeiro, elas não podem ser os referentes de termos singulares abstratos ... Segundo, propriedades têm condições de identidade extensionais.”

sentido (que é o conceito em uso predicativo) e uma *Bedeutung* que é o universal (a propriedade ou relação) predicado<sup>267 268</sup>.

---

<sup>267</sup> Por conseguinte, a distinção entre o sentido e a *Bedeutung* do predicado é fundamentalmente um caso da distinção entre conceito e propriedade. Cf. a seção (xvi) da Introdução.

<sup>268</sup> Propriedades não são entidades que apenas podem ser predicadas: elas também podem ser identificadas e referidas. Isso ocorre, por exemplo, quando identificamos espécies — dado que também se reconheça que espécies são propriedades, mesmo que propriedades de um tipo especial. Frege não pensa que um *Begriff* possa ser o referente de um termo singular porque um *Begriff* é um conteúdo referencial insaturado e os conteúdos referenciais dos termos singulares são saturados. Cf. minha discussão desse tema no anexo II.

## ANEXO II

### Frege, Unidade de Conteúdo e a Tese de que o Referente de um Termo Singular é Saturado<sup>269</sup>

---

Frege caracterizou as *Bedeutungen* das partes lógicas de uma sentença — nomes e expressões funcionais — como saturadas e insaturadas. Vou defender a tese de que a teoria de Frege não precisa, após a introdução da distinção entre sentido e *Bedeutung*, da distinção entre entidades saturadas e entidades insaturadas *para caracterizar a natureza das Bedeutungen*. A esfera de aplicação da distinção entre entidades saturadas e insaturadas pode ser limitada aos componentes do nível do *sentido*. Se minha visão é correta, os referentes de termos singulares não precisam ser saturados.

A distinção saturado/insaturado foi introduzida originalmente por Frege para explicar a unidade do “Conteúdo” (*Inhalt*) de uma sentença. Frege propõe que a unidade do Conteúdo da sentença é garantida pela insaturação de algumas de suas partes e pela saturação de outras. A insaturação de uma das partes do Conteúdo faz a liga responsável pela sua unidade. Na ocasião em que apresentou tal distinção, Frege adotava a concepção de que o Conteúdo da linguagem é *unidimensional*. Para utilizar a caracterização de Coffa, Frege era nesse período um “monista semântico”<sup>270</sup>. Dada a visão de que há um único nível do Conteúdo, é aos componentes deste nível que Frege deve aplicar a caracterização saturado/insaturado. *Após* a introdução da distinção entre sentido e *Bedeutung*, o quadro

---

<sup>269</sup> Agradeço a Marco Ruffino, José Alexandre Guerzoni e Giovanni Felice pelas observações argutas que fizeram a versões anteriores deste texto.

<sup>270</sup> A. COFFA, *The Semantic Tradition from Kant to Carnap: To the Vienna Station*, 1998, p. 79.

altera-se. A partir de então, o Conteúdo é concebido por Frege como *bidimensional*. O Conteúdo agora se distingue entre o nível do sentido e o nível da *Bedeutung*. Em virtude disso, a unidade do Conteúdo pode ser explicada de outra maneira. Dado que reconhecamos a existência de dois níveis do Conteúdo, é suficiente que apenas em um deles realize-se a conexão responsável pela unidade do Conteúdo. Assim, a aplicação da caracterização saturado/insaturado poderia ser restringida unicamente a um dos níveis. Minha proposta é que, para explicar a unidade do Conteúdo, as estruturas que devem ser consideradas como saturadas e como insaturadas são partes do *sentido* e não da *Bedeutung*. Minha razão para assim pensar é que, na doutrina madura de Frege, a unidade do Conteúdo a ser explicada é basicamente a unidade do Pensamento (*Gedanke*). Isso tem uma importante consequência: se a unidade do Conteúdo é fundamentalmente a unidade do Pensamento, então, a natureza das entidades que ocorrem como *Bedeutungen* das expressões é irrelevante para a explicação dessa unidade. Afinal, as *Bedeutungen* das partes lógicas da sentença *não* são partes do Pensamento que ela expressa. O Pensamento é o sentido da sentença e sua unidade exige unicamente a saturação e insaturação de *suas* partes — os *sentidos* das partes lógicas da sentença. Assim, a distinção entre saturado e insaturado não necessita ser estendida para além da esfera do sentido.

Objetos e Conceitos são, de acordo com Frege, as *Bedeutungen*, respectivamente, de nomes e expressões funcionais<sup>271</sup>. São entidades externas ao Pensamento. Assim, sua saturação e insaturação não desempenha nenhum papel na garantia da unidade do Pensamento. A saturação e insaturação de Objetos e Conceitos garantiria qual unidade afinal?

### *1. Unidade do Conteúdo*

No prefácio de *Begriffsschrift*, Frege afirma que, em sua ideografia, é evitada a expressão daquilo que não tem “importância” (*Bedeutung*) para a inferência lógica<sup>272</sup>. O único Conteúdo das expressões da ideografia é o Conteúdo conceitual (*begrifflichen Inhalt*)<sup>273</sup>. Aquele Conteúdo conceitual que pode ser objeto de um juízo é um Conteúdo

---

<sup>271</sup> Cf. Anexo I.

<sup>272</sup> *Begriffsschrift*, p. iv.

<sup>273</sup> *Begriffsschrift*, p. iv.

judicável (*beurteilbarer Inhalt*)<sup>274</sup>. Sentenças afirmativas bem-formadas expressam Conteúdos judicáveis e partes de sentenças (que não sejam também sentenças) expressam Conteúdos não-judicáveis. Em carta a Marty, escrita três anos após a publicação de *Begriffsschrift*, Frege deixa claro que o Conteúdo judicável pode ser decomposto em Objetos e Funções (estas, por sua vez, são Conceitos e Relações)<sup>275</sup>.

Frege é um monista semântico nessa primeira fase de seu pensar. O monismo semântico consiste na adoção de apenas um nível semântico. O conteúdo semântico da sentença como um todo está no mesmo nível, ao invés de estar distribuído em distintas camadas. O Conteúdo semântico de uma sentença é um Conteúdo judicável. Os Conteúdos semânticos das partes lógicas nas quais decompos a sentença são Objetos e Funções.

Frege concebe o Conteúdo judicável como algo dotado de unidade. E ele atribui saturação e insaturação às partes em que decompos esse Conteúdo com a finalidade de explicar aquela unidade. É parte da doutrina pétrea de Frege considerar que as sentenças afirmativas da forma “*Fa*” podem ser analisadas nas partes lógicas de nomes e expressões funcionais. Um nome designa uma entidade completa e saturada (um Objeto) e uma expressão funcional designa uma entidade incompleta, insaturada e predicativa (uma Função). Qual é a justificativa de Frege para a distinção entre partes saturadas e partes insaturadas do Conteúdo da sentença? Frege afirma que “[e]ssa insaturação de um dos componentes é necessária uma vez que, do contrário, as partes não se sustentariam juntas”<sup>276</sup>. Portanto, na atribuição de uma natureza saturada ao Conteúdo dos nomes e insaturada ao Conteúdo das expressões funcionais, Frege busca a explicação para a unidade do Conteúdo da sentença. Essa unidade é obtida pelo ajuste entre esses dois tipos de Conteúdo. Uma parte do Conteúdo é saturada e a outra, insaturada — e as duas partes se combinam. Pois bem, essa explicação é perfeitamente adequada pressupondo uma concepção de que o Conteúdo de uma sentença é *unidimensional*, mas deixa de ser de ser necessária com a adoção da concepção de que tal Conteúdo é *bidimensional*.

## 2. A Distinção entre *Sentido* e *Bedeutung*

---

<sup>274</sup> *Begriffsschrift*, p. § 2.

<sup>275</sup> G. FREGE, Carta a Marty, 29 de agosto de 1882 (164) in: *FR*, p. 81.

<sup>276</sup> *Posthumous Writings*, p. 177.

Frege adotou uma concepção unidimensional de semântica até aproximadamente 1890, quando as exigências impostas à sua concepção de Conteúdo conduziram-no a adotar uma teoria bidimensional do Conteúdo. Assim, seu monismo semântico dá lugar a um “dualismo semântico”, para utilizar as palavras de Coffa. A partir de então, Frege distingue o Conteúdo da linguagem em dois níveis: um nível que determina o valor de verdade da sentença e outro, que determina suas propriedades cognitivas objetivas. Trata-se da distinção entre sentido e *Bedeutung*.

A distinção entre sentido e *Bedeutung* é uma distinção que se realiza *na* esfera do Conteúdo. Em carta a Husserl, Frege afirma que a distinção entre sentido e *Bedeutung* é uma *bipartição* de sua noção inicial de conteúdo judicável<sup>277</sup>. Ele também diz isso no prefácio de *Grundgesetze der Arithmetik I*<sup>278</sup>.

As exigências que a noção de Conteúdo deve satisfazer para Frege são responsáveis pela sua bipartição daquele em dois níveis. Frege considera que o Conteúdo de uma sentença deve determinar (1) o seu valor de verdade e (2) as suas propriedades cognitivas objetivas. Assim, ele precisa de uma teoria sistemática do Conteúdo que permita explicar de que modo o valor de verdade da sentença e suas propriedades cognitivas objetivas dependem dos Conteúdos das partes lógicas sentenciais. Frege, de fato, possui, desde a *Begriffsschrift*, uma teoria do Conteúdo que lhe permite a explicação do valor de verdade de uma sentença. Com as noções semânticas de Objeto e Função, ele é capaz de dar conta do valor de verdade das sentenças. A verdade de uma sentença afirmativa como “*Fa*” depende de que o Objeto designado por “*a*” caia sob o Conceito especificado por “*F*”. Frege classificará os Conteúdos semânticos responsáveis pelo valor de verdade da sentença como as “*Bedeutungen*” das partes lógicas da sentença. Assim, é correto considerar que Frege já dispunha de uma teoria da *Bedeutung* desde suas primeiras obras<sup>279</sup>. Essa teoria da *Bedeutung* permite-nos explicar por que uma sentença tem determinado valor de verdade, mas não nos permite explicar todas as propriedades cognitivas objetivas da sentença. O fato

---

<sup>277</sup> Carta a Husserl, 24 de maio de 1891, (97 [FR, p. 149]).

<sup>278</sup> *Grundgesetze der Arithmetik I*, p. X.

<sup>279</sup> G. EVANS, *The Varieties of Reference*, p. 8: “A teoria do Significado [*Bedeutung*] de Frege ... após 1890 [data a partir da qual são publicados “Über Sinn und Bedeutung”, *Funktion und Begriff*, “Über Begriff und Gegenstand”] corresponde exatamente à teoria que estava implícita nas primeiras obras, *Begriffsschrift* e *Grundlagen*.” (Adendos meus).

central é que podemos ter duas sentenças cujas partes lógicas têm os mesmos Objetos e Conceitos (e, assim, têm o mesmo valor de verdade) e que, contudo, divergem em suas propriedades cognitivas objetivas. As sentenças “*Fa*” e “*Fb*” em um caso em que “*a*” e “*b*” são nomes do mesmo Objeto, são idênticas do ponto de vista da análise das *Bedeutungen* de suas partes e, contudo, *diferem cognitivamente*. O teste fregeano de diferença cognitiva é o seguinte: se um sujeito racional é capaz de crer em e afirmar a verdade de uma sentença sem crer em e afirmar a verdade de outra, as duas sentenças diferem cognitivamente entre si. E, para Frege, se há uma diferença cognitiva objetiva entre duas sentenças, deve também haver uma diferença de Conteúdo entre elas que é responsável pela diferença cognitiva<sup>280</sup>. Como essa diferença não é uma diferença de *Bedeutung*, Frege postula a existência de um outro nível de Conteúdo. Dessa forma, Frege reconhece que duas sentenças podem compartilhar de um nível do Conteúdo — aquela parte do Conteúdo que é relevante ao seu valor de verdade — e ainda divergir em outro nível de seu Conteúdo. Ele chamou esse outro nível de “sentido”.

A razão pela qual Frege introduziu a distinção entre sentido e *Bedeutung* é a possibilidade de explicar em termos do Conteúdo a diferença cognitiva objetiva entre sentenças que são idênticas no nível dos Conteúdos relevantes ao seu valor de verdade. O argumento de “*Über Sinn und Bedeutung*” é novamente repetido em *Grundgesetze der Arithmetik II*<sup>281</sup>. Nessa obra, Frege afirma que o matemático formalista julga erroneamente que não deveríamos considerar equações como sentenças com *Inhalt* uma vez que, se assim o fizéssemos, na visão do formalista, pareceria que “ $a = a$ ” e “ $a = b$ ” do ponto de vista do *Inhalt* seriam indistinguíveis entre si e triviais. Ao estabelecer a distinção do *Inhalt* das sentenças entre sentido e *Bedeutung*, a teoria de Frege é capaz de mostrar que, ainda que as sentenças matemáticas tratem do *Inhalt*, elas não são triviais e são suscetíveis de distinção entre si. Uma vez que o *Inhalt* tem dois níveis, as duas equações equivalem em um nível

---

<sup>280</sup> Formulei esse princípio implícito na obra de Frege como o Princípio (E): “Quando há uma diferença cognitiva objetiva entre expressões da linguagem, também há uma diferença semântica entre elas”. Cf. B. HAX JUNIOR, *Nomes e Diferença Cognitiva: uma Abordagem Fregeana*, Porto Alegre, 2000, Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, capítulo 1.

<sup>281</sup> *Grundgesetze der Arithmetik I*, 140.



desse Conteúdo — têm a mesma *Bedeutung* — e diferem em outro nível responsável pela diferença cognitiva<sup>282 283 284</sup>.

Em “Über *Sinn* und *Bedeutung*”, Frege apresenta a noção de Pensamento como componente do Conteúdo da sentença como se não precisasse oferecer um argumento adicional para demonstrar esse seu estatuto de componente do Conteúdo. Ele diz simplesmente que uma sentença assertórica “contém” (*enthält*) um Pensamento<sup>285</sup>. Como a distinção entre sentido e *Bedeutung* é uma distinção do Conteúdo, podemos dizer que uma sentença bem-formada tem um Conteúdo-sentido e um Conteúdo-*Bedeutung*. O Conteúdo-sentido da sentença é uma função dos Conteúdos-sentido das suas partes lógicas e o seu Conteúdo-*Bedeutung*, o valor de verdade, uma função dos Conteúdos-*Bedeutungen* daquelas mesmas partes.

### 3. Saturação e Insaturação após a Distinção entre Sentido e *Bedeutung*

---

<sup>282</sup> Para mostrar que a distinção entre sentido e *Bedeutung* tem raiz na sua tentativa de explicação da diferença cognitiva em Frege e que essa tentativa de explicação não é meramente uma estratégia argumentativa sem conseqüências de “Über *Sinn* und *Bedeutung*”, veja B. HAX JUNIOR, *Op. Cit.*, capítulo 1.

<sup>283</sup> Frege viu na interpretação formalista o tratamento incorreto da explicação da diferença entre as duas equações. Com uma concepção simplista do Conteúdo (um monismo semântico), o formalista diz que se essas equações tivessem Conteúdo, teriam o mesmo Conteúdo e, assim, extrai a lição errada de que elas não falam de seu Conteúdo, mas devem ser entendidas como afirmações acerca de sinais lingüísticos. A solução de Frege é mostrar que ainda que as duas sentenças falem das mesmas coisas (falem das *Bedeutungen* dos nomes que nelas figuram), elas o fazem *via* “modos de apresentação” diferentes (sentidos). Cf. B. HAX JUNIOR, *Op. Cit.*, seção (1.3).

<sup>284</sup> A diferença cognitiva que surge entre a sentença original e a sentença resultante de uma permutação de duas partes lógicas de mesma categoria (permutação de nomes ou permutação de expressões funcionais de mesmo nível) com a mesma *Bedeutung* é um fenômeno que não se restringe às sentenças de identidade. A primeira referência explícita na literatura reconhecendo que o problema que Frege quer resolver com sua distinção entre sentido e *Bedeutung* é o problema da diferença cognitiva e, por conseguinte, que tal problema não se restringe ao caso das sentenças de identidade foi de G. EVANS em 1980. A seguir, Salmon (N. SALMON, *Frege's Puzzle*, 1986) e Taschek (W. TASCHEK, “Frege's Puzzle, Sense, and Information Content”, *Mind* (101): 1992) mostraram que a solução fregeana diz respeito à toda permutação de termos co-referenciais que origine uma alteração cognitiva objetiva.

<sup>285</sup> “Über *Sinn* und *Bedeutung*”, 32 (CP, p. 162).

Frege caracterizou originalmente Objetos e Conceitos como as partes saturadas e insaturadas do Conteúdo de uma sentença no período em que ele concebia esse Conteúdo como unidimensional. Como havia uma única dimensão no Conteúdo da sentença e esta dimensão era composta pelos Objetos e Conceitos que eram os Conteúdos parciais que correspondiam às partes sentenciais, ele viu-se forçado a explicar a unidade do Conteúdo *em termos destas entidades*. Ora, a introdução da distinção do Conteúdo entre sentido e *Bedeutung* altera completamente esse quadro. Objetos e Conceitos são, a partir de então, entendidos como partes do Conteúdo-*Bedeutung*. Nessa nova fase, é um Pensamento o que é julgado e *é nesta dimensão do Conteúdo que deve haver unidade*. Uma vez que um Pensamento fregeano *é composto de sentidos e não de Objetos e Conceitos*, a natureza dos Objetos e Conceitos é irrelevante para a unidade daquele.

Em uma passagem de “Über Begriff und Gegenstand” que discute a noção de Conceito, Frege deixa claro que a unidade que ele está querendo assegurar é a unidade *do Pensamento*:

“Pois nem todas as *partes de um pensamento* podem ser completas, ao menos uma deve ser ‘insaturada’ ou predicativa; do contrário, elas não se sustentariam juntas. Por exemplo, o sentido da expressão ‘o número dois’ não se combinaria com aquele da expressão ‘o conceito número primo’ sem uma ligação”<sup>286</sup>.

Frege acaba de apresentar uma excelente razão para pensar que ao menos uma parte do Pensamento — e não, da *Bedeutung* — é insaturada<sup>287</sup>.

Se a unidade que deve ser explicada é a unidade do Pensamento, não há nenhuma razão para pensar que é a natureza da *Bedeutung* de uma expressão funcional que deve ser insaturada. Com a sua distinção entre os dois níveis do Conteúdo, Frege não precisa mais explicar a unidade do que é pensado no nível referencial, da *Bedeutung*. Esta unidade deve ser assegurada *no nível do Pensamento*. Infelizmente, Frege não reconheceu isso no artigo

---

<sup>286</sup> “Über Begriff und Gegenstand”, 205 (CP, p. 193). Itálicos meus.

<sup>287</sup> Currie faz o seguinte comentário acerca da passagem citada: “Aparentemente sem notá-lo, Frege respondeu a uma proposta [de Benno Kerry, BHJ] sobre a relação entre conceito e objeto insistindo que Pensamentos têm partes, ao menos uma das quais deve ser insaturada. Como podemos explicar essa confusão entre sentido e referência? O argumento funcionaria, claro, se o complexo constituído de conceito e objeto fosse a *mesma coisa que* o Pensamento expresso pela sentença (G. CURRIE, “Frege’s Metaphysical Argument” in: C. WRIGHT, *Frege: Tradition & Influence*, 1984, p. 157).

“Über Begriff und Gegenstand” que é do mesmo ano de “Über Sinn und Bedeutung” que introduz a famosa distinção.

Como não é a saturação ou insaturação das *Bedeutungen* das partes lógicas da sentença o que determina a unidade do Pensamento, não há nenhuma razão suplementar para supor que Conceitos são “essencialmente” insaturados. As metáforas da saturação e insaturação aplicadas a Objetos e Conceitos são apropriadas somente no seio da doutrina fregeana anterior à distinção entre sentido e *Bedeutung* e tornam-se obsoletas após a introdução desta distinção.

#### 4. Qual é a Unidade que Deve ser Explicada?

Se Frege vê um problema da unidade a ser resolvido, é necessário que determinemos que unidade é essa após a introdução da distinção entre sentido e *Bedeutung*. Se é a unidade do Pensamento que deve ser assegurada, a insaturação de Conceitos (entidades extra-*Gedanke*) não tem nenhum papel a desempenhar. Bastaria dizer que devem haver *sentidos* saturados e insaturados. Mesmo assim, porém, Frege continua a utilizar a distinção saturado/insaturado tanto para o reino do sentido quanto para o reino da *Bedeutung*.

Não há outra unidade a ser garantida além da unidade do Pensamento, a menos que se trate da unidade do Conteúdo-*Bedeutung*. Ora, mas o Conteúdo-*Bedeutung* da sentença é um valor de verdade, o Verdadeiro ou o Falso. Não há por que imaginar que Objetos e Conceitos desempenham algum papel em assegurar a unidade do valor de verdade. A saturação e insaturação, respectivamente, de Objetos e Conceitos teria a finalidade de garantir a unidade do valor de verdade? Frege pensaria que Objetos e Conceitos *compõem* o valor de verdade? Se a resposta a essa questão fosse afirmativa, então, na visão de Frege, o Verdadeiro seria *constituído* de Objetos e Conceitos — ou seja, o Verdadeiro teria Objetos e Conceitos como *partes*<sup>288</sup>.

---

<sup>288</sup> Em “Über Sinn und Bedeutung”, ele expressou-se de um modo que sugere que valores de verdade são assim constituídos e que julgar é distinguir partes de um valor de verdade. Há indícios fortes de que Frege (pelo menos, à época em que escreveu “Über Sinn und Bedeutung”) tratou Objetos e Conceitos como *partes* do Verdadeiro (É verdade que ele também afirma que está utilizando a palavra “parte” (*Teil*) em uma acepção especial e diz que uma nova palavra deveria ser inventada para designar o que pretende (“Über Sinn und

Frege poderia ter reconhecido que ele não precisa estender a caracterização saturado/insaturado para além da esfera do sentido, mas não o fez. Em “Ausführungen über *Sinn und Bedeutung*” (escrita entre 1892 e 1895), Frege declara em uma nota de rodapé:

“As palavras ‘insaturado’ e ‘predicativo’ parecem adaptar-se melhor ao sentido do que à *Bedeutung*; mas a elas deve corresponder algo na *Bedeutung* e não disponho de palavras melhores”<sup>289</sup>.

Nesse texto, Frege não apresenta mais a temática da unidade do Conteúdo para justificar a introdução da distinção saturado/insaturado.

Em todos os seus textos posteriores, Frege não mais utiliza o argumento da unidade do Conteúdo para justificar sua atribuição da distinção entre saturado e insaturado a Objetos e Conceitos. Em “Sobre as Fundações da Geometria I” de 1903, Frege apresenta uma caracterização do nome como saturado e do predicado como insaturado e, a seguir, afirma:

“A essa diferença nos sinais, claro, corresponde uma diferença análoga no domínio da *Bedeutung*: ao nome próprio corresponde o objeto; à parte predicativa, algo que chamo de um conceito... a decomposição entre uma parte saturada e uma parte insaturada deve ser considerada como um fenômeno *logicamente primitivo* que deve ser simplesmente aceita e não pode ser reduzida a algo mais simples”<sup>290</sup>.

---

*Bedeutung*”, 35-6)). Isso explica, suponho, por que na mesma época, ele está espantado com o predicado “é verdadeiro”. “O verdadeiro” é uma expressão que nomeia a unidade do Conteúdo-*Bedeutung*, um elemento saturado, e ocorre como parte da expressão predicativa que, por ser predicativa, deve ter como conteúdo-*Bedeutung* um elemento insaturado. Isso não é contraditório, mas surpreendente para Frege. Em um texto posterior, Frege declara: “Assim, parece provavelmente que o Conteúdo da palavra ‘verdadeiro’ é *sui generis* e indefinível” (“Der Gedanke”, 60). Muitos vêem em Frege o protótipo do deflacionista acerca do conteúdo — principalmente acerca do conteúdo de “verdade”. Ora, “Verdadeiro” *tem Conteúdo* para Frege, como deixa cristalina essa citação. *Mas seu Conteúdo não é o Conteúdo de um predicado*. “O verdadeiro” é o nome de um *Bedeutung* saturado — um Objeto —, enquanto que um predicado tem um Conceito como *Bedeutung*.

<sup>289</sup> “Ausführungen über *Sinn und Bedeutung*”, nota à página 130 [in: M. BEANEY (Ed.), *Frege Reader* (Oxford, Blackwell, 1997), p. 174n].

<sup>290</sup> “Sobre as Fundações da Geometria I”, 371 [CP, p. 281]. Itálicos meus.

Agora a saturação do *Bedeutung* do nome e a insaturação da *Bedeutung* do predicado é apresentada como algo logicamente primitivo.

Na “Introdução à Lógica” (1906), ele caracteriza sentidos como saturados e insaturados e passa a repetir a mesma caracterização para suas *Bedeutungen* sem qualquer argumento adicional. Nesse texto, nada se diz sobre a unidade do Conteúdo. O mesmo ocorre nas “Aufzeichnungen für Ludwig Darmstaedter” (1919).

### 5. Uma Outra Proposta

David Wiggins apresenta a seguinte proposta: a insaturação é uma propriedade de *expressões lingüísticas*<sup>291</sup>. Wiggins propõe basicamente que Conceitos não são entidades de natureza essencialmente predicativa ou insaturada. Conceitos não seriam nem insaturados, nem saturados<sup>292</sup>. Para Wiggins, o nome designa um objeto e o termo geral designa um Conceito. O termo geral combina-se à cópula verbal para formar uma expressão predicativa ou insaturada. Essa expressão insaturada nada designa, ainda que contenha uma parte, o termo geral, que designa. Tal expressão insaturada combina-se com uma expressão saturada produzindo uma sentença completa.

Wiggins explica *no plano sentencial* a unidade do que é dito. Minha proposta é que Frege pode facilmente explicar essa unidade *no plano do sentido*. Uma boa razão para introduzir a distinção entre sentido e referência é a possibilidade de resolver no plano do Pensamento (e, assim, do sentido) a unidade do Conteúdo. Frege não introduziu originalmente a distinção entre sentido e *Bedeutung* com essa finalidade, contudo, ela é perfeitamente adequada para resolver esse problema fundamental.

### 6. Uma Conseqüência para a Caracterização da *Bedeutung* de Termos Singulares

Se estou certo em considerar que (1) a distinção entre saturação e insaturação tem sua razão de ser unicamente para a explicação da unidade do Conteúdo e (2) a única unidade que é suscetível dessa explicação na teoria madura de Frege é a unidade do

---

<sup>291</sup> D. WIGGINS, “The Sense and Reference of Predicates: a Running Repair to Frege's Doctrines and a Plea for the Copula” in: C. WRIGHT (Ed.), *Frege: Tradition & Influence*, p. 126-43.

<sup>292</sup> “The Sense and Reference of Predicates”, p. 133.

Pensamento, podemos limitar o alcance daquela distinção ao nível do sentido. Ao evitar que a caracterização saturado/insaturado se estenda para o plano da *Bedeutung*, não somos mais forçados a adotar a tese de Frege de que a designação de um termo singular é uma entidade saturada. Como consequência, não permanece nenhuma razão para negar que podemos empregar um termo singular para referirmo-nos a Conceitos.

# BIBLIOGRAFIA

---

ALMOG, Joseph. "Form and Content". *Noûs* (19): 1985, p. 603-16

\_\_\_\_\_. "Naming Without Necessity". *The Journal of Philosophy* (83): 1986, p. 210-42.

\_\_\_\_\_. "The Subject-Predicate Class I". *Noûs* (25): 1991, p. 591-619.

\_\_\_\_\_. "The Structure-in-Things: Existence, Essence and Logic". *Proceedings of Aristotelian Society* (103, n. 2): 2003, p. 197-225.

AKIBA, Ken. "Identity is Simple". *American Philosophical Quarterly* (37): 2000, p. 389-404.

ARMSTRONG, David. *Universals and Scientific Realism*. Cambridge, Cambridge University Press, 1978. V. II.

\_\_\_\_\_. *Universals: an Opiniated Introduction*. Boulder, Westview, 1989.

AYERS, Michael R. "Locke versus Aristotle on Natural Kinds". *The Journal of*

*Philosophy* (78): 1981, p. 247-72.

BACH, Kent. *Thought and Reference*. New York, Oxford University Press, 1988.

\_\_\_\_\_. "Paving the Road to Reference". *Philosophical Studies* (67): 1992, p. 295-300.

\_\_\_\_\_. "Intentions and Demonstrations". *Analysis* (52): 1992, p. 140-6.

BAKER, L. R. . "Why Constitution is not Identity" (94, n. 12): 1997.

BARBOSA FILHO, Balthazar. "Saber, Fazer e Tempo: uma Nota a Aristóteles" in:  
MARQUES, Edgar da R. *et alii* (Ed.). *Verdade, Conhecimento e Ação*. São Paulo, Edições Loyola, 1999. P. 15-24.

BEALER, George. *Quality and Concept*. Oxford, Clarendon Press, 1982.

\_\_\_\_\_. "Propositions", *Mind* (107, n. 425): 1998. P. 1-32.

BEANEY, Michael (Ed.). *The Frege Reader*. Oxford, Blackwell, 1997.

BRENTANO, Franz. *Psychology from an Empirical Standpoint*. 1997.

BRODY, Baruch. "Towards an Aristotelian Theory of Scientific Explanation", *Philosophy of Science* (39): 1972, p. 20-31.

BURGE, Tyler. "Belief De Re". *The Journal of Philosophy* (88): 1979, p. 338-62.

\_\_\_\_\_. "Truth and Singular Terms". *Noûs* (8): 1974, p. 309-25.

\_\_\_\_\_. "Concepts, Definitions, and Meaning" *Metaphilosophy* (24, n. 4): 1993, p.



309-25.

CARTER, William R.; BAHDE, John E. "Magical Antirealism". *American Philosophical Quarterly* (35): 1998. P. 305-25.

CHISHOLM, Roderick M. "How We Refer to Things". *Philosophical Studies* (58): 1990, p. 155-64.

COFFA, Alberto. *The Semantic Tradition from Kant to Carnap: To the Vienna Station*. Cambridge, Cambridge University Press, 1998.

DENKEL, Arda. *Object and Property*. Cambridge, Cambridge University Press, 1996.

DONNELLAN, Keith S. "Reference and Definite Descriptions". *The Philosophical Review* (75): 1966, p. 281-304.

\_\_\_\_\_. "Proper Names and Identifying Descriptions" in: DAVIDSON, D.; HARMAN, G. (Ed.). *Semantics of Natural Languages*. Dordrecht, Reidel, 1972.

\_\_\_\_\_. "Speaking of Nothing". *The Philosophical Review* (83, n° 1): 1974, p. 3-31.

\_\_\_\_\_. "The Contingent *A Priori* and Rigid Designators". In: FRENCH, P.; UEHLING, T.; WETTSTEIN, H. (Ed.). *Midwest Studies in Philosophy*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1977, p. 12-27. (V. 2)

\_\_\_\_\_. "Kripke and Putnam on Natural Kind Terms". In: GINET, C.; SHOEMAKER, S. (Ed.). *Knowledge and Mind*. Oxford, Oxford University Press, 1983. P. 84-104.

\_\_\_\_\_. "Speaker Reference, Descriptions, and Anaphora". In: FRENCH,

P.; UEHLING, T.; WETTSTEIN, H. (Ed.). *Midwest Studies in Philosophy*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1989. P. 28-44.

\_\_\_\_\_. "Belief and the Identity of Reference". In: FRENCH, P.; UEHLING, T.; WETTSTEIN, H. (Ed.). *Midwest Studies in Philosophy*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1989, p. 275-88. (V. 14)

\_\_\_\_\_. "Genuine Names and Knowledge by Acquaintance". *Dialectica*, Bern (44, n° 1-2): 1990, p. 99-112.

DUMMETT, Michael. *Frege: Philosophy of Mathematics*. London, Duckworth, 1991.

DUPRÉ, John. "Is 'Natural Kind' a Natural Kind Term?" *The Monist* (85): 2002, p. 29-49.

EVANS, Gareth. *The Varieties of Reference*. Oxford, Clarendon, 1982.

\_\_\_\_\_. *Collected Papers*. Oxford, Clarendon, 1985.

FARIA, Paulo. "Discriminação e Afecção". In: MARQUES, Edgar da R. *et alii* (Ed.) *Verdade, Conhecimento e Ação: Ensaio em Homenagem a Guido Antônio de Almeida e Raul Landim Filho*. São Paulo, Edições Loyola, 1999. P. 145-59.

FREGE, Gottlob. *Funktion, Begriff, Bedeutung*. PATZIG, Günther (Ed.). 7 Ed. Göttingen, Vandenhoeck und Ruprecht, 1994.

\_\_\_\_\_. *Grundgesetze der Arithmetik*. Hildesheim, Georg Olms, 1962. 2 V.

\_\_\_\_\_. *Collected Papers on Mathematics, Logic, and Philosophy*.

McGUINNESS, B. (Ed.). Oxford, Blackwell, 1984.

\_\_\_\_\_. *Philosophical and Mathematical Correspondence*. GABRIEL,

Gottfried *et alii* (Ed.). Oxford, Blackwell, 1980.

\_\_\_\_\_. *Posthumous Writings*. HERMES, H.; KAMBARTEL, F.; KAULBACH, F. (Ed.). Oxford, Blackwell, 1979.

\_\_\_\_\_. “Funktion und Begriff” in: PATZIG, G. (Ed.). *Funktion, Begriff, Bedeutung*. PATZIG, Günther (Ed.). 7 Ed. Göttingen, Vandenhoeck und Ruprecht, 1994. P. 17-39.

\_\_\_\_\_. “Über *Sinn* und *Bedeutung*” in: PATZIG, G. (Ed.). *Funktion, Begriff, Bedeutung*. PATZIG, Günther (Ed.). 7 Ed. Göttingen, Vandenhoeck und Ruprecht, 1994. P. 40-65.

\_\_\_\_\_. “Über Begriff und Gegenstand” in: PATZIG, G. (Ed.). *Funktion, Begriff, Bedeutung*. PATZIG, Günther (Ed.). 7 Ed. Göttingen, Vandenhoeck und Ruprecht, 1994. P. 66-80.

FØLLESDAL, Dagfinn. “Essentialism and Reference”. In: *The Philosophy of W. V. Quine*. Library of Living Philosophers. La Salle, Open Court, 1986. P. 97-113.

GEACH, Peter Thomas. *Mental Acts*. [1972] Bristol, Thoemmes Press, 1992.

\_\_\_\_\_. *Logic Matters*. Oxford, Blackwell, 1972.

\_\_\_\_\_. *Reference and Generality*. [1962] 3 Ed. London, Cornell University Press, 1980.

GRACIA, Jorge. “Are Categories Invented or Discovered? A Response to Foucault”, *The Review of Metaphysics* (55): 2001, p. 3-20.

GREENE, Marjorie. “Is Genus to Species as Matter fo Form? Aristotle and Taxonomy”.

*Synthese* (28): 1974, p. 51-69.

HALE, Bob; WRIGHT, Crispin (Ed.). *A Companion to Philosophy of Language*. Oxford, Blackwell, 1997.

HARCOURT, Edward. "Frege on 'I', 'Now', 'Today' and some Other Linguistic Devices". *Synthese* (121): 1999. P. 329-56.

KAC, Michael. B., "The Proper Treatment of Singular Terms in Ordinary English", *Mind* (106, n. 424): 1997, p. 661-96.

KAPLAN, David. "Bob and Carol and Ted and Alice". In: HINTIKKA, J. *et. al.* (Ed.). *Approaches to Natural Language*. Dordrecht, D. Reidel, 1973. P. 490-518.

\_\_\_\_\_. "How to Russell a Frege-Church". *The Journal of Philosophy* (72): 1975, p. 716-29

\_\_\_\_\_. "Dthat". In: FRENCH, P.; UEHLING, T.; WETTSTEIN, H. (Ed.). *Midwest Studies in Philosophy*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1977. P. 383-400.

\_\_\_\_\_. "On the Logic of Demonstratives". In: FRENCH, P.; UEHLING, T.; WETTSTEIN, H. (Ed.). *Midwest Studies in Philosophy*. Minneapolis, Minnesota University Press, 1977. P. 401-12. (V. 2)

\_\_\_\_\_. "What is Russell's Theory of Descriptions?" In: IRVINE, A. D. (Ed.). *Bertrand Russell: Critical Assessments*. London, Routledge, 1999. P. 151-62.

\_\_\_\_\_. "Demonstratives". In: ALMOG, J.; PERRY, J.; WETTSTEIN, H. (Ed.). *Themes from Kaplan*. Oxford, Oxford University Press, 1988. P. 481-563.

KENNY, Arthur. *The Legacy of Wittgenstein*. Oxford, Basil Blackwell, 1987.

KRIPKE, Saul A. "Identity and Necessity". In: MOORE, A. W. (Ed.). *Meaning and Reference*. Oxford, Oxford University Press, 1993, p.

\_\_\_\_\_. *Naming and Necessity*. Cambridge/Massachusetts, Harvard University Press, 1980.

\_\_\_\_\_. "Speaker's Reference and Semantic Reference". In: FRENCH, P.; UEHLING, T.; WETTSTEIN, H. (Ed.). *Midwest Studies in Philosophy*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1977. P. 255-76. (V. 2)

\_\_\_\_\_. "A Puzzle About Belief". In: SALMON, N.; SOAMES, S. (Ed.). *Propositions and Attitudes*. Oxford, Oxford University Press, 1988. P. 102-48.

\_\_\_\_\_. *Wittgenstein on Rules and Private Language: an Elementary Exposition*. Cambridge, Harvard University Press, 1982.

KUHN, Thomas Skidmore. "Dubbing and Redubbing: The Vulnerability of Rigid Designation". In: SAVAGE, C. Wade (Ed.). *Scientific Theories: Minnesota Studies in the Philosophy of Science* (14). Minneapolis, University of Minnesota Press, 1990, p. 298-318.

KUNG, Joan. "Aristotelian Essence and Explanation". *Philosophical Studies* (31): 1977, p. 361-83.

LAYCOCK, Henry. "Some Questions of Ontology", *The Philosophical Review* (81): 1972, p. 3-42.

LAPORTE, Joe. "Chemical Kind Term Reference and the Discovery of Essence". *Noûs*

(30, n. 1): 1996, p. 112-32.

LARSON, Richard; SEGAL, Gabriel. *Knowledge of Meaning: An Introduction to Semantic Theory*. Cambridge/London, MIT Press, 1995.

LECLERC, André. “O Essencialismo desde Kripke”. In: DE OLIVEIRA, Manfredo; IMAGUIRE, Guido (Ed.). *A Metafísica Contemporânea*. Petrópolis, Vozes, 2006.

LEPORE, Ernst; LUDWIG, Kirk. “The Semantics and Pragmatics of Complex Demonstratives”. *Mind* (109, n. 434): p. 199-240.

LOUX, Michael J. “The Concept of a Kind”. *The Philosophical Studies* (29): 1976, p. 53-61.

\_\_\_\_\_. *Substance and Attribute: a Study in Ontology*. D. Reidel, Dordrecht/Boston/London, 1978.

\_\_\_\_\_. *Metaphysics*. London/New York, Routledge, 1998.

LOWE, E. J. “Noun Phrases, Quantifiers, and Generic Names”. *The Philosophical Quarterly* (41, n. 164): 1994, p. 287-300.

\_\_\_\_\_. *The Possibility of Metaphysics*. Oxford, Clarendon Press, 2001.

\_\_\_\_\_. *A Survey of Metaphysics*. Oxford, Oxford University Press, 2002.

MARGOLIS, Eric; LAURENCE, Stephen (Ed.). *Concepts: Core Readings*. Massachusetts Institute of Technology, 2000.

MCCAWLEY, J. D. *Everything that Linguists have Always Wanted to Know about Logic*. 2. Ed. Chicago/London, The University of Chicago Press, 1992.

- McGINN, Colin. "The Mechanism of Reference". *Synthese* (49): 1981, p. 157-86.
- \_\_\_\_\_. "Rigid Designation and Semantic Value". *The Philosophical Quarterly* (32, n 127): 1982, p. 97-115.
- \_\_\_\_\_. *Logical Properties*. Oxford, Oxford University Press, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Knowledge and Reality*. Oxford, Oxford University Press, 2002
- MILLIKAN, Ruth Garrett. *On Clear and Confused Ideas*. Cambridge, Cambridge University Press, 2000.
- MOLTMANN, Friederike. "Properties and Kinds of Tropes: New Linguistic Facts and Old Philosophical Insights". *Mind* (113): 2004. P. 1-41.
- MOORE, George E. *Commonplace Book 1919-1953*. London, Allen & Unwin, 1962.
- \_\_\_\_\_. "A Defence of Common Sense". In: BALDWIN, Thomas (Ed.). *G. E. Moore: Selected Readings*. London/New York, Routledge, 1993.
- MORAVCSIK, J. M. *Thought and Language*. London/New York, Routledge, 1992.
- NOZICK, Robert. *Philosophical Explanations*. Cambridge, Harvard University Press, 1981.
- OLIVER, A. "The Metaphysics of Properties". *Mind* (105): 1996. P. 1-80.
- PASNAU, Robert. "Form, Substance, and Mechanism". *Philosophical Review* (113, n. 1): 2004. P.

PUTNAM, Hilary. *Reason, Truth and History*. Cambridge, Cambridge University Press, 1981.

\_\_\_\_\_. *Mind, Language and Reality*. Cambridge, Cambridge University Press, 1983.

\_\_\_\_\_. "Meaning and Reference". In: MOORE, A. W. (Ed.). *Meaning and Reference*. Oxford, Oxford University Press, 1993. P. 150-61.

\_\_\_\_\_. "Richard Rorty on Reality and Justification". In: R. B. BRANDOM (Ed.) *Rorty and his Critics*. Oxford, Basil Blackwell, 2000.

QUINE, Willard Van Orman. *Word and Object*. Harvard, Harvard University Press, 1960.

REIMER, Marga. "Do Demonstrations Have Semantic Significance?". *Analysis* (51, n.° 4): 1991, p. 177-83.

\_\_\_\_\_. "Demonstratives, Demonstrations, and Demonstrata". *Philosophical Studies* (63): 1991, p. 187-202.

\_\_\_\_\_. "'Competing' Semantic Theories". *Noûs* (31, n.° 4): 1997, p. 457-77.

\_\_\_\_\_. "Donnellan's Distinction/Kripke's Test". *Analysis* (58): 1998, p. 89-100.

RUBEN, David-Hillel. *Explaining Explanation*. London/New York, Routledge, 1992.

RUDLER, William Frederick. "Jade". *Encyclopaedia Britannica*. Volume XV. Edinburgh, Cambridge University Press, 1911, p. 122-4.

RUFFINO, Marco. "Extensions as Representative Objects in Frege's Logic". *Erkenntnis* (52): 2000. P. 239-52.



\_\_\_\_\_. "Why Frege would not be a Neo-Fregean". *Mind* (112): 2003. P. 51-78.

RUSSELL, Bertrand. *The Principles of Mathematics*. New York/London, Norton & Company, 1996.

\_\_\_\_\_. "On Denoting". In: *Logic and Knowledge: Essays 1901-1950*. London, Allen & Unwin, 1956.

\_\_\_\_\_. *The Problems of Philosophy*. Oxford, Oxford University Press, 2001.

\_\_\_\_\_. *Misticism and Logic*. 2 ed. Watford, William Brendon and Son, 1951.

\_\_\_\_\_. "Descriptions". In: MOORE, A. W. (Ed.). *Meaning and Reference*. Oxford, Oxford University Press, 1993, p. 46-55.

\_\_\_\_\_. "Logical Atomism". In: MUIRHEAD, J. H. (Ed.). *Contemporary British Philosophy*. London, Allen & Unwin, 1925.

\_\_\_\_\_. *Logic and Knowledge: Essays 1901-1950*. London, Allen & Unwin, 1956.

SALMON, Nathan. *Frege's Puzzle*. Cambridge/London, MIT Press, 1986.

\_\_\_\_\_. "Reflexivity". *Notre Dame Journal of Formal Logic* (27, n 3): 1986, p. 401-27.

\_\_\_\_\_. "Reference and Information Content: Names and Descriptions". In: GABBAY, D.; GUENTHNER, F. *Handbook of Philosophical Logic*. Dordrecht, D. Reidel, 1990. P. 409-61. (V. 4.)

- \_\_\_\_\_. “How *Not* to Become a Millian Heir”. *Philosophical Studies* (62): 1991, p. 165-77.
- \_\_\_\_\_. “On Content”. *Mind* (101, n° 404): 1992, p. 733-51.
- \_\_\_\_\_. “Relative and Absolute Apriority”. *Philosophical Studies* (69): 1993, p. 83-100.
- \_\_\_\_\_. “Being of Two Minds: Belief with Doubt”. *Noûs* (29, n. 1): 1995, p. 1-20.
- SALMON, N.; SOAMES, S. (Ed.). *Propositions and Attitudes*. Oxford, Oxford University Press, 1988.
- SMITH, Plínio Junqueira. *Do Começo da Filosofia e Outros Ensaio*s. São Paulo, Discurso Editorial, 2005.
- STRAWSON, P.F. *Individuals*. London/New York, Methuen, 1971.
- \_\_\_\_\_. “Identifying Reference and Truth-values”. In: STEINBERG, Danny D.; JAKOBOVITS, Leon A. (Ed.) *Semantics*. Cambridge, Cambridge University Press, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Subject and Predicate in Logic and Grammar* (1974). 2004.
- \_\_\_\_\_. “Scruton and Wright on Anti-Realism”. *Proceedings of the Aristotelian Society* (77): 1976. P. 15-21.
- \_\_\_\_\_. *Entity and Identity and Other Essays*. Oxford, Clarendon Press, 1997.
- STROUD, Barry. *Understanding Human Knowledge*: Philosophical Essays. Oxford,

Oxford University Press, 2000.

TASCHEK, William W. "Content, Character, and Cognitive Significance". *Philosophical Studies* (52): 1987, p. 161-89.

\_\_\_\_\_. "Would a Fregean be Puzzled by Pierre?" *Mind* (97): 1988, p. 99-104.

\_\_\_\_\_. "Frege's Puzzle, Sense, and Information Content". *Mind* (101, n° 404): 1992, 767-91.

TORRES, João Carlos Brum. "Cognição Intuitiva e Pensamento *De Re*" in: *Transcendentalismo e Dialética*. Porto Alegre, L&PM, 2004. P. 21-45.

\_\_\_\_\_. "Intuições e Conceitos: a Diferença de Forma" in: *Transcendentalismo e Dialética*. Porto Alegre, L&PM, 2004. P. 46-70.

\_\_\_\_\_. "Kant e o Selvagem da Nova Holanda" in: *Transcendentalismo e Dialética*. Porto Alegre, L&PM, 2004. P. 71-100.

VAN HEIJENOORT, J. "Subject and Predicate in Western Logic". In: *Selected Essays*. Napoli, Bibliopolis, 1985. P. 17-34.

WIGGINS, David. *Sameness and Substance*. Oxford, Basil Blackwell, 1980.

\_\_\_\_\_. "A Running Repair to Frege's Doctrine and a Plea for the Copula". In: WRIGHT, C. (Ed.). *Frege: Tradition and Influence*. Oxford, Blackwell, 1986. P. 126-43.

\_\_\_\_\_. "Putnam's Doctrine of Natural Kind Words and Frege's Doctrines of Sense, Reference, and Extension: Can They Cohere?". In: MOORE, A. W. (Ed.).

*Meaning and Reference*. Oxford, Oxford University Press, 1993. P. 192-207.

WILLIAMS, Bernard A. O. "Mr. Strawson on Individuals". *Philosophy* (36): 1961, p. 309-32.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical Investigations*. Oxford, Blackwell, 1967.

WOLF, M. P. "The Curious Role of Natural Kind Terms". *Pacific Philosophical Quarterly* (83), 2002.

WRIGHT, Crispin. "Strawson on Anti-Realism". *Synthese* (40): 1979. P. 283-99.

\_\_\_\_\_ (Ed.). *Frege: Tradition and Influence*. Oxford, Blackwell, 1986.